

“São Tomé e Príncipe como um Gateway Regional”
(Estratégia para um Desenvolvimento Sustentável)

Maria das Neves Ceita Batista de Sousa

Orientador: Professor Catedrático Doutor Heitor Alberto Coelho Barras Romana

Coorientadora: Professora Associada com Agregação Doutora Carla Margarida Barroso Guapo Da Costa

*Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor em Ciências Sociais,
Especialidade em Desenvolvimento Socioeconómico*

Lisboa
2017

WWW.ISCSP.U LISBOA.PT

“São Tomé e Príncipe como um Gateway Regional”

(Estratégia para um Desenvolvimento Sustentável)

Maria das Neves Ceita Batista de Sousa

Orientador: Professor Catedrático Doutor Heitor Alberto Coelho Barras Romana

Coorientadora: Professora Associada com Agregação Doutora Carla Margarida Barroso Guapo Da Costa

*Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor em Ciências Sociais,
Especialidade em Desenvolvimento Socioeconómico*

Júri:

Presidente:

- Doutor Manuel Augusto Meirinho Martins, Professor Catedrático e Presidente do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa;

Vogais:

- Doutor Heitor Alberto Coelho Barras Romana, Professor Catedrático Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, orientador;

- Doutora Maria Celeste Gomes Rogado Quintino, Professora Associada Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa;

- Doutor Duarte Manuel Ivens Pitta Ferraz, Professor Associado Convidado Nova School of Business & Economics da Universidade Nova de Lisboa;

- Doutor Álvaro Luís Correia de Nóbrega, Professor Auxiliar Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa;

- Doutor Miguel César Domingos Bembe, Professor Auxiliar Departamento de Ciência Política da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto;

- Doutora Maria João Militão Ferreira de Sousa Pereira, Professora Auxiliar Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa.

Lisboa

2017

Dedicatória

À Deus, para
que derrame a Sua Bênção em prol do desenvolvimento de São Tomé e Príncipe;

À Lábica e à Romana,
minhas saudosas mães. Tudo o que hoje sou, devo-o a estas duas grandes mulheres;

À minha família

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a Deus pelo dom da vida e por me ter concedido a graça de poder concluir mais esta etapa da minha vida. A elaboração de um trabalho desta natureza é, em vários momentos, algo árduo e solitário. Por isso, o mesmo não teria sido possível sem o enorme alento de todos aqueles cuja amizade, compreensão, sabedoria e estímulo tive o grato privilégio de receber em todos os momentos. Dizia Fernando Pessoa que “o valor das coisas não está no tempo que elas duram, mas na intensidade com que acontecem”. Daí que existam momentos inesquecíveis, coisas inexplicáveis e pessoas incomparáveis. É inspirando-me nelas que vão os meus sinceros agradecimentos a essas incomparáveis pessoas, designadamente:

Ao Professor Catedrático Doutor Heitor Romana, meu ilustre orientador, pela confiança e perseverança que sempre demonstrou relativamente ao meu trabalho e pelo apoio com que me brindou. O seu entusiasmo em relação a este tema de investigação contribuiu para reforçar em mim a certeza da sua pertinência; à Professora Associada com Agregação Doutora Carla Costa, minha ilustre coorientadora, pelo seu incansável e pertinente apoio prestado durante a elaboração da tese, pelos conselhos e sugestões, pelas permanentes palavras de estímulo e de encorajamento que tanto me animaram nos momentos mais difíceis. Ao ilustre Presidente do ISCSP, Doutor Manuel Meirinho, meu professor, bem como à fantástica e competente equipa de professores que, durante a fase curricular, me ministraram conhecimentos, saber e experiências que são seu apanágio; À Universidade Pública de São Tomé, na pessoa do professor Peregrino Costa, pela oportunidade que nos proporcionou para transformar em realidade este sonho; à Professora Doutora Inocência Mata, que sempre me encorajou a escrever e por todo o apoio dado na revisão desta tese; aos escritores Albertino Bragança e Mário Máximo, pela forma gentil como se mostraram disponíveis para ajudar a proceder à revisão desta tese; às entidades que se disponibilizaram a participar nas entrevistas semiestruturadas, abdicando, para o efeito, de algum do seu tão escasso e precioso tempo.

À minha querida família, Carlos, Annia, Weine e Carlinho, pelo estímulo, carinho e apoio de todas as horas, com particular destaque para o Carlos e a Annia, pelo incansável apoio na investigação, compilação, tradução das bibliografias e na revisão do presente texto; enfim, a todas as pessoas anónimas que, com o seu diferenciado apoio, tornaram possível este sonho.

Resumo

O presente estudo visa essencialmente analisar as potencialidades de São Tomé e Príncipe para servir como um Gateway Regional. Seguindo a metodologia de estudo de caso, pretendemos compreender e demonstrar que este arquipélago possui potencialidades que, bem exploradas, poderão contribuir para garantir o seu desenvolvimento sustentável tomando, no contexto dos investimentos a serem feitos, o turismo e a prestação de serviços como fatores centrais. A autora parte do pressuposto de que as potencialidades que este país oferece podem contribuir para a sua transformação num Gateway Regional, o que permitirá ao mesmo iniciar um novo ciclo económico a partir da alavancagem de uma economia que assente gradualmente na prestação de serviços. Trata-se de um grande desafio que só será possível com a implementação de projetos estruturantes no domínio das infraestruturas e com uma política fiscal capaz de garantir a competitividade externa do país.

Este desempenho económico explica-se basicamente através de fatores geopolítico, geoestratégico e geoeconómico que acabam por dotar o país de um conjunto de vantagens competitivas. O estudo considera ainda que a constante instabilidade político-governativa tem também contribuído para bloquear o seu processo de desenvolvimento, pelo que considera imperiosa a necessidade de se gerarem consensos em torno deste grande desafio, bem como a garantia de estabilidade governativa como elemento essencial para promover o desenvolvimento sustentável deste arquipélago. Após aturada análise, constatamos que este país tem potencialidades para se transformar num Gateway Regional assente na otimização de fatores tais como a sua posição geoestratégica no Golfo da Guiné, o regime político democrático, a vocação para prestação de serviços de logística de transportes aéreos e marítimos, serviços de zonas francas, turismo, e a economia do mar, tendo como base de sustentação um forte investimento nas infraestruturas e a adoção de uma adequada política fiscal capaz de garantir a competitividade externa do país. Apresentamos algumas ideias-chave para uma opção estratégica de desenvolvimento sustentável baseada no potencial de Gateway Regional, deixando de igual modo algumas pistas para trabalhos futuros.

Palavras-chave: Pequenos Estados insulares, desenvolvimento sustentável, Gateway Regional, plataforma logística, geoestratégica, geopolítica, geoeconómica, competitividade fiscal, estabilidade política e infraestruturas.

Abstract

This study is basically aimed at analyzing whether Sao Tome and Principe can serve as a Regional Gateway. Subsequently, based on a case study methodology, our intention is to discuss Sao Tome and Principe potential to engage on a process of sustainable development, services based, namely tourism and fiscal facilities featuring as central factors in the context of future investments. We argue that Sao Tome and Principe carries a set of endogenous conditions that, if properly articulated, may redesign a context that transforms this archipelago into a Regional Gateway, which will allow the country to start a new economic cycle based on increasing service provision. This is a challenge that will only be possible with the implementation of structuring projects on infrastructure and fiscal policy, capable of guaranteeing peripheral competitiveness.

This economic performance is explained primarily by geopolitical, geostrategic and geoeconomics' factors that ultimately provide the country with a set of comparative advantages. The study also takes into consideration the need to tackle permanent governmental instability, which has contributed to wedge the country's development process. Therefore, we emphasize an urgent need to build consensus around this extraordinary challenge as well as need to provide for the governmental stability as an essential element to promote sustainable development. After an in-depth scrutiny we conclude that the country evidences the capability of becoming a Regional Gateway, provided that some basic conditions are met: the optimization of factors such as the geostrategic position of the country in the Gulf of Guinea; the democratic political regime; the aptitude to provide services, air and sea transport logistics; free zones services, tourism and the economy of the sea; a strong investment in the infrastructures; implementation of an adequate fiscal policy, capable of guaranteeing the external competitiveness of the country. Finally, we introduce some key ideas for a strategic choice of sustainable development based on the condition of Regional Gateway.

Key words: Small island developing States, sustainable development, Regional Gateway, logistics platform, geostrategic, geopolitics, geoeconomics, fiscal competitiveness, political stability and infrastructures.

ÍNDICE GERAL

Dedicatória.....	ii
Agradecimentos.....	iii
Resumo.....	iv
Abstract.....	v
Acrónimos e Siglas	ix
Índice de Figuras	xiv
Índice de Tabelas	xv
INTRODUÇÃO.....	17
Enquadramento metodológico.....	21
PARTE I.....	28
O desenvolvimento socioeconómico na literatura.....	28
Capítulo 1. Teorias do desenvolvimento socioeconómico	32
1.1 Teorias de base ricardiana: crescimento económico, acumulação de capital e progresso técnico	32
1.2 Desenvolvimento económico vs crescimento económico	35
1.3 Estruturalistas: Prebish e seguidores	39
1.4 Abordagem institucionalista: O papel do Estado e das instituições	43
1.5 Revivalismo neoclássico: anos 1980 e o papel do Consenso de Washington.....	45
1.6 Teorias alternativas de desenvolvimento.....	48
1.7 Do desenvolvimento socioeconómico ao desenvolvimento sustentável.....	51
1.8 Desenvolvimento socioeconómico em África.....	56
Capítulo 2. O desenvolvimento socioeconómico nos PEIVD.....	61
2.1. Caraterísticas gerais dos PEIVD.....	63
2.2. O desenvolvimento sustentável dos PEIVD africanos	66
PARTE II.....	74
Caraterização e análise da realidade socioeconómica de STP no contexto dos PEIVD.	74
Capítulo 1 – Caraterização geo-histórica e sociodemográfica	75
1.1 Dimensão e morfologia	75
1.2 Descobrimento, povoamento e colonização	78
1.3 Saúde e Educação	81

Capítulo 2 – Abordagem histórica da economia de STP.....	90
2.1 Os ciclos de produção agrícola.....	92
2.2 As roças como unidades de produção.....	101
Capítulo 3 – A economia de STP desde a independência	104
3.1 Fase de economia centralizada	104
3.2 Fase de liberalização económica	109
3.3. Evolução recente da economia santomense.....	113
3.4. Ajuda pública ao desenvolvimento (APD) de STP	120
PARTE III	125
STP como um Gateway Regional: Principais vetores de otimização.....	125
Capítulo 1- As Regiões Gateway – Análise geopolítica.....	127
1.1 A geopolítica do espaço marítimo: o mar como vetor do poder	127
1.2 A teoria geopolítica de Saul Cohen	132
1.3 Conceito operacional de Gateway	138
Capítulo 2 - STP no contexto geopolítico, geoestratégico e geoeconómico do Golfo da Guiné	144
2.1 Interesse geoeconómico pela região do Golfo da Guiné	145
2.1.1 Os atores estratégicos extrarregionais (os major players)	151
2.1.2 Os atores estratégicos regionais.....	165
2.1.2.1 As organizações regionais	166
2.1.3 Os atores estratégicos transregionais - A CPLP.....	173
2.2 A segurança marítima no Golfo da Guiné	179
2.3 Aplicação do conceito de Gateway a STP.....	183
Capítulo 3 – O sistema político democrático como elemento facilitador da transformação de STP num Gateway Regional.....	189
3.1. Reforma política e democracia no contexto africano	190
3.2. Sistema político democrático em STP	195
Capítulo 4 – O turismo, as zonas francas e o mar como vetores estratégicos para a transformação de STP num Gateway Regional	200

4.1	A importância do turismo em África.....	200
4.2	Turismo sustentável.....	203
4.3	Turismo em STP.....	210
4.4	Políticas públicas para a promoção do setor turístico em STP.....	217
4.5	Zonas francas como um dos vetores para a transformação de STP num Gateway Regional.....	221
	5. O mar como um dos vetores de transformação de STP num Gateway Regional.....	228
	Capítulo 5 – A relevância da política fiscal na transformação de STP num Gateway Regional.....	229
5.1	A importância do fator tributário como instrumento da competitividade.....	230
5.2	Análise e caracterização do sistema fiscal santomense.....	236
5.3	Reforma do sistema fiscal em STP.....	237
	Capítulo 6 – As infraestruturas como requisito básico e fator de transformação de STP num Gateway Regional.....	243
6.1	As infraestruturas em África.....	243
6.2	Análise e caracterização do estado das infraestruturas em STP.....	247
	Capítulo 7 - De uma estratégia de desenvolvimento sustentável para STP assente no seu potencial de Gateway Regional.....	252
7.1	STP como uma Região Gateway: um consenso nacional?.....	253
7.1.1	Fundamentação e descrição das entrevistas semiestruturadas.....	254
7.1.2	Análise SWOT das entrevistas semiestruturadas.....	268
7.2	Para uma opção estratégica de desenvolvimento sustentável assente no potencial de Gateway Regional.....	275
	CONCLUSÕES.....	281
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	287
	Anexo I - Guião de entrevista semiestruturada.....	306
	Anexo II – Transcrição das entrevistas semiestruturadas.....	309

Acrónimos e Siglas

ACP – África, Caraíbas e Pacífico

ADI – Ação Democrática Independente

AECDI – Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento

AEF – África Equatorial Francesa

AFD – Agência Francesa para o Desenvolvimento

AFRICON – Comando militar Norte-americano para África

AGOA – African Growth and Opportunity Act

AIM – Estratégia Marítima Integrada de África

AIP – Associação Industrial Portuguesa

ANC – Congresso Nacional Africano

ANSTP – Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe

APD – Ajuda Pública ao Desenvolvimento

APSA – Arquitetura de Paz e Segurança Africana

ASEAN – Associação de Nações do Sudeste Asiático

BAD – Banco Africano de Desenvolvimento

BCSTP – Banco Central de São Tomé e Príncipe

BEAC – União Monetária

BISTP – Banco Internacional de São Tomé e Príncipe

BM – Banco Mundial

BNSTP – Banco Nacional de São Tomé e Príncipe

CAE – Comunidade da África do Este

CAD – Comité de Ajuda ao Desenvolvimento

CAO – Comunidade de África Oriental

CEA – Comissão Económica das Nações Unidas para África

CE – Comissão Europeia

CEEAC/ ECCAS – Comunidade Económica dos Estados da África Central

CEDEAO/ CEEAO – Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental

CGD – Caixa Geral de Depósitos
CGG – Comissão do Golfo da Guiné
CEMAC – Comunidade Económica e Monetária da África Central
CEMZA – Criação da Zona Marítima Exclusiva Convencionada da África
CEN-SAD – Comunidade dos Estados Sahelo- Saarianos
CEPGAL - Comunidade Económica dos Países dos Grandes Lagos
CNPC – Caixa Nacional de Poupança e Créditos
COI – Comunidade do Oceano Índico
COPAZ – Conselho para Paz e Segurança na África Central
COMESA – Mercado Comum da África Oriental e Austral
CPLP – Comunidade de Países de Língua Portuguesa
CRIMGO – Rotas Marítimas Críticas do Golfo da Guiné
DSA – Dimensão Social de Ajustamento
DGTH – Direção Geral do Turismo e Hotelaria
DMA – Domínio Marítimo Africano
DTS – Direito Especial de Saque
ECOWAS – Economic Community of West African States
EEA – Empresas Estatais Agropecuárias
EMAE – Empresa de Água e Eletricidade
ENPAB – Estratégia Nacional e Plano de Ação da Biodiversidade
ENRP – Estratégia Nacional de Redução da Pobreza
EUA – Estados Unidos de América
FED – Fundo Europeu de Desenvolvimento
FMI – Fundo Monetário Internacional
FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique
FSI – Fundo Social de Infraestruturas
FUNAG – Fundação Alexandre de Gusmão
GEF – Fundo Mundial do Ambiente
GNL – Gás Natural Liquefeito

GLP – Gás Liquefeito do Petróleo

GOP – Grandes Opções do Plano

ICAO – Organização Internacional de Aviação Civil

IDE – Investimento Direto Estrangeiro

IDF – Instituto Diocesano de Formação João Paulo II

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IGAD - Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento

INDES – Instituto de Desenvolvimento Económico e Social

IOF – Inquérito ao Orçamento Familiar

IPAD – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento

IPH – Índice de Pobreza Humana

IR – Imposto de Rendimento

IRS – Imposto de Rendimento de Pessoas Singulares

IRC – Imposto de Rendimento de Pessoas Coletivas

ISCSP – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas

ISEG – Instituto Superior de Economia e Gestão

MCA – Millennium Challenge Account

MCC – Millennium Challenge Corporation

MEND – Movement for the Emancipation of the Niger Delta

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

MLSTP – Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe

MPD – Movimento para a Democracia

MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola

NEPAD – Nova Parceria para o Desenvolvimento de África

NSS – Estratégia de Segurança Nacional Americana

NU – Nações Unidas

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milénio

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OGE - Orçamento Geral do Estado

OMC – Organização Mundial do Comércio

ONU- Organização das Nações Unidas

ONUDI – Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial

ORA – Organizações Regionais Africanas

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

OUA – Organização da Unidade Africana

PAE – Programa de Ajustamento Estrutural

PAM – Programa Alimentar Mundial

PAICV – Partido Africano para a Independência de Cabo Verde

PAIGC - Partido Africano para a Independência de Guiné e Cabo Verde

PCD-GR – Partido de Convergência Democrática Grupo de Reflexão

PDT – Plano Diretor do Turismo

PEDT – Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo

PEIVD – Pequenos Estados Insulares em Vias de Desenvolvimento

PER – Programa Económico Regional

PIB – Produto Interno Bruto

PIC – Programa Indicativo de Cooperação

PIP – Programa de Investimentos Públicos

PMA – Países Menos Avançados

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

RDC – República Democrática do Congo

RECAMP – Renforcement des Capacités Africaines de Maintien de la Paix

RGPH – Recenseamento Geral da População e da Habitação

RUP – Regiões Ultra Periféricas

SACU – União Aduaneira da África Austral

SADC – Comunidade de Desenvolvimento da África Austral

SAFE – Sistema de Administração Financeira do Estado

STABEX – Estabilização das Receitas de Exportação

STD – Moeda nacional (A Dobra)

STP – São Tomé e Príncipe

SWOT - Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats

TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação

UA – União Africana

UCA – Unidade de Coordenação de Ajuda

UDEAC – União Aduaneira e Económica da África Central

UE – União Europeia

UEMOA – União Económica e Monetária Oeste Africana

UMA – União de Magreb Árabe

UMPP – União para a Mudança e Progresso do Príncipe

UNCTAD – Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento

UNEP – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola

UNITEL/STP – Operadora de Telecomunicações Móveis de STP

URM – União do Rio Mano

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

USAID – Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

WEO – World Economic Outlook

ZOPACAS – Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

Índice de Figuras

Figura nº 1 – Localização de STP no continente africano

Figura nº2 – Mapa de STP

Figura nº3 – Pirâmide etária: RGPH (2012)

Figura nº4 – Evolução da taxa de crescimento médio anual da população (1940 -2012)

Figura nº5 – Repartição da população segundo a religião (em %): RGPH (2012)

Figura nº6 – Evolução da produção do cacau em STP (1910-2011) em toneladas

Figura nº7 – Evolução do cacau no total das exportações de STP (1896 - 1920)

Figura nº8 – Distribuição setorial do PIB em %

Figura nº9 – Evolução da taxa de crescimento do PIB (1998 – 2012)

Figura nº10 – Evolução da taxa de inflação (1993 – 2015)

Figura nº11 – O Shatterbelt da África subsariana

Figura nº 12 – Utilizadores típicos das plataformas logísticas

Figura nº 13 – STP no Golfo da Guiné

Figura nº 14 – STP no centro do Golfo da Guiné

Figura nº 15 – STP no centro de importantes vias marítimas

Figura nº 16 – Modelo de matriz SWOT

Figura nº 17 – STP como um Gateway Regional – Fatores de Otimização

Índice de Tabelas

Tabela nº1 – Alguns espaços insulares de referência (2015)

Tabela nº 2 – Indicadores básicos nos países membros da CEEAC

Tabela nº 3 – Evolução do preço médio do cacau (1966 – 1970)

Tabela nº 4 – Produção mundial do cacau em toneladas (1905-1914)

Tabela nº 5 – Evolução das exportações por produtos, em contos (1904 -1914)

Tabela nº 6 – Evolução da taxa real do crescimento do PIB nos PEIVD (2008 -2017)

Tabela nº 7 – IDE nos PEIVD africanos (2009 - 2014)

Tabela nº 8 – Evolução da taxa de inflação nos PEIVD africanos (2014-2017)

Tabela nº 9 – Evolução da taxa de inflação nos PALOP (2014-2017)

Tabela nº 10 – Evolução da taxa de inflação nos países da CEEAC (2014-2017)

Tabela nº11 – Evolução dos indicadores macroeconómicos (2014-2019)

Tabela nº12 – Evolução da balança de pagamentos nos PEIVD africanos (2014-2017)

Tabela nº13 – APD nos PEIVD africanos – total de doadores em milhões de USD (2009-2014)

Tabela nº14 – APD nos PALOP - total de doadores em milhões de USD (2009- 2014)

Tabela nº15 – Blocos Económicos Regionais & Entidades Adjuntas

Tabela nº16 – Indicadores básicos nos países membros da CEEAC

Tabela nº17 – Indicadores socioeconómicos dos países da CPLP

Tabela nº 18 – PIB por Estados membros da CPLP e grandes economias (2014)

Tabela nº 19 - População, PIB e tempo de voo dos países do Golfo da Guiné, em relação a STP

Tabela nº 20 – O mercado potencial no Golfo da Guiné

Tabela nº 21 – Tipos do turismo numa ótica de sustentabilidade

Tabela nº 22 – Possíveis impactos positivos do turismo nos países recetores

Tabela nº 23 – Possíveis impactos negativos do turismo nos países recetores

Tabela nº 24 – Unidades hoteleiras existentes em STP

Tabela nº 25 – Indicadores de turismo de STP

Tabela nº 26 – IR nos PEIVD (2015)

Tabela nº 27 – IR nos países membros da CEEAC (2015)

Tabela nº 28 – IR nos PALOP (2015)

Tabela nº 29 – Taxa de IRS por escalões em STP

Tabela nº 30 – Quadro comparativo de IRC (2015)

Tabela nº 31 – Entrevistas semiestruturadas – entidades selecionadas

Tabela nº 32 – Síntese das entrevistas semiestruturadas

Tabela nº 33 – Nível de consenso dos órgãos de soberania santomense

Tabela nº 34 – Síntese do modelo da matriz SWOT

Tabela nº 35 – Matriz SWOT

Tabela nº 36 – Modelo de Análise SWOT

Tabela nº 37 – Análise SWOT baseada nas entrevistas semiestruturadas

INTRODUÇÃO

Parece evidente a viabilização de STP como país vocacionado para a prestação de serviços, podendo nesta visão global o seu espaço territorial vir a desempenhar um papel prevalecente como plataforma propiciadora de contactos internacionais e regionais e de trocas comerciais (Romana, 1997:107).

São Tomé e Príncipe (STP) como um Gateway Regional (Estratégia para um desenvolvimento sustentável) constitui o tema da nossa tese. Pretendemos com o mesmo proceder a uma análise aprofundada das potencialidades que este país oferece, capaz de nos permitir perceber e aferir se as mesmas são suscetíveis de garantir a sua transformação num Gateway Regional e demonstrar que o país é economicamente viável no contexto regional em que se insere, a partir da alavancagem de uma economia que deve apostar gradualmente no setor de prestação de serviços, visando contribuir para relançar o seu crescimento económico e promover o desenvolvimento sustentável.

As razões em que se fundamenta a escolha deste tema prendem-se essencialmente com dois aspetos: razões de carácter científico/académico e razões de carácter pessoal. As de carácter científico/académico relacionam-se, entre outras, com o nosso interesse em procurar contribuir para a demonstração da importância de uma abordagem interdisciplinar no estudo sobre o desenvolvimento socioeconómico ; demonstrar a funcionalidade científica de um quadro teórico-concetual e empírico que maximize as componentes geopolíticas, geoestratégica e geoeconómica na elaboração de um modelo de desenvolvimento socioeconómico e evidenciar a importância científica da operacionalização do conceito de Gateway, considerando a inexistência de estudos devidamente sistematizados e aprofundados sobre esta matéria.

As razões de carácter pessoal emergem da vontade particular da autora, enquanto santomense e economista de profissão que exerceu vários cargos na administração central do Estado, em querer dar também o seu contributo académico, desenvolvendo uma investigação que possa ser útil para o desenvolvimento do seu país. A escolha do tema em si tem também a ver com a familiaridade que a autora tem com o mesmo, pelo facto de ter participado em debates nas mais variadas vertentes, quer no Parlamento, na discussão de programas de sucessivos

governos, quer em conferências e seminários, tanto no plano nacional quanto no internacional, com objetivos que se prendiam com o desenvolvimento de STP. Por outro lado, destaca-se igualmente a vontade que a autora sempre teve de contribuir para a definição de uma estratégia que pudesse garantir o desenvolvimento sustentável do país.

Quando refletimos sobre STP, pequeno Estado insular em vias de desenvolvimento (PEIVD), plantado no centro do mundo, situado no Golfo da Guiné, banhado pelo extenso Oceano Atlântico, e estrategicamente inserido no corredor do Atlântico Sul, apercebemo-nos do seu enorme potencial geopolítico, geoestratégico e geoeconómico. Quando associamos este potencial à difícil situação económica e social com que depara o país, a questão que se nos coloca prende-se com o porquê do seu visível atraso relativamente aos outros países que ascenderam à independência em igual período? Na busca de uma resposta plausível a esta questão, sobretudo da sua causa mais profunda, constatamos, com base nos estudos disponíveis - Cardoso (2007), Santo (2013) e Fernandes (2014) - que a estagnação económica que vive STP se deve essencialmente aos sucessivos anos de instabilidade político-governativa e à incapacidade dos santomenses de serem inclusivos e de trabalharem em conjunto.

Seguindo o método de estudo de caso e as técnicas de análise documental, associado à entrevista semiestruturada, observação participante e análise SWOT (Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats), pretendemos compreender e demonstrar que STP possui potencialidades que, bem exploradas, poderão contribuir para garantir o seu desenvolvimento sustentável, elegendo como fator central a prestação de serviços, o turismo e um forte investimento nas infraestruturas (no contexto da imprescindibilidade dos investimentos a serem feitos). Neste sentido, o nosso estudo de caso é baseado em suporte documental sobre esta temática bem como em contributos decorrentes de entrevistas semiestruturadas de entidades profundamente conhecedoras destas matérias, de modo a se aferir e interpretar a sua dimensão e alcance.

Muito se tem falado, nos últimos tempos, sobre as perspetivas de desenvolvimento de STP e a necessidade de se gerar consensos em torno dos grandes desafios nacionais, como condição imprescindível para que seja a mais consensual possível a estratégia de desenvolvimento a ser

adotada. Ou seja, a necessidade de se aproveitar a posição geoestratégica deste arquipélago para transformá-lo num Gateway Regional e, sobre esta base, iniciar um novo ciclo económico para o país, é um dos desafios que requer um amplo consenso nacional absolutamente necessário à garantia da sua implementação com sucesso.

STP é, do ponto de vista dos convencionalismos geográficos, o país que mais próximo está do centro do mundo, o ponto de interseção entre a linha do Equador e o meridiano de Greenwich, ponto de latitude e longitude 0,0:0,0 - ou seja, tem uma posição geoestratégica privilegiada. Este aspeto, para além do seu potencial de marketing, sobretudo na perspetiva do turismo, é um ativo importante para o equacionamento de formas sustentáveis de desenvolvimento nacional (Aguiar, 2013). Para este autor, estar geograficamente no centro do mundo significa estar no cruzamento das rotas norte-sul e este-oeste do tráfego dos transportes marítimos e aéreos gerados pela globalização e integração das economias dos países. Sendo historicamente o petróleo o mais importante recurso energético desta região, a transformação de STP num Gateway Regional envolve, segundo Lins (2011), um irrevogável entrelaçamento de geoeconomia, geopolítica e geoestratégia, salientando-se que a centralidade dos recursos energéticos na acumulação de capital e a proeminência do petróleo na matriz energética ao nível planetário outorgam a essa *commodity* um papel decisivo na geoeconomia e na geopolítica dos Estados.

À semelhança de outros PEIVD, o país apresenta vulnerabilidades próprias decorrentes da sua reduzida população e mercado, do elevado custo dos transportes internacionais, da pouca diversificação da sua atividade económica, da concentração das suas exportações num só produto - o cacau -, e da dependência das importações (BAD, 2010). Segundo Cardoso (2007), BAD (2010) e Santo (2013), esta situação é ainda mais grave pelo facto de este jovem país apresentar uma reduzida capacidade de gestão da administração resultante, por um lado, da fraca capacidade institucional de gestão e utilização dos recursos disponíveis, da fraca qualificação dos seus recursos humanos aliada à fuga de cérebros e, por outro, da ausência de uma estratégia global de desenvolvimento associada à deficiente aplicação da ajuda externa na criação e modernização das infraestruturas e à incapacidade técnica de criar um ambiente favorável ao investimento do setor privado.

Embora o país tivesse aderido ao Consenso de Washington e implementado, a partir de 1987, o Programa de Ajustamento Estrutural (PAE), o seu resultado não se traduziu, em termos económicos e sociais, numa melhoria da situação do mesmo. Com efeito, apesar das medidas de política macroeconómica adotadas na década de 90 do século XX (reforma do setor agrícola e financeiro, e reforma das finanças públicas), os desequilíbrios mantiveram-se e as instituições continuam frágeis, tal como reconhece o governo no seu documento sobre as grandes opções do plano (GOP, 2017):

O nosso Estado e as nossas instituições são frágeis. Muitas são as áreas em que são necessárias intervenções profundas para que se possa melhorar o seu desempenho global, de modo a facilitar a vida dos cidadãos, garantir a segurança e a fiabilidade dos atos administrativos, promover o investimento e garantir o desenvolvimento económico (GOP, 2017:30,31)

Por tais razões, STP enfrenta desafios diversos. De entre eles contam-se: a elevada taxa de desemprego, administração pública pouco capacitada, excessiva burocracia, insuficiente formação e capacitação dos seus recursos humanos, grandes desequilíbrios sociais e territoriais, imagem externa desfavorável à atração de investimento direto privado, persistente instabilidade político-governativa, falta de uma visão estratégica unificada de desenvolvimento, uma dispersão recorrente dos recursos, a exígua dimensão do mercado, insuficiência de infraestruturas económicas e sociais, fraca capacidade do setor privado, de entre outros (GOP, 2017).

Tal como reconhecem Gomes (1986), Romana (1997) e as próprias autoridades santomenses através do GOP (2017), para vencer esse desafio e colocar este país no quadro de uma estratégia de desenvolvimento socioeconómico STP tem um conjunto de metas a atingir, sendo a primeira, no entender dos supracitados autores, a necessidade de o Estado santomense garantir a margem de confiança e credibilidade interna e externa de que ainda dispõe. Perante este cenário e tendo em conta os vários modelos de desenvolvimento já experimentados pelas autoridades, sem terem no entanto surtido o efeito esperado, o que se questiona de facto é saber se as potencialidades que o país oferece poderão contribuir, de facto, para promover o seu desenvolvimento sustentável assente na sua transformação num Gateway Regional.

Nessa perspetiva, e tomando em consideração os resultados das entrevistas semiestruturadas elaboradas para o efeito, bem como as diversas bibliografias consultadas, uma atenção

especial foi dada à análise dos fatores de otimização tais como: a posição geoestratégica do país, o regime político democrático, a sua vocação para prestação de serviços, mormente o turismo, as zonas francas e a economia do mar, bem como a necessidade de um forte investimento nas infraestruturas e adoção de uma adequada política fiscal capaz de garantir a competitividade externa do país como base de sustentação.

Nesta ordem de ideias, o trabalho foi estruturado em três partes e integra doze capítulos, para além da introdução que sintetiza as ideias gerais do mesmo. Na primeira parte abordamos questões que se prendem com a temática e os modelos teóricos do desenvolvimento socioeconómico, bem como a sua particularidade no leque dos PEIVD. Na segunda parte analisamos as questões que se prendem com a realidade socioeconómica de STP, tendo-nos debruçado sobre as transformações socioeconómicas ocorridas nestas ilhas. Na terceira parte dedicamos toda a nossa atenção às Regiões Gateway, que constituem o cerne da nossa dissertação, tendo-nos debruçado sobre a situação destas ilhas no contexto geopolítico, geoestratégico e geoeconómico do Golfo da Guiné bem como dos seus principais fatores de otimização como um Gateway Regional. Concluímos apresentando algumas ideias-chave para uma opção estratégica de desenvolvimento sustentável assente no potencial de Gateway Regional, deixando de igual modo algumas pistas para trabalhos futuros.

Enquadramento metodológico

Alguns autores, dentre os quais Mingers (2001) e Munro, Mingers *et al* (2012) reconhecem a vantagem de se utilizar a chamada multimetodologia que consiste numa mistura complementar de metodologias para as pesquisas multifacetadas, numa perspetiva de abordagem multidisciplinar. Com efeito, segundo Mingers (2001):

A literatura recente sugere que os atores de desenvolvimento reconheçam cada vez mais as vantagens de usar uma mistura complementar de metodologias para pesquisas relacionadas com o desenvolvimento assim como a sua monitorização, a chamada multimetodologia. Assim sendo, há necessidade duma abordagem multidisciplinar e multifacetada, no que se refere às metodologias (Mingers, 2001:241).

- **Problema e objetivos gerais e específicos da investigação**

Em Ciência, a ideia de problema ocupa o lugar central da metodologia de investigação científica pois, sem problema, não há investigação (Deshaies, 1997; Moreira, 2007; Barros, 2010; Turrone, 2012; Canastra *et al*, 2014). Tendo em conta a pertinência e a relevância do objeto de estudo da presente tese, propusemos como questão de partida a seguinte: Que potencialidades oferece STP capazes de garantir a sua transformação num Gateway Regional visando o seu desenvolvimento sustentável? Neste sentido, definimos como objetivo geral estudar e avaliar as potencialidades que o país oferece para garantir a sua transformação num Gateway Regional visando o seu desenvolvimento sustentável. Para a melhor compreensão do mesmo, definimos alguns objetivos específicos, designadamente:

1. Analisar, no contexto da bibliografia sobre o desenvolvimento, as principais abordagens teóricas sobre o desenvolvimento socioeconómico nos PEIVD;
2. Identificar, analisar e caracterizar, no contexto da bibliografia sobre o assunto, a relevância da posição geoestratégica e geoeconómica de STP e o contributo dos Gateways Regionais para o desenvolvimento sustentável no caso dos PEIVD;
3. Estudar o papel dos major players extrarregionais, regionais e transregionais no processo de desenvolvimento económico de STP;
4. Testar a aplicabilidade do conceito geopolítico de Gateway criado por Saul Cohen;
5. Analisar o nível de consenso dos órgãos de soberania santomense bem como a visão das elites políticas, económicas e empresariais na transformação do país num Gateway Regional e no papel dos mesmos para uma estratégia de desenvolvimento sustentável;
6. Analisar a vocação de STP para a prestação de serviços assentes nos vetores estratégicos do turismo, das zonas francas e da economia do mar;
7. Estudar e analisar a relevância da política fiscal bem como a necessidade de infraestruturas como requisitos básicos ao aproveitamento da posição geoestratégica de STP para transformar o país num Gateway Regional;
8. Propor uma estratégia de desenvolvimento sustentável para STP assente no seu potencial de Gateway Regional.

Para o cumprimento deste desiderato, partimos do pressuposto de que as potencialidades que STP oferece podem contribuir para a sua transformação num Gateway Regional, o que permitirá ao país iniciar um novo ciclo económico baseado na prestação de serviços de logística de transportes aéreos e marítimos, serviços de zonas francas, turismo, agro-indústria e pescas de qualidade para garantir a sustentabilidade da sua economia. Com base na lógica de Mingers, e tendo em conta a dimensão, os objetivos e o alcance desse estudo, combinámos os métodos de estudo de caso e o método histórico utilizando, para o efeito, as avaliações de cunho quantitativo e qualitativo, consideradas por muitos autores como complementares e baseando-se nas técnicas de análise documental, entrevista semiestruturada, observação participante e técnica de análise SWOT.

- **Análise documental de fontes primárias e secundárias**

Uma vez definido o nosso objeto de estudo, iniciamos a preparação da dissertação com uma pesquisa bibliográfica de fontes primárias e secundárias, visando contextualizar o tema em estudo. Esta pesquisa foi feita através da consulta e identificação de livros, teses, estudos, relatórios e sítios eletrónicos com o fito de trabalhar com as principais teorias e autores que abordam esta temática tal como sugere Garcia *et al* (2011). Apesar de existirem poucos estudos sobre a mesma, a pesquisa bibliográfica permitiu-nos conhecer alguns dos escritos sobre esta matéria, desde relatórios, legislação, projetos relevantes para o efeito, estudos, publicações, livros, artigos de revistas, jornais, folhas noticiosas, programas dos sucessivos governos que abordam este assunto e relatórios de consultoria, o que possibilitou o reconhecimento dos aspetos relevantes sobre o tema em estudo. De igual modo, compilamos os dados estatísticos sobre a evolução da economia santomense, bem como os de outras ilhas-Estados que poderão servir de base para efeitos de comparação. A técnica fundamental utilizada neste método foi a de análise documental.

Ao longo de todo o trabalho procuramos obter informação o mais atual possível, através de pesquisas frequentes aos *sites* sobre essas temáticas. A análise documental adequa-se à variedade de suportes documentais consultados e apresenta, em relação aos métodos de entrevista (que são pela sua natureza interativos), a vantagem de não haver interferências entre o investigador e o objeto analisado, exceção feita, claro está, à própria interpretação

subjetiva do investigador (Garcia *et al*, 2011; Canastra *et al*, 2014). Dada a natureza da questão objeto de investigação e dos objetivos do presente trabalho, procedemos à análise documental, desde as orientações de nível internacional até aos planos estratégicos nacionais. Procedemos, de igual modo, a análise das entrevistas semiestruturadas realizadas para o efeito, conforme recomendam Quivy e Campenhoudt (1992), procurando enquadrar estas informações à luz das considerações teóricas recolhidas. Atendendo a que se trata de um estudo de caso e tendo de igual modo em conta a possível exiguidade da literatura e informação disponível sobre esta matéria, o método qualitativo foi utilizado como recurso para colocar questões aos sujeitos e atores locais em diferentes perspetivas e fundamentar (através da documentação) práticas locais ou contextualizadas.

Tal como dissemos anteriormente foi, de igual modo, utilizado o método histórico visando proceder à análise dos fenómenos e factos sociopolíticos e económicos do passado relativos à história da economia de STP com o objetivo de explicar a realidade atual e perspetivar o futuro. Aliás, tal como reconhece Barros (2010), o presente sem história é descrição sem interpretação dos fenómenos, salientando que o método histórico ajuda a compreender a realidade atual (*apud* Darwin 1849), ou seja, é uma evolução do que já aconteceu, ajudando-nos a compreender o que na realidade somos económica, social, ambiental e politicamente.

- **Entrevistas semiestruturadas**

Com vista a encontrar-se resposta à questão de investigação e aos objetivos do presente trabalho, e tendo em conta os recursos disponíveis e a natureza das informações a obter, optamos pela entrevista semiestruturada como técnica privilegiada de recolha de dados. Uma abordagem mais aprofundada sobre esta matéria constará no capítulo 7 desta tese (no subcapítulo 7.1.1) relativo à fundamentação e descrição das entrevistas semiestruturadas.

- **Algumas considerações sobre o estudo de caso**

Tal como reconhece Silva (2013), os PEIVD caracterizam-se por apresentarem vários constrangimentos associados à sua reduzida dimensão, isolamento e limitação de recursos e acessibilidades, que se refletem na economia e na sociedade. Estas debilidades reforçam a

necessidade destes países apostarem em novos setores exportadores e conseqüentemente na internacionalização da sua economia. De facto, STP como um PEIVD reúne todas as características supra referenciadas pelo que, para a sua melhor compreensão, optamos por considerá-lo como um estudo de caso, num trabalho de investigação científica desta natureza. Yin (2005, 2014) considera que os estudos de caso constituem uma estratégia adequada para dar resposta a questões deste tipo, em particular quando a investigação tem um controlo reduzido sobre os eventos e quando o foco é um fenómeno contemporâneo num contexto de vida real. Por isso procuramos incluir contributos de diferentes disciplinas científicas utilizando uma abordagem multidisciplinar pois surgem integrados neste trabalho dados quantitativos (dados estatísticos), qualitativos (conclusões sobre práticas sustentáveis), objetivos (estatísticas) e subjetivos (a nossa própria interpretação das entrevistas recorrendo de igual modo à técnica de observação participante). Com efeito,

O estudo de caso pode contribuir para o conhecimento de fenómenos organizacionais, sociais e políticos, pois investiga-os no seu contexto real, especialmente quando as fronteiras entre o fenómeno e o contexto não são evidentes (Yin, 2005: 2).

Ainda segundo Yin (2005, 2014), apesar de o estudo de caso parecer, para muitos, uma pesquisa fácil, ele é extremamente complicado, ressaltando que é árduo e necessita de planeamento e disposição para aplicar as etapas que ele pressupõe. O estudo de caso não se resume a organizar uma série de questionários e aplicá-los simplesmente, ainda que distinguindo os elementos-chave da pesquisa, ou seja, o público-alvo e o que se quer investigar. A clareza acerca das limitações e do cuidado em não manipular as variáveis para validar o problema, bem como a responsabilidade em aplicar os questionários, é fundamental para a idoneidade da análise dos resultados alcançados daí a necessidade da identificação das condições da investigação e da preparação do investigador.

Por seu turno Triviños (1987) considera que o estudo de caso orienta a reflexão sobre uma situação, produzindo uma análise crítica que leva o investigador à tomada de decisões e/ou à proposição de ações transformadoras. Por isso este autor aponta o estudo de caso como possivelmente o mais relevante dos tipos de pesquisa qualitativa. Refere a possibilidade de utilização do estudo de caso na pesquisa quantitativa, embora o considere pouco adequado à quantificação das informações. O autor identifica diferentes formas de estudo de caso, entre

as quais os histórico-organizacionais, observacionais, de história de vida, de uma comunidade e de análise situacional.

Ainda de acordo com Triviños (1987), os estudos de caso costumam combinar diversos métodos de recolha de dados, tais como documentos de arquivo, entrevistas, questionários e observações, salientando que as evidências podem ser qualitativas (palavras), quantitativas (números) ou ambas. Relativamente ao método quantitativo e, tendo em conta o nosso objeto de estudo, a ênfase quantitativa baseou-se na estruturação, análise, sistematização de toda a informação relevante concernente a identificação e estudo das potencialidades que o país oferece para se transformar num Gateway Regional. Segundo Yin (2014), um estudo de caso pode basear-se em documentos primários e secundários, observação direta e entrevista. De acordo com o nosso objeto de estudo foram basicamente utilizados os documentos primários bem como os dados de fontes secundárias de caráter interno e externo.

- **Algumas considerações sobre a análise SWOT**

Neto (2011) considera a análise SWOT como uma técnica auxiliar na elaboração do planeamento estratégico que começou a ser estruturado por volta dos anos 1960 a 1970 nas escolas americanas, com o objetivo de focar na combinação das forças e fraquezas de uma organização, e simultaneamente nas oportunidades e ameaças do mercado. Para o referido autor, as forças e fraquezas são avaliadas pela observação da situação atual da organização, em geral avaliadas a partir de fatores internos intimamente ligados a fatores externos. Este assunto foi abordado com maior pormenor no capítulo 7 desta tese, (no subcapítulo 7.1.2) relativo à análise SWOT das entrevistas semiestruturadas.

Síntese

Neste enquadramento metodológico definimos os objetivos gerais e específicos que se pretende desenvolver nesta tese bem como as várias metodologias utilizadas na pesquisa, tendo recorrido a dois métodos de pesquisa, nomeadamente o estudo de caso e o método histórico, baseado nas técnicas de análise documental, entrevistas semiestruturadas, observação participante e análise SWOT combinando, para o efeito, avaliações de cunho quantitativo e qualitativo que são consideradas por muitos autores como complementares. O desenho da investigação obedeceu às seguintes fases:

Escolha do tema e definição do objeto de estudo;

identificação do problema;

formulação dos pressupostos;

desenho bibliográfico;

desenho de campo;

recolha de dados, seleção, análise e processamento das informações;

redação da tese.

Procedemos à revisão da literatura com vista à obtenção de informações para o nosso tema, seguida do desenvolvimento de entrevistas semiestruturadas. De igual modo, procedemos ao processamento das informações recolhidas e compiladas e à produção do relatório de pesquisa. A leitura e análise dos dados obedeceram à técnica SWOT que consistiu na avaliação das forças, fraquezas, oportunidades e ameaças que enfrentará o país ao apostar nas suas potencialidades para se transformar num Gateway Regional.

PARTE I

O desenvolvimento socioeconómico na literatura

A área do conhecimento da nossa tese prende-se com o desenvolvimento socioeconómico. Por isso entendemos introduzir, na primeira parte da nossa investigação, esta temática, que julgamos pertinente e oportuna na medida em que põe em evidência a questão da relevância das teorias de desenvolvimento para a melhor compreensão do nosso objeto de estudo.

O equilíbrio de forças entre os países do mundo sofreu profundas mudanças com o fim da 2ª guerra mundial. As antigas colónias europeias de África, tal como é o caso de STP, deram início aos seus movimentos de independência ao mesmo tempo em que as metrópoles europeias se encontravam enfraquecidas pela guerra (Silva, 2005). Por outro lado, a ascensão da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e a difusão do comunismo fizeram crescer a importância geopolítica dos países como possíveis áreas de influência, no contexto da guerra fria. Os próprios países em vias de desenvolvimento souberam aproveitar a disputa entre as duas superpotências, os Estados Unidos da América (EUA) e a URSS, através de atração de investimento e de ajuda económica para o desenvolvimento. No ocidente, a indignação com as regras do sistema colonial e com a desigualdade de rendimento entre os países fez despertar a reação da opinião pública (Silva, 2005; Costa, 2011).

Silva (2005) considera que foi nesse ambiente de reestruturação política e de indignação social no pós-guerra que o mundo ocidental virou a sua atenção para a questão do desenvolvimento económico dos países em vias de desenvolvimento e a colocou na ordem do dia. Entretanto, a tarefa de pensar no desenvolvimento desses países ficou a cargo da Organização das Nações Unidas (ONU) e de outras organizações internacionais, num primeiro momento, mas poucos anos depois, a partir de 1949, ela se arrastou pela academia e passou a fazer parte da agenda de pesquisa de muitos economistas e não só, tanto dos países desenvolvidos como dos países em vias de desenvolvimento, abrindo assim o espaço para a construção e consolidação do pensamento acerca do desenvolvimento económico (Silva, 2005; Woglo, 2014).

Por estas e outras razões, falar do desenvolvimento socioeconómico constitui uma tarefa deveras difícil na medida em que existe uma extensa e diversificada bibliografia tratando de questões que se prendem com esta temática, que mereceu e tem merecido uma atenção especial por parte de vários autores, nomeadamente Smith (1776), Ricardo (1817), Marx (1867), Schumpeter (1997), Murteira (1990), Romana (1997, 2016), Amaro (2003), Brito (2004), Costa (2010, 2011), BM (2007, 2013, 2016), Sousa (1980, 2008, 2009), Debalí (2009), Dinis (2003, 2010), Krugman (2011), Maia (2011), Género (2012), Santo (2013), BAD (2010, 2012, 2015, 2016), PNUD (1990, 1998, 2001, 2013, 2015, 2016) e AFDB, OECD, UNDP (2016). Este é um tema pertinente nas relações internacionais na medida em que, como considera Género (2012), persistem assimetrias entre determinadas regiões, justificáveis por diferentes linhas de pensamento económico.

De facto e tal como sublinha Debalí (2009), desde a consolidação da noção de desenvolvimento económico, no início do século XX, ocorreram inúmeros debates envolvendo o significado e o alcance deste conceito. Inicialmente, o desenvolvimento, que tratava apenas de aspetos puramente económicos, passou paulatinamente a inserir também aspetos sociais, ao considerar o bem-estar social como parte dos seus objetivos. Com a preocupação atual em relação ao meio ambiente, o conceito de desenvolvimento incluiu mais recentemente a questão da sustentabilidade, dando origem ao conceito de desenvolvimento económico sustentável, que engloba três aspetos essenciais, nomeadamente o económico, o social e o ambiental.

Murteira (1986) e PNUD (2015) consideram que cada país precisa de elaborar o seu próprio projeto de desenvolvimento, na medida em que cada um tem a sua própria história que não se repete, sendo que, nessa medida, se pode admitir que cada país tem o seu próprio desenvolvimento. Por seu turno, Romana (1997, 2016) considera que o desenvolvimento deverá ser entendido como um processo multidimensional, envolvendo a reorganização e reorientação dos sistemas económico e social, salientando que a concretização do desenvolvimento económico implica necessariamente mudanças nas estruturas sociais e administrativas, bem como nos valores quotidianos e, em muitos casos, no sistema de crenças e de costumes. Sublinha ainda o autor que embora o desenvolvimento seja usualmente

definido num contexto nacional, a sua efetiva realização necessita também da existência de condições sociais e económicas, no plano internacional. Ainda segundo Romana (1997), é agora bem evidente que o êxito do desenvolvimento se encontra ligado à flexibilidade e capacidade de reação da economia, do regime político e da sociedade civil, funcionando todos de forma harmónica para a promoção de metas e objetivos comuns. Por isso enfatiza o autor que o sucesso da luta do sul contra a pobreza e o subdesenvolvimento que o afetam dependerá da sua capacidade para reformar e regenerar as economias, os regimes políticos e as sociedades que o compõem. Sobre este aspeto diz ainda o autor:

O desenvolvimento, numa perspetiva antropológica, envolve, em primeiro lugar, o fenómeno da mudança social e cultural. Para o desenvolvimento ocorrer numa determinada sociedade, todas as suas estruturas, principalmente as sociais, as culturais, as económicas e as políticas, deverão funcionar como estimulantes da mudança (Romana, 1997:39).

Alguns autores tais como Debali (2009), Amaro (2003), Dinis (2003, 2010), Krugman (2011), Maia (2011), Costa (2012) e Santo (2013) definem o desenvolvimento económico como um processo através do qual o rendimento real *per capita* dum país cresce durante uma série de anos, com a condição de que não aumente o número das pessoas abaixo da linha da pobreza absoluta, testemunho de uma repartição da riqueza menos desigual. Salienta que, neste caso, o principal objetivo do desenvolvimento económico é a erradicação da pobreza, pelo que a insistência deve ser feita no crescimento do rendimento real *per capita*. Por conseguinte, o desenvolvimento económico significa uma melhoria de bem-estar económico e social.

De acordo com Género (2012), o desenvolvimento socioeconómico consiste na busca da melhor interpretação dos fenómenos económicos e sociais impulsionadores do bem-estar, da sua explicação, analisando os homens nas relações dessa obrigatória interdependência das diferentes sociedades e culturas mundiais. Este autor salienta que o desenvolvimento socioeconómico tende a oferecer valências suscetíveis de, numa só visão, fazer coabitar a abrangência de crescimento económico, da transformação, da modernização, do bem-estar individual. Por essa razão, considera este autor que se torna necessário equiparar o desenvolvimento socioeconómico ao desenvolvimento humano, na justa medida em que o desenvolvimento socioeconómico não se resume à expectativa de vida, à taxa de alfabetização

e demais parâmetros, mas também ao exaustivo conhecimento das estruturas produtivas, o padrão de vida, o progresso técnico e outros.

Na perspetiva de Brito (2015), a análise do processo de desenvolvimento do continente africano representa um desafio, já que obriga a um estudo sistemático e aprofundado de realidades marcadas pela diferenciação e pelo particularismo. Para esta autora, este exercício pode ser ainda mais difícil quando o campo de estudo é condicionado pela insularidade, reconhecendo que os PEIVD, além de profundamente marcados por elementos simbólicos, caracterizam-se por um conjunto de fatores que os distinguem dos continentais e que constituem o resultado da sua situação.

Por seu turno, Santos (2012) e Brito (2015) associam o desenvolvimento dos PEIVD às suas vulnerabilidades enumerando, como exemplo destas os seguintes fatores: a pequena dimensão quer territorial, quer demográfica, a distância em relação aos centros económicos internacionais, o isolamento, a dependência em relação ao exterior, sobretudo no que respeita ao financiamento, às importações, à transferência de conhecimentos e de tecnologia, salientando que tais fatores são habitualmente considerados como indicadores de vulnerabilidades pelo facto de condicionarem a promoção das mudanças e de desenvolvimento nos citados Estados insulares. Estas características enquadram-se perfeitamente no caso concreto de STP, enquanto um PEIVD. Para Dinis (2010), o desenvolvimento económico constitui um ponto de partida na elaboração de estratégias de desenvolvimento mais eficazes. Sobre este aspeto diz o autor o seguinte:

O desenvolvimento económico constitui um ponto de partida fundamental para elaborarmos estratégias de desenvolvimento mais eficazes; mas não é menos verdade que, para construirmos modelos de crescimento económico que incluam todas as variáveis mais relevantes, é crucial percebermos o processo de desenvolvimento económico, social e político em toda a sua complexidade, tanto ao nível macro, como local (Dinis, 2010: 14).

Na base do anteriormente exposto, pretendemos com esta Parte I analisar, da maneira mais explícita possível, as principais ideias presentes nalgumas teorias do desenvolvimento económico de modo a melhor entender a construção do nosso modelo teórico.

Capítulo 1. Teorias do desenvolvimento socioeconómico

1.1 Teorias de base ricardiana: crescimento económico, acumulação de capital e progresso técnico

A ideia de desenvolvimento económico esteve presente desde os mais elementares estudos económicos. Hosseini (2003) considera que tanto a economia do desenvolvimento, como a economia das nações menos avançadas, surgiu durante os anos 1949 e 1950. Para este autor embora muitos pioneiros deste ramo relacionado com a política de economia estivessem cientes das peculiaridades dos países pobres e industrializados, muitos economistas do desenvolvimento ignoraram infelizmente as circunstâncias especiais dos países menos desenvolvidos e propuseram, para estes países, as prescrições políticas geralmente defendidas para nações mais avançadas. Este autor considera que muitos historiadores do desenvolvimento, aderindo a uma única teoria económica, traçaram raízes do desenvolvimento a partir dos escritos de Adam Smith e outros pioneiros da economia moderna, com raízes nas sociedades ocidentais industrializadas.

Apontado como “pai” da ciência económica, na sua obra *“Inquérito Sobre a Natureza e a Causa da Riqueza das Nações”* (reeditada em 2009), considerada por muitos como introdução às teorias de desenvolvimento, Adam Smith já tinha a perceção da existência de diferenças em termos de riqueza. Procurou justificá-las através da capacidade de criação de valor pelo trabalho e, na sua teoria de vantagens absolutas, pela sua diferente incorporação nos bens objeto de comércio internacional. Para Smith, são os seguintes os aspetos que estão na base do desenvolvimento económico: a acumulação do capital, o crescimento populacional e a produtividade da mão-de-obra, introduzindo a ideia da divisão do trabalho como forma de promover o progresso económico. Na perspetiva deste autor, a divisão do trabalho, que viabiliza o aumento da produção, depende da ampliação dos mercados e esta, por sua vez, de condições económicas capazes de assegurar o aumento da quantidade de capital disponível em forma de instrumentos, ferramentas, máquinas e instalações (Cardoso, 2007; Costa, 2010). De igual modo, Smith defendeu a liberdade de atuação dos mercados, sem intervenções do Estado, para assegurar o crescimento dos mercados e os resultados decorrentes desse crescimento. Para a promoção do desenvolvimento económico, o autor salienta a importância de instituições sólidas suscetíveis de garantir a liberdade do comércio interior e exterior, o

direito de propriedade, a segurança da população, o adequado ambiente político e uma legislação condizente com as aspirações do desenvolvimento (Cardoso, 2007; Dinis, 2010; Costa, 2010).

Lara (2013) considera que Adam Smith ficará na primeira referência do capitalismo liberal em virtude das suas conceções sobre a liberdade do comércio, o funcionamento do mercado e a fixação dos preços e dos salários seguindo as leis da oferta e da procura, bem como a restrição que os governos deviam impor à sua própria conduta e objetivos, abstando-se de concorrências desleais, ingerência na atuação económica, fixação de barreiras e limitações de natureza política e jurídica ao desenvolvimento do comércio, decorrentes das conceções mercantilistas e protecionistas que condena de forma categórica e veemente. Por isso, para Lara a herança de Smith é vastíssima. Influencia teóricos das revoluções americana e francesa, as correntes otimista e pessimista do capitalismo e o próprio Karl Marx, continuando até hoje a ter os seus fiéis seguidores.

De igual modo, Ricardo (1772-1823) seguiu de perto as ideias de Smith e considerava o trabalho a base de toda a riqueza e a liberdade individual o motor do desenvolvimento das sociedades. Procurou estabelecer a relação entre desenvolvimento económico, crises e diminuição da taxa de lucro em função do aumento dos custos salariais imputados aos decrescentes rendimentos agrícolas. Ao fazer esta associação apresentava uma visão pessimista para o futuro dos países. Mas ao desenvolver a sua teoria das vantagens relativas, um aperfeiçoamento da teoria de Smith, viria justificar que o comércio internacional, juntamente com o progresso técnico, permitiria uma utilização mais eficiente dos recursos, retardaria o “estado estacionário” e possibilitaria a continuidade do crescimento económico (Costa, 2010).

Partindo das ideias de Smith, Ricardo destacou em 1817 a importância das inovações tecnológicas para o desenvolvimento, embora tivesse sido incluído no leque dos pensadores económicos pessimistas. Para Maia (2011), o seu pessimismo decorreu das hipóteses com que trabalhou, conotadas com rendimentos decrescentes da agricultura, na medida em que a terra se tornava mais escassa com a sua exploração. Ainda segundo Maia (2011), um aspeto

sociocultural da teoria de Ricardo revelou-se nas preocupações que manifestou quanto ao problema causado pelas superpopulações que, segundo ele, eram típicas de sociedades com padrões de subsistência mais modestos. Na perspetiva de Ricardo, para evitar a superpopulação, as sociedades deveriam ser estimuladas a experimentar mais ações de diversão e mais comodidades, ou seja, maior bem-estar, objetivo último do desenvolvimento. Por isso defendia que nem a quantidade de dinheiro existente num país nem o respetivo valor monetário eram determinantes na riqueza duma nação, mas sim a abundância de mercadorias que contribuam para a satisfação e o bem-estar dos seus habitantes.

Cinquenta anos após da publicação dos *Princípios de Economia Política e Tributação*, de Ricardo, Marx (1818-1883) publicou, em 11 de Setembro de 1867, o primeiro volume de sua magna obra *o Capital* que, segundo Maia (2011), é uma crítica da economia política, acrescentando importantes elementos à teoria do valor do trabalho desenvolvida pelos seus antecessores Ricardo e Adam Smith. Para Marx (1867), todo o rendimento deve ser resultado dum trabalho abnegado, alegando que é pelo trabalho que as relações sociais se estabelecem, determinando as estruturas social, cultural, legal e institucional da sociedade. Por isso, Maia (2011) considera que a teoria de desenvolvimento económico de Marx apoiou-se no método dialético de Hegel, que vê nas transformações a origem do desenvolvimento progressivo das sociedades, a mesma rutura ou desequilíbrio mencionado por Smith.

Schumpeter (1883-1950) aperfeiçoou o conceito de desenvolvimento económico ao distinguir as noções de estática e dinâmica na economia, vinculando à primeira noção o fluxo regular da atividade e à segunda a perturbação do ciclo vicioso da estabilidade provocada pelo investimento a partir das inovações tecnológicas. Para este autor, o desenvolvimento económico é um fenómeno originário da própria esfera económica, com características qualitativas novas e não imposto de fora. Ao contrário, o processo de desenvolvimento cria seu próprio móbil, promovendo situação diferente da verificada em situação de equilíbrio. A erupção do processo ocorre, portanto, por iniciativa do produtor, sendo posteriormente acompanhado pelos consumidores. Por essa razão, apontou a importância do crédito ao empreendedor para permitir inovações e o conseqüente desenvolvimento económico (Maia, 2011; Costa, 2010).

Com efeito, os autores da teoria clássica estiveram preocupados com o crescimento de longo prazo, sendo que este aparece nesta teoria dissociado das flutuações de curto prazo do sistema económico (Hosseini, 2003). Para este autor, o crescimento, na perspectiva da teoria clássica, está relacionado com a acumulação de capitais, que teria início com a introdução do sistema capitalista, continuaria durante todo o ciclo de progresso e ia diminuindo à medida que a economia se aproximasse do estado estacionário (onde o lucro desapareceria levando com ele a acumulação de capital). Esta tendência de longo prazo ficou conhecida como “estado progressivo” (*progressive state*), sendo esta dinâmica dependente dos padrões de acumulação de capital, de divisão do produto e do crescimento populacional (Hosseini, 2003).

A visão que separava os fenómenos de curto prazo do estado progressivo e sua relação com a acumulação de capital foi herdada, segundo Silva (2005), por muitos teóricos modernos do desenvolvimento económico. Apesar de comum, tal como reconhece este autor, esta separação não era unânime entre os teóricos preocupados com o crescimento económico. Uma visão alternativa pode ser encontrada nas teorias da escola austríaca e na teoria de Schumpeter. Contrariamente à teoria clássica, os teóricos do início do século XX tinham outra visão, pois para estes a acumulação de capital e o crescimento económico estavam fortemente ligados com a ideia de ciclos económicos, como defendiam autores como Schumpeter (1997).

1.2 Desenvolvimento económico vs crescimento económico

Existe uma certa tendência de se caracterizar o desenvolvimento económico como crescimento económico, ou seja, como uma mera acumulação de capital, ou aumento do produto global bruto (Gelcer, 2013). No entanto, as teorias de desenvolvimento têm como postulado inicial afastar justamente esta ideia (Schumacher, 1973; Perroux, 1981; Hosseini, 2003). Para os supra referidos autores o crescimento económico é entendido como o processo de aumento de capital, considerado em relação ao número de habitantes de determinada nação. Apesar da noção do crescimento ser um importante instrumento de análise do desenvolvimento económico, vista de forma isolada, traz uma ideia opaca e muito simplificada do real grau de desenvolvimento de determinado país.

Por isso, Perroux considera que:

A análise da economia de um país, ou de suas políticas económicas, voltada somente para o critério do crescimento económico, deixa de levar em consideração o tipo de crescimento ao qual estaria se referindo, para quem, com que finalidade e em quais condições (Perroux, 1981:48).

Este autor considera que nos países em desenvolvimento se torna ainda mais perigoso admitir que o crescimento do produto global bruto leve automaticamente o país ao desenvolvimento económico.

Por seu turno, Schumacher (1973) considera que uma economia baseada no paradigma do crescimento e na busca de riqueza é, por definição, insustentável. Segundo este autor, uma economia é insustentável quando o crescimento económico é visto como medida de progresso social, mais grosseiramente sob a forma de que é bom o aumento do PIB, alegando que o desenvolvimento não se inicia com bens materiais, começa com pessoas e sua educação, organização e disciplina. Na perspectiva deste autor, todos os países que possuíam um alto nível de educação, organização e disciplina produziram um “milagre económico”, por mais devastados que tivessem sido durante a guerra (Schumacher, 1973: 179).

De acordo com Hosseini (2003) muitos economistas do desenvolvimento ignoraram o realismo e a relevância necessária para o estudo dos países menos desenvolvidos e, como consequência, tem havido muita confusão entre a noção de desenvolvimento económico e a do crescimento económico. Por isso, este autor considera que o crescimento e o desenvolvimento não são a mesma coisa, alegando no entanto que estes dois conceitos económicos são complementares. Sobre este assunto diz Hosseini (2003) o seguinte:

(...) economic development, which also contains growth, is more comprehensive than the narrower concept called economic growth. While development implies the transformation of poor/ no industrialized economies to developed/industrialized ones, economic growth measures a positive change in the real GDP of any economy- developed or less developed- and, as a branch of economics, growth is usually applied to the more advanced economies (Hosseini, 2003:3).

Para este autor, durante as últimas décadas, esta distinção não tem sido muito clara, sublinhando desta forma que:

This distinction, however, has not been very clear during the past few decades. In fact, even some of the pioneers of the field of development have exhibited confusion in terms of this distinction. It was due to this confusion that as early as the 1940s and the 1950s some economists came to view economic development as growth per capita real GDP of the LDCs (Hosseini, 2003:3).

Por isso, diz concordar com Krugman (2011) quando dizia que o desenvolvimento da economia é um ramo da economia preocupado em explicar por que razão alguns países são muito mais pobres do que os outros e prescrever formas para os países pobres se tornarem ricos. Ainda segundo Hosseini (2003), o desenvolvimento deve preocupar-se com o processo de longo prazo da mudança-crescimento, bem como as questões relacionadas com a distribuição de renda e outros indicadores sociais e económicos, como a alfabetização, a expectativa de vida, a existência e continuidade das instituições políticas, a sociedade civil e do Estado de direito, e até mesmo o estado de valores mais intangíveis, como a justiça e a liberdade.

Na mesma linha de pensamento seguiu Sen (1999), que considera que o crescimento é um meio para alcançar o desenvolvimento, alegando que o crescimento é apenas um aspeto do processo difícil e complexo do desenvolvimento e sublinhando que é preciso muito mais do que o crescimento de uma economia subdesenvolvida para atingir o desenvolvimento. O autor ressalta que a história tem demonstrado que, além do crescimento económico, são igualmente necessárias várias mudanças institucionais, sociais e políticas para alcançar o desenvolvimento. De igual modo, Gelcer (2013) considera que para os países em vias de desenvolvimento, o desenvolvimento económico deve ser entendido, antes de mais, como transformação das estruturas sociais, económicas e políticas, que nestes países são demasiadamente atrasadas.

Para o efeito diz o autor:

Este conjunto de transformação em toda a estrutura do país deve possibilitar que se mantenha um contínuo aumento da produtividade, acumulação de riquezas e a melhoria na qualidade de vida das pessoas. A importância de se entender o desenvolvimento com este sentido de transformação das estruturas é que assim compreende-se a necessidade de se romper com determinadas raízes históricas que impedem o progresso destes países (Gelcer, 2013:16,17).

Para Hosseini (2003), não há crescimento económico sem investimento, e sem crescimento económico não há política económica que se sustente, acrescentando que o crescimento económico nem sempre é o suficiente para combater a pobreza e certamente não é sinónimo de desenvolvimento. O autor sublinha que sem crescimento fracassam todas as demais tentativas de combater a pobreza. De acordo com essa perspetiva, tanto as taxas de poupança doméstica quanto o investimento estrangeiro se tornam variáveis críticas. Pesquisas recentes demonstram, na perspetiva deste autor, que é melhor entender as altas taxas de poupança doméstica como consequência resultante da implementação bem-sucedida de uma variedade de outras políticas do que como um objetivo a ser alcançado. Para este autor, mesmo que uma alta taxa de poupança doméstica não impeça que a economia de um país desacelere, a exemplo da crise asiática, ela é necessária para o desenvolvimento de um sistema financeiro forte que possa ajudar a amortecer os choques externos na economia salientando que, na maioria das vezes, uma elevada poupança interna e capitais estrangeiros são necessários para financiar os altos investimentos que a maioria dos países em transição requer para suprir a pressão sobre a procura de infraestruturas e serviços sociais.

De igual modo, este autor considera que, tendo em conta as necessidades exigidas pelas novas tecnologias e a magnitude da procura de investimentos, a dependência de capital estrangeiro manter-se-á significativa ainda por muitos anos, salientando que países que apresentem a combinação de condições económicas e políticas públicas que sejam atraentes para investidores privados, em geral, e investidores estrangeiros, em particular, terão mais facilidade na obtenção de recursos para os seus programas sociais, criando suporte público para as políticas que estão a implementar. Por isso, conclui que a capacidade de atrair e manter investimentos privados será um fator crucial para a estabilidade económica de um país e para a sustentação de políticas capazes de melhorar, a longo prazo, as condições de vida dos menos privilegiados.

Hosseini (2003) recorda que muitos episódios de fugas massivas de capital tendem a transformar a maioria dos investidores domésticos em investidores internacionais, acrescentando que as condições necessárias para atraí-los e motivar algum grau de repatriação de capital não diferem muito do conjunto de incentivos que todos os demais investidores estrangeiros requerem, em geral, para investir seu dinheiro em determinado país. Ainda

segundo este autor, o crescimento foi infelizmente o único aspeto do desenvolvimento que tem sido enfatizado por alguns autores alegando que foi essa tentativa de simplificação que levou à utilização do modelo Harrod-Domar nos primeiros dias de economia do desenvolvimento, salientando que este modelo é, por excelência, um modelo de crescimento, e não um modelo de desenvolvimento económico. Terá sido também pela mesma razão que vários economistas do desenvolvimento procuraram as raízes da economia do desenvolvimento nas obras de Adam Smith e outros pioneiros da ciência económica.

1.3 Estruturalistas: Prebisch e seguidores

A atualidade de uma visão mede-se pela relevância perene dos seus temas e preocupações das suas perguntas, talvez mais que das respostas. Impressiona reler o “Manifesto”, 62 anos depois, e ver como os temas do debate de hoje já estavam presentes na visão de Prebisch (Costa, 2012:2).

Os estruturalistas procuraram chegar à síntese de convergência de várias “escolas” do pensamento económico tentando compatibilizar métodos e esquemas de integração racionalizada de diversos tipos de políticas económicas. Embora não existam “construções científicas estruturalistas”, deve-se reconhecer os avanços conseguidos pela análise estruturalista nos domínios da metodologia, da epistemologia, da construção de modelos descritivo-interpretativos e de modelos de decisão (Sousa, 2008; Santos, 2012). Considerado por Dosman (2006) como “o maior economista latino-americano de todos os tempos”, Prebisch demonstrou nas suas obras como um economista ortodoxo começava a questionar as teorias neoclássicas em que havia sido educado ao constatar que as fórmulas aplicadas na economia, na altura, não funcionavam na Argentina, durante o período da grande depressão dos anos 1930.

Prebisch (1961) usava o contraste com as economias “centrais” para caracterizar as economias latino-americanas, argumentando que as diferenças correspondem a condições inadequadas de crescimento na periferia, que impõem restrições ao processo de industrialização e ao progresso técnico e concluindo que elas exigem estratégias de crescimento coordenadas pelo Estado, pois, nessas condições, as forças de mercado são incapazes, por si sós, de viabilizar o crescimento.

Baseando-se na identificação desse leque de problemas estruturais da periferia, Prebisch (1961) construiu sua análise do crescimento económico, do desenvolvimento periférico e das relações centro-periferia, juntamente com as suas teses fundamentais, designadamente: a deterioração dos termos de troca, a não convergência dos rendimentos *per capita* do centro e da periferia, o desequilíbrio estrutural na balança de pagamentos, a vulnerabilidade externa, o hiato de poupança e de divisas, a dinâmica do processo de substituição de importações, de entre outros. Este autor considera que nessas condições o planeamento e a ação estatal eram necessários para sustentar a industrialização e o progresso técnico, bem como para evitar as tendências perversas inerentes a tais condições. Para este autor, a principal tendência perversa era o desequilíbrio estrutural na balança de pagamentos.

Na perspetiva de Costa (2012), a visão de Prebisch plasmada no seu manifesto mantém-se atualizado nos tempos de hoje. Por isso diz o seguinte:

O dualismo centro-periferia, a importância da disseminação do progresso técnico que se propaga, acima de tudo, por meio da industrialização, a substituição de importações, o nexó entre comércio exterior e desenvolvimento, os preços das matérias-primas, a interdependência, nada envelheceu naquela distante análise (Costa, 2012:2).

Não sendo possível basear a industrialização dos países periféricos nos mercados internacionais (sendo a iniciação deste processo cada vez mais difícil com o passar do tempo e a subsequente deterioração acrescida dos termos de troca), Santos (2012) considera que a substituição de importações é advogada como a principal estratégia para o desenvolvimento destes países. Segundo este autor, os pontos essenciais do pensamento estruturalista podem ser resumidos da seguinte forma: (i) o objeto do desenvolvimento é a transformação estrutural das economias subdesenvolvidas, sendo as duas principais características do desenvolvimento económico a expansão da atividade económica através da utilização das tecnologias produtivas mais avançadas e a mudança da composição setorial; (ii) as estruturas existentes nas economias subdesenvolvidas são historicamente determinadas pelo modo como estas se inseriram na economia internacional e, em consequência, são estruturas económicas dualistas em que o setor moderno está orientado para a produção e exportação de produtos primários em troca da importação de produtos manufacturados; (iii) nestas condições, as economias subdesenvolvidas são incapazes de gerar a sua própria dinâmica de crescimento ou alcançar o

desenvolvimento económico, tornando-se portanto necessário sair desta dependência de procura externa de exportações primárias como motor do crescimento, desenvolvendo o seu próprio setor industrial diversificado; iv) o Estado assume um papel central neste processo de transformação estrutural, mediante a adoção de uma estratégia de industrialização por substituição de importações (Santos, 2012).

Para os estruturalistas, o processo de desenvolvimento deveria, numa fase inicial, concentrar-se em setores estratégicos (com maiores níveis de produtividade e com a adoção de combinações produtivas incorporando progresso tecnológico) e em regiões prioritárias (com possibilidades de maximização das externalidades resultantes dos investimentos em infraestruturas de enquadramento), pelo que seria desequilibrado e, por isso mesmo, assimétrico, embora se pretendesse sempre que viesse a apresentar-se equilibrante, numa perspetiva de longo prazo (Sousa, 2009). É assim que surgem as teses defensoras da criação de “pólos de desenvolvimento” económico – como, por exemplo, a de Perroux e as construções teóricas que apontam para o estabelecimento de “indústrias industrializantes” – como a de Bernis. Por isso, Sousa (2008) considera que o desenvolvimento económico (incluindo, naturalmente, as economias “periféricas”) implica, para os estruturalistas, a obtenção de saltos qualitativos e estes decorreriam, por sua vez, de transformações operadas na estrutura de repartição do rendimento e na própria estrutura do investimento.

Para Sousa (1980), a adoção de uma estratégia de crescimento desequilibrado (que segundo os estruturalistas, seria aconselhável em relação aos países em vias de desenvolvimento, em termos socioeconómicos) deveria obedecer a critérios de seleção (quer em termos setoriais, quer em termos regionais), procurando-se seguidamente definir e executar as políticas de investimento (inclusive, no que se refere a infraestruturas de enquadramento) e de incentivo financeiro e fiscal mais adequadas aos objetivos pretendidos, sem, todavia, se ultrapassarem “limiares” máximos de desequilíbrios económicos conjunturais, geradores de instabilidade. Assim, num primeiro momento, parte do investimento seria concentrado em setores de “ponta” ou “motores” do desenvolvimento, com adoção de combinações capital-intensivas, e outra parte seria canalizada para infraestruturas assimiladoras de grande quantidade de mão-de-obra liberta.

Desta forma, segundo o mesmo autor, procurava-se conciliar a obtenção de elevados ritmos de produtividade com o incremento da produção e a acumulação de excedente, criando-se condições para o alargamento do mercado consumidor interno e para a assimilação de mão-de-obra liberta pelo setor tradicional. Procura-se com isso que a estratégia de crescimento venha a ser equilibrante, a prazo, por forma a que uma economia “periférica” possa vir ulteriormente a entrar numa fase de crescimento autossustentado, passando a corresponder-lhe níveis de vida, limiares existenciais e estruturas de participação decisoriais qualitativamente superiores às previamente existentes (Sousa, 2009). Na abordagem desta teoria, segundo este autor, subsistiriam todavia alguns problemas, destacando-se dentre outros os seguintes:

a) Um primeiro teria que ver com a inadaptação da mão-de-obra a novas tecnologias, mais capital-intensivo. Segundo aquele autor, só pela aposta na educação e na formação profissional esta questão poderia ser ultrapassada, alegando que uma política naturalmente orientada para uma requalificação da mão-de-obra, com efeitos significativos nos índices de produtividade, leva anos a produzir efeitos positivos, em termos de dinâmica desenvolvimentista.

b) Um segundo problema estaria relacionado com a necessidade de existência de poupança suficiente para “alimentar” o investimento cumulativo que viabilizaria o próprio processo de crescimento autossustentado (Sousa, 2009). Sobre este assunto diz o autor:

Em boa verdade, existem, fundamentalmente, duas vias de desenvolvimento das economias periféricas: a da aposta na educação e na formação profissional (com efeitos profícuos ao nível da produtividade), a qual, todavia, só produz efeitos indutores significativos a longo prazo; a do recurso à acumulação de poupança, tendo em vista a obtenção de um “stock” de capital viabilizador de um crescimento autossustentado (Sousa, 2009:39).

Considera ainda Sousa que nas economias periféricas não se apresenta possível obter uma significativa acumulação de poupança endógena, o que, aliás, resulta do “círculo vicioso da pobreza”. A única forma, então, de se “romper” com este círculo, com efeitos porventura mais imediatos, consiste no recurso à poupança externa e ao endividamento. Por isso, referindo-se às teses estruturalistas, diz o autor o seguinte:

As teses estruturalistas (se dissociadas da análise do processo de internacionalização e de globalização da economia mundial) podem conduzir à eternização de políticas protecionistas ou a uma excessiva intervenção do Estado na economia (Sousa, 2009:104).

1.4 Abordagem institucionalista: O papel do Estado e das instituições

Uma boa instituição tem mais força que um bom governo, porquanto este é uma ferramenta com contrato a prazo, enquanto aquela é um esteio de projetos e de valores fundamentais da nação. Mas há que ter atenção: a instituição é, por natureza, conservadora. Isso significa que em circunstâncias que exijam maior celeridade de processos, a instituição pode travar o desenvolvimento de forças políticas, económicas ou sociais (Almeida, 2012:248).

As opiniões dos pensadores sobre o desenvolvimento são divergentes quando se trata de saber quem deve promover o desenvolvimento. Segundo Herath (2015) enquanto os primeiros realistas destacavam o papel do Estado como ator principal no desenvolvimento, os liberais atribuíam o importante papel para o mercado. Mais tarde, os pensadores keynesianos e institucionalistas defenderam a intervenção do Estado na economia, enquanto os neoliberais destacaram o papel do mercado livre e ressaltaram a necessidade de o Estado se afastar da gestão dos assuntos económicos (Herath, 2015).

A forma de organização político-social, o nível de bem-estar da população, a expressiva atuação do Estado como agente de promoção do social e organizador da economia, transformou essencialmente a natureza tradicional do Estado no regime capitalista (Maia, 2011), (*apud Bajoit, 2006*). Para esta autora cabe ao Estado regulamentar a vida social, política e económica do país, garantindo os serviços públicos e a proteção do cidadão. Contudo, também segundo esta autora, o marco da intervenção do Estado ocorreu com a implementação do Estado-providência keynesiano, que implicou uma mudança radical da natureza tradicional do Estado no regime capitalista. Assim, após a crise de 1929, com as abordagens keynesianas de política económica o Estado passa a proporcionar um imenso volume nas despesas sociais, sobretudo na Europa, onde participava em média entre 5 a 25% do PIB nas despesas sociais.

Historicamente, os países da África subsaariana, onde STP está inserido, têm sido caracterizados pela instabilidade política reinante associada à ineficácia do governo, a ausência de um Estado de Direito e problemas de corrupção que constituem sinais que acentuam a má governação nesses países. Por isso o papel do Estado e das instituições bem como as políticas

públicas adotadas podem ter grandes repercussões no crescimento económico e no desenvolvimento desses países (Maia, 2011). Na perspetiva desta autora, a importância de boa governação para o desenvolvimento e a sua melhoria tornou-se no foco central para a Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD) nesta região da África subsaariana. Ao longo dos últimos anos, alguns países da região fizeram progressos significativos em termos de governação. De igual modo, esta organização considera que o Estado possui um papel primordial e por isso é preciso resgatar a sua autonomia, para que possa atuar de forma conjunta com as demais instituições públicas e/ou privadas para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária (Maia, 2011).

Para Almeida (2012), o potencial político do Estado depende de vários fatores, mormente da qualidade do governo e da diplomacia, capacidade de organização, ação coletiva e estabilidade política. Segundo este autor, para medir a estabilidade política parece necessário ter em conta pelo menos três fatores: a natureza das instituições, a estabilidade do governo e a relação entre este e aquelas. Importa sublinhar que este aspeto se reveste de extrema importância para o funcionamento estável das instituições em STP, pois embora seja um exemplo de rotatividade pacífica e aparentemente democrática do poder político, este país vive uma constante instabilidade político-governativa, derivada do mau relacionamento entre as instituições, o que tem contribuído para bloquear o seu processo de desenvolvimento.

Tal como reconhece Maia (2011), a reconstrução do Estado não se faz do dia para a noite e está condicionada a alguns problemas que precisam de ser considerados e que foram enumerados por aquela autora envolvendo a reforma do Estado, designadamente: i) problema económico-político, que é a delimitação do tamanho do Estado e a redefinição do papel regulador do Estado; ii) problema económico-administrativo, que consiste no reforço da capacidade institucional e iii) problema político, que tem a ver com o reforço da capacidade política do governo de intermediar interesses, garantir legitimidade e governar. Nessa perspetiva, a autora ressalta o que se espera do Estado: um Estado ativo, regulador, indutor e sobretudo coordenador da economia. Contudo, para cumprir estes desafios, ela considera que o Estado precisa de resgatar a sua autonomia, reconstruir as bases de um Estado forte, regulador, interventor, ou seja, precisa-se de uma atuação forte do Estado em questões de cunho social.

1.5 Revivalismo neoclássico: anos 1980 e o papel do Consenso de Washington

A crise das dívidas dos anos 1980 e o fim da guerra fria tornaram impossível para os governos sustentar políticas económicas que não fossem fundamentadas em princípios económicos estáveis ou baseadas em ideias que se opusessem ao investimento estrangeiro. Muitos países em desenvolvimento, incluindo STP, não tiveram outra opção senão recorrer às severas medidas adotadas pelo Consenso de Washington (Junior, 2011; Silva, 2015). Importa recordar que o “Consenso de Washington” é uma designação que ficou conhecida para referir o conjunto de dez medidas de ajustamento macroeconómico formuladas por economistas de instituições financeiras de Breton Woods, como o FMI e o BM, elaboradas em 1989, e que fazem parte do conjunto de reformas neoliberais que, apesar de práticas distintas nos diferentes países, estiveram centradas doutrinariamente na desregulamentação dos mercados, abertura comercial e financeira e redução do tamanho e papel do Estado (Negrão, 1998; Junior, 2011).

De facto, e tal como considera Naím (1999), na década de 90, do século passado, o mundo tinha a impressão de que havia um consenso claro e estável sobre as medidas necessárias a serem tomadas pelos países pobres para se tornarem mais prósperos. Essa ilusão deve-se muito à inesperada popularidade do termo “Consenso de Washington”, nome dado pelo economista Williamson, em 1989, a uma lista de dez medidas dirigidas aos países dispostos a reformar suas economias.

Segundo Lopes (2011), as dez medidas do Consenso de Washington eram as seguintes:

- 1) disciplina fiscal; 2) redução dos gastos públicos; 3) reforma tributária; 4) determinação de juros pelo mercado; 5) câmbio dependente igualmente do mercado; 6) liberalização do comércio; 7) eliminação de restrições para o investimento estrangeiro direto; 8) privatização das empresas estatais; 9) desregulamentação (afrouxamento das leis económicas e do trabalho); 10) respeito e acesso regulamentado à propriedade intelectual (Lopes, 2011:4).

Este processo foi adotado por muitos países pobres e altamente endividados, preocupados e à procura de uma solução para colmatar as suas elevadas obrigações financeiras externas – através de implementação de reformas económicas (Junior, 2011). Como dizia este autor:

A mensagem neoliberal do Consenso de Washington acabou por seduzir diversas elites políticas, empresários e intelectuais da região como receituário de modernidade económica (Junior, 2011:7).

Naím (1999) e Lopes (2011) consideram que as ideias resultantes do Consenso de Washington tiveram forte influência nas reformas económicas de muitos países. No entanto, variou muito a maneira como estas ideias foram interpretadas, assim como a sua forma de implementação. Além disso, as dez recomendações originais do Consenso de Washington reinaram sem contestação por pouco tempo. Segundo estes autores, as mudanças no cenário político e económico internacional e novas condições internas nos países em transição criaram problemas que até mesmo os proponentes originais do Consenso não previram, demandando assim a busca de novas respostas. Este autor considera que algumas destas respostas complementavam as recomendações do Consenso de Washington, enquanto outras contrariavam as suas recomendações. Sobre este aspeto dizia Naim (1999) o seguinte:

“If this sample represents the Washington Consensus, then just imagine what a Washington Confusion would be like” (Naim, 1999:18).

Para este autor, o Consenso de Washington transformou-se num substituto inapropriado para as estruturas ideológicas quando dizia:

In a strange way, the Washington Consensus became an ill-suited and temporary substitute for the all-encompassing ideological frameworks on which millions of people had come to depend to guide their opinions about affairs at home and abroad, judge public policies and even to steer some aspects of their daily lives. Its appeal was surely helped by its self-assured tone ("the Consensus"), its prescriptive orientation, its directional message, and its origin in Washington, the capital of the victorious empire (Naim, 1999:20).

Na perspetiva de Negrão (1998) e Lopes (2011), uma das incontestáveis contribuições históricas do Consenso de Washington foi ter marcado o fim da dicotomia entre a economia do desenvolvimento e a economia *mainstream*, que vinha fervilhando ao longo das décadas,

ressaltando que em muitos países as reformas de mercado mostraram resultados rápidos e satisfatórios em termos de estabilidade de preços e, em alguns casos, crescimento económico. Importa recordar que essas medidas foram também adotadas em STP na década de 90 do século XX e se, por um lado, contribuíram para gerar um ambiente macroeconómico dinâmico, iniciando um processo de crescimento económico, por outro, contribuíram para agravar a situação social, aumentando consideravelmente os níveis de pobreza no país, tendo em conta que o modelo adotado se centrava em questões económicas, pondo de lado questões de natureza social, tal como reconhecem Cruz (2001) e Junior (2011), dizendo este último o seguinte:

O consenso de Washington não tratou de problemas sociais ligados a saúde, educação e eliminação da pobreza, dentre outros. Estas questões seriam resolvidas como consequência da liberalização económica (Junior, 2011:18).

Segundo este autor, não há crescimento económico sem investimento, e sem crescimento económico não há política económica que se sustente, alegando que o crescimento económico nem sempre é o suficiente para combater a pobreza e certamente não é sinónimo de desenvolvimento. Por isso Negrão (1998) considera que os anos 90 serviram para mostrar às autoridades nacionais as áreas que requerem atenção, salientando que estas áreas podem ser agrupadas em cinco categorias gerais: instabilidade económica internacional, investimento, desigualdade, instituições e ideologia. Para este autor, independentemente da maneira como se apresenta a reforma económica no futuro, qualquer consenso que surgir deve oferecer respostas sólidas para essas questões.

Tirando ilações sobre o Consenso de Washington, Junior (2011) considera que enquanto fortes choques internacionais periodicamente obstruírem a evolução das economias em transição, será difícil concretizar qualquer ganho produzido pelas políticas hoje vigentes, argumentando que a solução não pode ser a de esperar por uma nova arquitetura financeira global. Este autor salienta que muitos países já começaram a caminhar nesse sentido e alguns têm progredido significativamente ao aceitar que a volatilidade do sistema financeiro internacional tenha vindo para ficar e que o melhor é estar preparado, antes que o próximo choque os atinja. No entanto, e tal como reconhecem Naím (1999) e Junior (2011), na maioria dos países pobres, as instituições do setor público não funcionam adequadamente e por isso

consideram que são necessários um sólido ambiente macroeconómico e um setor privado competitivo, salientando que na ausência de um forte e eficiente setor público a estabilidade e as reformas de mercado podem redundar em fracasso.

1.6 Teorias alternativas de desenvolvimento

Não há nenhum país perfeito no mundo. Há lições para tirar de um ou de outro. Ninguém precisa copiar um modelo de país. O essencial é raciocinar a partir das ideias que funcionaram em outros lugares (Sen, 2012:4).

As visões dominantes sobre o desenvolvimento já discutidas não floresceram sem serem contestadas, tal como afirma Herath (2015). Para este autor, as visões opostas do desenvolvimento podem ser agrupadas em duas correntes. A primeira refere tradições teóricas em que os seus autores se esforçam para corrigir ou melhorar os caminhos da compreensão do desenvolvimento, mas permanecem dentro dos limites da posição dominante (*mainstream*). Esses autores sugerem alternativas, redefinições e alterações à teoria do desenvolvimento para torná-la mais amigável e sensata. A segunda visão contempla autores que se opõem totalmente aos pontos de vista tradicionais e tentam liderar mudanças revolucionárias na compreensão e estratégias de desenvolvimento.

Ainda segundo Herath (2015), os teóricos da dependência e os teóricos do sistema mundial apresentaram sugestões sobre as alternativas de desenvolvimento, sublinhando que essas duas escolas de desenvolvimento surgiram como uma reação ao fracasso dos modelos convencionais para promover o desenvolvimento no hemisfério Sul. Segundo o autor, vários países não seguiram o caminho adequado para o processo de desenvolvimento e, em vez disso, ficaram mais ou menos desenvolvidos, enquanto o fosso entre países ricos e pobres aumentou de forma constante. Por isso, este autor considera que a teoria clássica do desenvolvimento fracassou ao sugerir caminhos alternativos de desenvolvimento. No entanto Herath (2015) considera que uma importante contribuição dos teóricos do sistema mundial foi a introdução de uma terceira categoria, a dos Estados semiperiféricos, que representam uma posição intermédia entre o núcleo e a periferia.

Para Sen (1999), o crescimento não deve ser um fim em si, mas um meio de alcançar avanços sociais e beneficiar a população. Segundo este autor, desde o fim da II guerra mundial que um número crescente de países adotou sistemas económicos baseados na economia de mercado e na livre-iniciativa, salientando que houve, ao mesmo tempo, um avanço nos gastos sociais pelos governos, tendo sido estabelecido o estado de bem-estar social (*welfare state*) pelos europeus e ampliadas as políticas de apoio aos desempregados. Portanto, para este autor, a expansão das economias de mercado ocorreu simultaneamente com o avanço das políticas públicas de bem-estar social, realçando que, em grande medida, um processo se alimentou do outro. Sen considera que o Japão já tinha feito algo parecido a partir do final dos anos 60, do século XIX, depois da Restauração *Meiji*. Os japoneses deram ímpeto a políticas que favoreciam o crescimento acelerado tendo como base uma economia de mercado, mas com um forte investimento público em educação e saúde. O autor prossegue dizendo que mais tarde o modelo japonês foi replicado por coreanos, por taiwaneses, por Hong Kong e, finalmente, pela China, depois de 1979.

Ainda segundo este autor o papel do governo expandiu-se na segunda metade do século XX, ao mesmo tempo em que ocorria a expansão da democracia e das liberdades individuais. Por isso, o autor vê o desenvolvimento como liberdade, por exemplo: estar livre da fome e da mortalidade prematura. Referindo-se ao desenvolvimento económico, Sen (1999) afirma que é inegável que houve uma evolução. Os níveis de pobreza estão em queda. Em diversos países, há milhões de pessoas deixando a pobreza e também muita gente enriquecendo. Houve progresso considerável na oferta e na qualidade do ensino, a saúde melhorou, houve uma queda na desigualdade entre homens e mulheres. Aumentou muito a atenção às questões ecológicas, praticamente ignoradas antes. No entanto, este autor considera que houve um retrocesso no que respeita à segurança, em parte por causa do extremismo religioso e também por conflitos militares.

De igual modo Seers (1969), no seu artigo clássico sobre “o significado de desenvolvimento” explica que o desenvolvimento é muito mais do que o crescimento económico. O autor realça que várias partes interessadas, tais como políticos e economistas, priorizaram rendimentos

nacionais para a fixação de metas por razões de conveniência, quantificabilidade, manipulabilidade e a possibilidade de aplicar vários tipos de análises económicas. O crescimento económico não só não consegue resolver os problemas sociais e políticos, como certos tipos de crescimento pode agravá-los (Herath, 2015). Daí que este autor opte por uma definição alargada e abrangente de desenvolvimento que aborda igualmente as questões de pobreza, desemprego e desigualdade, assinalando que o desenvolvimento do potencial humano exige muito do que não pode ser especificado em termos puramente económicos e pode incluir uma educação adequada, a liberdade de discurso e a cidadania de um país que é verdadeiramente independente.

Chambers (2005) foi outro autor que se destacou na busca de alternativas para o desenvolvimento. Chambers destaca a forma como o léxico de desenvolvimento, particularmente o seu vocabulário, tem vindo a expandir-se, com constantes adições de novas palavras e conceitos, salientando que uma das mais recentes adições para o desenvolvimento foi o léxico do “bem-estar responsável”, que é projetado como o objetivo do desenvolvimento. Para este autor, contrariamente à riqueza, o bem-estar está aberto a uma grande gama de experiência humana, social, psicológica, espiritual, bem como material e por isso pode ser descrito como a experiência de boa qualidade de vida. Este autor promoveu uma abordagem mais participativa, em pequena escala, de baixo para cima, tanto no estudo como na análise do processo de desenvolvimento, alegando que conclusões abrangentes feitas sobre as pessoas pobres e sobre os seus meios de subsistência por "especialistas" externos muitas vezes se revelaram erradas, quando tais decisões foram tomadas sem consulta adequada e o envolvimento direto das pessoas pobres.

Na perspetiva de Sousa (2009), existem outros modelos alternativos para as economias em transição, baseados nos fatores de uniformidade e diversidade, bem como nos índices de orientação do comércio e da produção que, de acordo com as teorias económicas, se forem corretamente aplicados poderão contribuir para relançar a economia nacional, podendo-se destacar os seguintes: o modelo de especialização primária; o modelo de substituição de importações; o modelo de desenvolvimento equilibrado; o modelo de especialização industrial; o modelo de Ranis e Fei; o modelo das vantagens competitivas dinâmicas.

Este autor conclui dizendo que os modelos de especialização industrial e de diversificação de serviços se apresentam abertos, competitivos, apostando não apenas na especialização intersetorial, como na especialização intrasetorial, no aumento da produtividade, em políticas adequadas de “marketing” e, por conseguinte, na ligação da qualidade a uma boa imagem junto dos potenciais mercados consumidores, realçando que, dos modelos considerados, este é o que se apresenta, em princípio, mais conciliável, numa perspetiva de longo prazo, com o desiderato de um desenvolvimento sustentável.

Tendo em conta os vários modelos de desenvolvimento já experimentados pelas autoridades santomenses, sem no entanto terem surtido o efeito esperado, pretendemos propor um modelo de desenvolvimento assente na transformação de STP num Gateway Regional, tema a que dedicaremos uma especial atenção em toda a Parte III da nossa dissertação.

1.7 Do desenvolvimento socioeconómico ao desenvolvimento sustentável

Se no período imediatamente a seguir à II guerra mundial, o desenvolvimento estava apenas conotado com o crescimento económico, em que este era considerado como condição necessária e suficiente para o desenvolvimento, no período mais recente passaram a englobar outras dimensões ao desenvolvimento. Constituem agora uma nova perspetiva de pensamento ao integrarem aspetos que vão para além do económico, ou seja, aspetos sociais, políticos, culturais, tecnológicos e ambientais (PNUD, 2015).

No relatório do Desenvolvimento Humano do PNUD (1990) surgiu pela primeira vez um novo conceito que foi o de Desenvolvimento Humano, que sofreu vários aperfeiçoamentos passando a integrar também a ótica da sustentabilidade, sendo aglutinador de um conjunto de contributos e preocupações e assumindo uma vertente multidimensional. Na perspetiva do PNUD foi a reflexão sobre o mal-estar sentido nos países pobres, onde os programas e esforços de desenvolvimento não tinham permitido melhorias suficientes, mas também nos países ricos, onde permaneciam focos de pobreza, que conduziu à estruturação deste conceito, o mais bem aceite institucionalmente. Os relatórios sobre o Desenvolvimento Humano do PNUD marcam um passo significativo no alargamento da perceção do desenvolvimento

(PNUD, 2015). Santo (2013) considera que o PNUD usa dois instrumentos para medir o Desenvolvimento Humano, nomeadamente o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o Índice de Pobreza Humana (IPH). O IDH contém três variáveis: esperança de vida, nível de escolaridade (alfabetização dos adultos e inscrição combinada do primário, secundário e terciário) e o PIB real *per capita*. O relatório do Desenvolvimento Humano de 1998 introduziu o índice de pobreza humana, que combina dimensões básicas de pobreza.

De acordo com o último relatório do PNUD sobre o Desenvolvimento Humano de 2016, PNUD (2016), STP ocupa a posição 142º com um IDH de 0,56 relativamente inferior à posição 144º que ocupava em 2013 entre 187 países, cujo IDH era de 0,525. O seu nível de rendimento médio de 1.508,64 dólares/habitante relativo ao ano de 2016 coloca-o no grupo dos países de rendimento intermediário. Importa salientar que STP ocupa o 76º lugar entre 175 países no índice das perceções de corrupção da transparência internacional de 2015 contra a posição 100º que tinha atingido em 2011 e está em 166º lugar num total de 189 economias no relatório *doing business* de 2016, três lugares abaixo em relação a 2015 (PNUD, 2016; BM, 2016).

1.7.1 Os Objetivos do Desenvolvimento do Milénio (ODM) / (2015 e pós-2015)

Devido à complexidade dos problemas que enfrenta atualmente a Humanidade, especialmente concentrados nos países mais pobres, a ONU decidiu organizar a Cimeira do Milénio, em 2000, na sequência da qual se definiram os ODM, como um verdadeiro pacto entre as Nações visando eliminar a pobreza. O relatório do Desenvolvimento Humano de 2015 foi dedicado a esta temática, divulgando esses Objetivos, as metas integrantes de cada um, relevando de igual modo a importância das inovações institucionais, da democraticidade e empenho dos cidadãos e governos, das políticas facilitadoras do desenvolvimento e do respeito pelo ecossistema do Planeta, através de ações direcionadas para a redução da pobreza e para a criação de maior equidade aos níveis local, nacional e internacional (PNUD, 2015).

De recordar que são (8) oito os ODM, a saber: 1- Erradicar a pobreza extrema e a fome; 2- Alcançar o ensino primário universal; 3- Promover a igualdade de género e capacitar as

mulheres; 4 - Reduzir a mortalidade Infantil; 5 - Melhorar a saúde materna; 6- Combater o HIV/SIDA, malária e outras doenças; 7- Assegurar a sustentabilidade ambiental; 8- Promover uma parceria mundial para o desenvolvimento (PNUD, 2015). Importa salientar que para cada objetivo de desenvolvimento do milénio a avaliação de um país é baseada quer nos seus progressos em relação ao objetivo – lento ou reversível, moderado, rápido – quer nos seus níveis de pobreza humana, no objetivo – extremo, médio, baixo. O progresso é medido em comparação com as metas utilizando os indicadores definidos nos ODM (PNUD, 2015).

Importa sublinhar que na Conferência de Monterrey realizada de 18 a 22 de Março de 2002, no México, ficou acordado que deveria haver uma articulação entre os ODM e o consenso de Monterrey sobre o financiamento do desenvolvimento, salientando-se que a responsabilidade na prossecução desses Objetivos caberia em primeiro lugar aos países em desenvolvimento, que deveriam assumir a responsabilidade na mobilização de recursos para o financiamento do desenvolvimento, incluindo recursos internos, mas também a implementação de políticas macroeconómicas promotoras de crescimento, de emprego e eliminação da pobreza (PNUD, 2013). De igual modo esses países eram responsabilizados pela promoção de políticas orientadas para o reforço da transparência, boa governação, Estado de Direito, luta contra a corrupção, para a melhoria das infraestruturas que facilitassem o aproveitamento dos benefícios da globalização, que melhorassem a prestação de serviços sociais e se orientassem para o reforço das capacidades (PNUD, 2013).

A responsabilização dos países ricos ficava expressa no Objetivo 8 (promoção de uma parceria mundial para o desenvolvimento), mas o aumento prometido da ajuda pública ao desenvolvimento (APD) de 16 mil milhões de dólares continuava a colocar os países em desenvolvimento aquém da meta dos 0,7 % ou 1% do PNB, assumida anteriormente, e só concretizada pontualmente por alguns países (PNUD, 2013). De salientar que STP cumpriu apenas alguns dos objetivos propostos no ODM de 2015 designadamente os relativos ao ensino primário universal, promoção da igualdade de género e capacitação das mulheres, melhoria da saúde materna e combate ao VIH/SIDA, Tuberculose, Malária e outras doenças (BM, 2016).

De acordo com Daio (2016), a taxa líquida de matrícula no ensino primário situou-se em 98% em 2015 contra os 80% registados em 1990. A taxa de mortalidade infantil melhorou para 38 por mil nados vivos, em relação aos 89 por mil registados em 1990. A taxa de mortalidade materna em 2015 foi de 76 por 100 000 nascimentos contra os 151 registados em 2005. A luta contra a malária também tem registado resultados positivos. O país não registou qualquer morte por malária em 2015 e está a consolidar a erradicação da malária na Região Autónoma do Príncipe. Relativamente ao índice de igualdade de género, STP situou-se no 115º lugar entre 187 países em 2014. No entanto ainda são necessários esforços adicionais para atingir os ODM (PNUD, 2016).

Existe um reconhecimento generalizado ao nível internacional de que os ODM desempenharam um papel importante e catalisador nas políticas nacionais e internacionais no que se refere à mobilização de recursos em prol de desenvolvimento. Os ODM permitiram centrar as atenções ao nível mundial na erradicação da pobreza enquanto objetivo central de cooperação para o desenvolvimento e das relações internacionais em geral. No entanto, a escolha desses objetivos e a abordagem utilizada para a definição dos mesmos não ficam isentas de críticas (PNUD, 2013). Uma das críticas mais citadas em relação aos ODM é que os mesmos não dão a devida importância a questões cruciais para o desenvolvimento, como: o crescimento, o emprego, a governação e a dinâmica demográfica. Embora a prioridade dos países fosse assegurar a consecução dos ODM até 2015, olhando para o futuro para além do imediato, houve necessidade de proceder-se à identificação das oportunidades e dos desafios associados a uma nova agenda para dar seguimento aos atuais ODM, no período pós-2015 (PNUD, 2013). Nesse contexto, foram iniciados em 2013 debates em diversos quadrantes: (governos, instituições internacionais, grupos de reflexão e organizações não governamentais) com vista a elaboração de uma nova agenda para o desenvolvimento, no período pós-2015 que culminaram com a adoção, em Setembro de 2015, dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), por ocasião da Cimeira das Nações Unidas para o desenvolvimento sustentável (PNUD, 2015).

Esse evento, ocorrido nas vésperas da Sessão de Abertura da 70ª Assembleia Geral das Nações Unidas, constituiu uma ocasião privilegiada para que os líderes do mundo anunciassem seu compromisso inequívoco com o desenvolvimento sustentável e com a

materialização do Futuro que Queremos (PNUD, 2015). Segundo esta instituição, os ODS deverão orientar as políticas nacionais e as atividades de cooperação internacional nos próximos quinze anos, sucedendo e atualizando os ODM. Importa sublinhar que esta agenda é composta pelos 17 ODS, que devem ser implementados por todos os países do mundo até 2030. São eles os seguintes objetivos (PNUD, 2015):

1- Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares; 2 - Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável; 3 - Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades; 4- Assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos; 5- Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e meninas; 6- Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos; 7-Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos; 8 - Promover o crescimento económico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos; 9 - Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação; 10 - Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles; 11-Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis; 12 - Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis; 13 -Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos; 14- Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável; 15- Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade; 16 - Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis; 17- Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável (PNUD, 2015).

Merece uma atenção especial o facto de todas as dimensões integrantes nos vários conceitos de desenvolvimento (participativo, humano, ambiental, sustentável e social) se assumirem como determinantes à melhoria das condições de vida dos países, em particular dos PEIVD. As suas fragilidades ecológicas, a escassez de infraestruturas e do mercado e o imperativo

crecente de inserção no mercado mundial, a consequente necessidade de uma formação de recursos humanos compatível com as exigências da nova realidade económica e tecnológica, as suas jovens democracias com instituições mais ou menos sólidas, são fatores que impõem a adoção de estratégias de desenvolvimento bem definidas (PNUD, 2015). Importa sublinhar que a agenda 2030 não se limita a propor os ODS, mas trata igualmente dos meios de implementação que permitirão a concretização desses objetivos e de suas metas (PNUD, 2015). O BAD ressalta a importância dos ODS para a comunidade internacional bem como a necessidade de mudança de paradigma. No seu relatório BAD (2015), é dito o seguinte:

Nouvelle série d'objectifs, de cibles et d'indicateurs universels, les ODD remplacent les OMD et guideront les efforts de développement au cours des 15 prochaines années. Elles visent le double objectif de vaincre la pauvreté et d'assurer la protection de la planète. Les ressources financières nécessaires pour réaliser ces objectifs ambitieux seront supérieures aux fonds actuellement disponibles pour le développement, d'où la nécessité de changer de paradigme (BAD, 2015 :13).

1.8 Desenvolvimento socioeconómico em África

“O continente africano é um imenso mundo em mudança e pleno de contrastes. O seu estudo requer uma leitura em múltiplas perspetivas” (Barata e Piepoli, 2001:9)

Sendo STP um país africano entendemos incluir nesta Parte I, um subcapítulo sobre o desenvolvimento socioeconómico em África pois consideramos que para melhor compreender a importância geoestratégica deste país no Golfo da Guiné e, por conseguinte, no continente africano, torna-se necessário analisar a importância estratégica que África vem ganhando nos últimos tempos, no seu processo de desenvolvimento. Por isso iniciamos este subcapítulo recordando a seguinte afirmação de Dinis (2010):

“Se o desenvolvimento é futuro, não pode existir sem o conhecimento profundo do passado, nomeadamente, para se poder implementar um processo que conduza a um estado qualitativamente diferente e melhor do que, até aqui, tem sido conhecido” (Dinis, 2010:32).

A África foi considerada, durante muito tempo, como “continente esquecido”, comumente associado a pobreza, conflitos e a uma importância estratégica reduzida. Depois de 1945 a

África tornou-se no campo de batalha da guerra fria, envolvendo os EUA e os países que pertenciam ao bloco liderado pela ex - URSS, competindo por aliados e acrescida influência. No entanto, nos últimos anos, dois principais desenvolvimentos contribuíram para a gradual atenuação da marginalização de África. Por um lado, os progressos registados no continente relativamente à estabilidade política e crescimento económico. A democracia e a legalidade progredem, embora os acontecimentos registados em países como o Quénia e o Zimbábwe, bem como aqueles resultantes da chamada primavera Árabe, e a evolução ocorrida na República Centro-Africana (RCA), mostrem que esse progresso continua frágil em alguns países (Neto, 2001; Giroux, 2008; Lara, 2000, 2005; Woglo, 2014).

Do mesmo modo, segundo BAD (2015) as economias africanas registam, há mais de 5 anos (período entre 2001-2014), um crescimento médio de pelo menos 5% tendo os investimentos estrangeiros aumentado rapidamente. Nos últimos dois anos, o crescimento tem sido mais moderado. Esta tendência deverá continuar em 2016, mas espera-se um aumento do crescimento em 2017. Apesar de desafios tais como sistema de ensino deficitário e a pandemia de HIV/Sida impedirem, de facto, o crescimento económico ao ponto de reduzir de forma significativa a pobreza, existe um nítido desenvolvimento de oportunidades em África. É igualmente um indicador positivo o facto de o continente africano ter cada vez mais confiança nas suas próprias capacidades de desenvolvimento. A evolução notável da União Africana (UA), que estabelece uma arquitetura de paz e segurança africana e promove a integração económica regional, reflete os esforços desses Estados com vista a aumentar as suas respetivas responsabilidades no seu próprio desenvolvimento (AFDB, OECD, UNDP, 2016).

Por outro lado, a África é cada vez mais considerada como um ponto estratégico importante para as potências externas. Isto deve-se essencialmente à sua riqueza em recursos naturais, à proliferação de grupos islâmicos terroristas e à pressão migratória crescente para a Europa. A presença, em rápido crescimento, da China em África como novo poder externo e o engajamento reforçado dos países da ex - URSS e da União Europeia (UE) levanta a questão do impacto do crescimento da relevância estratégica da África no seu desenvolvimento (Giroux, 2008; AFDB, OECD, UNDP, 2016).

A África, subalternizada ao longo dos tempos enquanto ator geopolítico tem recebido atualmente uma atenção de destaque. Esta situação deve-se, entre outras razões, por um lado, ao processo de globalização potenciado também pelas novas tecnologias de informação e comunicação que garantem a rápida disseminação da informação e do conhecimento e, por outro, às necessidades de matérias-primas para o desenvolvimento que, encontrando significativas dificuldades para a sua obtenção noutras paragens afetadas pela instabilidade, mais facilmente podem ser exploradas no continente. Contribui para o aumento da importância do continente, como ator geopolítico, o facto de os Estados africanos, hoje independentes, para além da soberania individual, se encontrarem enquadrados em alguma forma de arquitetura geopolítica (organizações sub-regionais de carácter diverso) para coletivamente fazerem face às adversidades externas que ultrapassam as fronteiras do continente, para além da questão da segurança dos Estados, cada vez mais encarada como um fenómeno global, o que os torna interdependentes (Veríssimo, 2013).

O BAD também reconhece que o continente africano tem conhecido progressos nos últimos dois decénios. No relatório BAD de 2015 é dito o seguinte:

Durant les deux dernières décennies, l'Afrique a maintenu un taux de croissance économique supérieur à 4%, ce qui suscite l'optimisme selon lequel elle est à un tournant décisif de sa trajectoire de développement. Les performances de la plupart des pays africains en termes de croissance économique sont bonnes au regard à la fois de la croissance enregistrée par le passé et de la croissance moyenne de l'économie mondiale (BAD, 2015 :11).

Por outro lado, o BAD reconhece que o forte e contínuo crescimento económico registado no último decénio permitiu que houvesse uma grande melhoria nos indicadores sociais, tal como diz no seu relatório que vimos citando:

La croissance économique forte et continue sur la dernière décennie a permis d'enregistrer des améliorations dans la plupart des indicateurs sociaux: la proportion de personnes vivant avec moins de 1,25 \$ US par jour a chuté, passant de 58% en 1999 à environ 43%; les taux de mortalité des enfants de moins de cinq ans ont chuté à 93 décès pour 1000 contre 177 en 2000; des progrès remarquables sont enregistrés sur les OMD liés à la santé et 25 pays africains sont sur la bonne voie pour atteindre la plupart des Objectifs du millénaire pour le développement (BAD, 2015 :11).

Em termos gerais, e apesar da ajuda externa de que têm beneficiado, as economias africanas ainda se revelam muito frágeis ou até, em certos casos, com tendência para a regressão, devido a alguns constrangimentos considerados estruturais: ausência de ligação entre os meios de produção (normalmente importados) e os meios de consumo (muitas vezes, igualmente importados, ou então obtidos através de setores domésticos e informais); desperdício de recursos; fraca relação entre as remunerações e a produtividade dos fatores; distorções entre os modos e os modelos de produção e consumo; excedente ou renda (oriundo do setor primário e da ajuda externa), quase todo convertido em importações de bens de consumo, de serviços e com pouca capacidade para criar riqueza e investimento mas que, ao invés, aumentam a dívida; e elites depositárias de modelos culturais baseados no consumo de bens importados, não compatíveis com a produtividade média africana (Mendes, 2001; Dinis, 2010).

Lara (2005) considera que o quadro ora descrito agravou-se como consequência da descolonização:

Este quadro agravou-se com a circunstância da descolonização ter produzido muitos Estados exíguos (entre outros aspetos, com territórios pequenos, pouca expressão demográfica, ausência de recursos naturais ou em estado de exaustão e forças armadas débeis ou inexistentes para garantirem a soberania e a defesa do território) e de ter mantido a dependência extrema dos novos países em relação ao Ocidente e às ex-Metrópoles em concreto, por efeito da persistência do anterior modelo de comércio internacional que sustentava os antigos impérios (Lara, 2005:487).

Esta situação é também realçada no relatório do BAD (2015), que reconhece que, embora se tenha registado uma performance económica encorajadora, existem ainda grandes desafios a médio e longo prazos, salientando que a insuficiência de investimento no capital humano, os níveis de desemprego têm afetado sobretudo a mulher e a juventude. Sobre esta situação diz o BAD o seguinte:

En raison de l'insuffisance des investissements dans le capital humain et de l'absence de transformation économique, le continent n'a pas pu créer suffisamment d'emplois pour les plus de 15 millions de jeunes qui entrent sur le marché du travail chaque année. Près d'un quart de la population du continent vit dans des situations de fragilité, et l'inégalité des sexes reste un défi: alors que les femmes en Afrique représentent 52% de la population, elles gagnent à peine 10% du revenu du continent (BAD, 2015 :11).

No entanto, o BAD aponta pistas passíveis de promover um desenvolvimento sustentável em África:

Pour la grande majorité des pays africains, une forte croissance soutenue reste l'élément clé pour la création d'emplois et la croissance inclusive. Pour maintenir le rythme nécessaire à l'absorption de la main-d'oeuvre en croissance rapide de l'Afrique, il faudra la transformation structurelle et l'augmentation connexe de la productivité (BAD, 2015 :12).

De igual modo o relatório BAD (2015) salienta que se torna necessário a adoção de medidas para fazer face aos riscos internos e externos que ameaçam a dinâmica do crescimento em África, salientando que para sustentar o crescimento neste continente torna-se imprescindível continuar a reduzir a pobreza e a desigualdade, acelerar a transformação da economia e lutar contra as mudanças climáticas (BAD, 2015).

Considerando que o nosso objeto de estudo se prende com o caso dum PEIVD africano, dedicaremos o próximo capítulo à análise da problemática do desenvolvimento socioeconómico nos PEIVD com destaque para os africanos.

Capítulo 2. O desenvolvimento socioeconómico nos PEIVD

Muito tem sido dito sobre a situação particularmente vulnerável dos PEIVD e os desafios que os mesmos enfrentam. Mas ao mesmo tempo é necessário realçar os aspetos positivos dos PEIVD: a sua extraordinária capacidade de adaptação e inovação, a sua determinação e capacidade para ultrapassar as adversidades; o seu papel como um dos pontos avançados de um modelo de desenvolvimento e vida sustentáveis bem como a sua aptidão para se solidarizarem entre si e valorizarem a sua diversidade (Matsuura, 2005:3).

Pretendemos abordar neste capítulo algumas questões que se prendem com o desenvolvimento socioeconómico nos PEIVD de modo a se poder fazer um melhor enquadramento teórico do tema, atendendo que os PEIVD têm as suas particularidades e especificidades que devem ser tomadas em consideração. Embora não exista consenso sobre o conceito de PEIVD *vs* microestados, STP pela sua pequena dimensão e população, enquadra-se no grupo dos microestados insulares, no entanto, vários autores o têm considerado, nos seus estudos, como PEIVD nomeadamente Cardoso (2007), Costa (2011), Santo (2013), Aguiar (2013) e Fernandes (2014). Tendo em conta a perspetiva de abordagem que temos vindo a fazer sobre este país, também optamos por enquadrá-lo como PEIVD, facto que justificaremos ao longo deste capítulo.

São escassos os estudos sobre a produção científica relacionados com a insularidade, contudo têm vindo a crescer, as investigações científicas versando sobre a abordagem deste tema associadas ao aumento da importância política dos PEIVD (Santos, 2012). Segundo Brito (2015), o interesse pelo estudo de países pequenos surgiu durante o período da descolonização massiva (década de 1960) como uma das primeiras iniciativas de debate sobre questões específicas de pequenos países que ocorreu em 1962, quando o *Institute of Commonwealth Studies* iniciou uma série de seminários na Universidade de Londres. Os trabalhos dos referidos seminários foram posteriormente editados por Benedict (1967) no seu livro sobre *Problems of Smaller Territories*, constituindo assim uma das primeiras obras sobre os pequenos países.

De igual modo Brito (2015), (apud, Srinivasan,1986) considera que os problemas dos pequenos países/Estados foram analisados na literatura há mais de quatro décadas e estão

entre os primeiros trabalhos sobre este tema, embora ainda não haja um consenso geral sobre o que "pequeno" possa significar. Na perspetiva de Brito (2015), uma definição adequada da dimensão deve tomar em consideração uma variedade de fatores, incluindo a população, rendimento *per capita* e distribuição de rendimento.

Nos últimos tempos vários autores têm-se debruçado sobre a temática dos pequenos Estados, podendo-se destacar, de entre outros: Romana (1997), Cardoso (2007), Costa (2011), Santo (2013), Aguiar (2013), Fernandes (2014), Phillips (2014), Brito (2015), Madeira (2015), Ferreira (2010), BAD (2012, 2016), PNUD (2013, 2016) e BM (2013, 2016). Este interesse, segundo Santo (2013), resulta do facto de as ilhas serem micro-sociedades onde as forças de mudança podem ser observadas e analisadas em boas condições, realçando que embora não haja uma definição internacionalmente aceite para os PEIVD, várias são as organizações que os reconhecem nos seus programas.

De facto, o mundo começou a dar uma atenção especial às particularidades dos PEIVD, depois da Cimeira da Terra, em 1992, o que levou à realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento dos PEIVD, em Bridgetown, Barbados em 1994, a primeira do género, que visava transformar a Agenda 21 em políticas, ações e medidas específicas a serem implementadas aos níveis nacional, regional e internacional, para permitir aos PEIVD realizar o seu desenvolvimento sustentável. Foi nessa Cimeira que se adotou um programa de ação identificado para o efeito, com 15 domínios prioritários. Na ocasião, 111 Governos adotaram a Declaração e o Programa de Ação de Barbados, cujos acordos estabelecem os princípios e as estratégias tendentes a um desenvolvimento que protegesse o frágil ambiente dos PEIVD, e que permitisse, com a ajuda da comunidade internacional, satisfazer as necessidades atuais sem hipotecar o bem-estar das gerações futuras (PNUD, 2013).

Importa recordar que esta Conferência defendeu inequivocamente a tese de que a sobrevivência dos PEIVD e o seu sucesso na realização do desenvolvimento sustentável dependiam da sua base de recursos humanos e do seu património cultural. Nessa perspetiva, nenhum esforço devia ser poupado para que o ser humano estivesse no centro do processo de desenvolvimento sustentável. Assim, as ações empreendidas a favor do desenvolvimento nos

PEIVD deviam ser definidas em correlação com as necessidades e aspirações das pessoas e as responsabilidades que têm de proteger as gerações presentes e futuras (PNUD, 2013). Neste sentido, o programa de ação recomendou que se devia dar plena atenção à igualdade de género, ao papel e à importante contribuição das mulheres, às crianças, jovens e populações indígenas. Recomendou ainda o reconhecimento do papel especial das Organizações Não Governamentais (ONG), assim como a importância de uma parceria entre os governos, organizações e instituições intergovernamentais, associações e outros grupos importantes na aplicação da agenda 21 e do programa de ação, aos níveis nacional, sub-regional, regional e internacional (PNUD, 2013; Carvalho, 2013).

Sobre a problemática de desenvolvimento dos PEIVD disse Phillips (2014) o seguinte:

Small Island Developing States (SIDS) will require support in developing capacities to access the skills, knowledge, resources and funding required for more adaptive and holistic policies of sustainable development. The resulting “networked governance”, by promoting horizontal rather than vertical approaches to decision – making, is potentially the first step towards “whole-of-government approaches at every level of governance” (Phillips, 2014:17).

Importa sublinhar que a anteceder a Conferência de Barbados foram realizadas outras tantas conferências preparatórias, como em 1971, a Conferência de Ramsar, em 1972, a Conferência de Stockholm e em 1992, a Cimeira de Rio de Janeiro sobre o ambiente e o desenvolvimento. Após a Conferência de Barbados, a Declaração de *Valletta*, em *Malta* em 1998, o Fórum dos Pequenos Estados, em 2002, a Conferência das Maurícias, em 2005, foram outros tantos acontecimentos que despertaram a atenção da comunidade internacional sobre os problemas dos PEIVD (PNUD, 2013).

2.1. Características gerais dos PEIVD

É comum dizer-se que os PEIVD são países mais vulneráveis do que outros no que respeita ao nível de instabilidade dos seus rendimentos. As principais causas, de acordo com o relatório do BAD (2010), foram bem identificadas pelo Secretariado da *Commonwealth*, a saber: insuficiente diversificação económica, dependência em relação às exportações (peso no PIB), impacto persistente dos desastres naturais, distanciamento em relação aos principais mercados

internacionais, elevado coeficiente de concentração das exportações, falta de recursos e menor crescimento em geral.

Para Barbosa (2001) e Fernandes (2014), como consequência da sua reduzida dimensão territorial, demográfica e económica, os PEIVD apresentam um conjunto de características estruturais que acabam por influir grandemente na configuração das suas estruturas económicas, das quais se destacam:

- Reduzido tamanho do mercado doméstico devido ao diminuto número de habitantes;
- Limitações nas políticas de substituição das importações em virtude da pequena dimensão do mercado interno que não permite o aparecimento de iniciativas sustentadas. Quando estas ocorrem, os produtos daí resultantes tendem a ser de baixa qualidade e a preços muito elevados;
- Capacidade limitada para influenciar os preços, quer no mercado interno, quer no mercado externo, tendo em conta que o pequeno volume das importações e exportações não permite que tenham capacidade negocial suficiente para influenciar os preços;
- Dificuldades para explorar economias de escala, atendendo a que o reduzido volume da produção não possibilita a aplicação do princípio segundo o qual, à medida que se aumenta a produção, diminuem os custos unitários desta;
- Inexistência de economias de aglomeração, como consequência da reduzida dimensão do mercado interno, da ausência de grandes aglomerações humanas e da escassez de relações inter-industriais;
- Concorrência interna limitada, com muitos setores de atividade económica a atuarem em situação de monopólio ou oligopólio, a fugir em muito aos tradicionais monopólios “naturais”;
- Escassez de recursos humanos qualificados para exercerem determinadas atividades muito especializadas; a pequenez do mercado não permite o desenvolvimento de uma prática constante, pelo que acabam muitas vezes por perder os conhecimentos adquiridos;

- Problemas ao nível da administração pública, designadamente com a existência de despesas *per capita* muito elevadas, dado que certas despesas não são divisíveis em função do número de beneficiários, como é o caso das representações diplomáticas. Realça-se também a dificuldade em garantir a imparcialidade e a eficiência no funcionamento da administração pública, isto porque todos se conhecem, existindo muitas vezes relações de parentesco entre os diferentes intervenientes;
- Recursos naturais limitados em virtude da reduzida extensão superficial, não obstante por vezes ser compensada com uma vasta zona económica exclusiva (ZEE) que permite fazer uso dos recursos marinhos;
- Ecossistemas muito frágeis e muito propensos à ocorrência de catástrofes naturais, como sejam sismos, vulcanismos, secas, tsunamis, ciclones e pragas biológicas.

Não obstante estas características estruturais, num contexto de globalização em que se assiste a uma progressiva integração dos mercados, constata-se que muitas ilhas apostam em estratégias exportadoras, ganhando mercados e conseguindo por esta via gerar economias de escala e superar algumas das desvantagens que estão associadas à pequena dimensão - vejamos os casos de Hong Kong, Singapura e Maurícias (BAD, 2010).

Tabela nº1 - Alguns espaços insulares africanos de referência (2015)

Estados insulares africano	Superfície (Km2)	População (1000 Hab.)	Atividades principais	PIB <i>per capita</i> (USD)	Taxa Alfabetização %	Esperança de vida	Taxa de Mortalidade Infantil / (1000)	Nível de Desenvolvimento
Cabo Verde	4.033	521	Turismo	6 684	85	71.3	25.1	Médio
Comores	2 235	752	Pescas	1539	75.5	63.1	67.1	Baixo
Maurícias	2.040	1 273	Turismo	19 250	88.8	74.9	10.9	Alto
STP	1001	198	Agricultura	3 488	69.5	64.0	20.5	Baixo
Seicheles	460	96	Turismo	26 259	90.2	74	11.6	Muito Alto

Fonte: Elaboração própria baseada em BAD, FMI & BM (2015) ; INE (2016).

Como se pode observar na tabela nº 1 acima apresentada, são vários os PEIVD que têm construído a sua prosperidade com base no turismo. Alguns têm apostado em serviços

financeiros e outros ainda em produtos com baixo custo de transporte. Para outros existe, em última instância, a solução da exportação de mão-de-obra (emigração) como, por exemplo, Cabo Verde (em parte), Tonga, Samoa, Quiribati, Ilhas Cook, Niue, Tuvalu, Wallis e Futuna (BAD, 2010; Brito, 2015). Segundo Brito (2015), estes factos levantam a questão de se saber até que ponto, na atualidade, a dimensão do país continua a ser importante no prosseguimento das atividades económicas. Para este autor, é crível que a dimensão do território continua a ser importante, visto que antes de se lançarem no mercado global as empresas necessitam de adquirir algum *know-how* técnico e comercial, bem como acumular capital para financiar a sua expansão. Quando o mercado interno é reduzido isso torna-se mais difícil, para além de que a própria estrutura, composição, nível de concorrência e sofisticação da procura provenientes do mercado funcionam como estímulos para as empresas se inovarem e se tornarem mais competitivas interna e externamente.

2.2. O desenvolvimento sustentável dos PEIVD africanos

A área insular africana representa uma pequena parcela da massa e dos interesses do continente. Em termos de tamanho apenas Madagáscar tem significado; em termos estratégicos quase todas as ilhas o têm, começando nas Canárias, passando por Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Madagáscar até Seychelles (Almeida, 1994:119).

Desde o final da II Guerra Mundial todos os países têm procurado melhores rumos para alcançarem um desenvolvimento consistente. Mas alguns deles têm enfrentado no seu progresso vários constrangimentos estruturais. É o caso dos PEIVD africanos, tais como Cabo Verde, Comores, Maurícias, STP e Seicheles. A pequena dimensão territorial, demográfica e económica, assim como o isolamento em relação ao continente, a fragmentação territorial e a vulnerabilidade ambiental constituem as características específicas desses países (Carvalho, 2013; PNUD, 2013; Brito, 2015).

A elevada vulnerabilidade económica dos PEIVD africanos não deixa de ser um reflexo do seu incipiente nível de desenvolvimento económico e social, que é visível, nomeadamente: na escassez de recursos tecnológicos, mormente em meios de transporte e comunicações; na inexistência de produtos intermédios e de fatores de produção em quantidade e diversidade;

na incapacidade para mobilizar recursos; na inépcia para fomentar economias de aglomeração equilibradas; nas incipientes condições de proteção e ordenamento do território; na ausência de políticas públicas; e na presença de um Estado ineficiente e ineficaz.

Esta situação traz como consequência uma economia pouco diversificada, com uma forte dependência do exterior, um Estado sobredimensionado e uma elevada fragilidade natural, que no conjunto acabam por consubstanciar uma economia com baixa resiliência económica e social, funcionando ao sabor dos ciclos económicos internacionais, à semelhança da generalidade dos países em vias de desenvolvimento (Ferreira, 2010; Santos, 2012). Partindo dessas características que são comuns aos PEIVD, constatou-se que, comparativamente com outros Estados intra continentais, tomando como exemplo os países membros da Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC), apresentados na tabela nº 2 abaixo indicada, o grau de desafios de desenvolvimento desses PEIVD é muito maior, particularmente os PEIVD africanos, que por se encontrarem dispersos por todo o continente africano têm dificuldades em se organizarem em grupos regionais e deste modo poderem tirar maior proveito (Carvalho, 2013).

Tabela nº 2 – Indicadores básicos nos países membros da CEEAC

Nº de Ordem	Países Membros da CEEAC	População (mil Hab)	Área Total (mil Km2)	Dens Populac (Hab/Km2)	PIB p/hab em USD	PIB real (média taxa cresc. 2007-2015)
1	Angola	25 022	1 247	20	7 403	6.2
2	Burundi	11 179	28	402	705	3.4
3	Camarões	23 344	475	49	3 089	4.1
4	R. C. Africana	4 900	623	8	623	-1.4
5	Chade	14 037	1 284	11	2 280	5.0
6	Congo Brazzaville	4 620	342	14	6 259	4.4
7	Congo (RDC)	77 267	2 345	33	819	6.9
8	Guiné Equatorial	845	28	30	30 701	6.8
9	Gabão	1 725	268	6	19 944	4.5
10	Ruanda	11 610	26	441	1 750	7.5
11	S. Tomé e Príncipe	198	1	198	3 488	4.8

Fonte: Elaboração própria baseada em BAD, FMI & BM (2015); INE (2016).

Para Easterly and Kraay (1999), Barbosa (2001) e Brito (2015), vários são os fatores que concorrem para que os PEIVD sejam economicamente mais dependentes comparativamente aos outros Estados, os quais estão na base de constrangimentos vários que limitam o seu processo de desenvolvimento económico, podendo-se destacar, de entre outros, os seguintes:

- **Dimensão**

Brito (2015) aponta vários critérios para definir a dimensão do país, designadamente população, área geográfica, PIB total, trocas comerciais ou recursos diplomáticos, mas não existe um consenso quanto ao melhor e mais completo critério a ser aplicado. Para Barbosa (2001), a dimensão da população é o mais comum devido a ampla disponibilidade de dados sobre a população e a forma fácil como os limites são estabelecidos. Há ainda o autor Thorhallsson (2006), que considera a utilização das despesas com os militares para medir a dimensão dos países. Segundo ele, tais despesas funcionam como indicador de capacidade militar do país, sublinhando que são considerados pequenos países aqueles cujas despesas com os militares não excedam os 400 milhões de USD por ano.

Apesar de tudo isto, o indicador que tem sido mais amplamente utilizado na literatura como uma medida do tamanho do país é a população. Alguns autores consideram a cifra de 1,5 milhões de pessoas como um limiar BM (2013), outros, como Brautigam e Woolcock (2001), 5 milhões ou até mais. Para efeitos práticos, segundo o relatório do BAD (2010), os PEIVD podem ser caracterizados como terras cercadas por água em todos os lados, uma titularidade única, uma dimensão até 10.000Km² e uma população inferior a 1 milhão de habitantes. Na nossa abordagem optamos por considerar a cifra de 1,5 milhões de habitantes, de modo a podermos incluir na nossa lista todos os PEIVD africanos, ou seja, Cabo Verde, Comores, Maurícias, STP e Seicheles.

Não há no entanto unanimidade de opinião entre os pesquisadores sobre este ponto. Alguns autores, como Easterly and Kraay (1999) e Silva (2013) consideram que ser pequeno num mundo "macro" é uma desvantagem. Pequenos Estados não podem desfrutar de economias de escala tanto na produção quanto na administração pública. Eles não são internacionalmente competitivos e na maioria dos casos eles não podem prosseguir uma política de substituição

de importações. São particularmente vulneráveis quer a desastres naturais, quer a choques económicos. Para outros autores como BAD (2010) e Brito (2015), a pequenez é um ativo num mundo em mudança e dinâmico. Pequenos países podem responder de forma rápida e mais facilmente aos ajustes exigidos por uma economia internacional em mutação. O processo de tomada de decisão pode ser mais rápido e mais flexível quando a população é menos heterogénea. Para muitos pequenos Estados, os indicadores sociais e educacionais são bons, existe uma forte coesão social e o crescimento do PIB é superior ao de grandes Estados.

De igual modo Schumacher (1973) considera que ser grande não é necessariamente ser bom ou melhor, salientando que produzir localmente gera melhores resultados sociais e ambientais. Segundo este autor, as mais belas cidades da história foram muito pequenas, em relação aos padrões do século XX, por isso diz o autor que “Small is beautiful” (Schumacher, 1973:168). Devido à diversidade considerável entre os PEIVD, estes autores alegam ser difícil encontrar "um" aspeto da pequenez que seja essencial na caracterização de economias pequenas para os diferenciar dos grandes Estados. Nestas circunstâncias, os referidos autores consideram que continua a faltar uma visão unificada e consensual sobre a verdadeira definição dos pequenos Estados.

- **Insularidade e isolamento**

A localização geográfica de STP coloca alguns problemas que são típicos de países insulares africanos e situados a distância considerável dos seus vizinhos mais próximos e potenciais parceiros, para além de constituir dificuldades para uma integração regional e económica vantajosa. Com efeito, estando separados por mar, os PEIVD africanos precisam de fazer uso de transportes aéreos e marítimos para a importação e exportação com custos unitários relativamente elevados. Por outro lado, o afastamento dos grandes centros de comércio internacional impõe constrangimentos de outra natureza, nomeadamente no concernente a cumprimentos de prazos e insegurança nos serviços de transporte (Santos, 2012).

- **Elevados custos de transporte nacional e internacional**

O BAD, no seu relatório de 2010, considera que os altos custos de transporte podem funcionar como barreiras ao comércio externo dos PEIVD africanos. Segundo Brito (2015), os custos de transporte para as ilhas tendem a ser mais elevados por unidade de bens comercializados do que para os outros países. Para este autor, no caso de ilhas, apenas pode ser usado para as transferências de pequeno volume o transporte aéreo ou marítimo, que é geralmente mais caro do que o transporte terrestre. Além disso, os cargueiros tendem a ser pequenos, aumentando o custo por unidade de bens comercializados. Outrossim, as ilhas estão muitas vezes longe das principais rotas de transporte e têm que confiar em serviços de transporte pouco frequentes, que podem levar a atrasos e incertezas na entrega. Ainda segundo este autor, uma forma de medir a incidência dos custos de transporte é através do rácio dos custos de seguro e frete para importar valores, salientando que o valor médio deste rácio para todos os países em desenvolvimento é de 14%, enquanto para os PEIVD e Estados sem litoral oscila entre os 18 %, como é o caso das ilhas Seicheles e Trinidad e Tobago, e 26 % para as ilhas como Kiribati.

Para o caso de STP, e de acordo com o relatório do BAD (2010) sobre os custos da insularidade no país, concluiu-se que esta constitui um entrave considerável ao desenvolvimento destas Ilhas. De acordo com o referido estudo, os custos adicionais gerados pela insularidade são estimados em cerca de 24,5 milhões de USD/ano, equivalentes a 14% do PIB. 4% estão diretamente relacionados com as condições de importação e de exportação por via marítima, 3% com o transporte aéreo de passageiros, 4,5% com a energia e mais de 2,5% com as telecomunicações. O relatório salienta que estes custos adicionais são ainda mais gravosos para a ilha do Príncipe que sofre de dupla insularidade, patente nas péssimas condições das infraestruturas, na dificuldade de acesso aos recursos orçamentais e à ajuda internacional, com impacto negativo no custo de vida. Contudo, o estudo sublinha que, embora elevados, os custos da insularidade podem ser fortemente reduzidos através de políticas económicas e estratégias adequadas, nomeadamente centradas no desenvolvimento do setor privado.

- **Elevada vulnerabilidade ecológica-ambiental**

Os problemas ambientais têm normalmente um impacto não negligenciável no desenvolvimento dos PEIVD, com especial destaque para os PEIVD africanos, sendo acentuada a pressão sobre o ambiente provocada pelo desenvolvimento económico dos Estados insulares. O aumento da procura de zonas habitacionais e a produção industrial conduzem à redução de terrenos agrícolas. Por outro lado, o incremento da indústria turística e de atividades marinhas exercem pressão sobre o uso excessivo das zonas costeiras, com consequências para a sua preservação. O processo de desenvolvimento económico exerce pressão sobre a maior procura e utilização de recursos, alguns dos quais não renováveis, dando portanto lugar ao seu esgotamento. São exemplificativos os casos das ilhas Fiji (ouro), Haiti (bauxite), Trindade e Tobago (petróleo). A extração incontrolada de areia e o corte abusivo de árvores para fins de construção em STP já começam a dar sinais preocupantes e a criarem problemas sérios com a erosão costeira (Barbosa, 2001; Santos, 2012).

- **Emigração**

Um outro aspeto digno de realce prende-se com a emigração cujo fluxo, para além de se dirigir para o estrangeiro, também se faz entre ilhas do mesmo Estado e das zonas rurais para os centros urbanos (êxodo rural), na procura de melhor emprego e educação. Essas movimentações da população dão lugar à fuga de cérebros e competências e estão muitas vezes na origem de perturbações sociais (Barbosa, 2001; BAD, 2012). Para esses autores, as economias e as sociedades insulares evoluem graças ao efeito combinado das remessas dos emigrantes e da APD. Tal constatação resulta do facto de estas sociedades possuírem uma elevada propensão para a emigração, como uma forma de aliviar a pressão sobre os recursos locais e de terem acesso a outras fontes de recursos resultantes das remessas dos emigrantes. Essas remessas são aplicadas na construção de habitação própria, na aquisição de terrenos agrícolas, na educação dos filhos e na subsistência da família, acabando por representar um montante muito significativo da economia destes arquipélagos.

- **A dependência externa**

Uma das características dos PEIVD prende-se com a dependência externa. Essa dependência decorre sobretudo da relação com a assistência dos parceiros de desenvolvimento (quer bilaterais, quer multilaterais) e das remessas dos emigrantes (Barbosa, 2001; Santos, 2012; Brito, 2015). Para Santos (2012), as necessidades que não podem ser internamente satisfeitas no plano económico criam dependências do Estado em relação ao exterior. A dependência económica constitui, assim, a causa e, ao mesmo tempo, a consequência de outras dependências endémicas, designadamente, em termos de quadros qualificados, tecnologias, infraestruturas básicas, sociais, económicas, industriais e de comunicação, administrativas, políticas e de acesso ao crédito internacional.

Do ponto de vista económico, tal subordinação é visível sobretudo pela grande sujeição destes países às instituições externas, dada a dependência dos respetivos fundos; incipiente influência na forma como decorre o seu comércio externo; obediência aos interesses das grandes empresas estrangeiras; falta de controlo sobre os meios de transporte e comunicação que fazem a sua conexão com o exterior (Brito, 2015). Este autor considera que uma outra dimensão da dependência externa dos PEIVD africanos é o fraco controlo que exercem sobre o seu comércio externo. Devido à sua reduzida capacidade de compra nos mercados exteriores e ao baixo volume das suas exportações, as empresas insulares não controlam os canais de distribuição, o que dificulta a diferenciação do seu produto, o desenvolvimento da marca própria, o conhecimento dos mercados, a possibilidade de montar redes de distribuição e “marketing”, bem como a sua capacidade de obter financiamentos.

Tal como reconhece Romana (1997), para os PEIVD a cooperação e a ajuda internacional representam duas componentes fundamentais no atenuar das vulnerabilidades socioeconómicas, políticas e organizacionais e na criação de condições mínimas à adoção de uma estratégia de desenvolvimento sustentável.

Síntese

Nesta Parte I abordamos questões que se prendem com a temática do desenvolvimento socioeconómico em geral e sua particularidade em África. Fizemos referência a várias teorias sobre esta temática. Pudemos constatar que, pese embora os grandes constrangimentos com que se tem deparado o continente africano, a sua economia vem conhecendo algum progresso. Dedicamos uma atenção especial às questões que se prendem com o desenvolvimento socioeconómico dos PEIVD, com particular incidência nos PEIVD africanos, tendo em conta o objeto de estudo.

Constatamos que embora alguns autores, como os casos de Easterly and Kraay (1999) e Silva (2013) considerem a pequenez territorial como uma desvantagem pelo facto dos PEIVD não poderem desfrutar de economias de escala e serem particularmente vulneráveis tanto a desastres naturais como a choques económicos, autores como BAD (2010) e Brito (2015) consideram a pequenez como um ativo num mundo em mudança e dinâmico, salientando que os PEIVD podem responder de forma rápida e mais facilmente adequada aos ajustes exigidos por uma economia internacional em mutação e o processo de tomada de decisão pode ser mais rápido e mais flexível quando a população é menos heterogénea. Daí que Schumacher (1973) considere que ser grande não é necessariamente ser bom ou melhor, destacando que produzir localmente gera melhores resultados sociais e ambientais concluindo que “*Small is beautiful*”.

Da panóplia das teorias de desenvolvimento por nós analisadas ressaltamos a importância das mesmas para a compreensão do nosso objeto de estudo, pondo em evidência a relevância nos dias que correm das teorias do desenvolvimento económico na análise das economias subdesenvolvidas. Constatamos no entanto que a teoria económica tradicional aplicada na abordagem de questões relacionadas com a economia dos países desenvolvidos torna-se inaplicável à análise dos países subdesenvolvidos, tal como já consideravam Seers (1969) e Silva (2005). Para Silva (2005) e BAD (2010) torna-se por isso necessária uma nova abordagem para a interpretação da realidade dos países subdesenvolvidos e de seu processo de desenvolvimento, com especial realce para os PEIVD africanos.

PARTE II

Caraterização e análise da realidade socioeconómica de STP no contexto dos PEIVD.

No último capítulo da Parte I, a nossa abordagem incidiu sobre as caraterísticas dos PEIVD. Pudemos constatar que os mesmos enfrentam dificuldades consideráveis, designadamente: isolamento, uma população reduzida, poucos recursos naturais, fraca diversificação produtiva, sobrecustos de transportes, dependência externa. A insularidade está também associada a duas caraterísticas comuns dos PEIVD: falta de escala no processo de produção e dificuldades de acesso aos mercados externos (BAD, 2010).

Os problemas que se prendem com o desenvolvimento de STP, independentemente de serem de natureza estrutural, são também os que advém do facto de ser um PEIVD. Sendo um arquipélago, confronta-se com situações idênticas às de outros PEIVD que representam constrangimentos vários à sua economia (BAD, 2010). Por isso, nesta Parte II incidiremos a nossa abordagem especificamente sobre STP, que é o nosso estudo de caso, e abordaremos questões que se prendem com as caraterísticas geo-históricas e socioeconómicas destas duas ilhas.

Capítulo 1 – Caracterização geo-histórica e sociodemográfica

1.1 Dimensão e morfologia

Como se pode observar na Figura nº 1 abaixo reproduzida, STP é um PEIVD africano, situado no Oceano Atlântico, em pleno Golfo da Guiné, a aproximadamente 300 km da costa ocidental africana sobre a linha imaginária de Equador, constituído por duas ilhas (para além de alguns ilhéus desabitados), com uma área total de 1001 km², tendo São Tomé uma dimensão de 859 km² e Príncipe 142 km². A distância entre as duas ilhas é de cerca de 140 km, estando a ilha do Príncipe localizada a nordeste de São Tomé (Tenreiro, 1961; Neves, 1989; Cardoso, 2007; Lima, 2011; BAD, 2016).

Figura nº1 - Localização de STP no continente africano



Fonte: Arquivo Histórico de STP

De acordo com o artigo 4º da Constituição deste país, o seu território é composto pelas ilhas de São Tomé e Príncipe e pelos ilhéus das Rolas, das Cabras, Bombom, Boné Jockey, Pedras Tinhosas e demais ilhéus adjacentes, pelo mar territorial compreendido num raio de doze milhas a partir da linha de base determinada pela lei, pelas águas arquipelágicas situadas no interior da linha de base e o espaço aéreo que se estende sobre o conjunto territorial atrás definido (Constituição de STP, 2003).

Este arquipélago divide-se em quatro regiões administrativas: Norte, Centro litoral, Sul e Príncipe, sendo esta ilha, desde 1994, uma região autónoma. As regiões subdividem-se em distritos: Norte (Lembá e Lobata), Centro litoral (Água Grande e Mé-Zochi), Sul (Cantagalo e Caué) e Príncipe (Pagué). O clima é tropical húmido com duas estações: a estação das chuvas e a estação seca, também conhecida como estação da *gravana*. Na época das chuvas, de setembro a maio, a chuva é frequente e o clima é mais quente, fazendo mais calor. Na estação seca, que vai de junho a agosto, a temperatura é mais baixa, há menos humidade e menor precipitação. Entre dezembro e janeiro pode ocorrer o chamado “*gravanito*”, uma pequena interrupção nas chuvas. As temperaturas do arquipélago variam de 21° C a 31°C, com uma temperatura média anual de 26° C, e a água do mar chega aos 28°C. Nas regiões de maior altitude a humidade relativa do ar ronda os 75% e chove até na estação seca (Tenreiro, 1961; Neves, 1989; Menezes, 2003; Costa *et al*, 2014).

Figura nº2 - Mapa de STP



Fonte: Arquivo Histórico de STP

Entre os pontos de maior altitude destacam-se o pico de São Tomé, com 2024 metros de altitude; o pico da Estação Sousa com 1762 metros; o pico Pinheiro, com 1611 metros; o pico Calvário, com 1608 metros; o pico de Ana Chaves, com 1654 metros; e, mais para norte, o pico de Santa Maria com 1710 metros - além de alguns pequenos outros (Tenreiro, 1961; Neves, 1989; Costa, *et al*, 2014).

Segundo Menezes (2003), STP é detentor de um grande número de microclimas e de condições muito variadas de pluviometria, orografia (altitudes e declives) e de boa qualidade físico-química dos solos, temperatura e insolação diversa. Tudo isso acaba por lhe conferir um potencial agrícola muito diversificado, permitindo cultivar desde plantas estimulantes (cacau), passando por especiarias, amiláceas, oleaginosas, hortícolas, frutícolas, aromáticas e flores. Para aquele autor, o país tem condições para se transformar num jardim botânico, isto do ponto de vista edafo-climático e ecológico, autossustentável em algumas produções alimentares, continuando assim a agricultura em termos macroeconómicos a ser um importante setor complementar da economia.

Um dos aspetos importantes a salientar como sendo o grande influenciador do clima das ilhas e uma das maiores atratividades do turismo, é a vegetação. A flora do arquipélago contém 224 espécies, sendo 85 endémicas que correspondem a cerca de 15% da flora autóctone de São Tomé e a 10% da vegetação do Príncipe. A fauna tem 16 espécies endémicas de répteis, destas 9 são anfíbias. Há 143 espécies de aves, das quais 26 são endémicas. No Príncipe existe um tipo único de floresta virgem, húmida, à baixa e média altitude (Costa, *et al*, 2014). STP possui um elevado potencial hídrico composto por mais de 50 cursos de água cujos comprimentos variam entre 5km e 27Km e percorrem desnivelamentos entre mil e mil e quinhentos metros de altitude, em paisagens. Os principais rios de São Tomé são o Yô Grande, o maior do país, o rio do Ouro, Manuel Jorge e Abade e o rio Papagaio no Príncipe (Menezes, 2003; Costa, *et al*, 2014).

Costa, *et al* (2014) consideram que a pequenez de STP, a exuberância da sua vegetação, as suas potencialidades agrícolas ligadas à disponibilidade de água e ao clima, as riquezas petrolíferas constituem ingredientes para que o país possa aplicar um modelo de desenvolvimento que permita garantir o aumento do bem-estar da generalidade da população sem descurar a sustentabilidade ambiental.

1.2 Descobrimento, povoamento e colonização

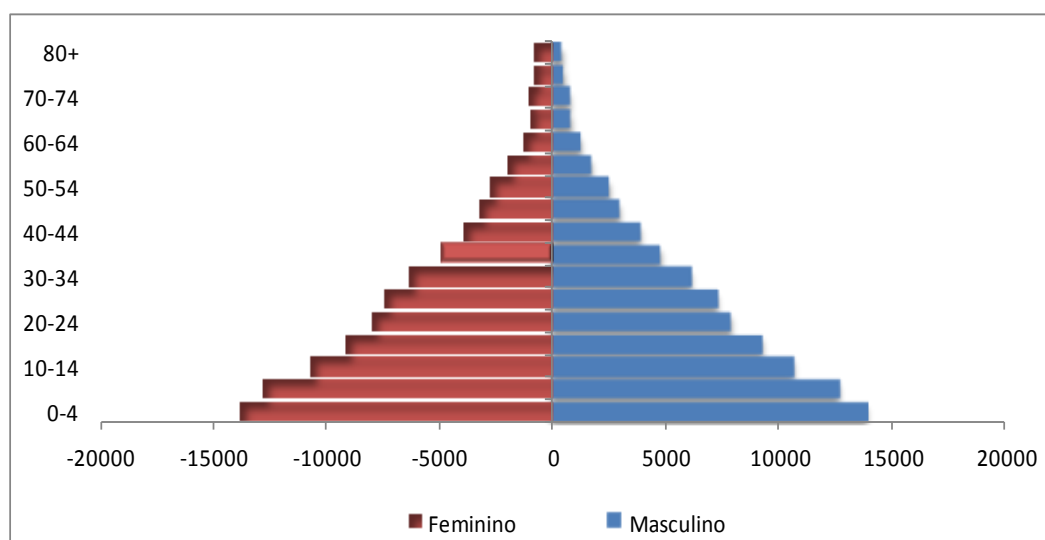
Para Neves (1989), não é conhecida a data exata do descobrimento das ilhas do Golfo da Guiné, facto que tem suscitado alguma polémica entre os historiadores. Segundo este autor, ao que parece, tudo começou com Lopes de Lima, um estudioso da expansão portuguesa que, ao escrever sobre este assunto, em meados do século XIX, terá aventado a hipótese de aquelas ilhas terem sido descobertas por João de Santarém e Pêro Escobar, nos finais do ano 1470 e princípios de 1471. A partir de então tornou-se tradição admitir que o descobrimento ter-se-ia efetuado nas datas referidas. O autor salienta que, apesar de divergentes, as várias teses sobre este assunto, têm em comum situar o descobrimento de STP na década de setenta do século XV. Por isso conclui que é facto consensual que os portugueses chegaram às ilhas de STP respetivamente a 21 de dezembro e 17 de janeiro, dias dedicados aos Santos Tomé e Antão, este último o primitivo nome da ilha do Príncipe em homenagem ao Príncipe D. João, continuando por esclarecer os anos do seu descobrimento.

Ainda segundo Neves (1989) e PNUD (1998) quando os primeiros portugueses chegaram às ilhas, ao que tudo parece indicar, as mesmas encontravam-se desabitadas, embora subsistam hipóteses no sentido de que os atuais angolares possam ser descendentes e, portanto, legítimos sucessores representantes da comunidade humana já anteriormente estabelecida nestas ilhas. O povoamento do arquipélago começou no final do século XVI e os primeiros colonos foram os portugueses. Os africanos foram levados mais tarde, como cativos, provenientes das costas de África hoje referenciadas por países do Golfo da Guiné e parte da África Austral (Gana, Benim, Nigéria, Camarões, Congo, Angola, Gabão). A partir de 1876, com a abolição da escravatura ocorrida no ano anterior, aportaram às ilhas os trabalhadores agrícolas contratados (Mantero, 1954; Tenreiro, 1961; Neves, 1989). Em termos numéricos, constata-se que houve uma grande evolução da população. De acordo com os dados do INE, até ao ano de 1970, o crescimento populacional era lento (cerca de 73,6 mil habitantes), no entanto esse crescimento foi ganhando mais amplitude. Em 1991, a população total era de 117 504; no ano de 2001 ascendeu a 137 599, registando-se um acréscimo de cerca de 20 095 mil habitantes (INE, 2016).

De acordo com os dados do Recenseamento Geral da População e da Habitação (RGPH) de 2012, a população residente ascendeu a um total de 187 739 habitantes repartidos entre 51%

por mulheres e 49% homens. Como se pode observar através da pirâmide etária, a população santomense é muito jovem. Cerca de 41,7% dos santomenses têm até 14 anos de idade. O grupo etário até 24 anos representa 61% da população, cerca de 33% dos habitantes têm idades compreendidas entre 25 e 54 anos e somente 7% têm 55 ou mais anos de idade (INE, 2016).

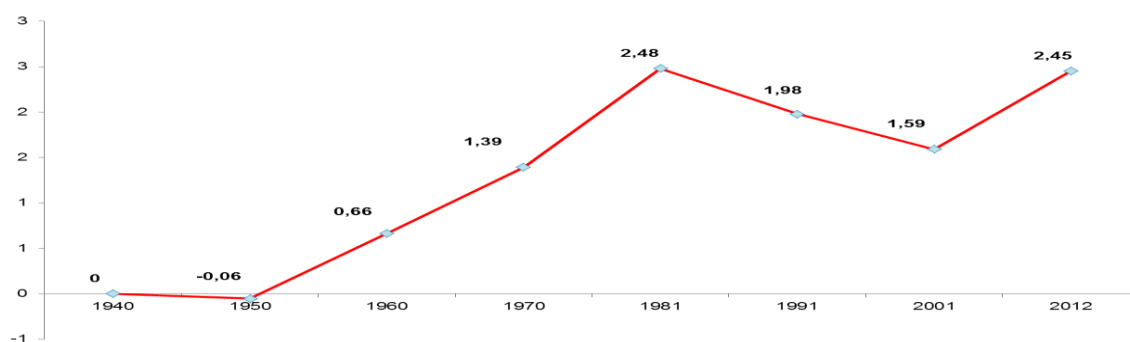
Figura nº 3 - Pirâmide etária: RGPH 2012



Fonte: INE (2016)

A população conheceu uma evolução considerável com uma taxa de crescimento média que oscilou entre os 0 e os 2,45%, como se pode observar na Figura nº4 abaixo discriminada (INE, 2016).

Figura nº 4 – Evolução da taxa de crescimento médio anual da população de 1940 - 2012

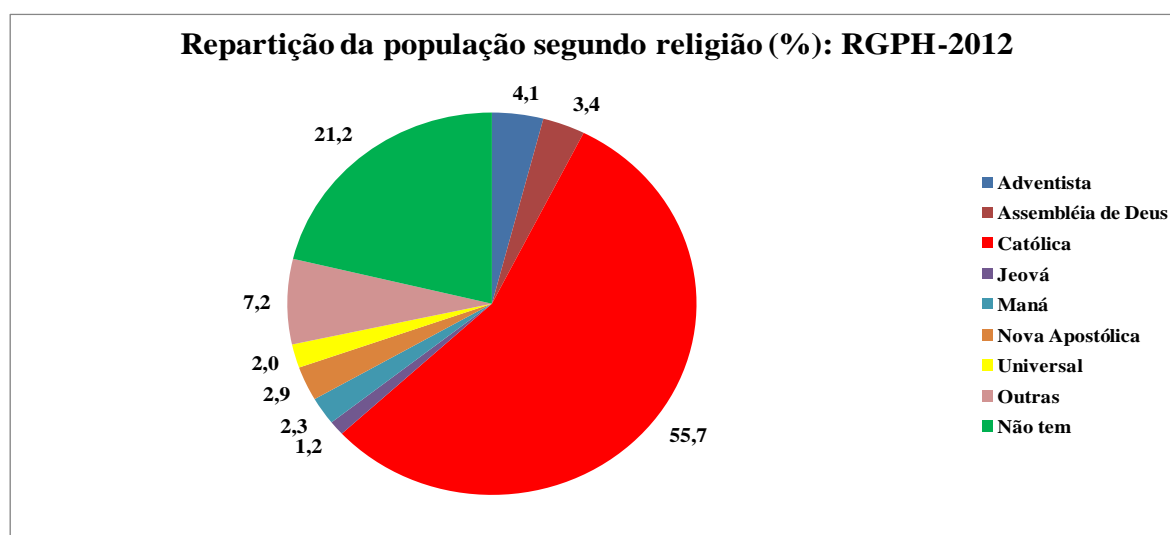


Fonte: INE (2016)

De facto, como se pode constatar, houve uma grande evolução da população de 1940 a 2012. Se em 1940 a população era de apenas 60 490 habitantes, em 70 anos a população quase triplicou, ascendendo a cifra de 187 739 habitantes em 2012, como se pode observar na figura nº4 (INE, 2016). Para Barata (2001, 2003), o acréscimo populacional que tem ocorrido em África desde 1950 e se prevê prossiga no futuro imediato, indicia uma população jovem a exercer forte pressão sobre o mercado de trabalho, em economias marcadas por grandes dificuldades estruturais e sem capacidade para criarem empregos a ritmo correspondente ao necessário para inserir em atividades produtivas os que chegam a idade em que se começa a procurar emprego. O autor sublinha que, em número crescente de países da África subsaariana, onde STP também está inserido, começa a fazer-se sentir análoga propensão para procurar no estrangeiro o trabalho remunerado que não se encontra na terra de origem.

Analisando a estrutura da população de acordo com a religião, constata-se que a maioria é católica, representando 55,7 % da população, seguido da Assembleia de Deus e dos Adventistas, como se pode observar na figura nº 5 abaixo indicado.

Figura nº 5 – Repartição da população segundo a religião (%): RGPH – 2012



Fonte: INE (2016)

No que respeita às características demográficas, verifica-se que os santomenses são descendentes de vários cruzamentos de raças devido os vários processos de colonização

sofridos desde o século XV até os meados do século XX. Entre as ascendências é de destacar os portugueses, dos primeiros povos a chegarem as ilhas (ano de 1470), africanos vindos do Golfo da Guiné (Costa da Mina, Benim e Gabão) e das terras do Manicongo, (os congoleses, angolanos), e mais tarde, moçambicanos e os cabo-verdianos (Mata, 1998). Importa salientar que a população africana constituía a mão-de-obra escrava. No conjunto das miscigenações sofridas, é essencial destacar os mestiços, uma vez que esta população resultou da fusão entre os portugueses e africanas escravizadas e também uma “mestiçagem interafricana”, uma vez que, como salienta Mata, os africanos pertenciam a grupos etnoculturais diferentes (Mata, 1998). Para Lara (2000), a mestiçagem foi promovida desde os primórdios da colonização, com a concessão a cada novo colono, designadamente aos degredados, de uma escrava, com o objetivo do povoamento do arquipélago. Com o decorrer do tempo e a miscigenação de brancos e negros, formaram-se novos grupos na população.

1.3 Saúde e Educação

- **Saúde**

A saúde é reconhecida no programa do governo como um setor prioritário da ação governativa, pelo seu impacto direto na qualidade de vida dos santomenses, formação do capital humano e no desenvolvimento do país (GOP, 2017:43).

Gonçalves (2001) considera que nos países em desenvolvimento os determinantes de saúde estão geralmente ligados a vários aspetos, podendo-se considerar como os mais relevantes os seguintes: o baixo nível socioeconómico; o divórcio entre a educação e a saúde; a falta de políticas de saúde adequadas a cada realidade; as situações epidemiológicas de doenças endémicas; a falta de capacidade de gestão de recursos humanos; a descontinuidade administrativa do sistema prestador de cuidados e a baixa capacidade de gestão a vários níveis. STP, como um dos países em desenvolvimento, também está abrangido por estes determinantes e, embora tivesse havido nos últimos anos progressos assinaláveis em matéria de saúde, o país está ainda bastante longe dos objetivos fixados na cimeira das Nações Unidas que estabeleceu os Objetivos do Milénio (OMS, 2013).

Não obstante o país dispor de uma rede de formações sanitárias que asseguram uma cobertura relativamente alta, é bastante deficiente a qualidade dos serviços prestados à

população, como consequência, entre outros, da fraca capacidade institucional, da falta de recursos humanos qualificados, deficiente abastecimento de medicamentos, equipamentos e materiais de laboratório, deficientes infraestruturas e ainda deficiente capacidade de gestão. A complexidade de tais desafios coloca a necessidade de medidas que permitam fortalecer a organização e gestão das infraestruturas de saúde, melhorar a gestão e a qualificação dos recursos humanos e o desempenho dos profissionais, assegurar a sustentabilidade financeira e elevar o nível de humanização dos serviços com ênfase no atendimento (OMS, 2013; GOP, 2017).

Nos últimos anos, STP tem sido uma história de sucesso no que diz respeito ao controlo da malária. A incidência da doença em crianças com idade inferior a 5 anos decresceu de 1273 por mil, em 2004, para 20 por mil, em 2013. Com efeito, os esforços das autoridades, com o apoio dos seus parceiros de desenvolvimento, têm ajudado a dominar o paludismo e a tuberculose. O número de mortes por malária decaiu de 0,009 por mil habitantes em 2010 para 0,004 por mil em 2012. Essa mudança na taxa de mortes por malária deve-se, em parte, a uma melhoria no uso de mosquiteiros impregnados, em conjugação com a pulverização intradomiciliar (OMS, 2013; GOP, 2017).

Segundo o relatório do PNUD de 2013, STP está entre os 11 países de África que desde 2000 registaram uma redução de mais de 50% no número de casos confirmados de malária, ainda que em 2013 tenha registado um ligeiro aumento no número de casos reportados. A sustentabilidade destes resultados, com o apoio dos parceiros do país, é agora o aspeto central para se evitar a repetição do cenário de 1983 em que, após uma redução considerável da morbilidade e mortalidade por paludismo, o país se viu mergulhado em nova epidemia (OMS, 2013). Apesar desta evolução positiva, há ainda vários fatores relacionados com o setor da saúde que permanecem preocupantes. O acesso à água potável é ainda reduzido, embora tenha aumentado a população com acesso à água e às fontes de água canalizada; uma grande parte da população, fundamentalmente nas zonas rurais, continua sem acesso à água potável e utiliza a água do rio ou recorre a fontes existentes sem qualquer proteção e controlo (GOP, 2017).

No que se refere ao saneamento básico, a situação é igualmente preocupante, na medida em que a maioria das habitações não dispõe de infraestruturas sanitárias. O setor da saúde tem

demonstrado resultados encorajadores, particularmente em áreas como a saúde materna e os cuidados de saúde infantis. A proporção de nascimentos assistidos por profissionais cresceu de 70% em 2003 para 86% em 2013, e a percentagem de mulheres grávidas com consultas e cuidados de saúde cresceu de 65% em 2003 para 82% em 2013 (OMS, 2013).

Portanto, de acordo com o relatório das GOPs (2016), esforços consideráveis têm sido feitos. Os dados estatísticos no contexto geral demonstram uma redução da mortalidade materna, fruto da melhoria na assistência às mulheres, protagonizada pelo programa de saúde reprodutiva e do aumento significativo de número de partos assistidos por pessoal qualificado. No entanto, as autoridades reconheceram que não foi possível cumprir com a meta de 17 por 100 000 nascidos vivos em 2015 fixada pelos ODM, tendo em conta que em 2013 esta taxa situava-se em 78,4 por 100 000. A luta contra o HIV/SIDA, a malária e a tuberculose trouxe resultados bastante positivos. De acordo com o INE (2016), a prevalência de HIV/SIDA entre as mulheres grávidas sofreu uma inversão, passando de 0,5% em 2011 para 0% em 2012. Entretanto, a prevalência de pessoas portadoras com HIV/SIDA foi reduzida para 0,5 em 2015, contra os 1,5% registados em 2012. Verifica-se de igual modo uma melhoria da assistência às pessoas portadoras de HIV/SIDA o que poderá ter um efeito positivo na luta contra a tuberculose.

Os dados publicados pelo Inquérito aos Orçamentos Familiares (IOF) em 2010 revelam que desde 2001 os principais indicadores de pobreza mantiveram-se elevados, tanto a nível nacional como distrital e da Região Autónoma do Príncipe. O referido inquérito evidencia que 66,2 % da população santomense é pobre e a pobreza afeta de forma significativa as famílias chefiadas por mulheres com 71,3%, contra 63,4% dos homens.

- **Educação**

É vontade política do Estado santomense proporcionar uma educação de base de qualidade a todos os cidadãos e cidadãs, de modo a torná-los sujeitos ativos e parte integrante do processo de desenvolvimento do país (EPT, 2006:8).

A análise do sistema educativo de STP não pode desligar-se da sua história (Cardoso, 2007). De facto, vários autores consideram que o sistema de ensino neste arquipélago foi ignorado pela administração colonial, durante a presença portuguesa, que não privilegiou a educação dos santomenses para a vida económica e social. Entre estes autores podemos destacar Cardoso (2007) e Santo (2013), que consideram que o acesso à educação foi sistematicamente negado à grande maioria dos santomenses, durante todo o período colonial, sublinhando que só após a independência as novas autoridades se preocuparam com a erradicação do analfabetismo e apostaram na formação de quadros, embora nem sempre de forma consistente e sustentada.

Tal como vem plasmado no relatório de avaliação sobre Educação para todos (EPT) de 2014, a história do desenvolvimento educativo de STP fez sobressair, durante o período que se seguiu à independência, em 1975, uma fase de progressos impressionantes que permitiram ao país recuperar do atraso acumulado durante o período colonial e de se posicionar favoravelmente face a um grande número de países africanos. De acordo com o referido documento, esta primeira fase englobou um período caracterizado por um regime de partido único e uma gestão centralizada da economia, tendo sido substituída, a partir de 1990, por uma série de desintegrações políticas e sociais ligadas a privatizações, que provocaram uma baixa dos meios disponíveis e uma degradação progressiva dos indicadores tanto quantitativos quanto qualitativos do sistema educativo.

Ainda de acordo com o EPT (2014), a Conferência Mundial de Educação para Todos (Jomtien, Tailândia), realizada em 1990, definiu um amplo conjunto de desafios que vêm sendo enfrentados de diversas formas pelos sistemas educacionais ao nível mundial. Desde então, esforços coletivos significativos têm sido desenvolvidos no sentido de mobilizar os meios para, através da educação, melhorar as condições de vida de crianças, jovens e adultos.

Esta situação conheceu o seu apogeu no Fórum Mundial sobre Educação, realizado em Dakar no ano de 2000, onde 164 países assumiram o compromisso de atingir seis metas de Educação para Todos até 2015, a saber: educação na primeira infância; educação primária universal; educação de jovens e adultos; alfabetização de adultos; paridade e igualdade de género; e qualidade da educação (EPT, 2014). No âmbito deste Fórum Mundial, que constituiu um marco determinante da EPT, STP subscreveu as suas conclusões e recomendações, assumindo como uma das grandes prioridades no limiar do III Milénio, o desenvolvimento da educação de base e de qualidade. Entre outras recomendações um acento particular foi posto na necessidade de elaboração e implementação de um plano nacional de ações da educação para todos (EPT, 2006; 2014).

Embora o país tivesse assumido o compromisso de orientar o ensino com base nos princípios estabelecidos no referido Fórum, o mesmo não foi capaz de fazer progressos neste domínio (Cardona e Will, 2010). Foi com a criação da nova Lei de Bases do Sistema Educativo, através do Decreto-Lei nº 2/2003, que o ensino superior passou finalmente a constar como uma peça do ensino em STP. De igual modo, a reforma do ensino, implementada na sequência da referida lei, ao estender o ensino obrigatório para os seis anos constituiu um marco importante mas não suficiente no sistema de ensino do país (Cardoso, 2007).

Importa salientar que, com a criação desta nova lei, a educação e o ensino secundário passaram a figurar na lista das prioridades do Governo ao nível das políticas públicas para a redução da pobreza. A referida lei estabelece que todos os santomenses têm direito à educação e à cultura, sendo da responsabilidade do Estado promover a democratização do ensino, garantindo o direito a uma justa e efetiva igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolares. Neste quadro, compete ao Estado assegurar gratuitamente a escolaridade obrigatória, que segundo a mesma lei compreende o ensino básico, com a duração de seis anos, estruturada em dois ciclos: o primeiro, compreendendo da 1ª à 4ª classe, e o segundo, 5ª e 6ª classes. O ensino secundário passou também a ser estruturado em dois ciclos: o primeiro formado pela 7ª, 8ª e 9ª classes, enquanto o segundo inclui da 10ª à 12ª classe. Por outro lado, o ensino superior é composto pelo ensino universitário e politécnico. A investigação e a educação extraescolar passaram igualmente a constar desta nova Lei de Bases (Cardona e Will, 2010; Escola+, 2013; EPT, 2014).

De recordar que a educação pré-escolar já existia no regime colonial na maioria das grandes plantações agrícolas. Segundo Cardona e Will (2010), ela foi introduzida em meados do século XX pelos roceiros, não só para reter as crianças enquanto as mães cuidavam das tarefas da lavoura, mas também proporcionar-lhes melhores condições de vida para serem futuros trabalhadores dessas plantações. Para o autor, este nível de ensino sofreu um duro golpe na sequência das nacionalizações das roças que conduziram ao elevado estado de degradação e de abandono das suas infraestruturas económicas e sociais, salientando que há até hoje poucos infantários para um crescente número da população infantil.

Por outro lado, para este autor, a má qualidade das instalações existentes, a insuficiência de quadros técnicos associada ao baixo salário e às más condições de trabalho oferecidos aos profissionais contribuíram para agravar o problema, que só pontualmente foi aliviado mediante a intervenção do UNICEF e de outras organizações internacionais, a partir da segunda metade dos anos 1990. Essas dificuldades que, segundo o PNUD (2013), se mantêm até ao presente, influenciaram uma má orientação do ensino pré-escolar e contribuíram para aumentar o insucesso escolar nos níveis de ensino seguintes e, conseqüentemente, a desigualdade de oportunidades entre crianças, em prejuízo das crianças do meio rural. Este facto exigiu uma maior atenção das autoridades responsáveis do país, na medida em que não é possível conceber desenvolvimento sem educação e esta começa com a educação pré-escolar (Cardona e Will, 2010).

O ensino básico, de acordo com a EPT (2014), continuou até ao ano letivo (2009/2010) a funcionar conforme o modelo pós-independência, com apenas quatro classes, apesar da alteração prevista na Lei 2/2003. Em 2006/2007, o ensino da 5ª à 8ª classe só funcionava nos estabelecimentos escolares das capitais dos distritos. Até 1999, a 9ª classe era lecionada apenas no Liceu Nacional, quando passou também a ser ministrada no Instituto Diocesano de Formação (IDF) e em Santo António (ilha do Príncipe). A 10ª, 11ª e 12ª classes eram lecionadas numa única escola do Estado (Liceu Nacional, na capital do país), que se viu reforçada a partir de 2013 com o surgimento dum novo Liceu Maria Manuela Margarido, na cidade de Trindade. Importa salientar que somente no ano letivo de 2007/2008 foi introduzido o ensino da 12ª classe, apesar de ter sido previsto no Decreto-Lei nº 53/88 (Escola +, 2013; EPT, 2014).

Entretanto, como já se referiu, vários fatores podem ter determinado a escassa apetência pela educação e o elevado abandono e insucesso, designadamente pouca acessibilidade e qualidade das infraestruturas, reduzido número de horas letivas diárias (3 horas, em média, no ensino primário, decorrentes de muitas escolas que funcionavam em tridesdobramento), turmas demasiado grandes, o que tem dificultado o processo de ensino/aprendizagem, desqualificação dos professores e poucas perspetivas relativamente aos rendimentos adicionais que maiores níveis de escolaridade podem proporcionar (Escola+, 2013).

Importa sublinhar que a falta de motivação pela educação foi também determinada pela falta de formação de professores qualificados, sobretudo no ensino primário (da 1ª à 4ª classes). De facto, o encerramento, em 1990, da escola de formação de professores para este nível de ensino, associada à ausência de qualquer estrutura destinada a este fim durante toda a década de 90, a falta de motivação para a profissão de pessoas qualificadas, como consequência do baixo nível salarial, constituíram fatores justificativos desta situação (Leal, 2003; Cardoso, 2007).

De acordo com o PNUD local (1998), na década de 90 do século XX, cerca de 50% dos professores do ensino primário (da 1ª à 4ª classe) e uma percentagem superior a 80% dos docentes do ensino secundário, não tinham uma formação técnica específica. O nível de qualificação dos docentes era relativamente melhor na capital do país, mas diminuía drasticamente quando se afastava da capital, tornando-se precário nos lugares longínquos onde também se questionava a atitude laboral desses profissionais, devido à ausência ou dificuldades do seu controlo. Este facto foi ainda agravado por aqueles que se reformavam.

A crise do sistema educativo em STP estendeu-se também a outros níveis de ensino, designadamente na educação técnico-profissional, no ensino médio (enfermagem e formação dos professores do ensino básico) e na educação de adultos. Importa salientar que é enorme a dependência destes níveis de ensino da ajuda externa e quando cessam os projetos que os sustentam regista-se geralmente uma descontinuidade do processo de aprendizagem (Cardoso, 2007; EPT, 2014). Perante este cenário, o BM aprovou, em 2004, um projeto multissetorial

orientado para a ENRP, designado por Projeto de Apoio aos Serviços Sociais (PASS), que visava a melhoria de qualidade dos serviços de educação e saúde.

A parcela atribuída ao sistema educativo contemplava um financiamento destinado à melhoria do sistema no horizonte temporal 2003/2013, no valor de 2,8 milhões de dólares. A situação não é melhor no ensino superior. De acordo com o art.º 13º da Lei nº 2/2003, que criou a nova Lei de Bases do Sistema Educativo, o ensino superior e a investigação passaram a estar contemplados no sistema educativo, que passou a prever a formação no ensino universitário, com atribuição de graus académicos de bacharel, licenciado, mestre e doutor, e do ensino politécnico (estatal) com a atribuição de graus de bacharel e licenciado (EPT, 2006; 2014).

Esta lei veio dar forma legal ao ensino superior, que começou a funcionar desde o ano letivo de 1997/98, com a institucionalização do Instituto Superior Politécnico (ISP), criado por Decreto-Lei nº 88/96. Para além do ISP, existem dois ensinos universitários privados. Um é o Instituto Universitário de Contabilidade, Administração e Informática (IUCAI), que iniciou a formação no ano letivo de 1997/98 e que forma quadros intermédios em administração e licenciaturas em diversas áreas científicas. O outro é a Universidade Lusíada de STP (ULSTP), que começou a funcionar no ano letivo de 2006/2007 (EPT, 2014).

Em termos de investigação é de assinalar a existência do Centro de Investigação Agrária e Tecnológica (CIAT), centro criado na época colonial, reapetrechado através da cooperação francesa em 1994, com elevada capacidade tecnológica, porém com muito pouco dinamismo após ter cessado, em 2002, a colaboração com um congénere francês, CIRAD, como consequência de restrições orçamentais (EPT, 2014). Assinale-se que toda esta oscilação nos indicadores de educação não estará desligada do respetivo financiamento. Dependendo o OGE de STP, regra geral, da ajuda externa em cerca de 90%, também as despesas com a educação, relativamente ao funcionamento e ao investimento, flutuam de acordo com a disponibilidade do OGE (EPT, 2006; 2014).

Porém, as autoridades pretendem continuar a envidar esforços para consolidar as conquistas já alcançadas no domínio da educação e prosseguir as ações destinadas ao reforço de qualidade e da eficiência do ensino, através da formação de professores e educadores e do aumento do número de manuais escolares e de horas de aulas, de entre outros aspetos a exigirem melhorias. Importa salientar que as disparidades entre sexos reduziram sensivelmente no âmbito da escolarização primária, mas não evoluíram em relação ao ensino secundário. O índice de inscrição das raparigas em relação aos rapazes no período de 2006-2012, no ensino primário, é quase linear (0.96), enquanto que no secundário/superior é de (1,07/1,02), para as raparigas, acima do normal (GOP, 2015).

Em Junho de 2012 foi aprovada a Carta de Política Educativa (CPE) do país, visão 2022, que estabelece um conjunto de estratégias para o ensino no país, tendo em vista o objetivo global de proporcionar uma educação e formação de qualidade para todos os santomenses, sem exceção, cumprindo assim as diretrizes dos ODM, da Conferência Mundial de Jomtien, do Fórum de Dakar e da Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais em Salamanca, Espanha. Ao nível do ensino secundário, a Carta estabelece como meta garantir a universalidade e gratuidade de acesso ao ensino secundário de boa qualidade até à 9ª classe, no horizonte de 2017 e, até à 12ª classe, no horizonte de 2022 (CPE, 2012).

Importa ressaltar que desde o ano de 2010 que o estado santomense vem introduzindo no ensino secundário cursos profissionalmente qualificantes e tem estado a expandir a alfabetização e o ensino básico no sistema de ensino de jovens e adultos. Atualmente o país possui uma das melhores taxas de alfabetização do continente africano. Em 1990, a taxa de alfabetização dos adultos rondava os 30% e, em 2012, situou-se nos 90.1%. Cerca de 5% da população santomense não tem instrução, 57% tem o ensino básico, 21.2% tem o ensino secundário e 1.4% tem o ensino superior (Daio, 2016).

Capítulo 2 – Abordagem histórica da economia de STP

Do mesmo modo que todos os países do mundo, grandes, pequenos, ricos ou pobres, situados aqui ou acolá, STP é no presente o resultado da sua própria evolução histórica (PNUD, 1998:12).

De acordo com o relatório do BAD (2010), STP é um caso muito especial. É uma simbiose euro-africana, não tem uma sociedade rural enraizada e herdou uma estrutura produtiva (as roças) antigamente viabilizada por uma mão-de-obra abundante e barata (escrava e servil), recrutada com recurso ao exterior. Segundo o mesmo relatório, não se encontram economias semelhantes na mesma zona geográfica, com idêntica dimensão, estrutura e estatuto político que possam servir de referência, muito menos exemplos de sucesso para inspirar a definição de uma estratégia de desenvolvimento sustentável. Ainda de acordo com o referido relatório, alguns espaços insulares que se poderiam tomar como termo de comparação, como a Reunião e os Açores, são regiões ultraperiféricas (RUP) da União Europeia, com um passado histórico e sistemas de financiamento bastante diferentes. Santa Lúcia é um Estado insular das Caraíbas com uma dimensão semelhante a STP, mas que tem um contexto geopolítico distinto. A União das Comores, na África Oriental, tem algumas semelhanças, mas dificilmente pode ser considerado um exemplo de sucesso. Restam portanto três países insulares africanos nomeadamente, ilhas Maurícias, Seicheles e Cabo Verde que podem ser considerados situações de referências.

Na perspetiva dos autores do referido relatório, a principal conclusão a tirar dos três exemplos escolhidos é que a boa governação e a estabilidade política, a abertura ao capital estrangeiro e a integração no mercado internacional, bem como a valorização dos recursos humanos e o investimento nas infraestruturas estruturantes são, provavelmente, as principais razões de sucesso económico desses três PEIVD. Os autores do referido relatório salientam que nenhum dos países supramencionados se recusou a integrar as comunidades regionais a que pertencem e de que procuram obter benefícios (BAD, 2010).

Razões históricas ligadas ao povoamento das ilhas e à função específica que foi atribuída a STP, pelas autoridades de então – produtor de matérias-primas tropicais determinaram uma estrutura produtiva pouco diversificada, assente na monocultura da cana-de-açúcar e do

cacau, completada por outras culturas, tais como o óleo de palma e o café, e caracterizada por uma taxa de utilização bastante elevada de mão-de-obra assalariada (Romana,1997). Rodrigues (1971) considera que STP é um dos territórios africanos ao sul do Sahara onde há mais longo tempo existiu uma estrutura fundiária bem definida, tendo possuído alguns solos de fertilidade notável, os quais lhe valeram ser classificada, quando as suas produções de cacau ocupavam posição cimeira entre os produtores mundiais, como uma das mais ricas colónias do mundo. Para este autor, STP ainda tem possibilidades de continuar a ser uma terra de certa prosperidade, tendo em conta que esta ilha foi durante mais de um século uma terra agricolamente rica e, entre 1880 e 1925, foi mesmo uma das mais ricas regiões agrícolas do mundo.

Procurando tirar partido das potencialidades locais, foi na agricultura que incidiu a valorização das ilhas. Para Almeida *et al.* (2008), desde o princípio do povoamento, tendo em conta os interesses do Reino, dos colonos e as condições ecológicas locais, as ilhas foram exploradas em sistema de monocultura, ou quase, embora ao longo dos séculos se tenha alterado o cultivo sobre a qual essa atividade assentava, denotando-se que sempre e quando falhasse a agricultura, na maioria das vezes por causas a ela alheias, as ilhas atravessavam períodos de grandes crises e situações de difícil enquadramento. De facto, os dados históricos disponíveis revelam que STP aproveitou as potencialidades que a agricultura lhe proporcionou na altura, fazendo uso da mão-de-obra não qualificada dos serviçais existentes, de forma abundante e intensiva. Esses fatores fizeram com que o país se tivesse especializado nos produtos que, na altura, lhe proporcionaram maior vantagem comparativa (a cana-de-açúcar e posteriormente o cacau), confirmando deste modo o teorema de Hechscher-Ohlin, segundo o qual, cada país se especializa e exporta o bem em cujo processo produtivo seja utilizado de forma relativamente intensiva o factor de produção relativamente mais abundante (Costa, 2010).

Por isso, e tal como reconhece Aguiar (2013), ao longo da sua história, STP como entidade económica e social, teve momentos de grande apogeu económico, chegando a ocupar, não obstante a sua exígua dimensão, lugares de liderança e relevância mundial em algumas fileiras produtivas. Para este autor, foi assim no século XVI, quando a colónia se transformou no principal produtor mundial de cana-de-açúcar e em finais do século XIX e início do século

XX, quando a produção santomense de cacau atingiu o seu máximo. Foram respetivamente, os designados ciclos da cana-de-açúcar e do cacau.

2.1 Os ciclos de produção agrícola

Seja qual for o contexto em que se pretenda abordar a problemática socioeconómica de STP, a economia agrícola estará sempre presente e com ela o seu passado colonial, na medida em que a sucessão de diferentes modelos de desenvolvimento experimentados nessas ilhas foram todos eles assentes em sistemas agrícolas, que o país vem experimentando ao longo de séculos da sua existência, não tendo até então conseguido escapar-se deles. Remontando à história portuguesa, o modelo agrícola colonial conheceu o seu início nos finais do século XV, tendo evoluído em várias etapas: povoamento, organização económica e organização social e espacial (Oliveira, 1993; Almeida, 1965; Ferrão, 2008; Menezes, 2003).

Segundo Gomes (1998), a maioria dos estudos económicos sobre o passado histórico de STP faz uma abordagem em termos de “ciclos económicos”, em função da predominância de uma dada cultura, sendo assim considerados dois ciclos, a saber: o ciclo de produção de cana-de-açúcar e o ciclo de produção de café e cacau. De igual modo, para Almeida *et al.* (2008), a maioria dos autores, colocando de lado as plantas alimentares para consumo das populações locais, têm considerado, conforme a cultura dominante de rendimento, “os ciclos económicos” do açúcar, do café, do cacau e, entre os dois primeiros, um período de grande depressão que, pelas suas características, se costuma chamar “ciclo do comércio dos escravos” a que Tenreiro (1961) já chamara de “grande pousio”.

No entanto, considerando por um lado que o período de transição de um ciclo para outro não se passava de forma abrupta e, por outro, o facto de terem ocorrido acontecimentos socioeconómicos de importância capital que mudaram ou alteraram o curso de ação em STP, uma abordagem diferente foi feita, no âmbito da Carta de Políticas Agrícolas e de Desenvolvimento Rural (CPADR) de 1999, baseada em quatro períodos distintos, como se segue:

- a) 1º Período de 1470 a 1644 - ciclo da cana-de-açúcar;

- b) 2º Período de 1644 a 1800 - ciclo do tráfico dos escravos;
- c) 3º Período de 1800 a 1920 - ciclo do café e do cacau
- d) 4º Período de 1920 a 1974 - ciclo do cacau

O 1º período de atividade económica das ilhas foi dominado pelo tráfico de escravos e pela cultura da cana-de-açúcar, introduzida em 1501. Tanto a cultura da cana, quanto o tráfico de escravos são negócios que florescem muito rapidamente, a tal ponto que ainda nas primeiras décadas do século VXi o arquipélago contava já com cerca de 2000 escravos empregues em plantações e engenhos de açúcar, para além dos cerca de 5000 a 6000 que aguardavam ordem para embarcar rumo às terras do chamado Novo Mundo (Almeida, 1965; PNUD, 1998). Nesse período o sistema económico era caracterizado pela policultura de subsistência, caça, pesca floresta e tráfico de escravos destinados às plantações de cana-de-açúcar, que foi introduzida nas ilhas, desde o ano de 1455, após tentativas bem-sucedidas na Madeira e nos Açores. Estas ilhas, segundo Rodrigues (1971), foram grandes produtoras de açúcar e após as três primeiras décadas de colonização a sua economia alicerçou-se neste produto.

A conquista da Síria e do Egipto pelos Árabes, em 1517, associada à destruição da sua indústria do açúcar e ao aumento do consumo de alimentos, fez disparar o preço do açúcar e consequentemente a expansão da sua produção. É assim que STP vê a sua produção de açúcar atingir as 2.700 toneladas em 1552. Não há consenso sobre o máximo de produção de açúcar. No entanto, Godinho (1965) estima que se tenha atingido um máximo de 3.000 toneladas em 1580, enquanto que Silva (1958) estima uma exportação de 12.000 toneladas em 1578. Segundo Gomes (1998), a expansão da indústria açucareira transformou progressivamente o sistema económico das ilhas, na medida em que:

- a) Um número cada vez maior de escravos era utilizado internamente nas plantações locais;
- b) Embora o tráfico de escravos ainda fosse importante, o açúcar começava progressivamente a dominar a economia das ilhas;
- c) A produção local de alimentos começava a ser cada vez menos importante;

d) Iniciava-se assim um novo sistema de monocultura (cana-de-açúcar).

Devidas as condições desumanas praticadas na altura, nas plantações de cana-de-açúcar, muitos escravos abandonavam as plantações, refugiando-se na floresta onde iniciavam ataques contra os engenhos de açúcar. Este fenómeno, associado a outros acontecimentos históricos tais como a invasão da ilha pelos franceses e ainda os melhores preços pagos pelo açúcar do Brasil, devido à sua melhor qualidade, levaram a população branca a dismantelar os engenhos e a transferir-se para o Brasil (Oliveira, 1993). Assim, batido pela competição do Brasil, o açúcar deixa de ser o esteio económico da Província. O ciclo do açúcar termina por meados do século XVII. A ilha, atormentada por crises raciais e assaltos de piratas, passa a viver exclusivamente do tráfico negreiro e para o tráfico (Rodrigues, 1971). Nesse ciclo, que se arrastou pelos séculos XVII e XVIII, as culturas alimentares teriam tido papel preponderante: banana, matabala, milho, mandioca, inhame, batata-doce. Iniciava-se assim o declínio da indústria do açúcar em STP. A indústria açucareira é completamente destruída com a invasão das ilhas pelos holandeses em 1641, invasão que perdurou até 1644 (CPADR, 1999).

O 2º período começa por ser dominado pelo tráfico de escravos. Com a partida da comunidade branca para o Brasil e a ruína da indústria açucareira, a principal atividade económica das ilhas centra-se mais uma vez no tráfico de escravos. Este período que se segue à monocultura de cana-de-açúcar cobre cerca de dois séculos, tendo a agricultura retomado, mais uma vez, as características da policultura de subsistência (Menezes, 2003). No fim do século XVIII o tráfico de escravos aproxima-se do seu termo, e é oficialmente abolido em 1811. O estado da ilha era o que talvez se possa definir como o de esterilidade económica (Rodrigues, 1971).

O 3º período foi considerado como o período de café e cacau, pois, segundo Gomes (1998) e Silva (1958), se em 1800 o café arábica é introduzido em STP, por homens de negócio regressados do Brasil que expropriaram terras à população local e implantaram Sociedades Agrícolas, o cacau foi introduzido apenas em 1882, ou seja, cerca de oito décadas depois, Estes homens de negócio investem no café, aproveitando-se do bom ambiente ecológico e disponibilidade de mão-de-obra (Ferrão, 2008).

Ainda de acordo com o referido autor, a produção do café atinge a cifra histórica de 2.500 toneladas em 1898. A utilização intensiva dos solos, a ausência de investimentos de renovação e o ataque de muitas doenças provocou quedas drásticas de produção. Em 1925 já se registavam apenas 172 toneladas de café, passando de um peso relativo nas exportações totais superior a 90% até 1877, para menos de 2% em 1925 tendo em conta que muitas plantações foram abandonadas por dificuldades de recrutamento de mão-de-obra. Com o declínio do café cresce o interesse pela cultura do cacau, que havia sido introduzida em 1822 mas não se desenvolveu devido na altura ao melhor preço do café (CPADR, 1999; Silva, 1958).

O 4º período foi caracterizado pela continuidade da monocultura de cacau, pois segundo Menezes (2003) e Ferrão (2008), não obstante a queda na produção física do produto, o seu preço ainda compensava os custos de produção. Por outro lado, para estes autores, não se tinha encontrado nenhuma outra cultura tropical que fosse mais rentável e capaz de substituir o cacau. O cacauzeiro, cultivado primeiro no Príncipe, foi introduzido em São Tomé em 1855 e só depois de 1880 se deveriam ter começado a plantar áreas extensas de cacauzal.

Na perspetiva de Rodrigues (1971), à medida que os cafezais envelheciam, o cacau foi ganhando a preferência dos agricultores. A abolição da escravatura, em 1875, que aparentemente seria uma catástrofe para a economia do território, não chegou a afetar seriamente a ascensão da agricultura. As plantações alastraram-se por toda a parte, principalmente as de cacau. Segundo Rodrigues (1971) não houve zona acessível da ilha que não fosse desbravada entre as duas últimas décadas do século XIX e as duas primeiras do século XX. A eleição do cacau como cultura preferida, independentemente das razões já anteriormente expressas, não foi obra do simples acaso, de se ter achado no momento oportuno a planta que convinha; fez-se como que por seleção natural, por escolha, entre várias culturas que, juntamente com o cacau, também foram testadas (Rodrigues (1971). Devido à fertilidade do seu solo vulcânico, o baixo custo da mão-de-obra e à energia e enquadramento dos portugueses, STP chegou a ser a ilha mais rica da sua espécie no mundo, quando em 1908 o cacauzeiro ocupava uma área de 37.400 ha, com 600 plantas por ha e com um rendimento médio de 900 Kg de cacau comercial por hectare, o que constituía uma grande riqueza para a colónia (Almeida *et al* (2008).

Por ter uma atividade mais antiga, mais consolidada e por assentar em grandes explorações capitalistas e não na atividade minifundiária das populações locais, a ilha de STP tornou-se numa escola onde cientistas, técnicos e empresários de quase todo o mundo se inspiraram para o lançamento de culturas noutras locais. Na época não havia livro editado sobre este assunto que não se referisse, por vezes com grande pormenor, à atividade cacauera em STP. Desta forma, não obstante a curva sempre decrescente, continuava-se assim a aposta no cacau que a partir dos anos 50 do século XX, se estabilizou em torno de 7000/8000 toneladas como média anual de produção até ao fim da colonização em 1975 (Almeida *et al*, 2008).

O aumento contínuo do preço do cacau entre 1966 e 1970 teve algum peso no facto de não se ter abandonado a sua produção e pode estar também na base do ligeiro aumento verificado entre 1966 e 1970 (Gomes, 1998). Informações recolhidas, em 1971, através dos relatórios produzidos pela antiga Brigada de Fomento Agropecuário de STP, dão conta que o crescimento médio do preço de cacau, em termos percentuais, foi como se pode observar na tabela nº3, abaixo discriminada:

Tabela nº3 - Evolução do preço médio do cacau (1966 - 1970)

Ano	1966	1967	1968	1969	1970
%	40	72	131	200	121

Ano de base: 1965; Fonte: Arquivo Histórico de STP

Os dados estatísticos disponíveis revelam que STP se destacou na lista mundial dos países produtores de cacau, chegando a ser considerado como maior produtor mundial deste produto, em 1905 quando atingiu as 25.379 toneladas, representando cerca de 17% da produção mundial e ultrapassando países como Brasil e o Equador, que tradicionalmente sempre se destacaram na produção mundial de cacau. Um outro momento alto foi em 1910 quando este pequeno país atingiu o recorde mundial de 33.500 toneladas, representando cerca de 17% da produção mundial da época e ultrapassando uma vez mais os grandes produtores mundiais, como é o caso do Brasil, da Costa d’Ouro e do Equador, como se pode observar na tabela nº4.

Tabela nº 4 - Produção mundial do cacau (1905 - 1914) em toneladas

Países	1905	1906	1907	1908	1909	1910	1911	1912	1913	1914
Costa d'Ouro	5.166	9.004	9.503	12.946	20.534	23.112	40.357	39.260	51.279	54.100
Equador	21.128	23.427	19.671	32.119	31.564	36.305	38.803	38.225	40.758	43.000
Brasil	21.090	25.135	24.528	32.956	33.818	29.158	34.994	30.492	29.759	40.300
S. Tomé	25.379	24.477	24.357	28.728	30.261	33.500	31.312	31.364	32.900	32.500
Trindade	22.018	12.983	18.611	21.370	23.390	26.240	22.581	18.878	21.825	29.500
Rep. Dominicana	12.604	14.313	10.151	19.005	14.818	16.623	19.828	20.833	19.471	22.700
Venezuela	12.701	12.865	13.471	16.303	16.848	17.251	17.381	10.985	15.138	13.100
Granada	5.236	3.746	5.205	5.159	5.492	6.028	5.099	5.595	5.258	6.000
Fernando Pó	1.911	1.630	2.625	3.001	2.830	2.462	3.564	4.074	5.313	4.700
Lagos	454	735	947	1.388	2.276	2.978	4.471	3.463	3.600	4.600
Colónias Alemãs	1.454	1.368	1.966	2.738	3.833	4.121	4.478	5.775	6.490	3.800
Jamaica	1.358	2.506	2.219	2.694	3.022	1.778	2.724	3.374	2.526	3.800
Haiti	2.462	2.291	2.196	2.959	2.217	2.076	2.282	3.043	3.013	2.600
Ceylão	3.225	2.510	4.700	2.836	3.570	4.069	3.064	3.500	3.284	2.500
Cuba	1.768	3.272	1.714	827	1.940	1.412	1.251	1.599	2.017	2.000
Surinam	1.682	1.483	1.625	1.699	1.897	2.043	1.595	962	1.526	1.900
Col. Holandesas	1.030	1.850	1.800	2.378	2.469	2.579	2.460	2.223	2.355	1.650
Col. Francesas	1.179	1.262	1.387	1.421	1.372	1.547	1.553	1.706	1.800	1.600
Congo Belga	195	402	549	612	769	902	681	845	900	800
Santa Lúcia	859	703	780	615	984	743	940	868	741	700
S. Domingos	589	573	584	488	553	576	513	603	486	450
Costa Rica	?	176	278	340	235	184	343	309	385	400
Colômbia	654	528	847	621	730	297	340	116	218	200
Outros Países	600	700	700	800	1.000	1.000	1.200	1.400	1.500	1.500

Produção Total	144.74	147.93	150.41	194.00	206.42	220.14	241.81	234.49	255.54	276.40
Comparação com o ano anterior	2	9	4	3	2	9	4	2	2	0
S.Tomé/Produção total ¹	+4.2%	+2.2%	1.7%	+2.9%	+6,4	+6.6	+9.8	+3	+9,2	+8,2%
	17,53	16,54	16,19	14,80	14,66	16,65	12,94	15,50	14,04	12,48
	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%

Fonte: Arquivo Histórico de STP

Romana (1997) considera que o cacau tem sido, desde 1890, o produto dominante na economia, tendo mesmo a sua predominância sido reforçada depois da independência apesar da quebra de produção. Com efeito, desde a independência, o cacau constitui mais de 90% das exportações. Nos últimos decénios, o aumento da oferta e da concorrência sobre o mercado mundial conduziu à concentração desta cultura nas zonas de interesse marginal ou de custos de produção mais elevados. O abrandamento ou mesmo a interrupção de investimentos de modernização nos anos 60 do século XX, e mais recentemente o falhanço da capacidade de gestão repercutiu-se negativamente na produtividade.

Sob o duplo efeito destes dois fatores, redução das áreas cultivadas e da produtividade, a produção passou das 35 mil toneladas, no princípio do século XX, quando as ilhas eram o primeiro produtor mundial de cacau, para apenas 4.640 toneladas, em 1976 (Romana, 1997). Importa salientar que, de acordo com os dados disponíveis pelo INE, atualmente a produção anual ronda à volta das 3.000,0 toneladas, representando cerca de 15% no PIB (INE, 2016). Como decorre da figura nº6 abaixo apresentada, a crise do cacau em STP começou a manifestar-se de forma evidente já nas primeiras décadas do século XX (Santo, 1992, 2013).

¹ Calculo efetuado pela autora para medir a percentagem da produção de São Tomé e Príncipe no Universo da produção mundial.

Figura nº 6 - Evolução da produção do cacau em STP entre 1910 e 2011 em ton



Fonte: Santo (1992), atualizado com os dados do INE (2016).

Como se pode observar na tabela nº5, os dados disponíveis revelam que o cacau constituía o principal produto de exportação do país, tendo em conta que os restantes produtos de exportação, designadamente o café, o coconote e a quina, eram pouco expressivos representando na altura apenas 11% do total do valor das exportações do país.

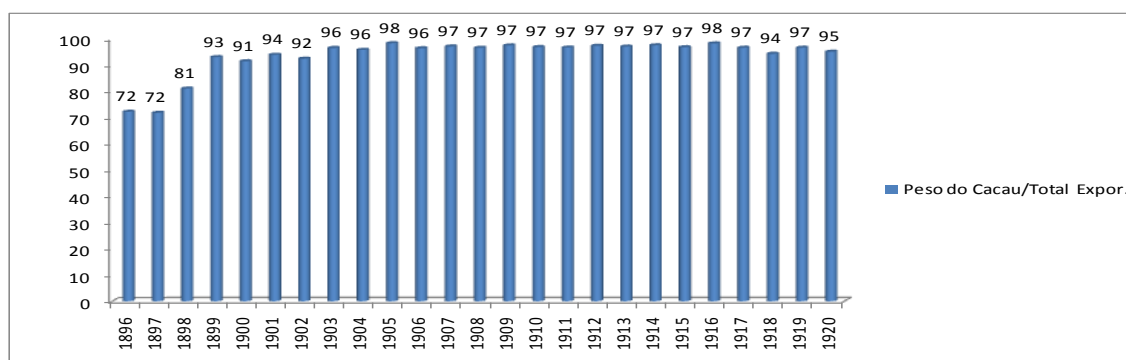
Tabela nº 5 - Evolução das exportações por produtos, em contos (1904 – 1914)

Ano	Cacau		Café		Coconote		Quina	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
1904	22050,1	6.077.795,9	1.136,1	150.409,2	535,9	21.437,9	29,2	5.846,6
1905	22308,8	6.244.069,7	730,8	109.922,1	601,9	24.075,2	126,6	29.320,2
1906	21384,1	5.987.559,8	1.513,4	226.714,0	628,1	25.122,9	62,2	12.416,5
1907	21298,9	5.961.708,2	1.143,4	171.511,4	505,9	19.839,8	11,1	2.215,8
1908	24752,9	6.930.805,3	1.611,6	241.732,7	660,1	26.401,7	18,3	4.219,6
1909	29206,7	8.177.767,5	1.310,8	196.915,6	537,7	21.233,7	74,0	14.810,9
1910	33285,1	7.789.306,4	977,9	241.935,9	861,6	34.676,1	12,9	2.585,6
1911	28948,8	6.677.085,4	746,6	185.222,8	1.285,2	50.421,9	72,8	14.556,0
1912	33558,8	7.477.403,3	649,9	181.508,8	1.013,4	38.185,8	10,6	2.414,0
1913	33410,5	7.068.201,7	673,1	201.718,5	1.211,0	37.205,4	0,3	73,2
1914	30.731,0	6.501.336,6	650,0	194.795,8	1.215,0	37.328,0	0,2	48,8

Fonte: Arquivo Histórico de STP

Numa rápida síntese sobre a evolução das exportações, vê-se que em 1872 o café perfaz cerca de 95% do valor das exportações (ciclo do café); em 1890 o cacau e o café contribuíram com cerca de 50% cada (transição do ciclo de café para o ciclo do cacau); de 1900 a 1920 o cacau quase cobre o valor total das exportações, com uma representação de mais de 90%; em 1925 ainda é grande o predomínio do cacau (Rodrigues,1971). Segundo Samuelson (1991), as condições de produção variam de país para país. Daí, pensar-se que é vantajoso para cada um especializar-se na produção de algumas mercadorias, exportando-as em troca de importações de outros países. A Figura nº 7 espelha a evolução da contribuição do cacau no total das exportações de STP durante o período de 1896-1920, demonstrando que o cacau era efetivamente o principal produto de exportação deste país e o que mais contribuía na economia destas ilhas, nos finais do século XIX e princípios do século XX.

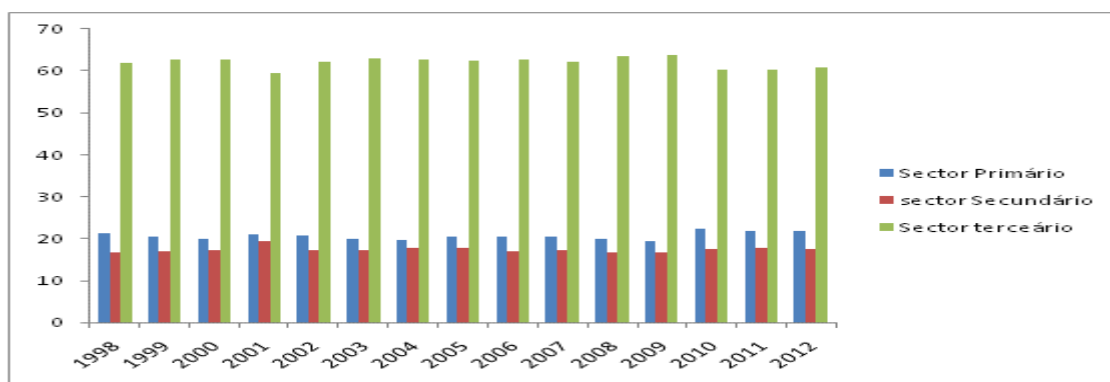
Figura nº7 - Evolução do cacau no total das exportações de STP de 1896-1920



Fonte: Elaboração própria baseada nos dados do Arquivo Histórico de STP

De facto, os dados disponíveis apontam no sentido de que o ciclo de cacau também está a tender para o seu fim, tendo em conta que, do ponto de vista setorial (PIB na ótica de produção), constata-se que o setor da Agricultura, Pecuária e Silvicultura, ou seja, o setor primário, tem contribuído com menos de 20% na composição do PIB. De acordo com Gama & Sanoussi (2016), os serviços constituem a maior parte da economia de STP, correspondendo a mais de 60% do PIB do país nos últimos anos, como se pode observar na figura nº8. Os serviços não-tradicionais, tais como serviços de comunicação, serviços financeiros, serviços de negócios, hotelaria e restauração contribuíram de alguma forma para o aumento dos serviços gerados.

Figura nº 8 – Distribuição setorial do PIB em percentagem (1998 – 2012)



Fonte: Elaboração própria baseada no INE (2016), BM (2016, Data /The World Bank).

2.2 As roças como unidades de produção

Com a abordagem da agricultura em STP, ressalta-se o papel que as roças desempenharam na estrutura agrária do país.

É em STP que o termo “roça” ganha força, reclamando para si um caráter quase exclusivo, não só como afirmação identitária e específica do seu sistema agrário e social, mas também pela forma como a implantação desse sistema se amarrou à sua cultura e à sua própria história (Pape e Andrade, 2013:23).

O ciclo de café e do cacau não só colocou STP no topo do mundo como contribuiu para o reforço dessa alternância, com as estruturas edificadas das roças a se assumirem como um marco histórico de grande expressividade. A implantação de duas centenas de roças nestas pequenas ilhas criou, num curto intervalo de tempo, uma grande densidade de estruturas (Pape e Andrade, 2013). Segundo estes autores, as estruturas agrárias do café e do cacau em STP são conhecidas como roças. Na sua génese, a palavra “roça” significa “desbravar mato”, “abrir clareiras” ou “terreno onde roçou o mato”, mas existe alguma imprecisão relativamente aos fatores que determinaram a escolha deste termo para o contexto santomense. Ainda para os referidos autores, o certo é que a criação e a organização destas estruturas encontram alguns paralelismos e influências nas suas congéneres de ambiente tropical, nomeadamente os engenhos de açúcar e as fazendas do Brasil assim como as fincas espanholas.

Esta estrutura agrária, de grandes dimensões no Brasil, era composta essencialmente pela habitação dos proprietários (casa grande), pela habitação dos serviçais (sanzala), pela estrutura de apoio à produção agrária (armazéns e moenda) e, por fim, pela componente religiosa (igreja ou capela), tal como aconteceu em STP. Embora no caso brasileiro a estrutura do engenho tenha perdurado, com algumas evoluções, até finais do século XIX, em STP fracassou em finais do século XVI devido a fatores de rentabilidade e qualidade (CPADR, 1999; Pape e Andrade, 2013). Na perspetiva de Santo (2013) a dimensão e a importância que as roças adquiriram levaram à procura de um termo adequado e próprio que pudesse afirmar a sua especificidade e capacidade produtiva. Um processo evolutivo iniciado e identificado com a técnica de abertura dos campos de cultivo, passando pela aculturação e pela herança dos engenhos e fazendas, até se denominar finalmente como roça.

As roças funcionaram como um importante motor de miscigenação racial. Tornaram-se verdadeiros símbolos que marcaram e continuarão a marcar a história do arquipélago, representando não apenas um legado arquitetónico, mas também um legado identitário e cultural. Graças às múltiplas influências arquitetónicas e às origens das individualidades reunidas no arquipélago, as roças são muito mais do que um património de STP, de África ou das comunidades de língua portuguesa – são um património mundial (Pape e Andrade, 2013:182).

De acordo com o relatório do BM (2007), após a independência STP começou por adotar um modelo socialista, onde o Estado controlava e geria a maior parte da economia, incluindo, em particular, as roças abandonadas pelos portugueses. Como aconteceu noutras regiões, o modelo não se revelou um sucesso económico e, no fim dos anos 1980, o país começou a orientar-se para uma economia de mercado. As roças, que sempre ocuparam a maioria do solo arável em STP, foram privatizadas e a grande parte da terra foi repartida em pequenas parcelas por aqueles que a trabalhavam. A maioria destes pequenos agricultores praticava uma agricultura de subsistência e não tinha acesso a métodos modernos, fertilizantes e outros elementos necessários.

Na perspetiva de Pape e Andrade (2013), a roça é ainda hoje o principal fator de ordenação territorial e constitui o espaço de vivência e de trabalho da maioria das comunidades locais. A sua recuperação enquanto ícone de património agroindustrial goza de grandes potencialidades para o universo santomense, fazendo parte de um dos seus vastos recursos naturais e materiais e devendo ser identificada como tal. A reabilitação de infraestruturas pré-existentes pode constituir a alavanca para a reinvenção e reconversão, promovendo a transição de um ciclo colonial para um ciclo cultural, conservando o carácter evolutivo da roça no seu programa ou função, através de projetos ecoturísticos ancorados na sua atividade agrícola.

As roças não podem ser vistas como meros locais de um passado recente, mas sim como espaços de um possível futuro, como locais de crença, de entrega e de vontade. A descaracterização da roça levará à perda da sua relevância cultural e à conseqüente perda de valor patrimonial, que lesará gravemente a cultura e a memória de STP (Pape e Andrade, 2013:184).

Estes autores consideram que, na maioria das roças atualmente existentes, não residem apenas comunidades pobres com grandes necessidades básicas nem a memória do abandono de um país com recursos naturais diversificados, antigo produtor de riqueza material e humana. Para os mesmos, nas roças residem a história e a cultura do povo santomense, constituindo, sem sombra de dúvidas, a herança mais profunda de STP, que importa salvaguardar e proteger, a bem da cultura e mais concretamente do desenvolvimento futuro do arquipélago. De igual modo, os autores consideram que STP depara-se hoje, uma vez mais, com a sistemática luta entre o homem e a natureza, sob a iminência de novos ciclos, que podem conduzir ao desenvolvimento económico e também sugerem que, ao eclodirem novos ciclos desordenados, seja o “ciclo do petróleo”, o “ciclo do turismo” ou outro, a herança e a memória deixadas pelos ciclos antecedentes, nomeadamente no contexto das roças, devem ser preservadas.

Capítulo 3 – A economia de STP desde a independência

Tal como muitos países em desenvolvimento, STP teve todo um percurso subsequente à sua independência política associado a um conjunto de fatores internos e externos, estes últimos ligados ao mundo bipolar e ao apoio da União Soviética aos movimentos de libertação. Este contexto determinou, na 1ª República, a opção estratégica baseada na centralização e no controlo pelo Estado da atividade económica, cultural e social e, em termos políticos, o monopartidarismo. Os novos ventos que marcaram a cena política internacional a partir dos anos 1990 conduziram, também em STP, a uma mudança estratégica marcada pela alteração constitucional que institucionalizou o multipartidarismo e a liberalização económica. Mas a mudança estratégica neste país não se apresentou com esta linearidade (Cardoso, 2007; Santo, 2008, 2013).

Neste capítulo abordaremos questões que se prendem com a evolução da economia santomense, com particular destaque para as várias fases desta economia desde a independência do país.

3.1 Fase de economia centralizada

Tal como já dissemos, com a proclamação da independência, instalou-se no país um regime de orientação socialista que, baseado no regime de partido único, se afirmava como força política dirigente da sociedade e do Estado, tendo procurado implementar um modelo de desenvolvimento assente no controlo absoluto do Estado sobre toda a atividade económica, social, cultural e, naturalmente, política do país (PNUD, 1998). A situação económica de STP no momento em que alcança a sua independência, em 1975, foi caracterizada por Branco (1998), que ressaltou no essencial os seguintes aspetos: a) um sistema económico assente na monocultura do cacau, cuja produção vinha registando uma baixa historicamente documentada; b) infraestruturas socioeconómicas condizentes com uma relação de tipo colonial e submetida à lógica da economia do cacau, mas manifestamente incompatíveis com as necessidades do Estado pós-colonial; c) estrutura demográfica altamente desequilibrada, em que a população ativa representava apenas 35% do total; d) penúria de mão-de-obra originada pela partida dos contratados e pelas dificuldades de integração do santomense no sistema de trabalho das roças.

Após a independência em 1975, praticamente todas as atividades económicas passaram para as mãos do Estado. As autoridades santomenses optaram por uma economia de gestão centralizada, tendo sido nacionalizadas as roças, propriedades latifundiárias dos antigos colonos, e transformadas em empresas agropecuárias. A nacionalização das plantações afetou todos os proprietários de terras com mais de 200 hectares o que motivou que o Estado passasse a ser proprietário de mais de 80% das terras cultiváveis. De acordo com o relatório do FMI de 1997, o setor estatal da economia resultante das nacionalizações das terras agrícolas (roças) e das incipientes indústrias foi acumulando défices de toda a ordem o que, aliado à ausência total de capacidade de gestão atingiu proporções insuportáveis. Paralelamente, o Estado adquiriu o monopólio dos setores de exportação e importação através das empresas públicas Ecomex e Ecomin (Branco, 1998; FMI, 1997; PNUD, 1998; ENRP, 2002). Logo a seguir à nacionalização das terras, a 30 de Setembro de 1975, foram nacionalizadas as atividades bancárias, o comércio externo, os transportes coletivos, assim como o essencial do comércio interno (PNUD, 1998).

Em Setembro de 1977, foi posta em circulação a moeda nacional, a Dobra, de curso estritamente interno. De facto, o predomínio do Estado na área económica ficou claramente ressalvado na Constituição da República, em que se estabelece que o setor do Estado é o elemento preponderante e dinamizador da economia nacional. A economia baseava-se na monocultura do cacau, cuja exploração passou a ser feita por empresas estatais agrícolas (EEA), que concentravam mais de 80 % das terras de valor agrícola do país, tornando-se o Estado o principal produtor. No plano social, enveredou-se por uma política de Estado-beneficência, garantindo-se a universalidade, tanto do ensino como dos cuidados de saúde, tudo a título inteiramente gratuito inclusive, com base nos preceitos constitucionais (PNUD, 1998). Pode-se considerar que até aos finais da década de 1970, STP teve um crescimento real positivo bastante significativo. A partir de 1979, a economia nacional começou a ressentir-se do declínio dos preços das matérias-primas agrícolas, sobretudo do cacau no mercado internacional (choque externo). A isso veio acrescentar-se uma baixa de produção interna e uma deficiente gestão financeira (choque interno) o que obrigou as EEAs a recorrerem a avultados créditos bancários para pagar salários e tentar impedir o abandono das terras mais afastadas. A combinação destes três fatores veio acentuar o envelhecimento e a degradação do capital produtivo e concorrer para a falência das EEAs (ENRP, 2002; 2012).

Importa sublinhar que, de facto, o declínio do crescimento económico começou a partir dos anos 1980, como, aliás, ocorreu em todo o continente africano - daí que a década de 80 tenha sido descrita como “ década perdida” (FMI, 1997; Branco, 1998). No caso particular de STP e de acordo com os relatórios do PNUD (1989) e do FMI (1997), uma série de fatores estiveram na origem do declínio económico, nomeadamente: a) técnicas deficientes de gestão e a falta de incentivos salariais contribuíram para que a produtividade do trabalho reduzisse consideravelmente; b) o conseqüente declínio da produção, associado à queda acentuada dos preços mundiais e à sobrevalorização progressiva da taxa de câmbio, resultou em défices operacionais crescentes das empresas produtoras de cacau, os quais foram financiados através de transferências do tesouro e do crédito do Banco Central. Face à redução da sua principal fonte geradora de recursos financeiros, o Estado viu-se confrontado com a carência de divisas necessárias à importação de bens de equipamento e de consumo tendo em vista impedir a contínua queda de produção e evitar o risco de desintegração da economia no seu conjunto. A partir dos inícios da década de 80, a descapitalização das EEAs, aliada às péssimas condições de vida dos trabalhadores agrícolas em todo o setor social e conjugada com os baixos níveis salariais, concorreu para alimentar um incontrolável êxodo rural (ENRP, 2002; 2012).

Branco (1998) considera que este panorama sombrio foi agravado em 1979 quando o país conheceu uma epidemia de peste suína que levou ao extermínio de toda a população de porcos. Para apreciar a dimensão exata desta praga e dos seus efeitos, o autor recorda que o gado bovino já havia desaparecido do país e as diversas tentativas de introdução de espécies melhoradas e teoricamente mais adaptadas não resultaram, sublinhando que a criação de ovinos e caprinos não era significativa no panorama económico santomense, sendo o seu consumo restrito. De facto, tal como reconhece o autor, o porco era o animal mais útil sob todos os pontos de vista. Para além de se tratar de animal de criação fácil, isto é, com custos reduzidos, constituía uma importante fonte de receita e de subsistência para largas franjas da população santomense.

Um outro fator que agravou ainda toda esta situação, segundo Branco (1998), foi a seca que assolou o país. Com efeito as ilhas de STP, situadas na linha do Equador, em plena zona equatorial, e com altos índices de pluviosidade, conheceram em 1982/1983 uma seca sem precedentes. De acordo com o referido autor, as chuvas cessaram, os caudais dos rios,

mesmos os maiores minguaram e todo o setor agrícola entrou em crise. O cacauero e as culturas de subsistência foram profundamente atingidos. Sobre esta situação, diz o autor o seguinte:

Estas duas calamidades naturais aliadas a uma conjuntura económica pouco favorável aos países em vias de desenvolvimento vieram agudizar a crise interna tornando absolutamente impossível a continuação das políticas económicas seguidas até então (Branco, 1998:18).

Para este autor, da conjugação de todos esses fatores começaram a surgir primeiros afloramentos de fome e miséria em STP, salientando que pela primeira vez o país teve que recorrer à ajuda alimentar internacional, tendo-a conseguido através do Programa Alimentar Mundial (PAM) e de outros doadores bilaterais. De acordo com o relatório do FMI de 1997, os principais fatores responsáveis pela degradação da situação económica a partir de 1980 foram: a sobrevalorização da taxa de câmbio, a lassidão das políticas monetárias e de crédito, a falta de disciplina nas finanças públicas, a ausência de prioridades nos investimentos no setor produtivo e um sistema de incentivos completamente distorcido.

Numa tentativa de diversificar a economia, o governo lançou-se num programa ambicioso de investimentos públicos, envolvendo investimentos substanciais (na sua maioria financiados por créditos externos), nos setores de construção, bebidas, avicultura, pescas, transportes e turismo. Durante o período 1980-1985, os investimentos públicos representavam em média 48% do PIB. Contrariamente ao que se esperava, esses investimentos não contribuíram significativamente para o crescimento económico; muito pelo contrário, já que a excessiva estatização da economia bloqueou os resultados dos enormes investimentos realizados, tanto no setor agrícola como no industrial, tendo, em consequência, dado lugar a pesados custos recorrentes e uma carga onerosa do serviço da dívida (FMI, 1997).

A partir de 1985, o PIB *per capita* conheceu um decréscimo na ordem dos 30% em termos reais, apesar da adoção de algumas medidas económicas dirigidas a reforçar o sistema de incentivos. Os desequilíbrios internos e externos permaneceram em níveis bastantes críticos e, como consequência, alguns indicadores económicos registaram tendências extremamente preocupantes, mormente: a) tanto o défice fiscal quanto o da balança de pagamentos

representaram, em média, mais de 50% do PIB em 1985; b) o montante da dívida externa (incluindo atrasados) ascendia a 86,2 milhões de USD, correspondendo a cerca de USD 750 por habitante; c) o rácio do serviço da dívida em relação às exportações aumentou de 6% em 1981 para 53% em 1995 (FMI, 1997; Branco, 1998; ENRP, 2002).

No final dos dez primeiros anos da independência, a experiência começou a revelar-se imprecendente e surgiram os primeiros indícios de fracasso, que despertaram a consciência para a necessidade de mudança. O sistema financeiro santomense também sofreu as consequências da excessiva centralização da economia tendo em conta que no decorrer da primeira década após a independência o sistema financeiro fundamentava-se basicamente numa política de economia centralizada e planificada, levada a cabo pelas autoridades santomenses e sustentado pelo partido único, que definia as grandes linhas da política económica e social. Importa recordar que este sistema era constituído pelo Banco Nacional de STP (BNSTP), que tinha a sua sede em São Tomé, a Caixa Popular (uma pequena instituição de poupança) e uma companhia de seguros (A Compensadora) (FMI, 1997).

O BNSTP era o banco emissor, que geria a dívida externa e as reservas estrangeiras do país, e servia de agente fiscal do governo. Importa salientar que, enquanto instituição financeira do Estado e praticamente a única fonte interna de crédito, estava fundamentalmente orientado para financiar contínuos défices orçamentais destinados ao pagamento de salários (que não eram reembolsados), acumulando assim avultados créditos mal parados, o que permitia deste modo sucessivas emissões primárias, e contribuindo conseqüentemente para exercer pressão sobre o aumento da taxa de inflação e a depreciação da Dobra. Esta situação, de acordo com alguns autores (FMI, 1997; Branco, 1998; ENRP, 2002) constituiu uma das maiores fraquezas do sistema financeiro no período.

Na perspetiva de Branco (1998), os erros de política económica cometidos após a independência resultaram na desmotivação geral da produtividade agrícola e industrial, uma vez que foi reduzido e mesmo aniquilado o papel do mecanismo de preços e do mercado, enquanto se favorecia a expansão de um setor público e paraestatal ineficaz. Segundo este autor, o setor privado nacional e o investimento estrangeiro foram amplamente

desencorajados através de uma prática e de uma legislação bastante constrangedora. A persistência da sobrevalorização da moeda nacional (a Dobra), mantida até 1997 nos níveis de (1USD=Db\$ 45.125) quando o país fez a sua adesão às instituições de *Bretton Woods*, penalizou de forma significativa o setor agrícola, tendo desmotivado os reais e potenciadores investidores. A principal fonte de receitas programadas no OGE era a participação do Estado nos lucros das empresas estatais. No entanto, devido à incapacidade de cobrir os seus próprios custos de produção, as empresas estatais viviam das transferências do tesouro e dos empréstimos do BNSTP, que assumia simultaneamente as funções de Banco Central, Banco Comercial e Banco de Desenvolvimento e era o único banco do sistema (FMI, 1997; Branco, 1998; ENRP, 2002).

Importa ressaltar que toda esta situação tinha como principais causas a má organização e má gestão das empresas; a ausência de registos contabilísticos e económicos fiáveis; má avaliação dos meios materiais, humanos e financeiros postos à disposição dos setores; não implementação dos programas de investimento. Esta situação contribuiu para agravar as finanças externas a partir de 1985 e o serviço da dívida mantido até 1984 em níveis não superiores a 25%, ascendeu a 57,5% do valor das exportações (FMI, 1997; Branco, 1998; ENRP, 2002).

3.2 Fase de liberalização económica

Os primeiros esforços para a superação da crise económica e política conheceram uma primeira abordagem sistémica a partir de 1985 com a realização da 2ª Assembleia Ordinária do Movimento de Libertação de STP (MLSTP, na altura, partido único no poder). Tais esforços manifestaram-se através de três políticas concretas, a saber: política de abertura ao exterior, iniciada em 1984; política de liberalização económica e posterior aplicação do PAE; política de envolvimento do cidadão (Branco, 1998; Santo, 2008). De facto, foi em meados de 1987 que, perante a alarmante situação económica do país, o governo de então decidiu redefinir a sua estratégia de desenvolvimento, adotando para o efeito o primeiro PAE com o apoio dos principais doadores internacionais, dentre os quais, o BM, FMI e o BAD, tendo contado com o financiamento do BM no valor de 17 milhões de dólares. De igual modo, foi

concluído um acordo com o FMI, em Junho de 1989, para um crédito no valor de 2,8 milhões de DES (Direito Especial de Saque) (ENRP, 2002).

Perante um cenário de profunda crise económico-financeira em que STP esteve mergulhado desde o início da década de 1980, as autoridades do país viram-se na necessidade de proceder a reformas do sistema financeiro. Com efeito, em 1992 o governo publicou a lei das instituições financeiras, o que criou as bases legais para a instalação de um sistema bancário e financeiro moderno, diversificado e amplamente liberalizado. Deste modo, procedeu-se à liquidação do BNSTP e, em contrapartida, surgiram os seguintes bancos: o Banco Central de STP (BCSTP), o Banco Internacional de STP (BISTP), com capital misto, a Caixa Nacional de Poupança e Crédito (CNPC), que conheceu a sua liquidação em finais de 1997, e o Fundo Social de Infraestrutura (FSI), transformado em Instituto de Desenvolvimento Económico e Social (INDES) (FMI, 1998; PNUD, 1997; ENRP, 2002).

No âmbito das reformas institucionais, iniciou-se o processo de reforma económica, empresarial e do setor público. Assistiu-se a um progressivo afastamento do Estado do setor empresarial e uma política de liberalização do comércio e dos preços foi implementada (FMI, 1997; PNUD, 1989; ENRP, 2012). Entretanto, de acordo com ENRP (2012), apesar das medidas adotadas, dos esforços envidados e dos sacrifícios consentidos durante a primeira fase do PAE, os objetivos preconizados não foram atingidos, refletindo-se nos seguintes indicadores:

- a) o nível do crescimento do PIB (1,5% por ano) foi insuficiente para fazer face à taxa de crescimento da população (2,5% por ano);
- b) o défice fiscal global aumentou de 27,9 milhões de Dobras (moeda nacional) em 1987 para 50,8 milhões em 1989, devido à progressiva baixa de receitas de exportação resultante da queda brusca dos preços do cacau no mercado internacional e ao aumento significativo dos investimentos na renovação do cacauzal;
- c) registou-se uma aceleração da inflação, que passou de 25% em 1987 para 45% em 1989, apesar das políticas monetárias e fiscais restritivas;

- d) aumentaram os problemas sociais causados pelo desemprego e pela eliminação de subvenção dos produtos alimentares básicos, uma vez que se deterioraram os salários reais do setor público urbano.

Importa ressaltar que a agricultura foi um dos primeiros setores da economia a beneficiar dos créditos do BM. Contudo, os resultados ficaram muito aquém dos objetivos propostos. Um ambicioso programa de privatização de empresas públicas agrícolas e não agrícolas conduziu à liquidação ou à privatização parcial ou total da sua grande maioria. Outras medidas foram adotadas no quadro do processo de liberalização económica, tanto no âmbito do setor financeiro, quanto no dos setores fiscal, monetário, bancário, comercial, entre outros. Contudo, a situação económica do país continuava bastante frágil (FMI, 1997; ENRP, 2002).

Com efeito, entre 1988 e 1997, o crescimento do PIB real, apesar de positivo, continuava aquém do ritmo de crescimento da população. Não obstante a evolução positiva de alguns indicadores macroeconómicos, a situação da dívida externa do país constituía quase um bloqueio à sua capacidade de negociação externa, tendo atingido em 1999 cerca de 624% do PIB, convertendo STP num dos países mais endividados do mundo. A dívida externa transformou-se, assim, num verdadeiro obstáculo ao processo de desenvolvimento do país. No período de 1992 a 1999, a dívida externa conheceu um ritmo de crescimento acelerado tendo passado de USD 172 milhões para USD 294 milhões, sendo USD 168,1 milhões valor correspondente à dívida multilateral e 125,9 milhões à bilateral (FMI, 1997; ENRP, 2002).

Não obstante uma série de medidas adotadas no domínio da reforma dos setores agrícola e financeiro visando a melhoria do desempenho da economia, o certo é que, de acordo com FMI (1997), Branco (1998) e ENRP (2002) os desequilíbrios a nível macroeconómico continuaram a agravar-se devido a uma série de fatores, podendo-se destacar, de entre outros os seguintes:

- a) fraca capacidade institucional na absorção de recursos e na realização de programas;

- b) ausência de uma estratégia global de desenvolvimento que incluísse medidas destinadas a atenuar os custos sociais extremamente elevados para o país e, em particular, para as camadas mais vulneráveis da população;
- c) financiamento do PAE com uma percentagem elevada de recursos externos, levando o país a suportar um fardo da dívida externa incontrolável, acumulando atrasados;
- d) fraca articulação e aplicação das ajudas externas em apoio ao país quer na reestruturação e modernização da administração pública, quer no desenvolvimento do capital humano e no fortalecimento da capacidade institucional do Estado.

A situação económica do país continuava muito difícil em 2000. O défice das finanças públicas era muito elevado, o peso e o serviço da dívida externa não paravam de crescer e as receitas de exportação diminuíram consideravelmente devido à queda dos preços no mercado internacional. Os rácios do saldo primário do OGE, embora tivessem valores decrescentes entre 1996 e 2000, continuavam a ser negativos, o que traduzia as dificuldades do Estado em poder realizar atividades significativas, no domínio social, com os seus próprios recursos. Os juros da dívida externa também acusavam uma evolução ascendente, contribuindo para agravar a situação financeira do Estado.

Contudo, os esforços envidados pelo governo permitiram “colher alguns frutos” em determinados indicadores importantes: a) a taxa de inflação baixou drasticamente para 9,6% em 2003 (81,1% em 1997); b) a taxa de câmbio em relação ao dólar estabilizou-se (diferencial inferior a 5% em relação ao mercado paralelo). Em função dos resultados obtidos no domínio do saneamento económico e financeiro, o país assegurou as condições para negociar com os seus parceiros bilaterais e multilaterais a situação da dívida externa e condições da sua sustentabilidade, tendo conseguido alcançar o ponto de decisão da iniciativa HIPC² (na sigla em inglês, Heavily Indebted Poor Countries) em Dezembro do ano de 2000 (ENRP, 2002; OGE, 2003).

² Países Pobres Altamente Endividados

Relativamente ao setor financeiro e face à necessidade de se adequar o sistema cambial existente na altura às exigências da liberalização do mercado, foi elaborada, no início de 1993, uma nova legislação cambial visando sobretudo a canalização de operações cambiais para o sistema financeiro. De igual modo, foi estabelecida uma regulação específica, através da qual foram autorizadas casas de câmbio, onde poderiam ser efetuadas operações de compra e venda de moedas estrangeiras até um determinado limite, visando essencialmente a obtenção de informações sobre o volume das operações em divisas efetuadas no mercado informal e atenuar os desequilíbrios entre a taxa de câmbio oficial e a do mercado paralelo (GOP, 2003; OGE, 2003).

3.3. Evolução recente da economia santomense

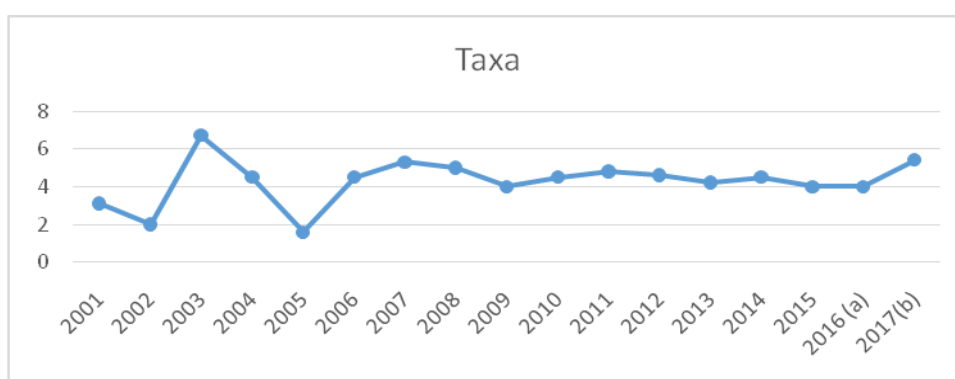
A lenta recuperação das taxas de crescimento que se vem registando a nível mundial e, em particular, nas economias com as quais STP mantém relações comerciais, associada à baixa de preço nos produtos petrolíferos, à instabilidade político-social, em particular nos países do Médio Oriente, bem como a desconfiança advinda do ressurgimento de ideais extremistas, com reflexos nos mercados financeiros, tem tido reflexo negativo na economia de STP (GOP, 2017; OGE, 2017). Neste sentido e de acordo com o programa do governo santomense para o horizonte (2014-2018), o objetivo geral macroeconómico passa pelo aumento da resiliência macroeconómica como uma das condições para garantir o crescimento sustentado inclusivo e reduzir a pobreza. Para o efeito as autoridades pretendem implementar as reformas fiscal, financeira, judicial, entre outras, com vista a aumentar o rendimento disponível das famílias santomenses, bem como o seu poder de compra, com efeitos multiplicadores para o crescimento económico, a criação de oportunidades de rendimento e o aumento do emprego (GOP, 2017; OGE, 2017).

Tal como consta do relatório do FMI de 2015, foi projetado para o ano de 2016 uma taxa de crescimento na ordem de 5% para a economia santomense. Sobre este assunto disse o FMI o seguinte:

The macroeconomic outlook is favorable in the near term but challenges remain. GDP is projected to grow by 5 percent in 2016 aided by higher and timely execution of public investments, recovery in cocoa production and increased foreign direct investment in the tourism sector. However, elevated lending risks in an environment marked by rising non-performing loans and highly indebted households and businesses will continue to hold back private sector credit growth (FMI, 2015: 6).

Entretanto, as informações disponíveis apontam, em termos globais, que a atividade económica ao longo do ano de 2016 se manteve abaixo das expectativas devido, por um lado, ao atraso no desembolso dos financiamentos externos com impacto na fraca execução de projetos de investimento público (apenas 45%) e, por outro, ao crescimento bastante lento do crédito à economia. Em consequência, o PIB em 2016 conheceu um crescimento na ordem dos 4% contra os 5% previstos. Contudo, para o ano de 2017, o governo espera, em conjunto com o setor privado, fomentar o crescimento económico para níveis de 5%, cifra relativamente superior ao registado em 2016. O crescimento, que se pretende inclusivo, deverá ser suportado essencialmente por projetos de investimento com efeitos multiplicadores (OGE, 2017). Importa ressaltar que STP tem registado uma taxa de crescimento positiva, embora ainda moderada desde o ano 2006. O crescimento acelerou de 1,4% ao ano, em média, durante a década de 90, para 4,5 % em média na década de 2000, tal como se pode observar no gráfico nº 9, abaixo indicado.

Figura nº9 - Evolução da taxa de crescimento do PIB (2001-2017)



Fonte: INE (2016); OGE (2017): a)- estimativa; (b) – projeção

De notar que a economia do país é essencialmente dominada pelo setor terciário, que corresponde a 60% do PIB e ocupa 50% da população ativa, abrangendo todos os serviços não mercantis da administração pública, o comércio, a hotelaria, a restauração, os transportes e os serviços financeiros. O setor secundário é o segundo mais importante representando 21% do PIB e 20% da população ativa e é dominado pela construção civil, obras públicas e indústria transformadora, mormente produção de eletricidade e de cerveja. O setor de agricultura e pescas representa 19% do PIB e 30% da população ativa, constituindo o terceiro

setor na composição do PIB. Embora em declínio, as atividades primárias ainda empregam cerca de um quarto da força de trabalho no país e geram a maior parte do rendimento familiar (INE, 2016). Ao nível dos outros PEIVD africanos, constata-se que a taxa de crescimento do PIB tem também sido moderada, com algumas oscilações na sua evolução, como se pode observar na tabela nº6.

Tabela nº6 - Evolução da taxa de crescimento real PIB nos PEIVD (2008 – 2017)

Nº de Ordem	PEIVD africanos	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015 (e)	2016 (p)	2017 (p)
1	Cab.Verde	6.7	1.3	1.5	4.0	1.1	0.8	1.8	3.6	4.0	4.0
2	Comores	0.6	1.1	2.2	2.5	3.0	3.5	0.6	1.1	4.1	4.1
3	Maurícias	5.5	3.1	4.2	3.9	3.2	3.2	3.6	3.7	3.8	3.7
4	STP	4.1	4.0	4.5	4.9	4.6	4.2	4.5	5.3	5.0	5.4
5	Seicheles	2.1	1.1	5.9	7.9	6.0	6.6	3.7	4.6	3.1	3.7

Fonte: Elaboração baseada em BM (2016, Data /The World Bank); INE (2016) (e) estimativa; (p) projeção

Esta situação, segundo os autores Gama & Sanoussi (2016) e GOP (2017) prende-se com a diminuição dos fluxos de financiamento externo, especialmente APD e de Investimento Direto Estrangeiro (IDE), que têm oscilado de ano para ano, como se pode observar na tabela nº7.

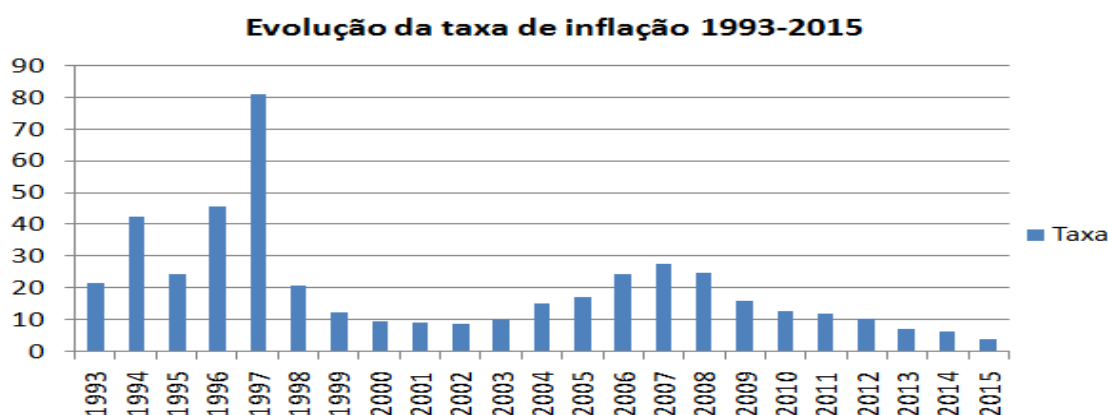
Tabela nº 7 - IDE nos PEIVD africanos (2009 – 2014) IDE/FBCF (%)

Nº de Ordem	PEIVD africanos	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2012	2013	2014
1	Cabo Verde	174	159	155	70	70	78	10	10	10
2	Comores	14	8	23	10	9	14	10	7	9
3	Maurícias	248	430	433	589	259	418	22	10	15
4	STP	16	51	32	23	11	20	18	10	14
5	Seicheles	171	211	207	260	170	229	61	32	43

Fonte: Elaboração própria baseada em BM (2016, Data /The World Bank); INE (2016) (e) estimativa; (p) projeção

De acordo com o relatório das GOP de 2016, fruto do esforço contínuo dos sucessivos governos, foram registados progressos consideráveis no sentido da gradual estabilização dos preços traduzidos na redução da taxa de inflação acumulada que desde o ano de 2010 vem registando uma tendência decrescente devido à combinação de vários fatores, como a estabilidade da moeda nacional face ao Euro, em vigor desde 2010, à disciplina orçamental, à ausência de choques do lado da oferta e às reformas em curso visando o crescimento económico. Estas medidas favoreceram a desaceleração da taxa de inflação que atingiu, em 2015, a cifra histórica de 4% (contra os 6,9% registados em 2013 e 24,8% registados em 2008), como se pode observar no gráfico nº10 abaixo apresentado.

Figura nº 10 – Evolução da taxa de inflação (1993 -2015)



Fonte: Elaboração própria baseada nos dados de INE (2016)

Importa salientar que ao nível dos PEIVD africanos, STP é o país que apresenta ainda uma taxa de inflação mais alta, como se pode observar na tabela nº 8.

Tabela nº 8 – Evolução da taxa de inflação nos PEIVD africanos (2014-2017)

Nº de Ordem	PEIVD africanos	2014	2015 (e)	2016 (p)	2017 (p)
1	Cabo Verde	-0.2	0.0	1.6	2.7
2	Comores	2.9	2.1	2.2	2.6
3	Maurícias	3.2	1.3	2.8	2.5
4	STP	6.4	5.5	4.6	4.7
5	Seicheles	1.4	4.4	2.6	2.7

Fonte: Elaboração própria baseada em BM (2016, Data /The World Bank); INE (2016) (e) estimativa; (p) projeção

De igual modo, ao nível dos PALOP, apenas Angola é que ultrapassa estas ilhas em termos de taxa de inflação acumulada como se pode observar na tabela nº9.

Tabela nº 9 – Evolução da taxa de inflação nos PALOP

Nº de Ordem	PALOP	2014	2015 (e)	2016 (p)	2017 (p)
1	Angola	7.3	10.2	14.1	14.8
2	Cabo Verde	-0.2	0.0	1.6	2.7
3	Guiné Bissau	1.9	1.5	2.1	1.8
4	Moçambique	2.3	2.0	5.7	5.2
5	STP	6.7	5.3	4.6	4.7

Fonte: Elaboração própria baseada em BM (2016, Data /The World Bank).

Fazendo extensiva esta análise aos países da CEEAC, sub-região onde STP está integrado, constata-se que apenas a República Centro-Africana e Angola apresentam níveis de inflação mais elevados do que STP, conforme a tabela nº 10, o que obriga o país a continuar a envidar esforços no sentido de reduzir a sua taxa de inflação para ser competitivo no mercado desta comunidade.

Tabela nº 10 – Evolução da taxa de inflação nos países da CEEAC (2014-2017)

Nº de Ordem	PAÍSES MEMBROS DA CEEAC	2014	2015 (e)	2016 (p)	2017 (p)
1	Angola	7.3	10.2	14.1	14.8
2	Burundi	4.4	5.5	7.5	6.7
3	Camarões	1.9	2.7	2.2	2.1
4	R. C. Africana	11.6	5.6	4.7	4.0
5	Chade	1.7	4.0	2.7	4.0
6	Congo Brazaville	3.0	0.9	1.5	1.0
7	Congo (RDC)	1.0	0.8	2.1	2.5
8	Guiné Equatorial	4.3	3.6	2.6	2.3
9	Gabão	3.2	1.2	2.4	2.4
10	Ruanda	2.4	2.5	3.0	3.0
11	S. Tomé e Príncipe	6.7	5.3	4.6	4.7

Fonte: Elaboração baseada em BM (2016, Data /The World Bank): (e) estimativa; (p) projeção.

De acordo com o OGE (2017), o desempenho das finanças públicas tem sido marcado pela estabilidade do défice primário doméstico que em 2016 rondou à volta dos 2,0% comparativamente aos 2,7% do PIB registados no ano de 2015. Para o ano de 2017 o governo prevê uma redução na ordem de 1,8% do PIB, assente essencialmente num aumento de arrecadação de receitas correntes na ordem dos 16,4% do PIB, e da realização das despesas com o pessoal à volta dos 8,5% do PIB, menos 0,2% do PIB em relação a 2016. A tabela nº11 sintetiza os indicadores macroeconómicos apresentados pelas autoridades santomenses.

Tabela nº11 – Evolução dos indicadores macroeconómicos (2014-2019)

INDICADORES	2014	2015	2016	2017	2018	2019
	Real	Real	Prev.	Prev.	Proj.	Proj.
PIB nominal (mil milhões de Dobras)	6.239	7.018	7.774	8.248	8.839	9.533
PIB a preços constantes (Var.anual em %)	4,5	4,0	4,0	5,0	5,5	5,5
Taxa de câmbio média Dobras/USD	18.594	22.424
Inflação (média anual em %)	6,4	4,0	5,5	3,0	3,0	3,0
Saldo Doméstico Primário (% PIB)	-3,3	-3,0	-2,0	-1,8	-1,5	-1,4
Reserva Internacional Líquida (meses de importação)	6,3	4,9	4,2	4,3	4,3	4,5
Conta Corrente Externa (incluindo donativo em % PIB)	-12,1	-12,9	-8,9	-11,3	-12,1	-13,0
Conta Corrente Externa (excluindo donativo em % PIB)	-22,5	-25,2	-23,6	-25,2	-25,8	-28,1

Fonte: GOP (2017)

Ainda de acordo com os relatórios de OGE (2017) e GOP (2017) a gestão monetária e fiscal melhorou substancialmente, proporcionando um melhor ambiente para a competitividade externa. As reformas estruturais, incluindo o clima de investimento, registaram igualmente progressos, como é, por exemplo, a criação de um *guichet único* para a criação de empresas. A gestão das finanças públicas tem vindo a melhorar sobretudo através da redução de dívidas cruzadas entre o tesouro e as empresas paraestatais, assim como a redução de despesas não essenciais, embora os subsídios concedidos aos combustíveis tenham ainda um peso muito significativo sobre o OGE. Denotou-se igualmente uma melhoria substancial na gestão aduaneira com a automatização e adoção de *software* de última geração, incutindo uma maior transparência e proporcionando estatísticas mais fidedignas.

Relativamente ao setor monetário, a política tem sido implementada em coordenação com as autoridades fiscais, no sentido da preservação da paridade cambial e do reforço da supervisão bancária, visando a estabilidade do sistema financeiro nacional. De setembro de 2015 a setembro de 2016 verificou-se uma expansão da massa monetária, na ordem dos 3%, estimada pelo crescimento do crédito à economia na ordem de 1,1%. As reservas internacionais líquidas situaram-se em patamares confortáveis, obtendo-se um saldo em finais de dezembro de 2016 que cobria cerca de 4,2 meses de importações programadas (GOP, 2017).

Os dados provisórios da balança comercial disponibilizados pelo INE, inerentes ao primeiro semestre de 2016, indicam um aumento das importações na ordem de 9,6% em relação ao período homólogo de 2015, influenciado pelo aumento da quantidade importada dos produtos alimentares como insumos agrícolas e combustíveis. Quanto às exportações, estas conheceram melhorias, tendo aumentado 34,1 % face ao período homólogo de 2015, decorrente do aumento em quantidade exportada do cacau e do café, coadjuvado com a valorização do preço do cacau no mercado internacional. Com efeito a conta corrente como percentagem do PIB registou um défice na ordem de 8,9% em 2016, contra os 12,9 registados em 2015, como se pode observar na tabela nº12 (INE, 2016; BM, 2015).

Tabela nº 12 – Evolução da Balança de Pagamentos nos PEIVD africanos (2014 – 2017)

Nº de Ordem	Pequenos Estados Insulares Africano	Balança Comercial em Milhões de USD				Conta Corrente como % do PIB			
		2014	2015 (e)	2016 (p)	2017 (p)	2014	2015 (e)	2016 (p)	2017 (p)
1	Cabo Verde	-610	-501	-462	-455	-8.0	-9.0	-9.8	-10.4
2	Comores	-189	-137	-150	-171	-6.1	-7.4	-6.9	-7.9
3	Maurícias	-2220	-2046	-2030	-1961	-5.9	-4.9	-4.7	-4.0
4	S. Tomé e Príncipe	-63	-57	-53	-47	-24,2	-12,9	-8,9	-11,3
5	Seicheles	-523	-456	-533	-569	-21.3	-14.2	-15.4	-15.9

Fonte: Elaboração própria baseada em BM (2016, Data /The World Bank); (e) estimado; (p) projecção.

3.4. Ajuda pública ao desenvolvimento (APD) de STP

Aquilo que os PEIVDs obtêm de receita pela venda das matérias-primas não permite pagar as importações e por isso, eles não só não conseguem amortizá-la como ela tende a agravar-se. Assim o passo que se segue é a ajuda pública ao desenvolvimento (Balão, 2011:408,409).

Tal como já referimos anteriormente, a dependência externa constitui uma das características dos PEIVD. Essa dependência evidencia-se pelo grande peso que têm as transferências externas na economia desses países, sob a forma de APD, e decorre sobretudo em relação à assistência dos parceiros de desenvolvimento (quer bilaterais, quer multilaterais), incluindo em muitos casos, as remessas dos emigrantes. A dependência dos PEIVD tende a assumir contornos ainda mais gravosos porque importam grande parte dos produtos estratégicos que consomem, caso dos alimentos e da energia, mas também pelo facto de grande parte das suas exportações e importações estarem direccionadas para um único parceiro comercial, geralmente a antiga potência colonial (Barbosa, 2001; Santos, 2012; Brito, 2015).

Com efeito, STP, enquanto um PEIVD, é também fortemente dependente da APD pois o seu rendimento nacional não chega a cobrir as despesas públicas inevitáveis (Ferreira, 2010). Importa recordar que a fonte de APD de STP divide-se em multilateral e bilateral, sendo a APD bilateral claramente superior à multilateral (Martins, 2013). De acordo com o Programa Indicativo de Cooperação Portuguesa (PIC) de 2016, a APD à STP representa mais do dobro da média da África subsaariana, sendo este um dos países menos avançados (PMA) que mais recebeu, em termos de APD *per capita* (uma média de cerca de 223 USD/hab. /ano), entre 1996 e 2011.

Com base em dados recolhidos do ENRP II (2012), constata-se que a APD representa em média 75% a 80% do volume anual do programa de investimentos públicos (PIP) e vem-se constatando nos últimos anos uma diminuição dos recursos da ajuda externa para o financiamento das ações de redução da pobreza. As tabelas nº13 e 14 apresentam a evolução da APD nos PEIVD africanos e nos PALOP.

Tabela nº 13 - APD nos PEIVD africanos – Doadores - Milhões de USD (2009 - 2014)

Nº de ordem	Pequenos Estados Insulares africanos	2009	2010	2011	2012	2013	2014
1	Cabo Verde	196	328	252	246	245	230
2	Comores	50	67	52	69	79	74
3	Maurícias	155	125	187	178	148	49
4	STP	31	49	72	49	52	39
5	Seicheles	23	56	22	36	25	10

Fonte: Elaboração própria baseada em BAD, FMI & BM (2015); INE (2016)

Tabela nº 14 - APD nos PALOP – Doadores - Milhões de USD (2009 – 2014)

Nº de Ordem	PALOP	2009	2010	2011	2012	2013	2014
1	Angola	239	237	193	241	283	231
2	Cabo Verde	196	328	252	246	245	230
3	Guiné Bissau	147	125	120	79	104	109
4	Moçambique	2012	1941	2065	2074	2315	2103
5	STP	31	49	72	49	52	39
Total	África	47 411	47 061	51 427	50 950	56 460	47 775

Fonte: Elaboração própria baseada em BAD, OECD & PNUD (2016); INE (2016).

Importa recordar que a Comunidade Europeia fornecia 43% de APD e foi paulatinamente criando mecanismos que enquadravam a ajuda a canalizar para África subsaariana (Barata e Piepoli, 2001). Com efeito desde o acordo de Lomé que o mercado comunitário deu livre acesso a todas as produções originárias dos países da África, Caraíbas e Pacífico (ACP), sem reciprocidade, para além do sistema de estabilização das receitas das exportações (*Stabex*), de que STP também foi beneficiário e ajuda financeira do Fundo Europeu para Desenvolvimento (FED). A necessidade de ajustamento em relação a Lomé ficou refletida na IV Convenção, de 1989, que alargou o leque de temas, podendo destacar-se os seguintes: ajuda à transformação e à comercialização local de produtos de base; desenvolvimento dos serviços; medidas de

proteção do ambiente; dispositivo de apoio às políticas de ajustamento estrutural dos países ACP (Barata e Piepoli, 2001; Santos, 2014).

Referindo-se ao impacto das ajudas, aqueles autores reconhecem que os mecanismos de ajuda acabam por não encaminhar os países de África para o desenvolvimento, alegando que os investimentos persistem em não dar rendimento, porque faltam infraestruturas, há escassez de mão-de-obra especializada, e o pior, segundo os mesmos, o facto de ter diminuído o peso dos países ACP no comércio internacional, a ponto de se falar em regressão económica na África subsaariana. Na perspetiva dos mesmos autores, o valor das preferências diminuiu de importância devido à tendência generalizada da redução dos direitos aduaneiros e, consequentemente, dos benefícios de Lomé para o crescimento dos países ACP e para a diversificação, que foi posta em causa, das suas exportações. Com o fim de Lomé IV surgiu um novo relacionamento entre a Europa e os países ACP (CE/ACP), através do acordo de Cotonou, cujo objetivo essencial visava a erradicação ou redução da pobreza e a promoção da integração dos ACP na economia mundial (Barata e Piepoli, 2001; Santos, 2014).

Importa recordar que o Acordo de Cotonou foi assinado em 23 de Junho de 2002, em Cotonou, no Benin, entre os países da UE e os países ACP, com o objetivo de promover o seu desenvolvimento económico, cultural e social. Este acordo, que substitui os sistemas *Stabex* e *Sysmix* por um novo sistema de apoio às flutuações, a curto prazo, nas receitas das exportações, é concedido aos países ACP sempre que um agravamento do défice público coincida com uma perda nas receitas de exportações (CE, 2003; Santos, 2014). Segundo estes autores, este acordo tem uma duração de vinte anos, contendo uma cláusula que prevê uma revisão quinquenal, e está centralizado no objetivo prioritário da redução da pobreza e, a longo prazo, na sua erradicação, contribuindo, deste modo, para o desenvolvimento durável e a integração dos países ACP na economia mundial.

Contrariamente às Convenções precedentes, o novo Acordo propõe uma estratégia global de desenvolvimento que exige da comunidade, dos seus Estados-membros e dos parceiros ACP, um esforço concertado para a elaboração de um quadro de cooperação integrado e operacional, comportando indicadores quantitativos e qualitativos que permitam uma sistemática avaliação dos resultados (UE, 2014).

A abordagem escolhida traduz a complexidade e o caráter multidimensional da pobreza. Essa abordagem está virada para três domínios prioritários da cooperação: o desenvolvimento económico, o desenvolvimento social e o desenvolvimento humano, integração e cooperação regionais (Nunes, 2015). Neste contexto, a assinatura do Acordo de Cotonou representou um ponto de viragem nas relações entre a UE e os ACP, traduzindo uma ênfase crescente sobre as prioridades políticas da União e uma diminuição para os privilégios especiais dos ACP, com um novo enfoque na questão da diferenciação e na regionalização (CE, 2003; UE, 2014).

De acordo com o relatório do PIC (2016), o governo santomense tem tradicionalmente obtido ajuda externa de vários doadores, designadamente de Portugal, que tem sido desde sempre o maior doador bilateral, seguido até finais de 2016 por Taiwan, período em que STP rompeu as relações diplomáticas com este parceiro (saúde, infraestruturas, água, formação profissional e agricultura); a África do Sul (defesa e comércio), Angola (defesa, assuntos internos); Brasil (saúde, educação, agricultura, petróleo); Espanha (agricultura, administração pública, sociedade civil); EUA (saúde, forças armadas); França (agricultura, desenvolvimento rural e saneamento); Japão (ajuda alimentar, saúde, educação, infraestruturas e ambiente) e Nigéria (petróleo, defesa e educação). A Índia, Guiné Equatorial e Líbia são outros doadores bilaterais a que o citado relatório faz referência. O desafio de uma gestão transparente e coordenação eficiente da APD mantém-se em STP, nomeadamente através da criação e tentativa de operacionalização da Unidade de Coordenação da Ajuda (UCA), com o apoio do PNUD e de Portugal (PNUD, 2013).

Na perspetiva do FMI (2011), STP apresenta ainda um alto risco de sobre-endividamento, não obstante o substancial alívio da dívida recebido, já que o país é muito vulnerável a choques externos devido à sua limitada base de exportação e forte dependência das importações e do financiamento externo. Para aliviar o risco de sobre-endividamento, a missão do FMI (2011) recomendou às autoridades santomenses que recorressem sobretudo aos donativos para financiar o seu programa de desenvolvimento, acelerando as reformas para melhorar o desempenho institucional e as políticas (inclusive no que respeita à gestão da dívida) e continuassem a baixar os custos das atividades comerciais, de modo a ampliar as perspetivas de crescimento sustentado do setor não petrolífero.

Síntese

Nesta Parte II a nossa abordagem recaiu especificamente sobre STP, sua caracterização e análise da sua realidade socioeconómica, inserida no contexto dos PEIVD africanos. Sendo um país insular em vias de desenvolvimento e, tal como reconhece Brito (2015), a sua economia apresenta características similares às economias dos países menos avançados (PMA), podendo-se destacar, entre outras, as seguintes: fraqueza estrutural; deficiente capacidade de produção; ausência de competitividade; défice estrutural da balança de pagamentos; um mercado interno exíguo; dependência nas flutuações no mercado dos produtos de base; imensas dificuldades de criação de emprego; deficiência na valorização dos recursos humanos; dívida externa pesada; infraestruturas degradadas ou inexistentes; uma falta de atenção das autoridades em relação ao património cultural/histórico (as roças), sem programas de valorização e conservação do património natural.

Constatamos, de igual modo, que as condições externas também não têm sido particularmente favoráveis aumentando a vulnerabilidade face ao mercado dos produtos de base, cujo curso e termos de troca não param de se deteriorar, associado à insustentabilidade da dívida externa, o que dificulta a promoção do desenvolvimento do país (Mendes, 2001; FMI, 2012).

PARTE III

STP como um Gateway Regional: Principais vetores de otimização

Tendo em conta o objeto de estudo da tese, entendemos inserir nesta Parte III questões que se prendem com os Gateways Regional bem como a sua importância para o desenvolvimento sustentável destas ilhas. De igual modo, pretendemos trazer à colação algumas teorias sobre o Gateway Regional e o seu enquadramento no contexto geopolítico, geoestratégico e geoeconómico de STP.

Nos últimos anos, a procura de recursos energéticos tem ganho uma maior proeminência no contexto geoestratégico energético internacional, nomeadamente devido ao facto do petróleo e do gás natural desempenharem um papel relevante no quadro da balança energética global. A sua utilização, tendo em conta a limitada disponibilidade destes recursos (não renováveis) tem contribuído para desenvolver novas dinâmicas nas relações internacionais e conduzir, segundo Almeida & Bernardino (2013), a uma reavaliação das estratégias energéticas, tanto nos países produtores, quanto nos países consumidores, com repercussão muito específica nas dinâmicas político-estratégicas em África e na América do Sul, e designadamente na região que os ligam ao Atlântico Sul.

O Golfo da Guiné, principalmente na sua parte da África Central, onde está inserido STP, no Atlântico Sul, ocupa uma posição geoestratégica e geoeconómica relevante pois interliga as outras sub-regiões africanas - onde a construção do importante oleoduto “Chade-Camarões” e a sua eventual extensão para abranger e interligar o Níger, a RCA, o Sudão e a Líbia -, reforçam a dimensão estratégica desta região (Leandro & Almeida, 2017).

De facto e tal como reconhecem os autores supracitados, o Oceano Atlântico, na sua vertente mais a sul, passou a ser uma área de interesse estratégico para os Estados ribeirinhos, levando estes a associarem-se em Organizações regionais com vista a colmatar as suas necessidades de segurança e defesa. Os autores salientam que constituem exemplo deste paradigma atual a criação, relativamente recente, da “Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul” (ZOPACAS) e da “Comissão do Golfo da Guiné” (CGG) que têm em vista contribuir,

entre outras áreas de cooperação estratégica, para uma maior segurança e desenvolvimento na região sul do Oceano Atlântico.

Reconhecendo a importância de que se reveste o Atlântico Sul no cenário global, Patriota (2013), disse o seguinte:

A importância do Atlântico Sul tem-se evidenciado no cenário global na mesma proporção em que se projeta e com impulso cada vez maior, a presença sul-americana e africana, seja pelo desenvolvimento económico e social, seja pelos passos dados no caminho da sustentabilidade, seja pelas descobertas de enormes reservas minerais e petrolíferas, seja pelos seus abundantes recursos de biodiversidade (Patriota, 2013:5).

Os aspetos que tornaram estas regiões “estratégicas” para o mundo, segundo Almeida & Bernardino (2013), prendem-se com a necessidade de ampliar o espaço geoestratégico e geoeconómico para a integração e colaboração regional, cooperando em múltiplos aspetos, mas centrado essencialmente na vertente da segurança marítima e da cooperação estratégica para o desenvolvimento sustentado.

Assim, e no contexto acima referido, na parte III são analisadas as seguintes questões: As Regiões Gateway e sua análise geopolítica; a teoria geopolítica de Saul Cohen; o conceito operacional de Gateway; STP no contexto geopolítico, geoestratégico e geoeconómico do Golfo da Guiné; interesse geoeconómico pela região do Golfo da Guiné e a sua segurança marítima, bem como a aplicação do conceito de Gateway ao caso de STP.

Capítulo 1- As Regiões Gateway – Análise geopolítica

O conceito de Gateway é da autoria de Saul Cohen. Para além dos Estados soberanos, Cohen (2009) identifica também os quási-Estados, com tendências separatistas, que classifica como *Gateways*, aos quais, por constituírem o nosso objeto de estudo, será dedicada uma atenção especial neste capítulo.

1.1 A geopolítica do espaço marítimo: o mar como vetor do poder

Os autores do poder marítimo consideravam o mar como a principal fonte estrutural do poder, uma vez que aquele que o dominasse controlava o mundo (Sequeira, 2014). Segundo Ferreira (1981), as escolas geoestratégicas foram as primeiras a ensaiarem uma explicação para algumas constantes assinaladas na política externa dos Estados, desde os defensores do poder terrestre, como Acender e Ratzel, aos defensores do poder marítimo, como Mahan e Spykman ou do poder aéreo, teorizado por Douhet, Seversky e Lepotier.

Um dos grandes pensadores da teoria marítima foi o americano Alfred Thayer Mahan, sendo o primeiro autor a concetualizar a estratégia marítima que chamou de *Sea Power*, no âmbito da política contemporânea. Segundo Mahan, é graças ao controlo dos mares que um Estado podia ocupar o primeiro lugar na hierarquia das potências. Mahan entendeu o poder marítimo como a soma de fatores, instrumentos e circunstâncias geográficas que cooperam para conseguir o domínio do mar, garantir o seu uso e impedi-lo ao adversário (Sequeira, 2014). Na sua obra “*The Influence of Sea Power upon History 1660-1783*”, publicada em 1890, Mahan identificou os aspetos essenciais do seu pensamento estratégico e a sua tese geopolítica relacionada com as características do poder marítimo, cuja repercussão alastrou ao nível mundial com impactos significativos nos EUA, Alemanha, Japão, Rússia, Itália, China e França.

Para este autor, os países com maior sucesso no seu desenvolvimento tinham conseguido alguma hegemonia mundial através da enorme flexibilidade que proporciona o domínio do mar como objetivo estratégico do Estado, o que lhe confere um potencial estratégico. Para Mahan existem seis elementos básicos do poder marítimo que condicionam a construção e manutenção do poder do Estado com base no mar.

Sobre este assunto disse Mahan o seguinte:

The principal conditions affecting the sea power of nations may be enumerated as follows: I. Geographical Position. II. Physical Conformation, including, as connected therewith,] natural productions and climate. III. Extent of Territory. IV. Number of Population. V. Character of the People. VI. Character of the Government, including therein the national institutions (Mahan, 1890: 29)

Mahan considera que a posição geográfica de um país pode não só favorecer a concentração de suas forças, como também dá a vantagem estratégica de uma posição central e uma boa base para operações hostis contra seus inimigos prováveis. Ainda sobre a posição geográfica disse Mahan o seguinte:

It may be pointed out, in the first place, that if a nation be so situated that it is neither forced to defend itself by land nor induced to seek extension of its territory by way of the land, it has, by the very unity of its aim directed upon the sea, an advantage as compared with a people one of whose boundaries is continental (Mahan, 1890: 30).

Relativamente à configuração física, Mahan (1890) sentenciou que a costa de um país é uma das suas fronteiras. E quanto mais fácil for o acesso oferecido pela fronteira às regiões além-mar, maior será a tendência de um povo para a relação com o resto do mundo através dele. Se um país for concebido como tendo uma longa costa mas não dispendo de um porto, tal país não pode ter qualquer comércio através do mar, nem transporte ou marinha, salientando que este era praticamente o caso da Bélgica quando era uma província espanhola e austríaca. Ainda segundo Mahan, quando o mar não apenas limita ou circunda, mas também divide um país em duas ou mais partes, o controle dele torna-se não apenas desejável, mas vitalmente necessário, pois tal condição física ou dá origem e força ao poder marítimo, ou torna o país impotente.

Referindo-se à extensão do território, Mahan (1890) considera que a última das condições que afeta o desenvolvimento de uma nação como uma potência marítima, tornando o próprio país estranho para as pessoas que lá moram, é a extensão do território. A este propósito, Mahan salienta que não é o número total de milhas quadradas que um país possui que deve ser tomado em consideração, mas antes o comprimento da sua linha de costa e o carácter dos seus portos. Para este autor, sendo iguais as condições geográficas e físicas, a extensão da costa marítima é uma fonte de força ou fraqueza, conforme o tamanho da população (grande ou pequeno). Na perspetiva de Mahan, para além das condições naturais de um país, importa um exame das características da sua população como afetando o desenvolvimento do seu poder marítimo; E a primeira condição a ser considerada, devido às suas relações com a extensão do território, é o número de pessoas que nele vivem. Com efeito, não é apenas o número de milhas quadradas, mas a extensão e o carácter da costa marítima que deve ser considerado em relação ao poder marítimo; de igual modo, em relação à população não é apenas o seu total, deve igualmente contar a quantidade necessária para o mar ou, pelo menos, prontamente disponível para o emprego a bordo e para a criação de material naval (Mahan, 1890).

No concernente ao tipo do governo, Mahan considera que determinadas formas de governo, em função das instituições que as suportam e o carácter dos respetivos governantes, terão exercido, num momento ou noutro, uma influência muito marcante sobre o desenvolvimento do poder marítimo. Os vários traços de um país e seu povo até então considerados constituem as características naturais com que uma nação, tal como um homem, começa a sua carreira; Por sua vez, a conduta do governo, corresponde ao exercício da força de vontade que, conforme é sábia, enérgica e perseverante, ou vice-versa, causa sucesso ou fracasso na vida de um ente humano ou na história de uma nação. O seu pensamento estratégico é também traduzido no silogismo do poder marítimo ou de Mahan, como é conhecido pela história: “Quem domina o mar domina o globo”. Através dele, atinge-se a riqueza em tempo de paz e a vitória na guerra, sendo necessário que os governos mantenham as opções estratégicas assumidas para que se adquira o poder marítimo. Terão também que fomentar, no âmbito da paz, o interesse e mobilização do povo pelas atividades ligadas ao mar e, no campo da guerra, a manutenção de uma armada cujo poder (naval) possa refletir o grau de importância dos interesses que a mesma defende (Ferreira, 2010). Para este autor, as quatro linhas de ação que sustentam a conceitualização de Mahan sobre as marinhas como instrumento político, demonstram

claramente que toda a estratégia serve uma política, tal como toda a política é limitada pela estratégia.

O domínio do mar passava também por uma vertente terrestre, que se materializava no controlo de bases terrestres situadas em locais estratégicos e que apresentavam vantagens, quer do ponto de vista do traçado das costas quer na ótica do acesso a zonas no interior (com alguma profundidade), de forma a facilitar a defesa. A ligação dos Oceanos Atlântico e Pacífico, através da construção de um canal na América Central (ainda durante a vida de Mahan, o canal do Panamá) foi defendida por Mahan, criando um «*choke point*» artificial, controlado pelos EUA e colmatando a lacuna da inexistência de um natural. Os “*choke points*”³ identificados foram: o estreito de Dover, o estreito de Gibraltar, o canal do Suez, a ilha de Malta, o estreito de Malaca, o cabo da Boa Esperança e o Golfo de S. Lourenço (Sequeira, 2014). Para além das facilidades inerentes do ponto de vista comercial, permitiria também a “transferência” de forças e uma mais rápida capacidade de concentração (Sequeira, 2014).

Mahan considera essencial desenvolver o poder marítimo, ou seja, dispor de um forte poder naval, uma grande marinha mercante e bases navais, estaleiros e portos eficientes, que permitissem o controlo dos mares e oceanos e assim o comércio em todo o globo, contribuindo para aumentar a prosperidade e afirmar internacionalmente um país (Ribeiro, 2010; Machado, 2011). Por isso Ribeiro (2010) e Sequeira (2014) consideram que o acesso ao mar, o controlo das rotas comerciais e o desenvolvimento do litoral são aspetos centrais do pensamento estratégico de Mahan, no contexto do qual as forças navais se constituem como instrumento primordial da competição internacional em que os EUA se deviam empenhar, garantindo as suas funções clássicas através de grandes esquadras de superfície. Para estes autores, o trabalho mais famoso de Mahan, já anteriormente referido, revela claramente que no essencial e no que de mais original tem o seu pensamento, é a concetualização das marinhas como instrumento político.

Por seu turno, Mackinder foi um dos pais fundadores da geopolítica. Foi o primeiro analista que relacionou os centros de poder com áreas geográficas, embora antes dele Ratzel tenha admitido a tendência para os Estados de grande dimensão geográfica, tipo continente, serem

³ Pontos de estrangulamento

os que mais capacidades têm de impor a sua vontade aos restantes (Zahreddine, 2012). Mackinder chamou a atenção para a região geográfica central da Eurásia, a que designaria posteriormente “*Ilha Mundial*”, pela sua importância ao longo da história. Deu-lhe inicialmente (1904), o nome de “*pivot geográfico da história*”. Mais tarde (1919), na sua obra “*Democratic Ideals and Reality*”, depois de ajustar a sua localização e dimensão, passou a chamar-lhe *Heartland*, (o coração da Eurásia) – uma “*cidadela de poder incrustada na Ilha Mundial*”, incorporando a Europa Oriental como fonte de população e recurso e usando a mobilidade permitida pelas linhas de caminho-de-ferro, recentemente construídas (Santos, 2013).

Em 1919, após a 1.^a guerra mundial, Mackinder fez uma recomendação estratégica ainda mais explícita aos líderes vitoriosos. Descreveu toda a sua preocupação com a Europa Oriental, através de uma frase que o tornou famoso: “Quem dominar a Europa Oriental, controla a *heartland*; Quem dominar a *heartland*, controla a *Ilha-Mundo*; Quem dominar a *Ilha-Mundo*, controla o Mundo” (Zahreddine, 2012). Desta forma, segundo este autor, era vital para a Inglaterra isolar a Rússia e a Alemanha, impedindo uma aliança entre ambas ou a conquista de uma pela outra, alegando que a configuração de um bloco de poder russo-germânico provocaria a rutura do equilíbrio europeu, colocando em risco a posição insular e a preponderância naval britânica. O que necessitava ser evitado era concretamente o expansionismo alemão na Europa Oriental e a sua aliança com o Império Russo, que se tornou na URSS após a guerra (Machado, 2011). Para este autor, foi negligenciada a importância da organização no desenvolvimento do poder, esquecidas as implicações revolucionárias do poder aéreo emergente e, acima de tudo, subestimado o poder nascente dos EUA e sobrestimado o significado estratégico dos vastos espaços do *heartland* russo.

Zahreddine (2012) considera que as ideias de Mackinder continuam a ter atualidade nos dias de hoje, quando disse o seguinte:

A teoria desenvolvida por Mackinder demonstrou ser extremamente atual, além de ser uma das teorias mais influenciadoras do meio geopolítico. Sua teoria continua viva até aos dias de hoje, mais ainda do que quando foi escrita pela primeira vez, pois era uma teoria tão arrojada que não foi entendida a princípio, mas alguns anos mais tarde foi capaz de entusiasmar personalidades como Stalin, Hittler e muitos outros estadistas (Zahreddine, 2012:6).

1.2 A teoria geopolítica de Saul Cohen

The geopolitical perspective is dynamic. It evolves as international system and its operational environment changes (Cohen, 2003:3).

Este subcapítulo é tributário dos ensinamentos de Cohen, por isso abordaremos no mesmo questões que se prendem com a análise teórica e conceptual deste autor. Cohen (1963) dedica todo um capítulo de um dos seus livros intitulado “*Geography and Politics in a World Divided*”, publicado em 1963, à caracterização da análise geopolítica e da sua perspectiva específica. Neste livro, Cohen afirma que a análise geopolítica tem dois aspetos principais: o da descrição dos ambientes ou suportes geográficos na sua relação com o poder político e o da elaboração de padrões territoriais que abranjam unidades de poder em interação. Este autor refere-se à variação das perspectivas geopolíticas ao longo dos tempos e foca a sua atenção sobre um dos aspetos que as caracterizam, que é o da diferenciação geográfica dos grandes pólos ou blocos de poder a nível global, estabelecendo a diferenciação entre o mundo que conta e o que não conta. Nesta ordem de ideias, Cohen (2003) define a geopolítica da seguinte forma:

Geopolitics is defined as the analysis of the interaction between, on the one hand, geographical settings and perspectives and, on the other, political processes (Cohen, 2003:12).

Cohen (2003) considera que o desejo e a capacidade dos participantes para reconfigurar o sistema global constituem a chave para o estabelecimento e desintegração do império antigo e medieval, o nascimento do Estado nacional moderno, a ascensão e queda do colonialismo e do imperialismo do século XIX / XX, o surgimento num mundo dividido das superpotências EUA e a União Soviética e agora, a estrutura geopolítica mundial do século XXI, que reflete a interação do nacionalismo, regionalismo e globalização.

The changes in the World geopolitical map have been more rapid and sweeping during the past century than during the previous two and one-half centuries, when the modern, sovereign national state emerged and the European colonial system was imposed on much of the world (Cohen, 2003:4)

Para Cohen (2003), a região geopolítica corresponde a uma parte da superfície terrestre com contiguidade de localização e complementaridade de recursos, onde existe determinado tipo

ou tipos comuns de comportamento político e bases sólidas para a ação política e económica comum. Ao caracterizar a geopolítica, Cohen (2003) diz o seguinte:

Geopolitics is the new national science of the state... a doctrine on the spatial determinism of all political processes, based on the broad foundations of geography, especially of political geography (Cohen, 2003, 11).

Por isso, Cohen (2009) considera que o território e a rede (*network*) são, do ponto de vista de um geógrafo, os tendões da estrutura geopolítica, juntamente com as ideias políticas que unem as estratégias dos participantes. Cada processo político tem exclusivamente associada a ele uma área geográfica, pelo que nenhuma área geográfica escapa a uma relação com o processo político. Cohen alega, por essa razão, que em geopolítica, o termo "política" abrange muitos subsistemas - económico, cultural, social, religioso e democrático. Existe, na sua opinião, uma hierarquia de centros de poder que moldam a configuração do sistema geopolítico global. Para este autor, o mundo está organizado em estruturas geopolíticas formadas através da interação entre forças geográficas e políticas e dos processos que subjazem às mudanças que ocorrem nestas estruturas, que são compostas por padrões e características geopolíticas.

Na perspetiva de Cohen, em termos espaciais, estas estruturas estão organizadas em três níveis de hierarquia: o primeiro, o nível macro, é o do domínio geoestratégico; o segundo, o nível meso, é o da região geopolítica, que é uma subdivisão do domínio geoestratégico; e, finalmente, o nível micro, é o dos Estados nacionais, regiões autónomas, quási-Estados e subdivisões territoriais dentro dos Estados ou através destes. Fora destas estruturas, existem regiões ou grupos de Estados que não estão no âmbito de um domínio ou de uma região, como é o caso dos *Shatterbelts*, *Zonas de Compressão* e *Gateways*, considerando como zonas de compressão o Corno de África (Somália) e a África Central (República Centro Africana e países vizinhos). Para Cohen (2009), os *Shatterbelts* são regiões muito fragmentadas, assoladas por conflitos internos e cuja fragmentação aumenta em virtude da intervenção de potências externas que pretendem aumentar o seu grau de influência nestas regiões. O autor considera que estas regiões são estrategicamente orientadas e são em simultâneo profundamente divididas a nível interno e alvo da competição entre grandes potências dos domínios geoestratégicos.

Ao referir-se à definição operacional do *Shatterbelt*, disse o autor o seguinte:

The operational definition for Shatterbelts is strategically oriented regions that are both deeply divided internally and caught up in the competition between Great Powers of the geostrategic realms (Cohen, 2009:43).

Almeida (2012), baseando-se na teoria de Cohen, apresenta assim, de forma exaustiva, as características dos *Shatterbelts*:

- 1- comandam pequenas áreas marítimas estratégicas;
- 2 - distinguem-se pelas suas riquezas agrícolas e minerais;
- 3 - são, por isso, de vital importância para o «*Trade Dependent Maritime World*»;
- 4 - dada a sua situação são também importantes para o «*Eurasian Continental World*»;
- 5 - são áreas política e economicamente fragmentadas;
- 6 - pelas suas diferenças internas - físicas, ambientais, históricas, culturais e políticas - parecem incapazes de conseguir uma unidade efetiva, tanto no plano político quanto económico;
- 7 - o alinhamento dos «*shatterbelts*» é errático: pode, uma parte, procurar a rentabilidade e outra o compromisso, tudo dependendo dos interesses nacionais e das pressões económicas e militares dos centros de poder estranhos à área;
- 8 - pela sua situação e características, é impossível o seu completo controlo por qualquer dos grandes poderes;
- 9 - servem de apoio às grandes potências em épocas de conflito;
- 10 - são áreas tampões, i.e., impedem o confronto direto entre as grandes potências;
- 11- oferecem opções para as várias formas de contenção.

Figura nº 11 - O *Shatterbelt* da África Subsaariana



Fonte: Mapa 1 – África:” *World Atlas* (2014), baseado em Pires (2014).

Dividida em cinco sub-regiões - Ocidental, Oriental, Central, Sul e Corno de África –, após o fim do colonialismo europeu, a região da África subsaariana serviu de palco às disputas das duas grandes potências que se opunham na guerra fria, os Estados Unidos e a União Soviética. Como consequência das ações soviéticas, a região, tradicionalmente ligada ao domínio marítimo, emergiu nesta fase precisamente como um *Shatterbelt* (Cohen, 2009). Neste contexto, muita energia foi direcionada para a África subsaariana por parte dos domínios marítimo e continental, com o principal objetivo de proteger ou obter fontes de recursos materiais, aceder a mercados e impedir o estabelecimento de bases militares inimigas (Pires, 2014).

Importa salientar que Pires (2014) considera que o *Shatterbelt* da África subsaariana é a região com menor coesão e maturidade geopolítica do mundo, encontrando-se altamente fragmentada em virtude de guerras e conflitos vários, devendo particularmente destacar-se, os que advêm do traçado de fronteiras políticas que não respeitam a região de *Shatterbelt*. É hoje uma das regiões mais disputadas do mundo pela China, por um lado, e os EUA e Europa, por outro, focando-se a competição essencialmente nos recursos naturais e nas oportunidades de investimento em países que estão a procurar desenvolver-se economicamente.

Por outro lado, estão as *Zonas de Compressão*, a uma escala geográfica menor que, segundo Cohen (2009) são pequenas áreas atomizadas e ainda mais divididas, que se encontram no seio ou entre regiões geopolíticas e são palco de guerras civis e de ações intervencionistas de países vizinhos. Um exemplo de uma *Zona de Compressão* é a que se estende da África Ocidental ao Corno de África, passando pela África Central e Oriental, encontrando-se portanto no *Shatterbelt* da África subsaariana (Pires, 2014). Existem ainda *Zonas de Convergência* entre domínios geoestratégicos, cujo estatuto, para Cohen (2009), ainda não está definido, salientando o autor que cada uma destas estruturas pode ser avaliada em termos de maturidade geopolítica, ou seja, o grau de coesão política que lhe conferem os seus padrões e características.

Na perspetiva deste autor, a ênfase da "geo" na geopolítica oferece a base da compreensão de como são forjadas as estruturas políticas e como ocorre ou pode ser antecipada a mudança. Uma visão holística do sistema mundial não implica que as várias configurações estruturais políticas se vão a encaixar perfeitamente. Pelo contrário, muitas vezes se sobrepõem. Na

escala regional, a sobreposição pode causar tal contenção que pode chegar a fragmentar a região num *Shatterbelt*, como é hoje o caso da África subsaariana. Noutras situações, a interação pode formar regiões de alojamento entre os principais centros de poder para servir como Gateways, como é o caso de grande parte do Caribe (Cohen, 2009).

Para este autor, qualquer estrutura geopolítica está sujeita a forças centrífugas e centrípetas. As primeiras promovem a separação política, ao passo que as segundas fomentam a unidade. As duas estão interligadas, podendo prevalecer uma delas num dos níveis, e a outra a outro nível. Por exemplo, forças centrífugas podem prevalecer a nível nacional, levando um povo a separar-se de outro Estado para proteger a sua identidade, e forças centrípetas podem dominar a nível regional, animando um movimento no sentido da unidade de ação regional em áreas como o comércio, defesa ou até a integração política com outro (s) Estado (s) (Cohen, 2003). Ainda segundo este autor, quando falamos do sistema internacional do século XXI, continuamos a lidar com a contradição entre a característica fechada do espaço político e as forças económica, ideológica, sociocultural e tecnológica para reconhecer que não há fronteiras territoriais políticas. Essas forças são móveis, por vezes rápidas e penetrantes. As suas fronteiras (seus limites) podem avançar ou regredir.

De acordo com Cohen (2003), com o aumento da complexidade do sistema, o caminho a ser seguido é o da especialização funcional, devolução do poder de um único ou duplo centro para um policentrismo de natureza hierárquica. As unidades do sistema estão em diferentes estágios de evolução, desde os menos maduros, os indiferenciados, até à diferenciação, especialização e integração especializada. Segundo este autor, tais diferenças podem ser vistas na integração especializada da Europa marítima, a especialização do Rim Ásia-Pacífico, a diferenciação da América do Sul, a indiferenciação do Transcáucaso e da Ásia Central, e na atomização da África subsaariana, alegando que o que traz equilíbrio para o sistema é a motivação das partes menos maduras para se promover a padrões mais elevados, como é o caso hoje para Angola, Namíbia e os Emirados Árabes Unidos e, particularmente, a China e a Índia.

Saul Cohen considera que mesmo com a turbulência contínua nos eventos mundiais, são fortes as possibilidades de um maior equilíbrio global. A interdependência económica das

grandes potências mundiais é uma espécie de proteção contra o facto de se terem encontrado envolvidas no tipo das guerras mundiais que dominou o século XX. Para este autor, apesar das suas diferenças, elas enfrentam ameaças comuns do terrorismo, a necessidade de estabilizar os recursos energéticos do mundo e combater o aquecimento global, bem como os perigos da instabilidade em países vizinhos que poderia minar suas próprias economias e estabilidade política. Ainda de acordo com Cohen (2009), a África subsaariana reemergiu no século XXI como um *Shatterbelt*, em virtude da crescente procura mundial pelos recursos naturais que a região possui, salientando que a disputa ocorre actualmente entre a China e o Ocidente, ou mais precisamente, entre os EUA e a Europa, e se centra nos recursos energéticos, mas também na procura de mercados e oportunidades de investimento, uma vertente que, segundo Cohen, não se verificou noutras eras.

Por isso, este autor considera que a África subsaariana (onde STP também está inserido) não está excluída do jogo do poder mundial destacando que a essência da análise geopolítica consiste na relação entre o poder político internacional e o contexto geográfico e bem assim, com a interpretação que os indivíduos fazem da natureza desta alteração. Cohen acredita que o nacionalismo, a religião, a etnia e a sede de estabilidade política em países pobres ou dilacerados por conflitos, continuam a diferenciar o sistema global. Longe de diminuir a força do nacionalismo e do regionalismo, a globalização reforça-os através da promoção de uma reação "*push-back*". Para as grandes potências, o entrelaçamento das economias pode fortalecer o nacionalismo, servindo como impedimentos económicos mútuos. No que diz respeito às nações pobres do mundo, Cohen (2009) considera que os efeitos negativos da globalização têm aumentado cada vez mais barreiras para a interação e o populismo reforçado. O alto custo das importações de alimentos provenientes dos países avançados, que se especializam em agricultura moderna e de grande escala, tornou-se um foco de agitação interna e de pressões políticas para aumentar as suas tarifas e fazer reviver a agricultura local, embora menos eficiente. Mas Cohen é otimista em relação ao futuro argumentando que, apesar das suas diferenças, as grandes potências vão se esforçar por manter o equilíbrio dinâmico global.

1.3 Conceito operacional de Gateway

why those regions - the convergence of what he terms the Maritime, Heartlandic Russian, and East Asian realms - have become "Gateways," while the Middle East remains a "Shatterbelt" and much of South America and Sub-Saharan Africa have grown marginalized. whether certain areas become Gateways or Shatterbelts is the key question influencing global stability (Cohen, 2003:48).

Tal como dissemos anteriormente, o conceito de Gateway é da autoria de Saul Cohen. Para Cohen (2003) uma região Gateway é uma estrutura de acomodação entre diferentes regiões geopolíticas que facilitaria a transferência de energia para as regiões com elevados níveis entrópicos. Para este autor, a vantagem da região Gateway é que facilitará a transferência de inovação económica. Para além dos *Shatterbelt*, e zonas de compressão (*compression zones*) consideradas por Cohen (2003) como áreas fragmentadas e objeto de competição entre Estados vizinhos (mas não as principais potências), o autor também se referia aos Estados de Passagem (*Gateway States*), como sendo pontos de contacto entre regiões, áreas ou Estados, e que facilitam o movimento de pessoas, bens e ideias, tendo identificado os seguintes países como *Gateway States*: Singapura, Hong-Kong, Mónaco, Finlândia, Bahrein, Trinidad e Bahamas. Sobre os Estados Gateways, Cohen disse o seguinte:

Gateways states play a novel role in linking different parts of the World by facilitating the exchange of peoples, goods and ideas (Cohen, 2003:49).

Embora as suas características variem em detalhe, Cohen (2003) considera que, no geral, os Estados Gateways são pequenos em área e população, cultural e politicamente distintos, têm elevados níveis de educação, acesso favorável a áreas externas por terra ou mar e possuem normalmente recursos naturais ou humanos especializados sobre os quais se podem construir economias direcionadas para a exportação, embora não tenham autossuficiência, dependendo do comércio com outros países para obter bens e serviços. A distinta contribuição dos Gateways, segundo Cohen, é que podem estabilizar o sistema por causa da sua razão de ser como *links* num mundo cada vez mais interdependente. Como geógrafo político, olhando para um quadro maior do mundo Cohen (2009) vê uma sequência de desenvolvimento de *Shatterbelt*, a parte subalterna ou periférica de uma região geopolítica, para uma nova forma de intermédio ou região Gateway. Nos seus livros, escritos nos últimos 25 anos e que tem

vindo a desenvolver, o autor expande as suas ideias sobre os poderes de segunda ordem e Estados Gateway.

- **Plataformas Logísticas**

Atendendo à insuficiência considerável de bibliografias sobre os Gateway, procuramos pesquisar outros conceitos que se assemelham às suas características tendo identificado as plataformas logísticas que traduzem, no essencial, o mesmo conceito.

Autores como Morais (2011), Oliva & Taques (2015) e Sousa (2016) consideram que qualquer estratégia de desenvolvimento regional está hoje obrigada a articular-se em torno de elementos logísticos, uma vez que a implantação de atividades logísticas tem uma grande variedade de efeitos benéficos para a economia de uma região, destacando sobretudo a geração de novos rendimentos salariais, empresariais e fiscais. Por isso, para os mesmos, impõe-se na atualidade colocar em funcionamento estratégias de desenvolvimento e fixar atividades logísticas para captar novos investimentos para a região e, além disso, impõe-se a obrigação de atuar nesse campo para acompanhar as tendências dominantes na economia mundial.

Neste sentido os referidos autores consideram que as plataformas logísticas necessitam de potentes infraestruturas de acesso, pois acolhem a cada ano milhares de veículos e movimentam milhões de toneladas de mercadorias, geram milhares de postos de trabalho diretos e indiretos e atraem uma enorme variedade de atividades complementares e auxiliares, o que as transforma, de facto, em fatores determinantes do desenvolvimento regional e, por conseguinte, em elementos centrais das novas estratégias territoriais, tendo em conta que a concorrência inter-regional chegou ao âmbito da logística.

Com a crescente globalização, as fronteiras nacionais estão sendo abolidas, e as empresas estão cada vez mais dependentes de uma logística de suporte para se tornarem mais competitivas num contexto de internacionalização da produção e do consumo (Gama, 2011). Para isso, este autor sublinha que há necessidade de se formar uma rede integrada de

fornecedores, indústrias, distribuidores e empresas de transporte, a fim de melhorar a qualidade dos serviços, na tentativa de manter o fluxo global de mercadorias. Dessa forma, surgem as plataformas logísticas como macro unidades logísticas que reúnem uma variedade de serviços de valor acrescentado, a um menor custo, localizadas em pontos estratégicos, sendo portanto parceiros na continuidade dessa internacionalização (Gama, 2011).

Na perspetiva de Morais (2011), a globalização teve um impacto considerável na logística e nas questões territoriais e, como consequência, o uso de plataformas logísticas passou a constituir uma tendência mundial. Segundo este autor, o suporte logístico é essencial para o fluxo de bens, havendo portanto, a necessidade de reunir condições para que as empresas mantenham uma elevada competitividade internacional. Isso só poderá acontecer com a integração dos serviços através de plataformas logísticas que venham a atender aos requisitos operacionais exigidos por diversas empresas e que permitam um alto grau de flexibilidade operacional nas operações logísticas. Ainda segundo Morais (2011), uma plataforma logística permite promover, de modo significativo, o desenvolvimento da vocação económica regional de um país, tornando possível a disseminação da oferta dos seus serviços e produtos característicos a outros locais distantes e até mesmo culturalmente distintos. Este autor considera que toda a plataforma logística deve ser idealmente planeada sempre na perspetiva facilitadora de acesso aos mercados potencialmente interessados na aquisição dos seus produtos.

Por outro lado, Gonçalves (2014) considera que o crescente processo de globalização exige cada vez mais redes de infraestruturas e operações intermodais. Neste contexto surgem as plataformas logísticas, com diferentes denominações pelo mundo, como *Plateformes Logistiques Publiques* nos países francófonos, como *Regiões Gateways* nos países anglófonos, um conceito que, embora não novo, ainda não está no entanto consolidado. De facto, o mesmo surgiu em França, na década de 1960, como consequência da utilização de novos métodos para a gestão das operações logísticas. Na perspetiva de Adorno *et al* (2013), o objetivo inicial das plataformas logísticas era de reduzir o fluxo de materiais distribuídos de forma desordenada pelos terminais de carga da periferia das grandes cidades. As plataformas logísticas francesas concentraram e otimizaram a distribuição e, conseqüentemente, reduziram os custos das cadeias que as utilizam, salientando que atualmente na Europa as plataformas logísticas estão, na sua maioria, ligadas aos portos marítimos, devido à sua importância nos

processos de exportação de produtos, sendo responsáveis por uma redução de 12% nos custos logísticos das cadeias e por uma melhoria de produtividade de 40% em relação às empresas que não utilizam estas estruturas em suas cadeias de suprimentos.

De forma geral, as plataformas logísticas são espaços no interior dos quais diferentes operadores exercem todas as atividades relativas ao transporte, à logística e à distribuição de mercadorias, tanto nacional como internacionalmente. Esses espaços podem conter itens como armazéns, centro de distribuição, equipamentos, oficinas, outras estruturas de apoio ao transporte, de entre locais de acomodação e alimentação, abastecimento, zonas alfandegadas, fretamento, assessoria, de entre outros, de acordo com a procura específica da região (seja ela industrial ou de distribuição de cargas) (Morais, 2011; Pereira, 2014). Segundo Morais (2011), a plataforma logística é definida como um conjunto de instalações e equipamentos - infraestrutura de transporte - onde se desenvolvem diferentes atividades relacionadas diretamente com o transporte, nacional e internacional, que pode ser utilizado conjuntamente por indústrias e por distribuidores, e que dispõe de uma série de serviços complementares colocados à disposição dos diferentes usuários - empresas de transporte, indústrias, armazenadores, distribuidores e agentes, sendo que na plataforma logística se desenvolve o transbordo, a consolidação e o intercâmbio modal de mercadorias e nelas as mercadorias podem ser armazenadas ou submeter-se a processos de transformação e acabamento.

Embora estes autores não tenham feito uma classificação rigorosa das plataformas logísticas, descrevem os critérios para o desenho das mesmas, apontando as seguintes condicionantes: a superfície, a localização, a oferta imobiliária do solo urbano, o mercado potencial, o impacto ambiental e a organização funcional da planta. Dentre estas condicionantes, destaca-se o posicionamento da plataforma logística para as estratégias das empresas transportadoras e distribuidoras que as utilizam para a distribuição nacional e internacional. Nestes casos, a centralidade é motivada em relação às distâncias dos principais mercados. Por seu turno, Oliva & Taques (2015) consideram que as plataformas logísticas são espaços geográficos onde há uma grande concentração de operações que visam oferecer uma estrutura operacional destinada a melhorar o fluxo de bens e serviços, aumentando assim a produtividade e a competitividade das empresas, salientando que uma plataforma logística é geralmente dotada de zonas destinadas a diversos empreendimentos e possui uma infraestrutura com um bom

elenco de alternativas, dentre elas, as facilidades de se utilizar diversos modais de transporte. A estruturação de plataformas logísticas visa aprimorar a concorrência entre empresas; fornecer alternativas que aumentem a eficiência do serviço; diminuir os custos logísticos; desenvolver a economia em cenários micro e macro e subsidiar ferramentas para personalização do serviço como um todo. A função da plataforma em si, consiste em promover estes serviços de interesse comum sem favorecimento e/ou parcialidade, de modo a manter o mesmo nível de serviço para todos os seus utilizadores.

Segundo Gonçalves (2014) assinalam-se como principais vantagens de uma plataforma logística as seguintes: o poder de negociação oriundo dos grandes volumes de carga, que pode gerar acordos mais vantajosos para o prestador de serviços, operador e cliente; a utilização das áreas próprias da plataforma para stocagem de produtos, diminuindo assim o espaço necessário na própria planta do cliente; o maior alcance na cadeia de distribuição; a possibilidade de realização de transporte multimodal e intermodal, o que contribui para a diminuição dos custos logísticos, bem como do balanceamento da matriz de transportes; a proximidade de estruturas de apoio e a possibilidade de exploração de diversas alternativas no âmbito de terceiras partes envolvidas no serviço e a geração imediata de empregos na região de operação da plataforma. As desvantagens estão relacionadas com o custo de operação da própria plataforma, tais como abastecimento de energia, depreciação de bens, manutenção de maquinaria, flutuações de demanda, entre outros.

De um modo geral, essas plataformas, segundo Gama (2011), podem ser classificadas no âmbito de diversos critérios, dentre eles, o foco na atividade primordial. Assim, existem plataformas destinadas a grandes centros urbanos (plataformas urbanas), plataformas destinadas ao apoio nas operações portuárias (plataformas portuárias), plataformas regionais destinadas a facilitar e reorganizar o fluxo logístico entre diversas regiões (plataformas regionais) e também as destinadas a aumentar a dinâmica do comércio exterior.

Na perspetiva de Gonçalves (2014) e Sousa (2016), uma plataforma logística ideal é geralmente apoiada por uma tríade de atividades operacionais, destinadas a atender uma gama de utilizadores e envolve os seguintes serviços: a) serviços de apoio caracterizado por áreas de

receção, acomodação, estacionamento, praça de alimentação, serviços alfandegários, agentes de viagens, entre tantos outros; b) operadores logísticos dispo de serviços de afretamento, armazenagem, distribuição, assessoria aduaneira e comercial, transporte e distribuição; c) transportes, envolvendo os diversos modais: aéreo, rodoviário, ferroviário e marítimo e operações de transporte multimodais. Os utilizadores típicos das plataformas logísticas são apresentados na figura nº 12, abaixo indicada.

Figura nº 12 – Utilizadores típicos das plataformas logísticas



Fonte: Gonçalves (2014)

Uma plataforma logística pode também ser considerada como uma combinação de serviços públicos e privado. O investimento público reflete os efeitos externos que podem ser combinados, em larga escala, com as políticas regionais, objetivos e planos, designadamente em infraestruturas necessárias para os transportes e serviços públicos ou até mesmo incentivos fiscais. O investimento privado está relacionado com a viabilidade económica e a rentabilidade financeira do projeto, proporcionando o capital para a construção de terminais, armazéns, centros de distribuição, entre outras instalações necessárias ao seu bom funcionamento (Pereira, 2014).

Capítulo 2 - STP no contexto geopolítico, geoestratégico e geoeconómico do Golfo da Guiné

A localização geográfica de STP vem conferindo ao país uma acrescida importância geopolítica, geoestratégica e geoeconómica, atendendo aos novos desafios que se colocam à sub-região Africana. Segundo Menezes (2003), a posição geoestratégica destas ilhas constitui um potencial que não pode ser negligenciado no contexto das estratégias de desenvolvimento regional do país, que no futuro pode servir como uma importante base de prestação de serviços aos países da região e ao mundo globalizado. Neste contexto, STP pode aparecer como a interface marítima e aérea para a região do Golfo da Guiné ou ainda como um destino turístico exclusivo para todos aqueles que pretendam passar umas férias em segurança, onde disponham de uma oferta de qualidade.

Para Costa (2011), com uma posição central no Golfo, a 350Km da costa, STP tem que aproveitar as oportunidades que tal localização e a entrada no clube dos países produtores de petróleo lhe conferem, alegando que os conflitos que assolam muitos países da região contrastam com a paz social, ausência de conflitos étnicos, tribais ou de índole religiosa em STP o que pode constituir uma importante vantagem competitiva, criando uma oportunidade única para a sua economia através da atração de investimento estrangeiro. Este autor considera que a distância, por via aérea, do continente e das principais capitais do Golfo da Guiné torna viável o país constituir-se num autêntico hub (plataforma giratória) da região, transformando-se numa nova central de distribuição de pessoas, bens e serviços para os países da região. Por isso o autor salienta que esta oportunidade não deve ser desperdiçada.

Ainda segundo Costa (2011), a massificação do transporte aéreo nos últimos anos, a descoberta de reservas de petróleo, a relevância adquirida pelo Golfo da Guiné a nível mundial e os investimentos que certamente irão ser atraídos para a região são condições únicas que o país tem de aproveitar e potenciar de modo a desempenhar um papel de charneira no Golfo da Guiné, já que o país tem condições para se transformar numa ponte privilegiada entre a África, a América e até a Europa não só a nível de pessoas e serviços, como de fluxos financeiros que se vão inevitavelmente estabelecer à volta do petróleo.

2.1 Interesse geoeconómico pela região do Golfo da Guiné

O interesse global pela região do Golfo da Guiné pode ter várias razões. Porém, segundo Barros (2013), a base da atração de diferentes atores mundiais para a região é fundamentalmente determinada pelos interesses energéticos conotados à indústria petrolífera. Para este autor, a posição geográfica e geoeconómica da região no quadro da segurança energética e a abundância de hidrocarbonetos e os regimes fiscais praticados nos petro-Estados da zona estão no centro das motivações de atores privados e governamentais que vêm na região uma oportunidade ímpar para a maximização dos seus dividendos económicos e financeiros e para suprir as necessidades energéticas crescentes e securitárias.

A África e os países africanos (particularmente o Golfo da Guiné) tornaram-se numa relevante área de interesse geoestratégico e geoeconómico muito pela produção de petróleo da região do Golfo da Guiné, vista como um complemento, ou mesmo a “substituição”, do fornecimento global que advém da complexa, saturada e muito problemática (em termos de segurança), região do Golfo Pérsico. Porém, acontecimentos mais recentes e relacionados com a nova geopolítica dos conflitos, e o envolvimento de novos atores numa conflitualidade regional e local com impacto e empenhamento global implicou, entre outros aspetos, a adoção de um conceito mais alargado, abrangente e globalizado de segurança (Barros, 2013).

Este novo paradigma securitário global, transversal para a segurança e defesa dos Estados e das Organizações Internacionais, levou a que a segurança de cada Estado passasse a constituir preocupação de todos, nomeadamente ao nível da segurança marítima, pois a geopolítica e a geoestratégia dos mares e dos oceanos e, principalmente a atual problemática da escassez de água potável e a luta pelo acesso aos recursos hídricos constituem fatores de constante “preocupação” para os Estados, Organizações e para o mundo em geral (Barros, 2013; Bernardino, 2015). Importa salientar que a região do Golfo da Guiné detém uma posição geoestratégica privilegiada, por se tratar do centro geográfico da Terra, já que se encontra numa zona onde se cruza o Equador (0° de latitude) e o Meridiano de Greenwich (0° de longitude), correspondendo a uma vasta área de cerca de 8.200 km² que engloba 24 países e tem como o seu ponto mais alto, o Monte Camarões (4.095 m) (Bernardino, 2015). O norte é caracterizado por um terreno semiárido designado por Sahel, uma zona de transição entre o deserto do Sahara e as savanas e a floresta equatorial, a qual se traduz numa terceira região

que cerca o litoral, dando-lhe uma diversidade geográfica assinalável e uma posição geoestratégica relevante no contexto africano e global (Leandro & Almeida, 2017).

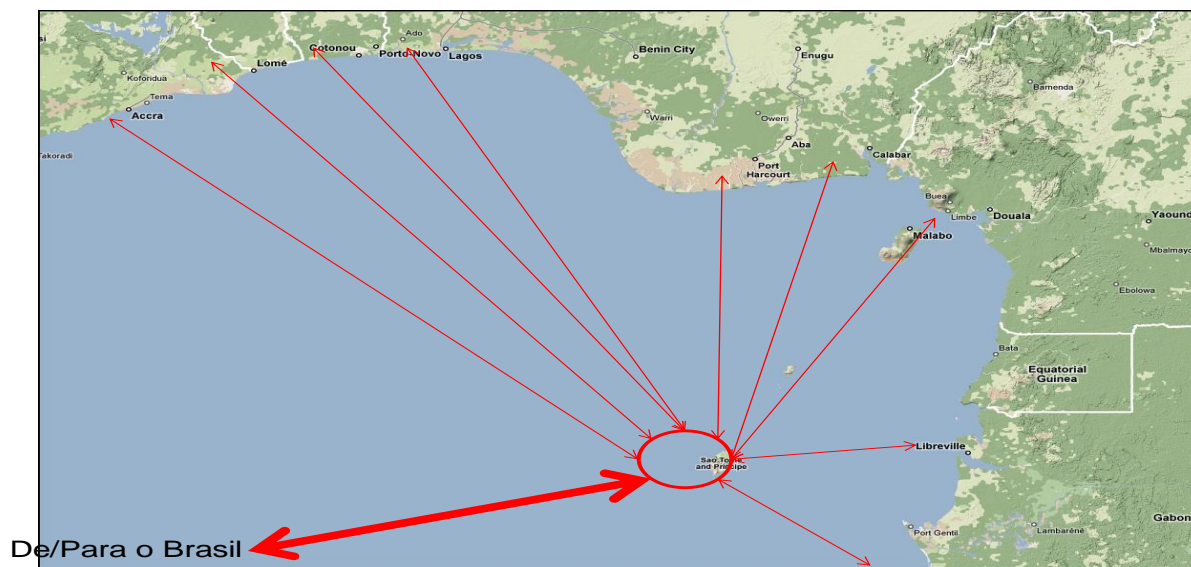
As jazidas de petróleo e de gás natural na região, segundo estes autores, estão a ser cada vez mais procuradas pelas grandes potências e empresas associadas, pois existem enormes reservas petrolíferas por explorar, sendo as reservas nas *offshore* estimadas em cerca de 15 mil milhões de barris de petróleo. Os referidos autores consideram que o Golfo da Guiné possui uma das maiores reservas de petróleo mundiais no *offshore* bem como consideráveis reservas de gás natural. Na perspetiva destes autores, esta região é também rica, em *onshore*, em petróleo e gás, onde o facto de se encontrar a cerca de 14.000 km (mais perto que a região do Médio Oriente) das costas norte-americanas (por via oceânica aberta, sem canais ou estreitos que dificultem o transporte), lhe confere uma localização privilegiada e uma acrescida importância político-estratégica da região no mapa energético global.

Segundo Clarke (2010), a região também considerada como o “Novo Golfo”, em referência ao Golfo Pérsico, principal fonte mundial de hidrocarbonetos, é enquadrada no chamado “*Golden Triangle*” (Golfo da Guiné, Golfo do México e Brasil), para designar as zonas onde o sucesso do uso de meios tecnológicos avançados na indústria petrolífera permitiu a descoberta de consideráveis reservas de petróleo e gás (em águas profundas) e, conseqüentemente, o aumento extraordinário da produção e oferta de hidrocarbonetos. A localização geográfica da região e sua produção petrolífera *offshore* permite excluir, segundo Barros (2013), a passagem obrigatória pelos estreitos como Hormuz, Canal Suez, Bab El Mandeb ou do Bósforo, pontos potenciais de estrangulamento e rutura de fornecimento de energia, devido às inerentes questões geopolíticas e de segurança (ver a Figura nº 13). Esta situação permite também reduzir a distância e os custos associados ao transporte de hidrocarbonetos para os principais mercados localizados na América do Norte e Europa Ocidental, assim como os riscos de sabotagem e ataque direto às instalações de produção em cenários de instabilidade política (Barros, 2013). Este autor considera que a oferta petrolífera da região, no quadro das estratégias e políticas de diversificação energética, permite aos consumidores mundiais reduzir a excessiva dependência do Médio Oriente, assim como evitar

a imprevisibilidade de fornecedores como a Rússia e a Venezuela, que em determinadas ocasiões, utilizaram os seus recursos como arma política para pressionar os parceiros.

Figura nº 13 – STP no Golfo da Guiné

São Tomé e Príncipe



Fonte : Elaboração baseada no PNUD (2013)

A região é também favorável devido aos regimes fiscais aplicados na indústria de hidrocarbonetos, que são, em geral, mais atrativos em relação a outras zonas produtoras do mundo, como por exemplo o Golfo de México e o Mar do Norte, donde provém a grande maioria das petrolíferas que operam no Golfo da Guiné. Por esta razão, a zona tornou-se no principal destino mundial dos investimentos diretos estrangeiros, efetuados principalmente pelas corporações petrolíferas multinacionais de cariz global, com destaque para a EXXON Mobil, Total, Chevron, Shell, British Petroleum (BP) e a ENI (Clarke, 2010). Para este autor, o interesse geoeconómico pela região é evidenciado através da dimensão dos ativos detidos na zona pelas corporações multinacionais, calculados em milhões de dólares americanos. A região representa cerca de 35 por cento da produção global da Chevron, 30 por cento da Total, 25 por cento da Exxon Mobil, 15 por cento da Shell e da British Petroleum-BP.

A África Central e Ocidental, em especial o Golfo da Guiné, são sobejamente conhecidas pelos seus imensos recursos naturais (petróleo, gás, diamante, ouro e outros minerais, madeira e peixe) sendo, indiscutivelmente a região potencialmente mais rica da África (Lins, 2011; Aguiar, 2013). Historicamente, a região do Golfo da Guiné é considerada uma zona de grande interesse geoestratégico a nível mundial por causa das suas reservas em petróleo e, tal como reconhece Lins (2011), esta proeminência, associada à marcada expansão no seu consumo e pelo facto das principais reservas e estruturas de escoamento estarem localizadas em áreas politicamente instáveis, é objeto de encarniçadas disputas entre Estados e Empresas, em torno tanto da sua exploração como comercialização e constitui um ingrediente central da geoeconomia e da geopolítica.

Na perspetiva de Lins (2011), a influência na geopolítica traduz-se na multiplicidade de acordos, projetos conjuntos e investidas diplomáticas e empresariais, bem como em ações conflituosas como as relativas às guerras ou às ameaças nessa direção, das quais, de uma forma geral, os acontecimentos do passado recente no Golfo Pérsico e no Oriente Médio podem ser vistos como uma dramática e inquietante ilustração. No âmbito económico, a abundância de reservas petrolíferas, isto é, petróleo e gás natural, em geral de boa qualidade, oferecem oportunidades económicas adicionais aos investidores públicos e privados. Por exemplo, a ausência de uma indústria de Gás Natural Liquefeito (GNL) e Gás Liquefeito do Petróleo (GLP)⁴ criou oportunidades económicas para o desenvolvimento de projetos de gás na região, com destaque para o GNL (Angola) e GLP (Nigéria) que, paralelamente à comercialização de crude, confere aos investidores oportunidade de obter dividendos adicionais provenientes da comercialização do gás nas suas diversas formas (Barros, 2013).

De recordar que o Golfo da Guiné compreende um conjunto de países africanos fortes exportadores de recursos naturais, com particular destaque o petróleo. São eles: Angola, Nigéria, Camarões, Congo (Brazaville), Costa do Marfim, Gabão, Gana, Guiné Equatorial, República Democrática do Congo e STP. O Chade constitui parte integrante do Golfo da Guiné, embora não tenha acesso direto ao Oceano Atlântico, assegurando as suas exportações

⁴ Na versão inglesa, Liquefied Natural Gas (LNG) e Liquefied Petroleum Gas (LPG)

petrolíferas através dos Camarões. A região tem-se notabilizado a nível internacional devido ao recente sucesso da sua indústria petrolífera, que nas últimas décadas vem desempenhando um crescente papel na oferta de hidrocarbonetos, conferindo-lhe uma elevada importância geoestratégica para a segurança energética global (Barros, 2013). No âmbito estratégico, a sua importância para a segurança energética mundial é sustentada pela posição geográfica dos seus principais exportadores. Mais de 60% da sua produção petrolífera efetua-se em *offshore*, o que é vantajoso em questões estratégicas e de segurança, se comparada com às restantes regiões produtoras do mundo como, por exemplo, o Médio Oriente, na sua maioria localizada em *onshore*, com riscos elevados de segurança devido ao clima de instabilidade política permanente e agravada pela primavera árabe que teve início no norte de África em 2010 (Barros, 2013).

Assim, a região do Golfo da Guiné emergiu como potência global produtora de hidrocarbonetos o que tem levado à definição de um novo realinhamento político-estratégico regional e continental, essencialmente pelo facto de configurar uma importante fonte alternativa de abastecimento de hidrocarbonetos aos principais mercados mundiais, acrescentando ao facto, entre outras características, a excelência em termos da qualidade do petróleo produzido (baixo teor de enxofre), cujo escoamento é praticamente todo feito em mar aberto, revelando-se economicamente mais viável e apetecível (Carvalho, 2011). Esta situação, segundo Barros (2013) levou “obviamente” à criação de uma organização que interligasse estas dinâmicas e estes interesses, tendo sido criada em 1999 para o efeito, a “Comissão do Golfo da Guiné” (CGG) representando, deste modo, um quadro de concertação político-estratégico inovador destinado à cooperação para o desenvolvimento, à prevenção, gestão e resolução de conflitos regionais (derivados da falta de delimitação das fronteiras marítimas, da exploração económica e comercial das riquezas naturais localizadas nos limites territoriais) e da necessidade de potenciar a segurança coletiva na área, mormente na vertente da segurança marítima, que constituía e constitui uma enorme vulnerabilidade destes Estados e da região.

A importância geoestratégica da região não deve ser vista apenas em matéria de produção e exploração dos hidrocarbonetos, mas também num contexto mais alargado, devido ao interesse das potências globais de garantir o controlo das principais regiões de abastecimento

de petróleo e gás natural assentes na região, numa área que engloba o Atlântico Sul vista como um (perigoso) vazio estratégico. Representa também uma larga via de acesso e de escoamento dos produtos energéticos, com preocupações securitárias acrescidas ao nível da segurança marítima sendo uma área que a ZOPACAS tem também como tema central e onde os objetivos e interesses no futuro se entrecruzam com os da CGG (Rodrigues, 2014; Almeida & Bernardino, 2013). De igual modo, a importância geoestratégica do Golfo da Guiné tem tido uma relevância crescente nos últimos anos, como resultado de vários fatores, dos económicos à geografia dos conflitos políticos contemporâneos e até aos avanços tecnológicos associados à sua extração. Para essa importância contribui de forma acentuada a dependência do petróleo por parte da economia mundial, a sua localização no Atlântico Sul, a instabilidade política noutras latitudes, especialmente no Médio Oriente, e o ataque às torres gémeas em Nova York (em 2001), acontecimento trágico que provocou alterações significativas na política externa dos Estados Unidos, especialmente com países do Médio Oriente, seus principais fornecedores do petróleo (Costa, 2011). O 11 de Setembro, para este autor, revelou conflitos latentes com esses parceiros, e a procura de alternativas de fornecimento tornou-se fundamental para a segurança do país. Um ano depois, em 2002, a região do Golfo da Guiné foi classificada por Washington como de interesse vital.

Geograficamente o Golfo da Guiné é definido como sendo a região que vai do rio Senegal, na fronteira entre o Senegal e a Mauritânia, ao rio Zaire (Congo), a Sul de Cabinda, território da República de Angola (Veríssimo, 2013). Segundo este autor, a existência de uma identidade cultural entre os povos que habitam na região é um elemento afetivo que contribui para o desenvolvimento de uma comunidade regional e facilitadora da formação da vontade das suas elites para um processo de integração. De acordo com Almeida & Bernardino (2013), alguns analistas, na costa Africana, desde a Mauritânia até à Namíbia (identificada como uma das regiões mais promissoras ao nível de aumento da produção petrolífera durante os próximos anos), afirmam que existem países que são conhecidos como importantes produtores e exportadores de petróleo, outros iniciaram ou estão a iniciar a sua produção, sendo que dos oito países pertencentes à Comissão do Golfo da Guiné, Angola, Guiné Equatorial, Nigéria e STP, constituem um eixo muito importante, formando mesmo o que esses autores definem como um “*quarteto estratégico*” no quadro da nova geopolítica regional do petróleo, salientando que, segundo os dados do “*África Outlook 2011*”, está-se perante o primeiro, segundo e terceiro maiores produtores da África subsaariana.

2.1.1 Os atores estratégicos extrarregionais (os major players)

Os caminhos abertos à história diplomática do nosso tempo decifram-se, no estudo dos atores internacionais, com relevância para os produtores de política externa, no estudo dos processos de decisão na formulação de política externa, na história dos conflitos que eventualmente atingem o nível de guerra, mas também na história da paz e por consequência da resolução de conflitos (Bessa, 2001: 213).

A África desenha uma mudança histórica. O século XXI iniciou-se com mutações na base das sociedades, das economias e dos Estados africanos. Destacam-se as atuais formas de inserção internacional dos seus Estados nacionais, bem como o envolvimento crescente de antigos e novos atores globais que participam, de forma interessada e crescente, da gestação do futuro deste continente (Moreira, 1999; Saraiva, 2015). A crescente procura de recursos naturais contribuiu significativamente para o fortalecimento da presença em África de atores estratégicos internacionais. Em termos de energia, o continente possui 10% das reservas mundiais comprovadas de petróleo bruto, dos quais dois terços estão situados na Nigéria, Algéria e Líbia, e 8% de jazidas de gás natural, cerca de 80 % na Nigéria, Algéria e Egito (Saraiva, 2015).

Embora esses dados possam parecer insignificantes quando comparados com os recursos existentes no Médio-Oriente, a África converteu-se numa região de produção petrolífera com maior e mais rápido desenvolvimento. Não somente o petróleo africano é fácil de refinar, como também muitos peritos acreditam que existem grandes quantidades de petróleo e gás em África que ainda não foram descobertas. Uma grande quantidade do petróleo do oeste-africano está localizado em jazidas *offshore* de fácil acesso e a relação custo-benefício é relativamente segura, o que constitui uma vantagem particular para o continente (Saraiva, 2015). A África dispõe igualmente de outras riquezas cobiçadas, possuindo 60% das jazidas de diamantes, 40% de fosfato e 30% de cobalto existentes mundialmente. A baixa dos preços das matérias-primas, a que se vem assistindo nos últimos tempos, terá repercussões negativas na evolução económica de inúmeros estados africanos, mas não amortecerá a corrida internacional aos recursos naturais de África (Giroux, 2008; Saraiva, 2015).

Estes autores consideram que se o grau de envolvimento externo está, de forma clara, novamente em ascensão em África, a questão que se coloca é do significado disto para o próprio futuro do continente, face às advertências de uma nova era de neocolonialismo, com a China, os EUA e outros procurando África para explorar seus recursos. Na perspetiva destes autores, tal desenvolvimento iria provavelmente conduzir a rivalidades entre grandes potências também nesta região, tendo em conta que o papel crescente dos países africanos para a segurança internacional (energia) tem aumentado a sua margem de manobra e pode acelerar o seu desenvolvimento económico, afirmando que, até certo ponto, está nas mãos dos próprios africanos a tarefa de moldar o curso futuro do seu continente.

Por isso, Bernardino (2015) considera que na luta para garantir o acesso aos mercados, as potências europeias são agora concorrentes, não só dos EUA, mas também das potências asiáticas como a China e a Índia, pois o seu crescimento económico necessita de grandes quantidades de recursos naturais, especialmente energéticos, e os países da CGG continuam a ser fornecedores desses recursos e potenciais áreas de investimento económico preferencial, como se tem vindo a constatar. Do ponto de vista estratégico-militar, os referidos autores consideram que STP, para além de Cabo Verde e de Angola, tem atributos geográficos ímpares que lhe permite tornar-se num “ponto estratégico” em pleno Golfo da Guiné, controlando uma vasta área marítima, onde estão presentes plataformas petrolíferas norte-americanas, especialmente a “Chevron Texaco” e a “Exxon Mobil”, representando grande parte do investimento americano nesta região.

a) Estados Unidos

De uma forma geral, os interesses americanos no Golfo da Guiné decorrem dos interesses em África, ou, eventualmente, vice-versa, tal a importância atribuída à região (Escorrega, 2010). Este autor considera que todos os interesses da política externa americana para África centram-se nesta região e no norte de África: democracia, respeito pelos Direitos Humanos, redução da pobreza, terrorismo, SIDA, crime organizado, segurança energética, reforço das capacidades regionais de manutenção de paz e integração política regional, numa região povoada por países abastados em recursos energéticos, mas também por instabilidade. No âmbito da segurança energética, a região do Golfo da Guiné é um fornecedor estratégico para os EUA tendo em conta que têm sido descobertas novas fontes de petróleo; o investimento americano público e privado na região é elevado (Escorrega, 2010).

Para Ribeiro (2012) e Pires (2014), os principais interesses da potência norte-americana prendem-se com o combate a grupos terroristas islâmicos cujos membros se infiltram no Iraque, Afeganistão, Golfo Pérsico e Europa, para garantir a segurança das rotas marítimas, expandir o acesso às reservas de petróleo angolano e proteger as suas importações de petróleo da Nigéria. Importa salientar que o envolvimento dos Estados Unidos na ajuda ao desenvolvimento de África remonta, de forma mais sistematizada, a 1961, quando a Administração Kennedy adotou a *Foreign Assistance Act*. Na perspetiva de Trindade (2006), há contudo algumas razões que explicam o crescente interesse norte-americano pelo continente africano, destacando-se as seguintes:

- a) ofensiva americana, nos planos públicos e privados, tendente a consolidar posições no mercado mundial e, para o caso africano, limitando o campo de manobra da UE, fazendo desta forma contraponto aos acordos de livre-troca que a Europa pretende fazer com a África;
- b) convicção no seio da Administração norte-americana e em muitos setores económicos e de opinião norte-americanos de que o continente africano detém importantes riquezas naturais e energéticas que convém explorar e valorizar;
- c) África é um continente carente em tecnologias e, logo, suscetível à sua importação e ao crescimento comercial;
- d) criação de uma nova mentalidade e uma nova parceria capaz de romper em definitivo com a velha ideia de lidar com África de modo paternalista e assistido.
- e) dar prioridade ao investimento nos recursos humanos, designadamente na educação e na saúde que, na ótica americana, constituem fatores intrínsecos ao crescimento e à produtividade.

Ainda segundo Trindade (2006), os EUA trabalham num cenário caracterizado pelo facto da África subsaariana dispor de uma percentagem significativa de reservas mundiais de combustíveis fósseis, com destaque para o Golfo da Guiné. A Estratégia de Segurança Nacional (NSS) americana de 2012 apresenta as principais prioridades para a política externa na região, com reflexos diretos nos aspetos da segurança regional, onde se destaca designadamente: a) promover a estabilidade regional; b) apostar na entrada destes mercados na economia global; c) promover a democracia; d) envolver a região na guerra global contra o terrorismo e ainda a procura de novas fontes de energia e de novos mercados.

Estas intenções estratégicas, segundo Almeida & Bernardino (2013) envolvem diretamente, desde finais de 2007, o *AFRICOM* (comando militar norte-americano para África), pois que nas linhas de ação estratégica (na vertente económica) os EUA constituem um parceiro relevante para o comércio do petróleo na região, uma vez que tencionam desenvolver uma estratégia de segurança energética global envolvendo os seus “parceiros” na região, e adotando um envolvimento mais ativo nas dinâmicas securitárias no Golfo da Guiné e intencionalmente interagido, de forma multilateral, com a CGG. No entanto, com a nova Administração Trump, prevê-se que possa haver alterações na relação entre os EUA e a África, tal como reconhece o BAD (2016) no relatório para apresentação do seu orçamento para o ano de 2017:

De même l'élection d'un nouveau président aux Etats-Unis aura probablement un impact sur les relations entre les Etats-Unis et l'Afrique (BAD, 2016:2).

Escorrega (2010) considera que no âmbito do comércio e investimento em África, existem dois importantes instrumentos que contribuem para a salvaguarda dos interesses americanos: a *Millennium Challenge Account* (MCA) e o *African Growth and Opportunity Act* (AGOA), salientando que o MCA é um programa de apoio externo para reduzir a pobreza, com a atribuição de subsídios a países que pratiquem a boa governação, que assumam a responsabilidade pelo seu próprio desenvolvimento e estejam empenhados em alcançar resultados. O AGOA, criado em 2000 pelo presidente Clinton, permite aos países africanos signatários um acesso mais liberal ao mercado global americano, inclusive ao crédito e aconselhamento técnico e, por outro lado, contribui para melhores oportunidades de mercado e parceiros comerciais africanos mais sólidos para as companhias americanas, o que o torna um importante facilitador das trocas comerciais e apoio ao desenvolvimento. Este autor sublinha que os recursos naturais, particularmente os energéticos, dominam atualmente os produtos importados de África no âmbito do AGOA.

Segundo Saraiva (2015), a África subsaariana é uma região de oportunidades extraordinárias para o crescimento e o desenvolvimento económico. Para este autor esta região considerada como a mais pobre do mundo vem conhecendo um ritmo de crescimento entre 5% e 6% ao ano desde 2003. Por isso, Rodrigues (2014) considera que a principal meta da AGOA é de

ajudar a ampliar o volume e a diversidade do comércio dos EUA com a África subsaariana. Na perspetiva deste autor, garantir o fornecimento de energia e verificar a influência da China também são fatores que têm contribuído para o notável reengajamento dos EUA na África nos últimos anos. As importações americanas de petróleo proveniente do continente africano aumentaram em dois terços desde 2000 e estão atualmente em cerca de 20% do total das importações deste produto, entre os principais fornecedores, sendo Nigéria, Angola, Argélia e Gabão. Este número, segundo Rodrigues (2014) deverá aumentar ainda mais já que os EUA pretendem diversificar os seus recursos energéticos e reduzir a sua dependência do petróleo do Oriente Médio. Porém, salienta o autor, outro fator importante que é a guerra contra o terrorismo que levou os EUA a reconsiderar a importância estratégica da África.

Na opinião de Escorrega (2010), as companhias petrolíferas americanas estão bastante ativas no terreno, principalmente a Exxon Mobil e a Chevron Texaco, pois ambas estão inclusivamente associadas com a companhia Malaia Petronas no oleoduto que liga as jazidas do Chade, na bacia do Doba, a sul do lago Chade, com o terminal dos Camarões em Kribi, inaugurado em 2003, permitindo aumentar significativamente a exportação de petróleo a partir do Golfo da Guiné. Ainda segundo aquele autor, as recentes descobertas de grandes blocos de petróleo no Golfo da Guiné, nomeadamente na Guiné Equatorial, STP, Angola e Nigéria, numa escala que contempla as maiores reservas do mundo, têm mobilizado em particular o interesse dos EUA por essa região do continente africano e de todo o continente em geral. O reforço do poderio americano em África, na perspetiva da Casa Branca, passa principalmente por questões de segurança, o que justificou a criação de *AFRICOM*, cujo principal objetivo é o de travar ou combater grupos terroristas em África.

Em STP está instalada a principal retransmissora da rádio Voz de América, para sub-região centro-sul de África. Por outro lado existem empresas petrolíferas norte americanas no processo de exploração de ouro negro nas costas marinhas santomenses, sendo que em maio de 2006, a companhia petrolífera norte – americana Chevron Texaco anunciou a descoberta de petróleo e gás natural no bloco 1 da zona de exploração conjunta entre STP e a Nigéria, como consequência dos resultados das perfurações que foram efetuadas (Escorrega, 2010).

De acordo com Barros (2013), a marinha dos EUA iniciou em 2009 a instalação de um sofisticado sistema de radares de vigilância no espaço marítimo santomense, cujo projeto foi

orçado em cerca de 18 milhões de dólares americanos. O sistema de radares de vigilância tem um alcance que abrange praticamente toda a África Central, com especial incidência sobre a região do Golfo da Guiné, visando a localização, identificação e obtenção de informações dos navios que circulam neste espaço marítimo e assim controlando todas as rotas navais que cruzam estas paragens.

O projeto, a ser implementado, enquadra-se no programa do Centro Regional de Vigilância Marítima (*Regional Maritime Awareness Center*) no Golfo da Guiné e visa a proteção e segurança marítima da região que irá ser estendida a outros países da costa africana (mormente Cabo Verde), o que vai permitir identificar embarcações que operam ilegalmente na zona, principalmente pesqueiros e petroleiros que muitas vezes lavam os tanques poluindo as águas territoriais. De acordo com o referido autor, pelo facto da capacidade de resposta do país para interditar esses navios ser praticamente nula, a componente naval do *AFRICOM* está a preparar um projeto de assistência naval para dotar os países do Golfo da Guiné de meios navais de reação rápida, para dar complemento às informações que são recolhidas pelo sistema de radares com ações concretas de abordagem e interdição marítima, salientando que estes exemplos servem apenas de argumento sobre a importância geoestratégica da região e que os EUA, assim como outros países que já perceberam a sua importância, estão a investir na segurança e no desenvolvimento nesta área do globo.

b) China

Um dos desenvolvimentos recentes mais significativos na região constitui as novas relações da China com a África. Segundo Trindade (2006), o envolvimento chinês em África iniciou-se nos anos 1960, quando pretendeu transformar o continente no palco da competição e da concorrência ideológica-estratégica com a ex-URSS, entendendo a República Popular da China ter melhores condições de implantação no terreno que a ex-URSS, alegando para tal razões raciais e políticas. Na perspetiva de Rocha (2013), o comprometimento da China com as lutas anticoloniais data de 1955, na Conferência de Bandung, na qual a China decidiu apoiar os independentistas de Angola, da Argélia e da então Rodésia do Sul. Esta atitude, segundo este autor, valeu o apoio diplomático dos países africanos, fundamental para que a China recuperasse, em 1971, o seu lugar de membro permanente no Conselho de Segurança da ONU, em desfavor de Taiwan, até aí a representante dos chineses.

Para aquele autor, a recompensa por esta atitude dos países africanos veio logo a seguir, através do Consenso de Pequim, cuja aplicação prática foi facilitada e impulsionada pelo dinamismo do crescimento económico chinês, observado nos anos 1990 do século passado. Ainda para o referido autor, seja como for a cooperação de hoje é forte e revela-se através das trocas comerciais, dos investimentos privados e públicos e dos empréstimos. Estes fatores económicos desalojaram a chamada APD que representa uma ínfima parte das outras fontes de apoio ao crescimento económico africano. A China está em vias de se tornar não só o mais importante parceiro comercial africano mas também de obter posições privilegiadas em diferentes setores, como na construção, na reabilitação de infraestruturas, no petróleo e nas minas (Rocha, 2013).

Segundo Saraiva (2015), embora predominantemente económica, a presença chinesa na África origina-se da política e seguirá tendo uma forte conotação política e estratégica. A crescente influência chinesa na região constitui-se como uma preocupação para os EUA, que inclusivamente decidiram instalar um novo comando, o *AFRICOM*, algures na zona do Golfo da Guiné, com o principal propósito de assegurar o acesso às reservas de petróleo aí existentes. A China, por seu lado, tem vindo a penetrar no continente africano por via do aumento das trocas comerciais e programas de ajuda ao desenvolvimento sem as condicionantes impostas pela ajuda internacional Ocidental. Para muitos africanos, esta competição, apesar de estimular o desenvolvimento económico, é reminiscente do período colonial (Cohen, 2009).

O papel crescente da China e de outras potências emergentes também ajudou significativamente a reforçar o foco nas infraestruturas. A China, em particular, tem realizado projetos na área dos transportes e da energia hídrica, no âmbito dos seus compromissos com países africanos. Empresas de construção chinesas têm também sido importantes na implementação de projetos de infraestruturas, incluindo projetos financiados por outros parceiros. Contudo, a China nunca deu uma especial atenção a projetos regionais no seu compromisso com África. Os chineses têm concentrado as suas operações em poucos países, de entre os quais Angola, e os acordos financeiros chineses estão ligados ao fornecimento de petróleo e de outras matérias-primas aos mercados chineses. As políticas chinesas para facilitar este comércio giram em torno de um marketing agressivo (Rocha, 2013).

De acordo com o BAD (2015), com a China a ganhar terreno e os países do centro, onde se incluem os EUA, cuja crise se acentuou a partir de 2002, e a Europa, quase a roçar a recessão, muitos Estados do centro tornaram-se vulneráveis às mudanças económicas e estão agora mais propensos a adotar políticas protecionistas no comércio e a diminuir as importações do que a favorecer o comércio livre global. Segundo este autor, esta mudança de estratégia penaliza fortemente os países pobres que dependem do comércio internacional para financiar o seu desenvolvimento, alegando que a China enfrenta importantes obstáculos internos, designadamente no seu setor empresarial estatizado, no sistema financeiro, na infraestrutura inadequada e nos sistemas sociais, institucionais e militares que precisa vencer.

Para o BAD (2015), a China tem-se afirmado como o principal parceiro comercial da África. No seu relatório de 2015, o BAD diz o seguinte:

Depuis 2000, la Chine s'est affirmée comme le principal partenaire commercial de l'Afrique, et les investissements chinois, principalement dans les infrastructures et les ressources minérales, ont aussi sensiblement augmenté (BAD,2015 :12).

Rosinha (2009) e Rocha (2013) consideram que o que move a China a aumentar e reforçar a sua presença em África são os seus próprios interesses económicos, nomeadamente a busca de mercado de oferta de matérias-primas e de colocação de bens manufaturados. Consequentemente, contrariando a teoria neoclássica, consideram estes autores que a China não está de igual modo nem atua da mesma forma em todos os países africanos onde opera, alegando que a sua presença se ajusta à concretização dos seus interesses económicos, em função do que esses países podem oferecer, tanto no curto como no médio e longo prazos, independentemente de questões de natureza política ou ideológica, social, ambiental ou de direitos humanos, tendo em conta que prevalece o económico sobre as demais dimensões.

Neste quadro, e como novo vetor dos seus interesses estratégicos em África, está a competição com os EUA. A China pretende assumir-se como contrapeso à influência norte-americana em África, através do aprofundamento dos laços económicos, políticos e militares com a maioria dos países africanos, de modo a impulsionar a sua ascensão à condição de potência mundial e de reforçar o seu peso relativo em organismos internacionais (Trindade, 2006). Noutro plano, segundo este autor, a China procura fazer um bom aproveitamento dos

“espaços deixados vazios” pelos poderes ocidentais para se instalar e tentar redesenhar os alinhamentos geopolíticos.

Cada vez se estuda mais a posição e o papel que a China, e alguns outros países do leste asiático estão a desempenhar e podem vir a desempenhar dentro de alguns anos (Rocha, 2013). Para este autor, a China tem construído a sua estratégia de relacionamento com África na base dum conjunto de princípios diferente da aproximação ocidental, em particular da “velha” Europa colonial. A não-ingerência nos assuntos políticos internos tem sido um dos seus estandartes, e os países africanos têm apreciado esta postura. Este autor considera que os países ocidentais continuam a pautar o seu relacionamento económico com os países africanos na base duma série de condicionalidades políticas inexistentes nos protocolos de cooperação China-África.

A cooperação entre China e o mundo, principalmente com os países africanos, é marcada por um crescente pragmatismo, suscitando controversos debates a nível político, estratégico, económico, de Direitos Humanos e outros (Oliveira, 2010). Para este autor, graças a este comportamento muito prático, a cooperação económica entre quase todos os países africanos e a China tem registado desenvolvimentos muito importantes em variados setores, sendo que os magnânimos financiamentos chineses concedidos preocupam a Europa e os EUA, mas têm tido um importante efeito de imitação. Esses autores consideram que o fundamental é que as lideranças africanas consigam aplicar, com critérios aceitáveis, os recursos financeiros concedidos aos seus países.

Em relação a STP e segundo Barros (2013), os passos para a aproximação com a China Popular aceleraram nos últimos tempos. As autoridades santomenses afirmaram que este arquipélago está interessado em manter e reforçar a ligação de cooperação empresarial particularmente com a China Popular, não obstante o seu relacionamento diplomático com Taiwan, por reconhecerem que a China tem sido o principal investidor no continente africano e um dos principais no mundo. Daí que STP não possa ficar à margem desta considerável vaga de investimentos. Ainda de acordo com Barros (2013), estava a ser desenhado com os empresários chineses vindos da China Popular, Angola, Portugal e Gabão, o investimento para a construção do porto de águas profundas. As autoridades santomenses abordaram

também com os empresários chineses a necessidade de investimentos estruturantes nas vias de comunicação terrestre e no saneamento do meio ambiente, bem como de outras infraestruturas, salientando que a reaproximação com a China Popular se enquadra no esforço do governo na busca de parceiros para alavancar os investimentos estruturantes em STP. Importa recordar que as relações diplomáticas entre os dois países foram interrompidas em 1997, quando as autoridades de então decidiram estabelecer relações diplomáticas com a China Taiwan (Barros, 2013).

Entretanto, em 20 de Dezembro de 2016 as autoridades santomenses, apercebendo-se da influência cada vez maior da China continental, não só no mundo mas sobretudo no continente africano, decidiram reorientar a sua política externa reconhecendo o princípio da existência de uma só China representada no Direito Internacional pela República Popular da China, tendo restabelecido as relações diplomáticas com a China Popular e consequentemente pondo fim as relações diplomáticas com Taiwan (Veiga, 2016). De acordo com o governo santomense, o cenário internacional não permite a STP persistir numa política externa que discrimina a segunda maior economia do mundo, alegando que as relações internacionais e o cenário internacional de há 20 anos não é o cenário internacional de hoje. Para o governo santomense, a República Popular da China é o maior parceiro bilateral do continente africano, com uma relação estratégica muito importante com a UA, a segunda maior economia mundial e membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, havendo portanto uma evolução no contexto internacional que faz com que os interesses de STP não possam ser apresentados através de uma política de discriminação em relação a um Estado com semelhante peso no seio da comunidade internacional (Veiga, 2016). Ainda segundo este autor, o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Popular da China agradeceu às autoridades de STP, por reconhecerem que só existe uma e única China, tendo dado as boas vindas a STP, no regresso ao seio da grande e única família chinesa, em que Pequim é o único interlocutor.

c) União Europeia (UE)

Por razões históricas e pelo seu desenvolvimento, a Europa continua a ser o principal parceiro de desenvolvimento de África, seguida dos EUA. Nas últimas décadas, no entanto, a China, o Brasil e a Índia têm vindo a conquistar espaço e a ganhar cada vez mais confiança dos

dirigentes africanos na cooperação para o desenvolvimento e nas trocas comerciais, que começaram com o Comércio Triangular (Monteiro, 2001; Escorrega, 2010). De facto e tal como reconhecem Moreira (1999), Trindade (2006), Costa (2009) Santos & Ferreira (2012) e UE (2014), a cooperação europeia é antiga e diversificada em programas e em áreas geográficas de intervenção, o que faz da Europa o principal agente de cooperação mundial, em especial com o espaço dos países ACP.

As últimas décadas testemunharam a evolução das relações entre a UE e vários PEIVD em todas as regiões do mundo, muitos deles antigas colónias dos Estados membros da UE. No centro destas relações estava um sistema multifacetado e fortemente institucionalizado, que envolvia um número muito significativo de alguns dos mais desfavorecidos países do mundo, o grupo ACP (Monteiro, 2001; Trindade, 2006; Costa *et al* 2009). Para estes autores, as relações entre a Europa e a África pós-colonial surgem na sequência da necessidade de ajuda para colmatar os elevados custos das independências e os efeitos do crescimento da economia europeia e da sua crescente necessidade em matérias-primas, levando os dois continentes a um novo relacionamento, diferente da associação não negociada, verificada no período colonial. A UE também expressou a sua vontade de adotar uma abordagem mais estratégica para a África, salientando que, como maior doador de África, continua a focar a sua ajuda na assistência ao desenvolvimento, destacando os ODM como um objetivo fundamental. Adotou, para o efeito, algumas medidas para lidar com a chegada de imigrantes africanos, como o aperto de leis sobre imigrações e reforço dos controlos fronteiriços, auxiliando no reforço da capacidade dos norte africanos para lidarem com o crescente número de transmigrantes (UE, 2014).

No entanto e como frisou Trindade (2006):

Seja como for, África só terá vantagens em manter e alargar os seus laços com a Europa pois, entre outros fatores, têm uma história comum e estão “condenados” a entender-se (...), esta relação deve-se a fatores históricos, geográficos, económicos e culturais, que colocam os dois continentes na mesma rota de interesses (Trindade, 2006:95).

Por outro lado, as potências europeias interessadas na região (integradas ou não na política da UE) estão apostadas numa estratégia de manter as suas influências políticas, as pretensões

económicas, os laços históricos e a cooperação (bilateral e multilateral), com especial enfoque para a França, Reino Unido, Espanha, Bélgica e Portugal. Segundo Bernardino (2015), estes países continuam a procurar influenciar o desenvolvimento económico, político, diplomático e militar dos países da região, pois a influência estratégica também é mantida pelo idioma, conotado como um fator crucial de identidade político-cultural dos países da região, uma vez que contribui para manter uma continuada e permanente presença político-estratégica nestes Estados (ex-colónias).

Reconhecendo a importância de que se revestem as suas relações com a África Ocidental e Central, o Conselho da União Europeia adotou, em 2014, uma Estratégia para o Golfo da Guiné, com o objetivo de apoiar os esforços desenvolvidos pela região e pelos seus Estados costeiros para fazer face aos muitos desafios da insegurança marítima e da criminalidade organizada. De acordo com o relatório deste Conselho, para além dos Estados costeiros do Golfo da Guiné enfrentarem muitos dos desafios com que se confrontam todos os países africanos, a recente intensificação dos perigos decorrentes da falta de controlo sobre as águas costeiras e do controlo deficiente do acesso e da segurança ao longo da costa propriamente dita representam um especial desafio para os Estados da região, pelo que, como consequência desta situação, se vem assistindo ao aumento das atividades criminosas e terroristas, que também constituem uma ameaça crescente para a própria UE (UE, 2014). Por este motivo, a adoção de uma estratégia para o Golfo da Guiné vem sublinhar, de acordo com o referido relatório, a importância que esta Organização atribui a uma cooperação estreita e abrangente com os seus parceiros africanos, alegando que a abordagem global da África Ocidental e Central adotada por esta Organização assenta na importância geoestratégica desta região e na determinação há muito demonstrada pela UE em apoiar os seus esforços para vencer a pobreza e alcançar uma estabilidade e prosperidade duradouras.

Para o Conselho da UE (2014), a pirataria, os assaltos à mão armada no mar, a pesca ilegal não declarada e não regulamentada, bem como a degradação do meio ambiente e os perigos que ameaçam a segurança alimentar, para além da criminalidade organizada, incluindo a introdução clandestina de migrantes e o tráfico de seres humanos, de estupefacientes e de armas no Golfo da Guiné constituem graves problemas que afetam a segurança das pessoas, os Direitos Humanos, a atividade económica e as trocas comerciais tanto no mar como em

terra. Além disso, o Conselho reconhece que existem ligações às redes transnacionais de criminalidade organizada e de terrorismo que põem em perigo a estabilidade de toda a sub-região e têm implicações para a segurança da Europa e dos seus cidadãos. Neste sentido, aproveitando a dinâmica gerada pelos Chefes de Estado da própria região na Cimeira de Yaundé (Camarões), de junho de 2013, e com o objetivo de contribuir com o apoio da UE, sobretudo para o esforço envidado pela CEDEAO, pela CEEAC e pela CGG, a estratégia desta Organização considerou que era essencial a assunção da responsabilidade pela própria região para se alcançar a paz, a segurança, a justiça e a boa governação, com base nos princípios democráticos da inclusão, do Estado de Direito e dos Direitos Humanos (UE, 2014).

Por isso, a UE (2014) reconhece a importância de atender às causas subjacentes e aos fatores que contribuíram para estes problemas, mormente a pobreza e a fragilidade da governação. Embora as circunstâncias variem de uma região para outra, a experiência adquirida pela UE com a situação de insegurança no Corno de África, no Sael e na região dos Grandes Lagos demonstra que é adequado e eficaz realizar uma ação preventiva, em estreita coordenação com outros parceiros internacionais e em apoio dos esforços dos países da região e dos organismos regionais africanos. Ainda de acordo com o referido Conselho, o âmbito geográfico desta Estratégia abrange uma linha costeira de 6 000 km, desde o Senegal a Angola, incluindo as ilhas de Cabo Verde e STP, cobrindo duas regiões geográficas, políticas e económicas: a CEDEAO e a CEEAC, ambas membros da CGG e da UA (UE, 2014).

O objetivo primordial da UE consiste em ajudar os Estados da região a alcançar a paz, a segurança e a prosperidade pela via do desenvolvimento legítimo e eficiente das suas economias e instituições, em consonância com a Arquitetura de Paz e Segurança Africana (APSA), criando um consenso político, permitindo à África apropriar-se do seu próprio destino, respeitando esse processo de apropriação, e sincronizando ainda os programas existentes no quadro de uma abordagem global de desenvolvimento e segurança na região. A UE está também empenhada em apoiar a exploração sustentável dos seus recursos naturais, tais como os hidrocarbonetos. De salientar que a Europa importa do Golfo da Guiné cerca de metade das suas necessidades energéticas, designadamente quase 10% do petróleo e 4% do

gás natural. A Nigéria, Angola, a Guiné Equatorial e o Gabão são importantes fornecedores de petróleo bruto e a Nigéria de gás natural.

A proximidade da região relativamente à Europa e o fácil acesso ao mar confere-lhe uma vantagem comparativa sobre o Médio Oriente relativamente às necessidades de petróleo, permanecendo a Europa um importante mercado de exportação para outros produtos. Dado que são significativos os interesses partilhados, a UE pretende aproveitar a dinâmica regional gerada pela Cimeira de Yaundé, de junho de 2013, e fornecer o apoio que for necessário às organizações regionais (CEDEAO, CEEAC, CGG), bem como a determinados Estados para os ajudar a definir estratégias eficazes para a resolução dos problemas com que se debatem e a pô-las em prática de forma coordenada, de acordo com o Código de Conduta. Como as fronteiras marítimas não foram ainda totalmente definidas, sendo portanto difíceis de controlar e inteiramente permeáveis, o reforço da cooperação entre os Estados costeiros e os mecanismos de coordenação regional emergentes constitui um ponto de partida essencial. A UE pode também apoiar os países da região a honrarem as obrigações internacionais que lhes competem, enquanto Estados de pavilhão e Estados costeiros (UE, 2014).

Por isso, a UE e os seus Estados-membros pretendem coordenar com os parceiros locais e internacionais, a fim de adotar uma abordagem global centrada em quatro objetivos específicos: 1. desenvolver uma interpretação comum entre os países da região e a comunidade internacional da gravidade da ameaça no Golfo da Guiné e da necessidade de a combater. 2. ajudar os governos da região a criar instituições, administrações marítimas e capacidades sólidas nos diferentes serviços para assegurar a sensibilização para as questões marítimas, a segurança e o Estado de Direito ao longo da costa. 3. apoiar a prosperidade das economias desta região, em consonância com as estratégias de desenvolvimento nacionais e regionais, de modo a criar emprego e ajudar as comunidades vulneráveis a aumentarem a sua capacidade de resistência e a fazerem face às atividades criminosas ou violentas. 4. reforçar as estruturas de cooperação entre os países da região e as organizações regionais, a fim de adotar as medidas necessárias para reduzir as ameaças no mar e em terra (UE, 2014).

Por outro lado, a UE continua a apoiar o desenvolvimento socioeconómico dos países do Golfo da Guiné pela via da sua cooperação bilateral e regional. Este apoio abrange ao mesmo

tempo a construção e o reforço do Estado, o crescimento económico e a redução da pobreza em todos os seus aspetos. O programa da UE "*Rotas Marítimas Críticas do Golfo da Guiné*" (CRIMGO), de acordo com a UE (2014) está a começar a produzir um efeito de reforço das iniciativas regionais e internacionais de combate à pirataria e aos assaltos à mão armada no mar no Golfo da Guiné. São suas componentes: a) formação em segurança marítima, b) partilha de informações no domínio marítimo, c) melhoria da qualidade do trabalho das guardas costeiras (aplicação do direito marítimo), e d) desenvolvimento de uma capacidade conjunta de cooperação operacional por meio de exercícios ou de operações-piloto comuns.

Numa perspetiva futura, a UE pretende adotar uma abordagem integrada das questões de governação e de todos os riscos e desafios de segurança em terra ou no mar, que abranja todos os aspetos da criminalidade organizada transnacional no domínio marítimo, tal como previsto no código de conduta assinado em Yaundé, identificando as causas subjacentes, e promovendo a paz, a segurança, a estabilidade, a boa governação e o desenvolvimento da região (UE, 2014).

2.1.2 Os atores estratégicos regionais

a) Angola

Os laços de amizade e de cooperação entre Angola e STP são históricos e datam de longos anos. De acordo com o relatório do BAD (2012), Angola mantém relações privilegiadas com STP, sublinhando-se o crescente papel desempenhado por Angola neste arquipélago, sobretudo através da empresa Sonangol, que tem uma presença ativa no país.

Ainda de acordo com o referido relatório, a Sonangol (empresa angolana) que nos últimos anos tem vindo a reforçar os seus investimentos em STP, principalmente no setor dos combustíveis, prometeu construir uma plataforma de abastecimentos de combustíveis para barcos de grande porte que circulam na sub-região do Golfo da Guiné, projeto esse que ainda não foi implementado. As infraestruturas da plataforma consistirão principalmente na melhoria do porto de águas profundas já existente na cidade de Neves, em São Tomé, na criação de capacidade de armazenagem de combustíveis diversos e maquinarias de canalização para efeito de abastecimentos. Trata-se de um investimento estimado em cerca de 30 milhões de dólares. Ainda de acordo com o referido relatório, o porto de abastecimento de combustíveis para navios estará situado a uma distância de cerca de 12 km em relação ao

porto de águas profundas que se pretende construir em Fernão Dias. As duas estruturas portuárias complementam-se quanto ao nível de serviços que podem ser oferecidos aos navios. Foram criadas duas empresas para assumir a reabilitação e o reforço da infraestrutura portuária e aeroportuária, nomeadamente: A Gestão de Portos SA e a Gestão de aeroportos SA. O seu capital é detido a 80% por Angola, através da Sonangol, sendo o capital restante detido pelo Estado santomense. O estudo realça que Angola é o primeiro fornecedor de hidrocarbonetos do país e é responsável por 20% das importações totais de STP. Por outro lado, Angola está a reforçar a sua influência em STP com uma linha de crédito em setores estratégicos como aeroportos, infraestruturas e telecomunicações, através da instalação da UNITEL.

b) Nigéria

É notória a presença da Nigéria em STP. Segundo Graça (2013), a Nigéria e STP partilham uma extensa zona de exploração conjunta de petróleo, através dum tratado assinado em 21 de Fevereiro de 2001, com duração de 45 anos, mas que prevê a sua revisão após 30 anos. O referido tratado assinado pelos dois países define que a zona marítima conjunta deve ser fiscalizada pela força militar dos dois países. O tratado estabelece os mecanismos de exploração da zona de sobreposição da fronteira entre os dois países, sendo que os benefícios económicos e comerciais são repartidos na proporção de 60% para Nigéria e 40% para STP. A zona conjunta ocupa uma área total de 34.500 km² em águas profundas e tem delimitados 9 blocos petrolíferos, nos quais os estudos geológicos e geofísicos admitem uma grande probabilidade de existir reservas de hidrocarboneto. Por outro lado, STP e a Nigéria estão a ponderar a criação de um comando naval conjunto. O objetivo é combater as ameaças de pirataria marítima e outros crimes ao longo da fronteira entre os dois países (Graça, 2013).

2.1.2.1 As organizações regionais

A pouca expressão africana na economia internacional, as grandes assimetrias regionais, a debilidade de muitos Estados, patentes em muitos conflitos, e a conseqüente complexidade da gestão desses mesmos conflitos, são motivos bastantes para se encetar a integração regional, não só como uma das melhores soluções para o desenvolvimento, como a opção mais integradora para a resolução e prevenção de conflitos. Neste aspeto, a integração regional é vista, como peça importante do espírito emanado da máxima “soluções africanas para os problemas africanos” (Trindade, 2006 :33).

Na perspetiva de Waldman (2013), a ideia de unificar África surgida desde século XIX, está no cerne das mobilizações políticas no continente. A conquista da independência a partir dos anos 1960 do século passado trouxe à baila diferentes estratégias para compor a unidade continental. Entretanto, o autor recorda que o regionalismo não constituía consenso entre as lideranças africanas, tendo suscitado diversas crispações nos encontros da Organização da Unidade Africana, onde pan-africanistas como Kwame Nkruma (Gana) não via o regionalismo com bons olhos pois para ele a conceção funcionaria como amortecedor da unificação. Por sua vez, líderes como Julius Nyerere (Tanzania), Leopoldo Sedar Senghor (Senegal), Gamal Abdel Nasser (Egipto) e Hailé Selassié (Etiópia) mostravam inclinação pela adoção do conceito. Porém independentemente das controvérsias, este autor considera que o ideário do regionalismo terminou impondo-se no panorama político continental, mas o conceito atingiu um patamar hegemónico, misturando-se à própria identidade política e económica da África contemporânea.

Para Sousa (2010), as razões que têm vindo, de um modo geral, a ser apontadas como estando na origem do regionalismo são, numa perspetiva político-económica, a obtenção de ganhos comerciais resultantes do alargamento dos mercados, uma maior cooperação e entreajuda decorrentes do reforço da coesão política e uma maior estabilidade, assente, entre outros aspetos, numa tendencial atenuação das assimetrias dentro da área de integração. A integração económica dos países em blocos regionais é, na opinião dos autores Trindade (2006), Pina (2010) e Waldman (2013), a condição *sine qua non* para a promoção do desenvolvimento do continente africano neste limiar do século XXI e a forma mais competitiva de participar da globalização, já que, perante a pequena dimensão dos mercados, a fraca produção e o baixo índice de comércio que se registam na região, a integração em blocos regionais iria potenciar a criação de economias de escala, possibilitando o desenvolvimento dos países em si e da área de integração.

De facto, os países africanos têm um longo historial de tentativas de formação de grupos, a nível regional e continental. Desde a década de 60 do século passado, muitas associações surgiram e desapareceram. Em 1962 foi criado o Mercado Comum Africano, composto pela Argélia, o Egipto, o Gana, a Guiné, o Mali e Marrocos. Ainda em 1962 foi igualmente criada a União Aduaneira Equatorial, composta por Camarões, República Centro-Africana, Chade, Congo e Gabão, acabando por levar à atual Comunidade Económica e Monetária da África

Central (CEMAC). Importa recordar que a Comunidade da África Oriental (CAO) foi, em tempos, o mais desenvolvido agrupamento regional africano. No entanto, novos *fora* foram surgindo, como reflexo da vontade política de integração regional dos dirigentes africanos (Pina, 2010). De salientar que a problemática do desenvolvimento e da integração regional estão intrinsecamente ligados. Esta última surge na sequência da procura de uma solução à problemática de desenvolvimento dos novos Estados independentes, nascidos da descolonização efetuada pelas potências europeias. Assumiram uma dimensão global e desenvolveram-se expectativas de cooperação e posteriormente de integração. Desde então, os objetivos de relançamento das economias passaram a assentar em critérios de eficiência económica, consagrando a oportunidade da criação de grandes espaços associados ao reforço da soberania e da capacidade de diálogo e de negociação internacional (Medeiros, 2008; Pina, 2010).

Na perspetiva de Pina (2010), a integração regional acelera o crescimento económico e o desenvolvimento sustentável de África, na justa medida em que, apesar de terem existido diversas oportunidades de integração, a África ainda não viu os resultados esperados, como consequência de problemas na implementação das atividades e programas. De constatar também que os progressos na implementação têm sido feitos através das Comissões Económicas Regionais, mas são necessários esforços adicionais a nível regional e continental. Porém, conforme indicam Pina (2010) e Waldman (2013), a realidade dos factos mostra-nos que no caso particular da África subsaariana, os vários agrupamentos de países encontram-se em estádios diferentes de integração, mas de um modo geral a experiência neste domínio não regista resultados animadores. Os objetivos iniciais não foram de todo alcançados, devido à existência de obstáculos, não só de natureza económica, mas também de uma série de fatores de cariz político.

As comunidades económicas africanas, herdeiras do projeto de unidade africana e de construção nacional gizado nos processos de independência e de formação da UA, têm por objetivo contribuir para o reforço interno de África e para a sua inserção nos mercados internacionais (Trindade, 2006). Em concreto, a integração regional africana pretende, segundo este autor, atingir quatro grandes objetivos, a saber: transformar e tornar mais competitivas as economias africanas; liberalizar a atividade industrial e comercial; inserir a

economia africana na economia mundial; contribuir para a resolução de problemas políticos comuns, ajudar na resolução de conflitos e vencer o subdesenvolvimento.

Para este autor, os responsáveis africanos veem a integração regional como um instrumento precioso para penetrarem nos mercados internacionais, captarem investimento externo privado, reforçarem o comércio e o setor privado africano e envolverem cada vez mais a sociedade civil na batalha contra o atraso endémico do continente. Segundo Trindade (2006) e Pina (2010), a África possui 14 comunidades económicas regionais que, pela sua conceção e objetivos, dominam o panorama da integração regional africana. A este propósito e de modo a facilitar a criação da Comunidade Económica Continental (CEA), a NEPAD, adotada pelos países africanos em 2001, coloca uma ênfase especial no processo de integração, articulando-o com os seus objetivos mais gerais (NEPAD 2001; UNCTAD, 2003). É proposto que os esforços de integração regional se façam em torno das principais organizações existentes, devendo, neste caso, cada país ficar membro de uma única dessas organizações, ao contrário do que vinha acontecendo (Pina, 2010).

Tabela nº 15 - Blocos económicos regionais & entidades adjuntas

Nº de ordem	Blocos Económicos Regionais Regional Economic Communities (RECs)	Entidades Adjuntas
1	EAC – East African Community	SACU – Southern African Customs Union
2	ECOWAS – Economic Community of Western African States CEDEAO – Communauté Economique des États de l’Afrique Occidentale	CEPGL – Communauté Économique des Pays de Grand Lacs
3	CEEAC - Communauté Economique des États de l’Afrique Centrale	MRU – Mano River Union
4	IGAD - Intergovernmental Authority on Development	COI - Commission de l’Océan Indien
5	UMA – L’Union du Maghreb Arabe	CMA – Common Monetary Area
6	SADC – Southern African Development Community CDAA- Communauté de développement d’Afrique Australe	CEMAC – Commission de la Communauté Economique et Monétaire de l’Afrique Centrale
7	COMESA – Common Market for Eastern and Southern Africa	UEMOA – Union Economique et Monétaire Ouest Africaine
8	CEN – SAD – Community of Sahel – Saharan States	WAMZ – West African Monetary Zone

Fonte: Elaboração própria baseada em Waldman (2013).

- **A CEEAC**

Atendendo à complexidade do fenómeno no continente, não nos é possível analisar pormenorizadamente cada uma das Organizações Regionais por nós mencionadas, pelo que nos debruçaremos apenas a analisar a CEEAC, onde STP está integrado. De facto, a sua localização geográfica levou o país a integrar-se na CEEAC que, segundo Trindade (2006), se trata de um bloco que tem as suas raízes na antiga África Equatorial Francesa (AEF), cujos mecanismos passaram a ser sustentados pela União Aduaneira Equatorial, criada em 1959. O autor recorda que esta organização era constituída por Gabão, Congo-Brazaville, República Centro Africana, tendo os Camarões aderido em 1961. Mais tarde, devido a vários projetos industriais comuns, estes cinco países criaram, em 1 de Janeiro de 1966, a União Aduaneira e Económica da África Central (UDEAC).

Esta nova União, segundo Trindade (2006), desenvolveu e aprofundou os pressupostos anteriores e constituiu-se em CEEAC, através do Tratado de Libreville de 18 de Outubro de 1983, tendo também incluído os Estados da Comunidade Económica dos Grandes Lagos (Burundi, Ruanda e RDC), com sede em Libreville, capital do Gabão. Para estes autores, trata-se de um bloco heterogéneo, uma vez que integra países francófonos (Gabão, Camarões, República Centro Africana, Congo Brazaville, Chade, RDC, Ruanda e Burundi), dois lusófonos (Angola e STP) e Guiné Equatorial, antiga colónia espanhola.

A CEEAC tornou-se operacional em 1985 e os seus objetivos consistem em promover a cooperação e o desenvolvimento autossustentável, com particular ênfase na estabilidade económica e melhoria da qualidade de vida, tendo criado para o efeito um plano de ação com um horizonte temporal de 12 anos, cujos objetivos visavam essencialmente: a eliminação de impostos alfandegários entre os Estados-membros e o estabelecimento de uma pauta externa comum; a consolidação da livre circulação de bens, serviços e pessoas; a melhoria da indústria, dos transportes e das comunicações; a promoção da união dos Bancos Comerciais e a criação dum fundo de desenvolvimento (Trindade, 2006; Fernandes, 2015).

Segundo Medeiros (1998), o objetivo do Tratado de Libreville consistiu na eliminação dos obstáculos ao comércio - direitos aduaneiros e restrições quantitativas - visando estabelecer uma pauta aduaneira e uma política comercial comuns para países terceiros. Nove dos Estados

tinham diferentes passados coloniais, representando 18,6% da superfície do continente, 12,3% da sua população e 9,2% do PIB africano (ver tabela nº16 abaixo indicada), com um comércio intrarregional na ordem dos 1,6% do comércio total. Esta comunidade representa um mercado potencial na ordem dos 140 milhões de consumidores, distribuídos pelos seus Estados-membros com características (perfil do consumidor, cultura), muito distintas. (Medeiros, 1998; Trindade, 2006 ; Waldman, 2013).

De salientar que, de acordo com AIP (2014), STP é o país mais pequeno da CEEAC e apresenta ainda um nível reduzido de relações comerciais com os restantes Estados - membros, tendo apenas Angola como parceiro comercial. No entanto, para esta Associação, dada a sua localização geográfica e assumindo a diminuição dos custos de contexto, STP poderia, a médio prazo, desempenhar um papel de « *Porta de entrada* » para a região, transformando-se, deste modo, num Gateway Regional para os países quer da CPLP quer da sub-região e outros.

Tabela nº 16 - Indicadores básicos nos países membros da CEEAC

Nº de Ordem	Países Membros da CEEAC	População (mil Hab)	Área Total (mil Km2)	Densidade Populacional (Hab/Km2)	PIB <i>per capita</i> em USD	PIB real (média de taxa de crescim. 2007-2015)
1	Angola	25 022	1 247	20	7 403	6.2
2	Burundi	11 179	28	402	705	3.4
3	Camarões	23 344	475	49	3 089	4.1
4	R. C. Africana	4 900	623	8	623	-1.4
5	Chade	14 037	1 284	11	2 280	5.0
6	Congo Brazaville	4 620	342	14	6 259	4.4
7	Congo (RDC)	77 267	2 345	33	819	6.9
8	Guiné Equatorial	845	28	30	30 701	6.8
9	Gabão	1 725	268	6	19 944	4.5
10	Ruanda	11 610	26	441	1 750	7.5
11	S. Tomé e Príncipe	198	1	198	3 488	4.8
Total	África	1 184 501	30 066	39	4 870	4.6

Fonte: Elaboração própria baseada em BM (2016, Data /The World Bank).

Aproveitando a realização de uma conferência do Comité Permanente das Nações Unidas para o Aconselhamento em Questões de Segurança na África Central (Yaoundé, 25 e 26 de Fevereiro de 1999) e dada a profusão de situações de conflito na região da CEEAC, os Estados-membros decidiram criar um organismo de promoção, manutenção e consolidação da paz e da segurança na África Central, o chamado Conselho para Paz e Segurança na África Central (*COPAZ*, na sigla inglesa). Na sequência disto, foi organizado no Gabão, em Janeiro de 2000, um exercício militar com o objetivo de dotar a CEEAC de capacidade para operações de manutenção de paz ao nível regional. Este exercício representou a aplicação direta do programa francês *Renforcement des Capacités Africaines de Maintien de la Paix* (RECAMP), que tem sido praticado com alguma regularidade ao nível dos países membros (Trindade, 2006 ; Waldman, 2013).

Na perspetiva dos citados autores, a integração regional está a ser travada pela ausência de adequados recursos financeiros e de expertise, participação dos países em mais de uma organização, duplicação de mandatos, pela falta de coordenação e harmonização de políticas entre as organizações, fraqueza infraestrutural e pela inconsistência política das instituições pan-africanas. Salientam que a UA, a Comissão Económica das Nações Unidas para África (CEA), o BAD e as comissões regionais estão a tentar enfrentar esses problemas através da eliminação de barreiras comerciais, do reforço da integração económica, da promoção da livre circulação de pessoas e bens, considerado elemento importante para o comércio transfronteiriço e da harmonização de políticas e programas.

Importa salientar que STP é membro observador da CEMAC, que é uma organização continental congregando seis países entre os quais os Camarões, o Congo, a República Centro-Africana, o Chade a Guiné-Equatorial e o Gabão. Segundo Fernandes (2015), o Tratado que constitui esta Organização foi assinado em 1994, em Njamena, capital do Chade, cujos objetivos visavam o prolongamento da União Monetária (BEAC) e da UDEAC, constituída em 1964, da qual ainda não fazia parte a Guiné Equatorial, integrada em Janeiro de 1984. Embora não integre formalmente a CEMAC, STP assinou com esta instituição um acordo de comércio livre (Trindade, 2006).

A instituição definiu uma visão de futuro, sistematizada no Programa Económico Regional (PER), o qual visa “transformar a CEMAC num espaço económico integrado e emergente, marcado pela segurança, solidariedade e boa governação, ao serviço do Desenvolvimento Humano”. O PER contempla uma agenda para a emergência económica da CEMAC (2010-2025), organizada em três etapas quinquenais, tendo em vista a concretização da visão 2025, sendo uma primeira etapa (2010-2015) centrada na construção dos pilares institucionais da emergência económica da CEMAC; e uma segunda etapa (2016-2020) que terá como objetivo assegurar que os pilares da diversificação económica da Comunidade se encontrem solidamente ancorados; contempla, de igual modo, uma etapa derradeira (2021-2025) que visará consolidar os resultados atingidos nas fases precedentes. Importa ainda salientar que na África Central, a CEEAC e a CEMAC estão a reforçar os laços mútuos, com o objetivo de harmonizarem os seus programas (Pina 2010).

2.1.3 Os atores estratégicos transregionais - A CPLP

A participação das comunidades epistémicas dos países da CPLP numa estratégia que visa a sua gradual inserção no sistema de organizações internacionais, onde as matérias relacionadas com a segurança estratégica ganham prioridade na agenda da comunidade internacional, constituirá um *input* ao aumento da robustez dos seus instrumentos político-diplomáticos e de segurança, e poderá contribuir para a maximização de um modelo de geopolítica da cooperação assente num multilateralismo proativo de base linguística e cultural (Romana:2016:53).

Não sendo um ator extrarregional e muito menos regional, e não podendo ficar de fora, tendo em conta a própria génese da sua criação, entendemos por bem incluir a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) como um ator transregional, visando realçar o importante papel desta comunidade na promoção de cooperação entre os seus membros, com particular realce para STP que constitui o nosso estudo de caso. Na perspetiva de Sebastião (2016), a assunção da herança linguística e cultural facilitou o retomar das relações entre Portugal e os países que então se uniram no grupo de Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), primeira organização intergovernamental de língua portuguesa. Para esta autora, apesar das diferenças políticas e ideológicas, a aproximação brasileira a estes países africanos, assim como a reconstrução das relações com a antiga metrópole foram possíveis, uma vez ponderadas as vantagens da reconstrução de um espaço histórico-cultural

comum e dada a insistência de eminentes diplomatas e políticos (como José Aparecido de Oliveira, José Sarney, Jaime Gama e Mário Soares).

Criada a 17 de Julho de 1996, a CPLP baseia-se, de acordo com Santos (2005), nos fatores linguísticos e histórico-culturais e nasceu do relacionamento informal estabelecido, ao longo de vários séculos entre povos que utilizam a língua portuguesa como vetor comunicacional, sendo o seu primeiro objetivo a colaboração e a solidariedade entre os seus membros nas mais diversas áreas e o fortalecimento da sua presença no cenário internacional bem como a elaboração de projetos que visam a promoção e difusão da língua portuguesa (Amorim & Baltazar, 2016). Importa recordar que os nove países de língua oficial portuguesa que constituem a CPLP são Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, STP e Timor Leste que segundo Amorim & Baltazar (2016), contabilizam cerca de 250 milhões de habitantes e cobrem uma área de 10,8 milhões de Km². Para estes autores, de entre os princípios que regem a CPLP, constam a igualdade soberana dos Estados membros e a não-ingerência nos assuntos internos de cada Estado, o respeito pela identidade nacional e integridade territorial e a reciprocidade de tratamento, bem como a promoção da cooperação vantajosa para todos os seus membros a partir de um primado de paz, democracia e do Estado de Direito, incluindo os Direitos Humanos e a justiça social (Amorim & Baltazar, 2016; Sebastião, 2016).

Romana (2016) considera que o fator geocultural é axial no processo linguístico da comunidade, alegando que tal fator está bem patente na Declaração Constitutiva da CPLP, em 1996, ao considerar como imperativo encarecer a progressiva afirmação internacional do conjunto dos países de língua portuguesa, que constituem um espaço geograficamente descontínuo mas identificado pelo idioma comum. Por seu turno, de acordo com Barroso (2010), desde os primeiros passos da sua criação em 1996 até aos dias de hoje, a CPLP passou de um fórum de discussão de assuntos comuns aos países com língua portuguesa espalhados por três continentes para um fórum de discussão alargada, com personalidade jurídica e com autonomia financeira, onde a concertação política e diplomática entre os seus Estados-membros é o objetivo principal para o reforço da posição da comunidade no sistema internacional. Na perspetiva de Sebastião (2016) os laços entre os povos que habitam os territórios que integram hoje a CPLP são muito antigos e foram tecidos pela língua portuguesa

ao longo de mais de cinco séculos de história. Inicialmente uma língua de navegadores, mercadores e missionários, hoje língua oficial dos nove Estados-Membros da comunidade, que fez do português o seu património e a quinta mais falada no mundo.

Nos seus estatutos, a CPLP é definida como “o foro multilateral privilegiado para o aprofundamento da amizade mútua, da concertação político-diplomática e da cooperação entre os seus membros” particularmente nos domínios económico, social, cultural, jurídico, técnico-científico e interparlamentar. Para Sebastião (2016), a concertação político-diplomática rege-se pelos princípios definidos na Declaração Constitutiva da CPLP de 1996 e, entre as suas missões e iniciativas mais significativas, contam-se o processo de independência de Timor-Leste, a mediação da rebelião militar contra o Presidente João Bernardo Vieira na Guiné Bissau, em 1998, a tentativa de golpe de Estado em STP em 2003 e o processo de paz em Angola. Adicionalmente destacam-se acordos e parcerias com várias instituições internacionais para a eleição ou nomeação de Estados membros ou personalidades dos mesmos a altos cargos internacionais; a criação de grupos da CPLP que representam a organização junto das sedes de organismos internacionais; as missões de observação eleitoral nos Estados membros (Sebastião, 2016).

Para Romana (2016), não sendo muito visíveis os objetivos da CPLP, a geopolítica de cooperação da comunidade ganha gradual projeção político-diplomática. Segundo este autor, destacam-se nesses objetivos as questões de “segurança estratégica”, compreendendo os riscos e as ameaças respeitantes a crises e conflitos militares, à segurança marítima, ao terrorismo e à segurança energética, numa perspetiva de coordenação intra comunidade, e à interdependência com outras organizações internacionais na Europa, na América do Sul, em África e no Sudeste Asiático, no campo da segurança estratégica. Ainda para este autor, a possibilidade da CPLP desenhar processos de avaliação da ameaça aos seus interesses diretos e indiretos no Golfo da Guiné e no eixo Norte-Sul atlântico e o contributo na monitorização e análise do fenómeno do terrorismo, mormente o estudo do risco e do grau de ameaça constituem o principal ativo de uma geopolítica de cooperação no seu subsistema de segurança estratégica.

A integração dos países da CPLP nos respetivos grupos regionais, Portugal na UE, os cinco países dos PALOP na UA, a Guiné-Bissau na UEMOA, Cabo Verde na CEDEAO; STP na CEEAC; o Brasil no Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), Timor como observador na Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) e Angola e Moçambique na SADC, constitui uma excelente oportunidade para estabelecer uma rede de interesses para atingir os objetivos estratégicos da CPLP e tornar-se um ator relevante. Nesta perspetiva, a relação dos países da CPLP com as Organizações Regionais Africanas (ORA) é um facto muito importante a ter em conta na sua afirmação internacional. As ORA são atores a considerar nos seus espaços de influência, em especial aquelas que têm primado por liderar o processo de desenvolvimento e de segurança, tais como a UA, a SADC, a CEDEAO e a CEEAC, que têm intervindo ao seu nível, no âmbito do apoio ao desenvolvimento económico e da segurança regional, especialmente na mediação e prevenção de conflitos, na intervenção militar e na contenção de criminalidade, contribuindo para um reforço da segurança regional em África, condição necessária para se alcançar o desejado desenvolvimento sustentado (Barroso, 2010).

Importa ressaltar que dos nove Estados membros da CPLP, seis situam-se no continente africano e os restantes situam-se em continentes distintos. Esta abordagem, segundo Barroso (2010) também é plausível se tivermos em conta que Portugal e o Brasil têm obrigações especiais, tanto pela sua capacidade económica, nível de desenvolvimento das suas estruturas sociais, pelo número de cidadãos que falam português, sublinhando que pelas razões expostas, o cenário por excelência de atuação da CPLP será o continente africano (Barroso, 2010).

Em 1996, na Declaração Constitutiva, a componente económica da cooperação era reconhecida como um pilar importante para a progressiva afirmação internacional da CPLP. Para Pontes (2016) os objetivos definidos e relacionados com este pilar foram os seguintes: desenvolver a cooperação económica e empresarial entre si e valorizar as potencialidades existentes; promover a coordenação das atividades das diversas instituições públicas e entidades privadas, associações de natureza económica e organizações não-governamentais empenhadas no desenvolvimento da cooperação entre os seus países; incentivar a cooperação bilateral e multilateral para a proteção e preservação do meio ambiente nos países membros, com vista à promoção do desenvolvimento sustentável. No entanto, para este autor, os objetivos estavam definidos desde o início, mas a concretização mostrava-se mais complexa.

Tabela nº17 - Indicadores socioeconómicos dos países da CPLP

Países	População em Milhões (2015) *	População <15 Anos% (2014)	PIB <i>per capita</i> em USD (2015)	População alfabetizada em %	Posição na economia Mundial por PBI (2013) *	Posição na Exportação Mundial de bens e serviços	Inflação média em 2015 %	Penetração da Internet em% (2013) (2)
Angola	22,8	43,2	5320	70 (2015)	63	46	8,1	17
Brasil	204,5	23,8	15010	90,4 (2010)	7	22	7,6	52
Cabo Verde	0,5	31,2	4335	85,0 (2015)	166	181	2,3	38
Gui. Bissau	1,7	40,0	619	55,3 (2011)	171	137	3,1	3
Guiné Equatorial	0,8	40,8	15250	94,2 (2011)	125	79	5,8	16
Moçambique	27,1	45,3	1187	56,1 (2010)	118	114	3,9	5
Portugal	10,4	14,6	19679	93,3 (2015)	50	55	0,3	64
STP	0,2**	43,5	3100**	69,5 (2008)	184	202*	6,2	23
Timor Leste	1,3	42,4	5898	58,3 (2010)	172	194*	4,1	1

Fonte: Elaboração própria baseada em Ribeiro (2016); * Dados relativos a 2012; ** Dados estimados para 2015.

Segundo Ribeiro (2016), perspetiva-se que a participação comercial dos países da CPLP na economia mundial possa vir a aumentar, por isso o autor considera que seria desejável que, não obstante o interesse atualmente concentrado no petróleo e noutros recursos naturais de grande valor, tal crescimento pudesse ser sustentado por melhores condições para as populações, a proteção do ambiente e uma produção diversificada, com setores de serviços mais sólidos para fazer face às imprevisibilidades no mercado das commodities. Na tabela 18 é apresentado o PIB dos Estados membros, bem como das grandes economias.

Tabela nº 18 - PIB por Estados membros da CPLP e grandes economias (2014)

Países	PIB (2014)	
	Em Milhões de USD	% em relação ao total mundial
Angola	138 156	0,18
Brasil	2 346 076	3,2
Cabo Verde	1 871	0,00
Guiné Bissau	1 022	0,00
Guiné Equatorial	15 530	0,02
Moçambique	15 938	0,02
Portugal	230 117	0,30
STP	337	0,00
Timor Leste	1 417	0,00
Total CPLP	2 750 664	3,54
EU	18 510 000	23,79
EUA	17 419 000	22,39
China	10 354 832	13,31
Total mundial	77 800 000	100,00

Fonte: Elaboração própria baseada em Fontes (2016) e BM (2016).

Na perspetiva de Fontes (2016), a CPLP representa 4% do PIB mundial, mas o autor considera que seria possível mais do que duplicar de valor se as autoridades políticas apostassem seriamente na economia e se houvesse mais comunicação entre os Estados de modo a articular a procura de um país à oferta de outro. Por essa razão, este autor considera que a riqueza no espaço lusófono pode passar, numa década e meia, de 4% para 10% do PIB mundial se os países se juntarem e apostarem numa verdadeira comunidade económica, criarem mais-valias sobre os abundantes recursos naturais e usarem a abençoada separação geoestratégica que os espalha por quatro continentes.

Este autor acredita que nada é impossível, se quisermos uma CPLP forte e desafiante perante este ambiente de globalização. Por isso diz o autor o seguinte:

Temos condições, fomos abençoados, temos recursos naturais de grande dimensão descobertos nos últimos dez anos, temos mão-de-obra jovem, e, se nos posicionarmos como deve ser, levando a tecnologia necessária para dar mais-valia às nossas riquezas naturais onde elas existem, podemos transformar a CPLP numa estrela a nível mundial, fazendo o nosso PIB subir 10% do total mundial daqui a 10, ou 15 anos (Fontes, 2016: 91).

Por seu turno, Amorim & Baltazar (2016) consideram que mais do que nunca se torna pertinente o debate sobre o futuro da CPLP tendente a relançar a chama sobre esta organização e adaptá-la à nova conjuntura mundial, ou seja, a acompanhar as mudanças dos tempos. Para muitos, a CPLP só terá futuro se crescer, se alargar e expandir, de modo a incluir outros Estados interessados em aderir, tornando-se maior, mais abrangente e mais forte. Para além da possibilidade de alargamento da CPLP, estes autores consideram que é necessário, entre outras coisas:

promover a integração de jovens, de empresários, de ONGs e, em particular, de emigrantes, reconhecendo assim a importância da diáspora lusófona no potencial da CPLP, tirando partido da língua portuguesa como veículo e língua franca deste movimento (Amorim & Baltazar, 2016: 96).

Importa salientar que a CPLP coopera também com os seus Estados-membros através da Assembleia Parlamentar, cujos objetivos gerais estão definidos nos seus Estatutos (APCPLP, 2013; Barroso, 2010).

2.2 A segurança marítima no Golfo da Guiné

As perspetivas de desenvolvimento para o século XXI indicam que a importância do mar tende a crescer como resultado particularmente do desenvolvimento do sistema comercial marítimo internacional (Ferreira, 2010). Para este autor, o mar sempre teve grande importância para o desenvolvimento do ser humano, levando e trazendo riquezas, culturas e guerras, unindo e afastando povos, salientando que ao longo da história, o mar desempenhou um papel vital como fonte de recursos e meio para o transporte e para o exercício do poder entre as sociedades. Neste sentido, a segurança marítima reveste-se de capital importância

geoestratégica e geoeconómica na transformação de STP num Gateway Regional, atendendo que o país possui uma extensa Zona Económica Exclusiva (ZEE), que é 160 vezes maior do que a superfície terrestre o que constitui a base essencial para a implementação desta estratégia de desenvolvimento.

Caraterizando o Golfo da Guiné, sob uma perspetiva de segurança e estabilidade, Rodrigues (2014) considera que é um espaço que tem vindo a ganhar crescente notoriedade por uma combinação de boas e más razões. As boas razões, segundo o autor, prendem-se com a sua crescente importância como fonte de recursos energéticos e a continuação do estatuto de centro tradicional de importantes trocas comerciais com a Europa, desde o século XVIII. As más razões, para este autor, prendem-se com a instabilidade interna em alguns dos países, a sua incapacidade de gerar riqueza e progresso social não obstante a potencialidade da exploração dos recursos em que a região é rica, vários conflitos étnicos e o problema dos movimentos islamitas radicais (Boko Haram e o *Movement for the Emancipation of the Niger Delta* – MEND, na Nigéria) e, finalmente, o facto de estar hoje na lista das regiões marítimas mais perigosas do mundo.

Este autor considera que estas circunstâncias ameaçam a paz e as expectativas de progresso e prosperidade entre os países da zona e põe sob risco os estatutos referidos acima, salientando que todos os países que pertencem essa região debatem-se com um défice de meios, de organização e de preparação para garantir o exercício de autoridade nas águas sob sua jurisdição, variando apenas o grau com que o problema é sentido. Por isso, a problemática da segurança do Golfo da Guiné e, por conseguinte, da segurança marítima e a gestão dos recursos marítimos passou a constar das agendas das Organizações Regionais e dos Estados africanos, constatando-se que seria necessário uma maior capacidade estratégica de gerir os recursos hídricos e criar sinergias para garantir uma melhor segurança marítima. Neste contexto, a nova geopolítica dos conflitos em África, associada à fragilidade do Estado africano, tem levado a comunidade internacional a intervir crescentemente neste continente, com vista a contribuir para a consolidação da paz e criando condições para melhorar a segurança e o desenvolvimento, sendo nas costas oceânicas da África subsaariana que a sociedade internacional, por via maioritariamente da ONU, da UE, a UA e da Organização do

Tratado do Atlântico Norte (OTAN), tem vindo a intervir com maior frequência e intensidade (Rodrigues, 2014; Bernardino, 2015).

De acordo com o relatório do BAD de 2014⁵, por um lado, as atividades marítimas tradicionais, tais como o transporte marítimo local e a pesca, intensificaram-se no Golfo da Guiné, sem no entanto constituir uma verdadeira preocupação dos Estados regular e controlar verdadeiramente os recursos dessa região, em particular, e do continente africano, em geral. Por outro lado, estão a emergir novas atividades relacionadas com o mar, tais como a aquicultura, o turismo ou as energias renováveis, associadas às marés que vieram dar uma outra dimensão económico-social ao mar e aos oceanos. Acresce a isso, o destaque atribuído ao comércio internacional como sendo muito importante para várias economias africanas, com mais de 90% das exportações e importações de África e dois terços de fornecimento de energias a serem realizadas atualmente por via marítima, alegando que, ao longo das últimas décadas, o volume de comércio marítimo mundial mais do que quadruplicou.

No entanto, de acordo com o relatório sobre Estratégia Marítima Integrada de África (AIM) no horizonte de 2050 (AIM, 2012), o aumento da intensidade das atividades no mar está a desenrolar-se num cenário de insegurança, onde as várias formas de tráfico ilegal, a acentuada degradação do ambiente marinho, a perda da biodiversidade e os consequentes efeitos agravados sobre as mudanças climáticas globais constituem cada vez mais uma realidade atual. Segundo o mesmo relatório, os oceanos e os mares estão interligados e a ação num mar ou numa determinada área económica tem um impacto direto ou indireto noutra mar e pode ter efeitos positivos ou negativos sobre outros espaços geopolíticos marítimos contíguos. Foi neste contexto, que a UA, na senda da OUA, procurou, desde meados de 2012, adotar uma postura teoricamente mais proactiva para os oceanos, ao criar a estratégia *AIM 2050*, apostando num ambicioso plano de ação que tem em vista a convergência de vários organismos e Estados na adoção de estruturas, legislação e recursos, forjando deste modo uma consciência africana tendente à proteção e desenvolvimento do “*Domínio Marítimo Africano*” (DMA), na perspetiva da proteção dos recursos hídricos, dos mares e dos oceanos do continente (AIM, 2012).

⁵ Publicado no African Economic Outlook 2014 pelo African Development Bank Group.

Com efeito, após vários debates no seio da UA e das ORA, os chefes de Estado e de governo da UA decidiram adotar medidas para desenvolver uma estratégia global e coerente de segurança global, visando contribuir para a estabilidade socioeconómica, político-social e com repercussão na paz e segurança das populações (AIM, 2012). Esta decisão, segundo Bernardino (2015), marcava o virar de uma página na história de África, quando esta deixava de estar apenas virada para o seu interior (parte continental terrestre) e virava-se para o exterior, que é a parte marítima, vista agora como veículo de ligação e união de futuro com o mundo globalizado e não como fator de separação e barreira natural ao desenvolvimento de África e à inclusão na economia global. Na perspetiva de AIM (2012), a AIM 2050 constitui uma ferramenta sistémica e orientada para enfrentar os atuais desafios marítimos da África com vista ao desenvolvimento sustentável e à segurança e tem como objetivo principal fomentar a criação de mais riqueza nos oceanos, nos mares e nas águas territoriais interiores da África, através do desenvolvimento de uma economia marítima dinâmica, valorizando o potencial das atividades marítimas, de forma ambientalmente sustentável e economicamente mais rentável.

Na base dos princípios da UA e dos valores consagrados no Ato Constitutivo e nos programas e documentos aplicáveis, foram definidos os seguintes objetivos que orientarão as atividades da AIM 2050: i) proceder à criação da Zona Marítima Exclusiva Convencionada da África (CEMZA); ii) envolver a sociedade civil e todas as outras partes interessadas na melhoria da sensibilização sobre as questões marítimas; iii) reforçar a vontade política a nível comunitário, nacional, regional e continental; iv) reforçar a criação de riqueza e do desempenho do comércio regional e internacional, através do reforço das capacidades e do desenvolvimento de aptidões centradas no mar; v) garantir a segurança e proteção dos sistemas de transporte marítimo; vi) minimizar os danos ambientais e acelerar a recuperação pós acontecimentos catastróficos; vii) prevenir os atos hostis e criminais no mar e incrementar a coordenação/harmonização dos procedimentos judiciais contra os infratores; viii) proteger as populações, incluindo o património, bens e infraestruturas do DMA provocados pela poluição marítima e descarga de resíduos tóxicos e nucleares; ix) melhorar a gestão integrada da zona costeira em África; x) promover a ratificação, incorporação e aplicação dos instrumentos jurídicos internacionais nas legislações nacionais; xi) garantir as sinergias de

coerência entre as políticas setoriais dentro e entre as ORA; xii) proteger o direito de acesso ao mar e a liberdade de trânsito de mercadorias dos países sem litoral (sem acesso direto ao mar) (AIM, 2012). De notar que esta estratégia integra, para a sua operacionalização, um plano de ação, dispondo de uma visão bem definida, com metas alcançáveis, incluindo objetivos específicos que oferecem grandes oportunidades de crescimento a todas as nações africanas, bem como uma rede de rotas marítimas de importância enorme para a sua segurança e prosperidade (AIM, 2012).

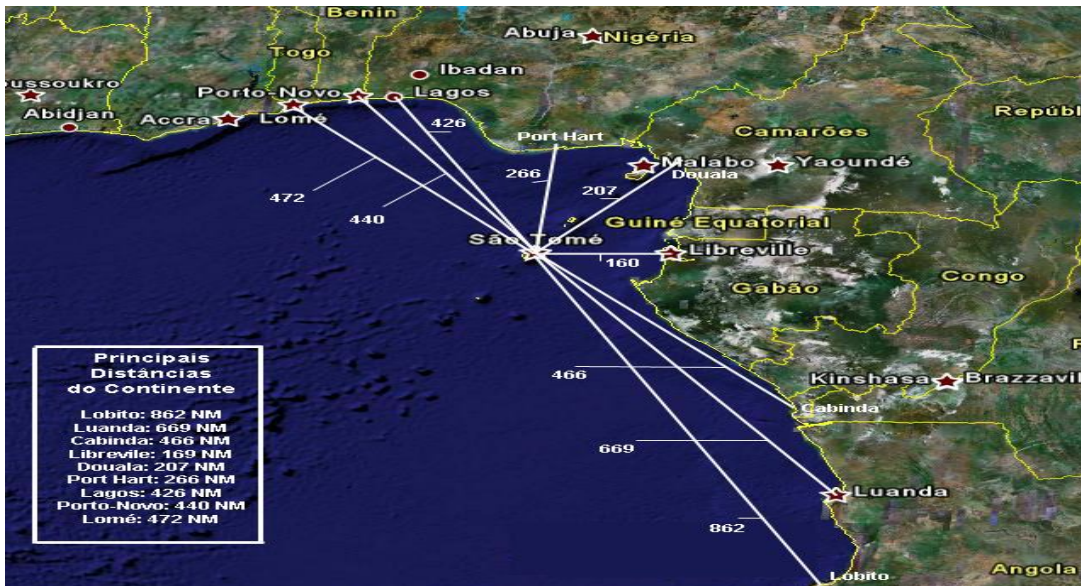
2.3 Aplicação do conceito de Gateway a STP

Considerando que a nossa tese se prende com a transformação de STP num Gateway Regional, atendendo à sua posição geoestratégica no Golfo da Guiné, pretendemos neste subcapítulo trazer à colação a aplicação deste conceito para o caso concreto de STP, que é o nosso estudo de caso.

De facto e como nos referimos na parte introdutória desta tese, STP é, do ponto de vista dos convencionalismos geográficos, o país que mais próximo está do centro do mundo, como se pode observar na Figura nº14. Este aspeto, segundo Aguiar (2013), para além do seu potencial de marketing, sobretudo na perspetiva do turismo, é um ativo importante para o equacionamento de formas sustentáveis de desenvolvimento nacional.

Figura nº14 – STP no Centro do Golfo da Guiné

STP - No Centro do Golfo da Guiné



Fonte: Elaboração baseada no PNUD (2013).

Visualizado na dimensão regional, este país encontra-se no centro do Golfo da Guiné, a menos de 2 horas de voo das mais importantes cidades da África Central e Ocidental (ver tabela nº 19) e a menos de 48 horas de viagem marítima dos principais portos da sub-região. Para além disso, a região alberga uma população de mais de 388 milhões de habitantes, com um PIB anual que ronda os 765 mil milhões de USD/ano (BM, 2016), o que faz dela um dos maiores e mais promissores mercados na África. Ou seja, o país possui potencialidades que bem exploradas podem contribuir para a sua transformação num Gateway Regional.

Tabela nº 19 – População, PIB e Tempo de voo dos países do Golfo da Guiné, em relação a STP

Nº de ordem	País	População (2015)	PIB (mil milhões de USD) (2015)	Principal Cidade	Tempo de Voo (1)
1	Angola	25,021,974	102.627	Luanda	1H40
2	Benim	10,879,829	8.291	Cotonou	1H30
3	Camarões	23,344,179	28.416	Doula	1H10
4	Costa do Marfim	22,701,556	31.759	Abidjan	1H45
5	Gabão	1,725,292	14.262	Libreville	0H35
6	Gana	27,409,893	37.543	Acra	1H40
7	Guiné Equat	845,060	12.202	Malabo	1H00
8	R. D. Congo	77,266,814	35.238	Kinshasa	1H30
9	R. Congo	4,620,330	8.553	Brazaville	1H30
10	R. C. Africana	4,900,274	1.584	Bangui	2H00
11	Nigéria	182,201,962	481.066	Lagos	1H20
12	Togo	7,304,578	4.088	Lomé	1H35
	Total	388,221,741	765.629		

Fonte : Elaboração própria com base em Gomes (2013) e BM (2016). (1) - Tempo de voo direto com São Tomé num avião do tipo Boeing 737.

Pela sua localização, STP possui de facto uma posição geoestratégica privilegiada na sub-região africana do Golfo da Guiné, com potencialidades que lhe conferem, à luz dos novos desafios que se colocam a esta sub-região, uma acrescida importância geopolítica, geoestratégica e geoeconómica para o desenvolvimento nacional. A África Central e Ocidental, em especial o Golfo da Guiné, possuem imensos recursos naturais (petróleo, gás, diamantes, ouro e outros minerais, madeira e peixe) sendo, sem dúvidas, a região potencialmente mais rica da África. Por causa das suas reservas em petróleo, a região do Golfo da Guiné é considerada, a nível mundial, uma zona de grande interesse geoestratégico e geoeconómico. Estima-se num futuro próximo que entre um terço e um quarto das importações do petróleo dos EUA provirão dessa área (Aguiar, 2013).

Tabela nº 20 - O mercado potencial no Golfo da Guiné

São Tomé e Príncipe	Golfo da Guiné
<ul style="list-style-type: none"> • 1001 Km² • 300 Kms da costa • 200 mil habitantes • PIB de 317 M de USD • Paz e estabilidade 	<ul style="list-style-type: none"> • 388 Milhões habitantes • Recursos naturais • Petróleo • PIB 765 Biliões de USD • Crescimento 5,4%/ano • Instabilidade
Mercado exíguo...	Mercado Potencial

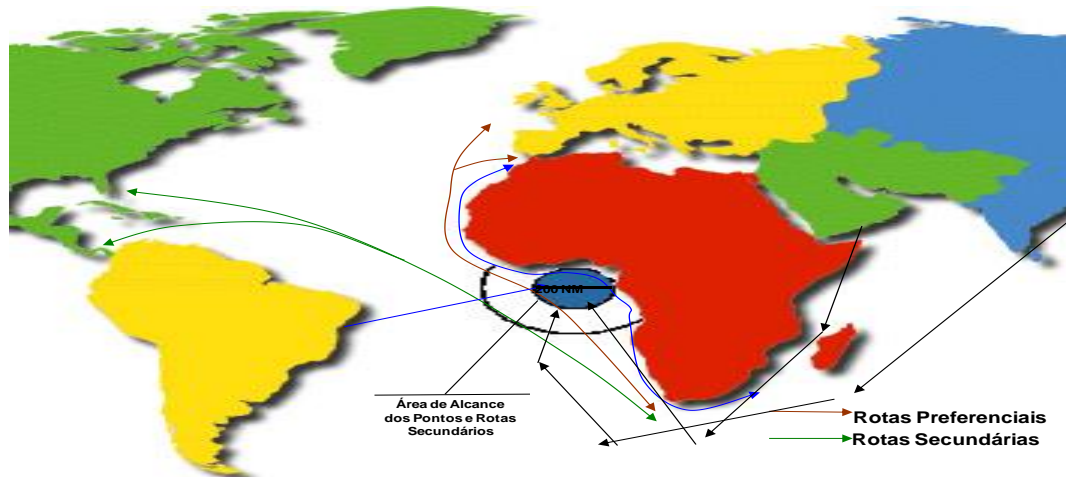
Fonte: Elaboração própria com base no BM (2016).

A importância do posicionamento geográfico de STP fez dessas ilhas o parceiro privilegiado do tráfico no ocidente africano, muito em particular na Costa da Mina, durante o séc. XVIII. De relativa importância na economia de STP foi a navegação entre as ilhas e entre estas e a costa africana. Por essas rotas processava-se uma certa circulação de mercadoria, através de embarcações de particulares e também de uma embarcação da coroa destinada ao serviço oficial. Essa embarcação navegava também entre STP e a Baía e dela se serviam muitas vezes os moradores para a compra do tabaco de que necessitavam (Neves, 1989).

O comércio foi o fator determinante de todo o processo económico-social. STP tinha-se tornado na estalagem do Golfo da Guiné e a elas iam abastecer-se de víveres e de água tanto os navios portugueses da Baía, como os navios de outras nações europeias que comercializavam principalmente entre o Cabo das Palmas e o Cabo de Lopo. O constante fluxo de navios aos portos destas ilhas proporcionava aos seus moradores a possibilidade de venderem os seus produtos agrícolas e de adquirirem as mercadorias da Europa, da África e do Brasil. Um outro importante ramo do comércio consistia em complementar com escravos as lotações dos navios que se achassem desfalcados e se preparavam para rumar para o continente americano, transformando, este país num centro de circulação de mercadorias, servindo de entreposto comercial entre a costa africana e o continente americano (Neves, 1989).

Figura nº 15 – STP no centro de importantes vias marítimas

STP no Centro de importante vias marítimas



Fonte: Elaboração baseada no PNUD (2013).

Segundo Daio (2016), STP já esteve no centro, quer no mapa económico do mundo luso quer no mapa da cristandade católica. Para este autor, a intensidade das atividades económicas no arquipélago despertou a atenção do Rei de Portugal e do Papa Paulo III e desde muito cedo, em 1522, São Tomé tornou-se capitania régia de Portugal, em 1525, a Povoação de São Tomé foi elevada à categoria de cidade e, em 1534, o Papa Paulo III cria a Diocese de São Tomé. Este autor considera que estrategicamente São Tomé foi um eixo na rota dos três continentes, tendo-se tornado em 1655 o eixo da colonização portuguesa na África Ocidental, centro de atividades marítimas e caminho para outros continentes, salientando que em meados do século XVI, estas ilhas tornaram-se importantes entrepostos comerciais do norte do Atlântico, tendo-se convertido num laboratório tropical, onde se adaptavam à realidade dos trópicos homens, plantas, animais e técnicas agrícolas.

Ainda segundo Daio (2016), no âmbito religioso, STP foi considerado de “*Roma do Ocidente Africano*”. Os Papas de Roma e os Reis de Lisboa cogitaram São Tomé para centro irradiador de religião e cultura para toda a África Austral e, para o efeito, a cidade de São Tomé foi abastecida de objetos de culto. Neste sentido, a diocese de São Tomé foi escolhida como sede e capital religiosa da costa ocidental africana, desde o Cabo das Palmas (hoje Libéria e Costa

do Marfim) até ao Cabo de Boa Esperança (apud, Ambrósio, 1985; Vaz, 1988). Essa dupla centralidade de STP acabaria por eclipsar-se do mapa político, económico e religioso de Portugal e do Vaticano devido às perigosas colisões das elites locais, entre essas últimas e os funcionários régios, ao alto índice de mortalidade causada por diferentes tipos de febres, às mudanças nas rotas do tráfico e à concorrência com a América. Acresce-se a esses fatores a rebelião dos escravos (uma delas ocorrida em 1595, sob o comando de Amador) e a insegurança intensificada pelas invasões estrangeiras, que obrigaram a transferência de muitos habitantes para as colónias da América.

Pelo anteriormente exposto, constata-se que a transformação de STP num Gateway Regional representa o reconhecimento e a devolução da sua vocação natural, tendo em conta que este país já desempenhou no passado estas funções quando no século XVIII servia de território de tráfico de escravos e de navegação entre as ilhas e a Costa africana, utilizando essas rotas para a circulação de mercadorias.

Capítulo 3 – O sistema político democrático como elemento facilitador da transformação de STP num Gateway Regional.

Se o valor atribuído à participação se modifica conforme o tipo de regime político, o nível de desenvolvimento social e económico parece constituir, também, uma variável a ter em conta nesta diferenciação valorativa (Meirinho, 2004:94).

Analisaremos neste capítulo as mudanças que o sistema político democrático acarretou no novo figurino constitucional de STP, assim como o seu reflexo no processo de tomada de decisão tanto ao nível do legislativo, como do executivo. Partimos do pressuposto de que no sistema democrático o parlamento tem um papel decisivo, essencialmente na sua função de ter iniciativa legislativa e de fiscalizar a ação governativa, pois tal como dizia Schumpeter:

“O parlamento, evidentemente, realiza outras funções além de eleger e derrubar governos. Legisla e até mesmo administra”(Schumpeter, 1942:332).

Por isso, consideramos que a transformação de STP num Gateway Regional em muito dependerá do nível de consenso do poder legislativo e do executivo na definição de estratégias e adoção de suportes legislativos assentes nesta temática.

O início dos anos noventa constituiu, de uma forma geral, o marco referencial da abertura democrática da maioria dos Estados africanos. Segundo Pontes (2016), dois acontecimentos marcaram, de forma específica, o arranque das fortes convulsões políticas que redundaram na substituição dos anteriores regimes, predominantemente monopartidários, pelos multipartidários democráticos: 1) no Benin, os protestos populares derrotaram as quase duas décadas de governação autoritária de Mathieu Kérékou (1972-1991), e conduziram à organização de uma conferência nacional que presidiu ao processo de transição para a democracia e dotou o país de uma nova Constituição; e 2) na África do Sul onde os líderes do regime de *Apartheid*, sem tempo para uma negociação pacífica de transição para uma ordem política não racial, libertaram Nelson Mandela após quase 30 anos de prisão e sob a égide do Congresso Nacional Africano (ANC). Foram igualmente movidos pela conjuntura internacional e sob o efeito contágio dos movimentos acima citados, os países de expressão portuguesa, mormente

Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e STP bem como a generalidade dos países africanos ao Sul do Sahara.

Com efeito, desde o fim da II guerra assistia-se no Ocidente a uma concatenação de transformações políticas, económicas e sociais, situação que culminou, no fim da guerra fria, com a queda do muro de Berlim e com o colapso do socialismo na União Soviética e na Europa de Leste (Bessa, 2007). O bloco ocidental pressionava nesta altura a retirada da presença colonial em África e via a democracia como o fim natural na transição para a auto-governança. Neste sentido, a democratização na África colonial foi também favorecida pela abertura de um espaço de discussão política que desafiava as forças imperiais. Nas cinco ex-colónias portuguesas, os partidos que governaram o Estado desde a independência, designadamente: o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), a Frente da Libertação de Moçambique (FRELIMO), o MLSTP, o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) e o Partido Africano para a Independência do Cabo Verde (PAICV), reconheciam o colapso económico e político da ideologia e das políticas do modelo do sistema autoritário de partido único (Sanches, 2010).

3.1. Reforma política e democracia no contexto africano

No contexto africano parece ser relevante destacar os processos de democratização no continente e a trajetória feita na configuração dos sistemas de governo após a abertura política, com especial realce para o caso de STP. Para Bratton & Van de Walle (1997) e Pontes (2016), a herança institucional dos países africanos é que influenciou as transições para a democracia. Estes autores partiram do princípio de que nos países africanos predominava o neopatrimonialismo e suas instituições, cujas características eram o presidencialismo, com predominância de figuras individuais centrais, o clientelismo, o uso de recursos políticos para legitimação política e, por vezes, sistemas de partido único do tipo plebiscitário ou competitivo e/ou oligarquias militares.

Autores como Bratton & Van de Walle (1997), Trindade (2006), Santo (2008, 2013), Sanches (2010), Woglo (2014), e Pontes (2016) debruçaram-se sobre o processo de democratização no continente africano, destacando as particularidades que marcaram os processos de transição

para a democracia nalguns países do continente. De acordo com estes autores, esses processos tiveram lugar nos primeiros anos da década de 90 do século XX e marcaram o fim de décadas de regimes autoritários, seja com domínio dos militares ou de ditadura de partido único. Estas mudanças políticas levaram a uma profusão de estudos que procuraram caracterizar estes regimes políticos e as suas diferentes vias de transição para a democracia. Sanches (2010) (apud Legum, 1986) distingue seis sistemas políticos dominantes em África desde os movimentos de independência: 1) o sistema político de partido único; 2) sistemas políticos híbridos; 3) regimes militares; 4) sistemas democráticos parlamentares; 5) regimes revolucionários; e 6) regimes tirânicos. Bratton & Van de Walle (1997), por sua vez, sustentam que os regimes africanos em 1989 podiam ser agregados em cinco tipos: 1) sistema monopartidário plebiscitário; 2) oligarquia militar; 3) o sistema monopartidário competitivo; 4) oligarquia e 5) sistema multipartidário.

Na perspetiva de Woglo (2014), o problema da democratização do continente africano tem sido influenciado por diversos fatores, incluindo o desenvolvimento de acontecimentos históricos e pela própria sociedade civil. Este autor recorda que os movimentos pró-democracia em África tiveram o seu início no final da década de 80 e no início da década de 90 do século XX, numa tentativa de abolir os regimes autoritários e combater o sistema de partido único implantado no continente com o advento da independência. De facto, em África, as primeiras eleições multipartidárias ocorreram no começo dos anos 90 e marcaram o início da transição. Apenas em Angola o processo seria bloqueado devido ao ressurgimento do conflito armado com a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA). Nos outros casos, o processo de transição foi concluído, iniciando-se posteriormente as tarefas de democratização (Bratton & Van de Walle, 1997).

Em Cabo Verde e STP estas tarefas foram encetadas por um novo partido político, o Movimento para a Democracia (MPD) de Cabo Verde e o Partido de Convergência Democrática - Grupo Reflexão (PCD-GR) de STP, que, embora formados poucos meses antes das eleições, venceram as primeiras eleições multipartidárias, com maioria absoluta. Nos restantes países, os partidos que governaram o Estado pós-colonial foram os mais votados (Sanches, 2010). Numa análise aos eventos ocorridos durante as décadas de 1980 e 1990 do século XX, Woglo (2014) considera que a oposição africana foi encorajada por

sérios acontecimentos históricos havidos na Europa, destacando-se a queda do Muro de Berlim, o colapso do comunismo no Leste Europeu e a extinção da União Soviética. As aspirações do continente africano à liberalização política receberam também um estímulo do Ocidente e das instituições financeiras internacionais. O BM, o FMI, bem como outros doadores ocidentais recusaram a ajuda aos governos africanos que apresentavam economias em deterioração até que reformas económicas e políticas fossem executadas ao nível nacional.

Além disso, para este autor, com o fim da guerra fria e a consequente desaparecimento da União Soviética, Moscovo já não podia prestar como outrora assistência económica às nações africanas de governos de cariz socialista ou com tendências comunistas, tendo alterado substancialmente o seu programa de ajuda externa. É assim que, face a forte pressão externa associada a uma economia africana bastante frágil, se abriu o caminho a uma onda de democratização global. Com a queda do comunismo, o surgimento da democracia na Europa encorajou a oposição africana a acelerar as suas próprias campanhas contra o autoritarismo e a reivindicar o estabelecimento duma forma de governo mais aberta e participativa. Foi nesta época que houve uma grande e extensiva mobilização da sociedade civil em muitos países africanos. Grandes protestos contra os regimes autoritários foram liderados por estudantes, profissionais e associações civis, sindicatos de trabalhadores, líderes das Igrejas, grupos femininos, organizações de direitos humanos e outras (Woglo, 2014).

Esses grandes movimentos de protesto responsabilizaram o sistema de partido único pelas terríveis condições criadas nas suas respetivas sociedades e clamavam por maior liberdade política, bem como por políticas eleitorais abertas, exigindo o aumento da transparência e da responsabilidade do governo. No mesmo período, os protestos populares em forma de demonstrações e rebeliões forçaram diversos líderes autocráticos a abandonarem os seus cargos de liderança, destacando-se, por exemplo, entre outros, os casos da Etiópia e do Mali e passaram a acatar as reivindicações do povo por reformas políticas como ocorreu, entre outros, no Quénia, no Malawi e no Benin. A tarefa para a democratização da África tornou-se assim num dos projetos prioritários dos tempos modernos (Pontes, 2016).

Tal como dizem Bessa (1993), Cruz (1995), e Sanches (2010), a maioria dos países africanos luta pela implementação de um regime democrático e tem-se assistido ao longo de vários anos, a partir da data das independências, à aplicação de diversos sistemas económicos, dos ultraliberais aos socialistas, todos com o objetivo de procurar colocar estes países no grupo dos classificados como desenvolvidos. A ausência de coesão nacional, a insuficiente formação política das massas populares, o clientelismo político, os circuitos financeiros paralelos, a corrupção em diversos setores – para citar apenas alguns – são obstáculos com que a maioria dos países se debate e que têm travado/dificultado o desenvolvimento da tão almejada democracia. Na perspetiva de Woglo (2014), uma verdadeira democracia é fundamentada no sistema de competitividade entre os partidos, onde o governo é formado pelo partido maioritário, que por sua vez respeita os direitos da minoria, uma oposição estruturada para vencer eleições e preparada para formar um governo alternativo.

Algumas obras consultadas, nomeadamente Seibert (2005), Sanches (2010) e Pontes (2016), que se debruçaram sobre os processos de mudança política nos países africanos de expressão portuguesa, destacam o carácter distintivo dos casos cabo-verdiano e santomense. O legado colonial (sem guerra armada), o tipo de transição para a independência (negociada) e a fraca polarização e politização das clivagens de base étnica, religiosa ou territorial e a cultura política das elites são apontados como os principais fatores explicativos. De facto, Cabo Verde e STP, que vinham de uma longa história de monopartidarismo, realizaram as suas primeiras eleições multipartidárias em 1991, ocasião em que os partidos que detinham o poder foram derrotados. Atualmente, ambos os países possuem sistemas políticos relativamente estáveis, tendo realizado pacificamente várias eleições gerais.

Segundo Sanches (2010), no contexto africano é possível identificar duas modalidades de transição democrática que caracterizaram os caminhos seguidos pelos países africanos para a abertura política, no âmbito da originalidade dos processos de democratização ocorridos nesse continente. De acordo com esta autora, o primeiro tipo de transição ocorreu em vários países africanos, nomeadamente Benin, Nigéria, Tunísia, Cabo-Verde e STP e é designado como “transição pela via de conferência nacional”. Um segundo modelo de democratização foi a transição imposta pela população e teria ocorrido em países como Argélia, Gabão e Costa do Marfim.

Na perspetiva de Sanches (2010) e Pontes (2016), a influência dos atores externos nos processos de democratização do continente foi, em muitos casos, determinante para o início do processo de reforma política em favor da democratização, destacando-se duas vias essenciais, sendo a primeira através de uma forte interferência dos países doadores e das agências de financiamento como o BM e o FMI nos processos de reforma económica que acabariam por ter impacto sobre a política; a segunda via iria emergir como consequência da queda do regime soviético e o colapso dos regimes ditatoriais no leste europeu, no final dos anos 80 e inícios de 90 do século XX. A importância combinada desses dois fatores contribuiu para a aceleração dos processos de democratização e para o surgimento de regimes democráticos designados de “*democracias virtuais*” ou, como os caracteriza Zacaria (2004), “*democracia iliberais*” onde aparentemente funcionam as regras consideradas essenciais para se definir um governo democrático. Sobre este aspeto, Huntington (1994) disse o seguinte:

As forças externas podem ser decisivas para a democratização de um país. Para ele, os atores externos podem contribuir tanto para retardar ou então para precipitar o processo de democratização, seja através de pressões sobre a necessidade de se estabelecer mudanças na economia ou pela intervenção ligada a aspetos da política interna que marca a situação de um determinado país (Huntington,1994:99).

De acordo com Woglo (2014), nos últimos anos tem sido impressionante a presença de observadores eleitorais enviados à África pela União Europeia, no quadro das eleições nos países do continente, em que o processo de votação se tem desenvolvido na base de um sistema pluripartidário, do sufrágio universal e de princípios democráticos. Não obstante todo o empenho interno e externo, pouco tem sido o sucesso obtido na área da democracia partidária e menos ainda na execução de um governo plenamente aceitável pelo povo. Por isso, interroga o autor sobre o que fazer e que modelo seguir. Conclui dizendo que a dificuldade encontrada na implantação de democracia em África contemporânea veio a servir de base para uma reavaliação crítica dos modelos democráticos que têm dominado até agora o processo de democratização no continente alegando que nenhum modelo tem servido com eficiência plena. Considera por isso que talvez haja a necessidade de reconciliação através do diálogo entre as tradições africanas e ocidentais. Do ponto de vista analítico, pelas tradições africanas se pode enfatizar o tipo de representação igual dos grupos de componentes na política, ao passo que pelas tradições ocidentais seriam aplicados os benefícios de uma sociedade

moderna . Assim, a opção para os países africanos contemporâneos não seria baseada nem no modelo ocidental, nem no tradicional africano, mas numa entidade que sairia beneficiada dos dois modelos (Woglo, 2014).

3.2. Sistema político democrático em STP

Tal como aconteceu com os outros países lusófonos, STP tornou-se independente em 1975 e logo em seguida adotou um regime autoritário de partido único, que vigorou até 1990, quando iniciou a abertura política. No regime autoritário, a Constituição deste arquipélago consagrava um sistema de governo presidencial e as eleições legislativas eram feitas por via indireta e com a apresentação de listas feitas pelo MLSTP que governou o país durante 15 anos (Seibert, 2001, 2005). Na perspetiva deste autor, as esperanças de um futuro melhor alimentadas pelos santomenses na altura da descolonização não foram concretizadas durante os primeiros quinze anos da independência do país. O fracasso da política económica foi atribuído ao regime monopartidário e ao modelo de economia centralizada. Porém, apesar da concessão da ajuda internacional, *per capita*, ser a mais alta do mundo, também a introdução do sistema multipartidário e da economia de mercado livre não resultou num melhoramento palpável do nível de vida da população. Ao contrário, para a maioria dos santomenses a situação económica até piorou.

Com efeito, STP foi o primeiro país africano a proceder à abertura política para a democracia em dezembro de 1989, através da realização de uma conferência nacional, onde participaram, entre outros, representantes do Benin e de Cabo Verde, tendo desta forma institucionalizado o multipartidarismo, através do referendun da primeira Constituição de cariz democrático. Segundo Branco (1998), a convocação dessa conferência nacional permitiu contornar os estrangulamentos que o MLSTP vinha experimentando internamente, ao nível sobretudo dos órgãos da cúpula, estrangulamentos esses que ameaçavam paralisar toda a dinâmica que se vinha imprimindo com as reformas políticas e económicas. Na perspetiva de Costa (2011), o partido que liderava teve a capacidade e a visão de antecipar a evolução da conjuntura internacional e regional. Impulsionou e levou a cabo uma transição para o sistema democrático multipartidário, depois de um profundo e histórico debate na sua conferência nacional, realizada entre 5 e 8 de dezembro de 1989. Este evento presidido pelo então

Presidente da República foi o momento político que marcou uma verdadeira revolução tranquila que conduziria à mudança de regime. Sobre este aspeto disse Costa (2011) o seguinte:

Saltámos o muro antes de ele ter sido demolido. Foi uma iniciativa pioneira em África. STP, duas pequenas ilhas no Atlântico Sul foi, se me é permitida, a imagem, a semente que haveria de dar frutos no continente africano (Costa, 2011:56).

Uma rutura que, segundo Costa (2011), decorreu de forma ímpar e que é ainda uma referência exemplar, seja qual for a latitude geográfica, sobretudo pela forma como decorreu, em concreto, essa reunião magna e como foi possível falar e criticar sem qualquer constrangimento, de acordo com a consciência de cada um. Para este autor, não há muitos casos na história global de mudanças de regime para a democracia em que tenha sido o próprio partido único no poder a tomar a iniciativa e a liderar a mudança. Por isso, disse o seguinte:

Essa revolução tranquila, embora, como em todas as rupturas, acompanhada de vicissitudes, pioneira em África, engrandece o país e ocupará para sempre um lugar de relevo na memória coletiva (Costa, 2011:57).

Importa realçar que foi pacífico o processo de transição para a democracia em STP, sem qualquer pressão social e sem quaisquer sinais de protestos contra o regime autoritário. Relativamente a este aspeto, Sanches (2010) (apud Mainwaring e Share, 1986) sustenta que o silêncio da sociedade em relação ao regime autoritário tem a ver com o facto de não existirem canais legais e institucionais para a expressão da sociedade civil e dos contestatários. Por essa razão, os líderes autoritários interpretam a ausência de protestos como um sinal de aprovação do regime e por isso muitos decidem fazer a abertura acreditando que permaneceriam no poder. Com efeito, ao iniciarem o processo de abertura política, os dirigentes do regime do partido único, estavam confiantes numa vitória nas primeiras eleições democráticas que foram realizadas em Janeiro de 1991. Nessas eleições, uma maioria absoluta foi conferida ao PCD, partido da oposição, que tinha acabado de ser institucionalizado, o qual passou a ocupar 33 das 55 cadeiras no parlamento santomense.

Esta vitória veio confirmar a tese defendida por Huntington (1994), quando dizia:

as primeiras eleições democráticas realizadas nos países de terceira onda de democratização concedem, na maior parte dos casos, vitória aos partidos da oposição que geralmente apareceram e se organizaram de uma forma muito rápida e, esse novo partido, passa a absorver todas as frustrações e anseios dos eleitores (Huntington, 1994:181).

Este autor considera que o voto em massa no partido da oposição é, acima de tudo, um voto simbólico, um voto de protesto relativamente ao regime anterior, simbolizando um desejo de mudança e acabando por atrair uma grande legião de apoiantes e simpatizantes. Porém, conforme sustentam Schmitter (1997) e Pontes (2016) as evidências têm provado que, geralmente após a euforia das primeiras eleições, segue-se um processo de rutura e divisões no seio daqueles partidos, exatamente pelo facto de terem surgido de forma muito rápida e de não levarem em consideração naquele momento um aspeto muito importante que é a questão da definição ideológica. Por isso, em muitos casos, ao chegarem ao poder, os partidos da oposição começam a sofrer várias crises internas, resultado das múltiplas contradições existentes no seu seio, e depois de alcançarem o poder, torna-se difícil manter uma convivência interna pacífica. Os conflitos tendem a intensificar-se no seio do partido e o resultado são as frequentes cisões. A formação do PCD, enquanto partido, confirma a tese defendida por Schmitter (1997) e Pontes (2016). Como vencedor das primeiras eleições livres e democráticas com 33 lugares no parlamento, este número foi decrescendo paulatinamente em cada legislatura, estando na atual legislatura (2014-2018) reduzido a apenas 5 Deputados no parlamento santomense.

De realçar que entre 2001 e 2006 se assistiu em STP a uma evolução importante no número de partidos e de coligações eleitorais, tendo-se atingido um total de 14 partidos, a maioria dos quais nunca conseguiu qualquer assento parlamentar, situação designadamente reservada ao ADI, MLSTP, PCD, e à União dos Democratas para Desenvolvimento (UDD). Para além dos já citados partidos de âmbito nacional, existe na ilha do Príncipe um partido de âmbito regional, fundado em 2006, intitulado União para a Mudança e Progresso do Príncipe (UMPP). Considerando que, no caso de STP, tem sido difícil a um único partido alcançar a maioria das cadeiras no Legislativo, tendo vindo a constituir prática a formação de governos de coligação entre os partidos políticos que conseguem representação na Assembleia Nacional, as quais em geral se mostram particularmente instáveis e com pouco tempo de

duração (Sanches, 2010). Entretanto, no âmbito das eleições legislativas de 2014 surge um partido, o ADI, que ganhou as eleições legislativas com maioria absoluta, tendo conquistado 33 dos 55 assentos parlamentares. De recordar que, em finais de 1998, o MLSTP tinha igualmente ganho as eleições legislativas com uma maioria absoluta em que tinha conquistado 33 dos 55 assentos parlamentares. Infelizmente, o governo saído dessas eleições não terminou a legislatura, já que a Assembleia Nacional foi dissolvida na sequência da tomada de posse de um novo presidente da República que não era da mesma coloração política.

De acordo com Romana (1997), a modernização do Estado santomense foi o argumento encontrado para se proceder à mudança do sistema político.

A modernização do Estado santomense é a justificação encontrada no preâmbulo da Constituição de 1990, que deu início à Segunda República, para a modificação do sistema político, que deixou de assentar no regime de partido único, consubstanciado no MLSTP, e passou a recolher a participação de outras forças politicamente organizadas, “com vista ao aprofundamento da democracia, em prol da modernidade em STP” (Romana, 1997:176).

Atualmente, este arquipélago tem uma democracia representativa, com um Parlamento, um governo e um presidente da República eleitos por sufrágio universal direto. A mesma revisão constitucional, na perspetiva de Seibert (2005), faz algumas alterações quanto aos poderes do Presidente da República e o sistema de governo de STP passa a ser designado de semipresidencial, espelhado no sistema de governo de Portugal, país no qual se inspirou para a elaboração do seu modelo constitucional. Esta Constituição que vai definir as regras do regime democrático reduz algumas atribuições e poderes que antes eram reconhecidos ao Presidente da República. No entanto, na perspetiva deste autor, ainda que formalmente tenha ocorrido uma redução de poderes do presidente, na prática ele continuou a assumir funções que a Constituição já não lhe permitia, o que teve efeitos negativos como, por exemplo, a constante instabilidade do sistema político que afeta a qualidade da própria democracia, evidenciando a ausência de estabilidade política que era crucial para promover o desenvolvimento pois tal como dizia Almeida:

“A estabilidade política é um elemento importante para a formação do poder. Dá credibilidade, suscita confiança, aproxima a relação” (Almeida, 2012:248).

Com efeito, Costa (2011) também reconhece que a instabilidade política tem inviabilizado o processo de desenvolvimento do país, salientando que desde que em 1991 se realizaram as primeiras eleições livres e multipartidárias, STP teve catorze primeiros-ministros em vinte anos. Para este autor, esta crónica instabilidade político-governativa, a falta de tempo - variável tão importante para quem governa - tem inviabilizado a implementação, com princípio, meio e fim, de programas de governo coerentes, qualquer que seja a força partidária, salientando que os ciclos políticos tão curtos de exercício de poder têm sido e continuarão a ser, um sério handicap à concretização das reformas de que o país carece.

As sucessivas quedas de governo e o clima de instabilidade política permanente são justificadas como fruto do arranjo institucional que funciona nesse arquipélago e decorre das ambiguidades estabelecidas pela Constituição democrática, a qual atribui aos dois órgãos de soberania – Presidente da República e executivo chefiado por um primeiro-ministro – poderes suficientes para que ambos tenham poder decisório e de permitir igualmente a eles a possibilidade de controlar alguns aspetos do processo decisório. Segundo Seibert (2005), o grande problema reside no facto de a constituição santomense preservar para o Presidente da República amplos poderes sobre a área económica e na administração dos fundos do petróleo que, ambigualmente, também são administrados pelo governo.

Na perspetiva deste autor, a instabilidade governativa resultante de um relacionamento constantemente tenso entre o Primeiro-Ministro e o Presidente da República, que não têm sido do mesmo partido político, tem demonstrado que a coabitação de partidos políticos nos dois órgãos do sistema do governo não é positiva e tem causado uma situação de instabilidade governativa frequente e um clima difícil e tenso no relacionamento institucional entre aqueles poderes. A consequência direta de tal situação tem sido a de uma constante paralisia decisória. Ainda segundo aquele autor, ao invés do Presidente da República agir como árbitro do sistema político, devendo intervir só em situações consideradas graves, tal como a Constituição estabelece, na prática o Presidente tem agido como parte e causa dos conflitos e da instabilidade institucional que tem existido naquele país desde a abertura democrática. Importa ressaltar que, com as eleições presidenciais realizadas em julho de 2016, o país conta agora com um presidente da República que é da mesma cor partidária do governo, o que, segundo alguns analistas, poderá garantir a tão almejada estabilidade governativa.

Capítulo 4 – O turismo, as zonas francas e o mar como vetores estratégicos para a transformação de STP num Gateway Regional

A transformação de STP num Gateway Regional pressupõe uma profunda análise das potencialidades que o país oferece, bem como uma grande aposta no turismo como vetor estratégico para um desenvolvimento sustentável.

Alguns países menos desenvolvidos perspectivavam no turismo, já desde a década de sessenta do século passado, uma salvação para o desenvolvimento económico, apoiados pelas visões da OCDE, BM, World Trade and Tourism Council ou do PNUD (De Kadt, 1979). Desde então o setor do turismo tem vindo a adquirir uma importância crescente nos países em desenvolvimento, sendo um importante aliado no processo do desenvolvimento económico, em particular, nas pequenas ilhas dadas as potencialidades existentes (como a riqueza da fauna e da flora) e a saturação dos principais mercados do turismo (Europa e América) (Brito, 2010; Lima, 2011; Fernandes, 2014). Nestes países, tal como em STP, o turismo parece carregar consigo um enorme potencial para proporcionar formas de desenvolvimento económico ou de alívio da pobreza: mediante a criação de emprego, a capacidade de gerar divisas, aumentando receitas nacionais, e pelo impulso que proporciona ao desenvolvimento regional (De Kadt, 1979; Barros, 2004; UNESCO, 2014; Fernandes, 2014).

Neste capítulo, abordaremos questões que se prendem com o desenvolvimento do turismo no continente africano, onde STP está inserido, bem como as potencialidades que este país oferece para que o turismo seja considerado como um dos vetores estratégicos para um desenvolvimento sustentável destas ilhas. De igual modo, pretendemos caracterizar de, forma sucinta, o turismo em STP, realçando a evolução que este setor vem conhecendo ao longo dos anos, bem como as perspectivas do seu desenvolvimento e o impacto do mesmo no desenvolvimento destas ilhas.

4.1 A importância do turismo em África

Tal como tem acontecido ao nível internacional, no continente africano e em particular em STP, o turismo vem adquirindo cada vez mais importância, disputando um lugar cimeiro, a par dos demais setores da economia, tratando-se de um setor promissor para o

desenvolvimento económico e humano destas pequenas ilhas (Lima, 2011; Fernandes, 2014). De acordo com o relatório do BM de 2013, em todo o mundo o turismo constitui um poderoso motor de crescimento e criador de emprego, gerando direta e indiretamente 258 milhões de postos de trabalho (8,8% do emprego global), 6 mil milhões de USD em valor acrescentado (9,1% do PIB global), 1,1 mil milhão de USD das receitas de exportação (5,8% do total), e 652 mil milhões de USD de investimento (4,5% do total). As chegadas mundiais de turistas internacionais cresceram uma média de 4 a 5% ao ano desde os anos 50.

Segundo os dados da OMT (2015), as chegadas internacionais (visitantes que pernoitam) aumentaram em 4,3% em 2014, atingindo a cifra recorde de 1.133 milhões de chegadas. A região das Américas registou o maior crescimento, com um aumento de 8% em chegadas internacionais seguindo-se a Ásia, o Pacífico e o Médio Oriente. A Europa registou um aumento na ordem dos 3% e a África conheceu um aumento na ordem dos 2%. De recordar que no ano 2012 a África registou o segundo maior crescimento ao nível do turismo, com um aumento de três milhões de turistas (6%), atingindo os cinquenta milhões de chegadas pela primeira vez, atrás da Ásia e do Pacífico (7% de crescimento). Os dados suprarreferenciados demonstram que no continente africano o turismo vem adquirindo uma importância crescente ao longo do tempo, principalmente desde 1980, registando-se um incremento significativo do número de chegadas internacionais, assim como da importância das receitas turísticas na contabilidade nacional (OMT, 2015).

Com efeito e tal como reconhecem Brito (2004) e Lima (2011), entre 1950 e a década de 80, o continente africano era pouco procurado como destino turístico, sobretudo quando comparado com outras regiões, tendo os efeitos do setor um fraco significado na economia e na vida social. Para estes autores, esta situação deveu-se a várias causas, mormente: a) ao facto de muitas das regiões terem passado por tardios processos de independência política, associados a eventuais conflitos internos, geradores de instabilidade e de insegurança; b) à inexistência dos meios que permitiam acolher em massa os fluxos de turistas; c) à existência de múltiplas doenças endémicas que adquiriram importância crescente, entre as quais o paludismo. Na perspetiva dos referidos autores, durante um período de cerca de 30 anos foram privilegiados outros destinos, nomeadamente, numa fase inicial, o europeu devido à tradição turística e histórica advinda do período do “*Grand Tour*” e o americano que começou a reunir as

vantagens da estabilidade política associadas às potencialidades do lazer heliotrópico e à diversão. Após a década de 1980, os países africanos, então constituídos como Estado-nação, deram continuidade aos processos de desenvolvimento económico e foi principalmente após a década de 90 que o turismo foi alvo de valorização, pois passou a ser concebido como um setor privilegiado na promoção de mudança social e do possível crescimento económico. Segundo Lima (2011), a África revelou-se, por um lado, um continente dotado de um vasto e diversificado potencial natural, vulgarmente conotado com o exotismo das paisagens tropicais, dispondo de vegetação diferenciada em função das regiões e fauna abundante e por outro lado, do ponto de vista turístico, um continente marcado, entre outros aspetos, pela especificidade cultural, no que respeita à organização social, às tradições e às práticas culturais.

Autores como Brito (2010) e OMT (2015) consideram que, apesar das potencialidades e do historial turístico do continente no sentido da valorização das sub-regiões, o turismo africano tem-se confrontado com um conjunto de constrangimentos de diversa ordem e que podem ser inibidores do desenvolvimento. De acordo com os referidos autores, esses constrangimentos são, entre outros, os seguintes: a) a falta de segurança, principalmente nos centros urbanos; b) a instabilidade política vivida em alguns países; c) os deficientes cuidados de saúde e de higiene; d) os precários meios de transportes e de comunicações; e) a ausência ou os reduzidos investimentos na criação e reabilitação de infraestruturas; f) os elevados índices de inflação; g) e o baixo nível de profissionalismo agravado por fracos graus de escolaridade e de formação, quando comparados com outros destinos turísticos mundiais, que se revelam mais atrativos para o turista, e que são ainda mais competitivos do ponto de vista económico.

No entanto, de acordo com o relatório do BM (2013), o turismo em África está a atrair cada vez mais investimento, regional e internacional, e o retorno dos investimentos no setor continua a cifrar-se entre os mais elevados do mundo. Cadeias de hotéis de nível global estão a expandir-se por toda a África, reconhecendo o seu potencial de investimento e aplicando milhões de dólares em novos projetos ao longo dos próximos anos, para dar resposta a uma procura tanto de turistas internacionais como da classe média em rápido crescimento do próprio continente. Este relatório examina o potencial dos países de África para melhorarem e expandirem o seu setor de turismo e sugere que 33 dos 48 países da África subsaariana têm

atualmente capacidade para serem bem-sucedidos no setor turístico, estabelecendo um forte apoio político para desenvolver esta indústria e atraindo mais investimento privado para ajudar a financiá-la e sustentá-la. O mesmo cita exemplos bem-sucedidos de vários países, incluindo África do Sul, Cabo Verde, Maurícias, Namíbia, Quênia, Ruanda, Tanzânia e outros, que simplificaram as suas políticas de turismo, diversificaram o setor e liberalizaram o transporte aéreo, protegendo simultaneamente as suas comunidades e o seu meio ambiente, o que criou um clima de investimento positivo para o desenvolvimento do turismo (BM, 2013).

Para Fernandes (2014), este é o primeiro relatório que analisa a nível regional e de uma forma abrangente, o turismo na África subsaariana, e recomenda medidas práticas, com base em dados concretos, que poderão promover uma transformação económica, alavancando a indústria do turismo para ajudar a criar empregos, estancar a pobreza e diversificar economias e salientando que, se for desenvolvido com eficácia e gerido de forma eficiente ao longo do tempo, o turismo tem potencial para acelerar o crescimento económico de África e a criação de empregos.

4.2 Turismo sustentável

Autores como Lima (2011) e Fernandes (2014) reconhecem que a ideia de um turismo sustentável não é nova, referindo-se a uma variedade de tipologias e modalidades de turismo que têm vindo a emergir desde há mais de trinta anos como alternativas ao turismo tradicional. Todavia, estas modalidades emergentes nem sempre tiveram em conta, por exemplo, as necessidades de desenvolvimento e sustentabilidade da população local, afirmando que abraçar completamente o turismo sustentável é o único caminho a seguir, através do qual negócios mais fortes podem emergir.

Para Cunha (2006), o turismo sustentável foi oficialmente consagrado na “Carta do Turismo Sustentável”, preconizando-se que o desenvolvimento do setor deveria assentar num conjunto de critérios multivariados, promotores de sustentabilidade, coincidindo com os pressupostos apresentados para o conceito de desenvolvimento sustentável ou seja: a) ser viável do ponto de vista económico e integrado setorialmente; b) garantir o bem-estar ecológico a longo

prazo; c) ser socialmente equitativo. O turismo é entendido como um setor promotor de crescimento e de benefícios múltiplos, de índole socioeconómica e cultural, mas na conceção da sustentabilidade pressupõe um carácter duradouro e de longo prazo, sem gerar problemas ambientais ou de assimilação cultural (Brito, 2004; Lima, 2011). Na perspetiva da OMT (2015), ao contrário das práticas massificadas, o turismo sustentável procura promover o desenvolvimento de forma ininterrupta, contínua, com otimização dos recursos, minimizando os resíduos dos excedentes e promovendo a melhoria da qualidade ambiental, associada ao elevado índice de satisfação procurado.

Ainda para a OMT (2015), o desenvolvimento turístico sustentável é um processo com tripla ação nomeadamente: 1) a sustentabilidade sociocultural, permitindo que o controle e a gestão dos recursos disponíveis sejam efetivados localmente pelas populações autótonas, de acordo com os traços culturais e os padrões valorativos de referência; 2) a sustentabilidade ecológica, garantindo a adequação entre o desenvolvimento e a preservação ambiental; 3) a sustentabilidade económica permitindo a eficiência económica sem ameaçar o crescimento futuro. Entretanto, Brito (2010) considera que a relação entre as três dimensões é conseguida, através da garantia de preservação ambiental, atribuindo autonomia às comunidades locais, respeitando a cultura e os valores de origem, reforçando a identidade comunitária, salvaguardando o desenvolvimento económico mediante a gestão dos recursos disponíveis e assegurando a sua utilização pelas gerações futuras.

Para o PNUD (2015), o objetivo fundamental do turismo sustentável é o de permanecer no tempo, necessitando para isso de manter a sua rentabilidade, protegendo os recursos naturais que o sustentam e respeitando e envolvendo a população. Na perspetiva de UNCTAD (2014), as práticas turísticas têm evoluído, transformando a consciência, as motivações e os comportamentos dos atores. Desta forma têm surgido tipologias de turismo cada vez mais diversificadas, como o turismo cultural, religioso, agroturismo, ambiental e científico. Esta diversificação da oferta turística procura corresponder às novas necessidades e preocupações dos turistas. Foram assim emergindo formas de turismo que procuram a sustentabilidade em várias dimensões. Em particular, a partir dos anos 70 do século XX, surgiram formas de turismo ditas alternativas ao turismo de massa. Entre estas, muitas denotam preocupações com o ambiente e exploram de forma direta ou indireta o património natural. Tentando

minimizar os impactos, estas novas formas de turismo valorizam a atividade e os serviços personalizados, individuais ou em pequenos grupos, e procuram dar ênfase à viagem, enquanto experiência nas culturas de acolhimento e na manutenção de valores e sociedades tradicionais (UNCTAD, 2014).

Baseada em várias fontes apresentamos, na tabela nº 20, abaixo discriminada, as principais tipologias turísticas que se integram numa filosofia de sustentabilidade, de valorização dos recursos ambientais, ou realizadas em contexto natural. Tal como reconhece Fernandes (2014), não sendo uma classificação fechada, poderá clarificar alguns dos conceitos usados nestas várias atividades e os seus tipos, permitindo uma planificação e gestão mais eficiente entre os diversos atores responsáveis.

Tabela nº 21 – Tipos de turismo numa ótica de sustentabilidade

Tipos de Turismo	Definição
Turismo cultural	Aquele cujo objetivo é visitar os recursos históricos, arquitetónicos, artísticos e étnicos de uma zona;
Turismo rural	Aquele cujo objetivo é a visita e o lazer no meio rural;
Turismo de natureza	Aquele cujo objetivo é o relaxamento e prazer no ambiente ou áreas naturais;
Ecoturismo ou turismo ecológico	Aquele cujos objetivos são a realização de atividades recreativas de apreciação dos espaços naturais e o conhecimento do ambiente visitado de modo amplo, muitas vezes aliado a atividades de consciencialização para a conservação dos ecossistemas;
Turismo de aventura	Aquele cujo objetivo é a prática de atividade física na natureza ou de desportos radicais;
Turismo eco- científico	Aquele cujo objetivo é adquirir um conhecimento mais aprofundado ou técnico do ambiente e de áreas naturais.

Fonte: Elaborado com base em Fernandes (2014).

O turismo é um fenómeno multidimensional que engloba várias vertentes, tais como a económica, a política, a ambiental, a demográfica, a social e a cultural e com repercussões a todos os níveis. Por isso, para que um país seja potencialmente considerado destino turístico é fundamental que reúna três condições principais, nomeadamente: a) ser atraente no que respeita a um conjunto de aspetos, tais como o meio ambiente natural, as características culturais, a estabilidade política e as vantagens económicas; b) ser acessível relativamente à distância e à acessibilidade a meios de transporte externos, assim como nas formas de

deslocação interna; c) reunir internamente as condições que permitam estadias por um período de tempo desejado (Fernandes, 2014; UNCTAD, 2014).

Nas economias menos desenvolvidas, mais especificamente, nos PEIVD, o turismo surge como uma estratégia de desenvolvimento dado as potencialidades existentes (a riqueza da fauna e da flora) e dado a saturação dos principais mercados do turismo (Europa e América) (Brito, 2010; Lima, 2011; UNCTAD, 2014). Estes dois aspetos facilitam o impulsionamento do turismo nestas regiões do globo, permitindo as pequenas ilhas criarem postos de trabalho diretos (serviços hoteleiros e outros serviços) e indiretos (ampliação dos serviços, comércio, construção civil e outros). Romana (1997) considera que as pequenas ilhas-Estado menos desenvolvidas apresentam no geral a flora e a fauna bastante exclusivas suscitando as atividades turísticas.

O turismo pode mesmo ser considerado como a principal fonte de receitas na maioria das pequenas ilhas-Estado. Por exemplo, em ilhas Maurícias, as Fiji, Seychelles e República Dominicana o turismo é dos únicos setores que geram maior riqueza (Romana, 1997:47-49).

Na perspetiva de Romana (1997), Brito (2010), Fernandes (2014) e UNCTAD (2014) é reconhecido o papel que o turismo representa no crescimento das pequenas ilhas - Estado, sublinhando que nos casos das Maurícias, as Fiji, as Seychelles e a República Dominicana, o turismo é, praticamente, o único setor de atividade gerador de riqueza. No entanto, de acordo com o relatório UNCTAD (2014), uma das preocupações dos especialistas das Nações Unidas para a área do turismo diz respeito aos efeitos negativos do crescimento, não planeado, do setor nos países mais pobres, à custa da aposta no turismo de massas, com as inevitáveis repercussões no meio ambiente e no tecido social que se torna permeável, o que leva a um processo de descaraterização cultural.

Sobre este aspeto Romana (1997) diz o seguinte:

O turismo é um fator fundamental para a sobrevivência de muitas das pequenas ilhas-Estados, e deverá, no futuro, continuar a ser quase o único suporte para uma estratégia de desenvolvimento, funcionando como elemento indutor do crescimento de outros setores. Contudo, se não houver um planeamento e uma gestão apropriada, o turismo poderá gerar efeitos perversos, em termos de proteção do meio ambiente, da diversidade e da fragilidade das culturas locais (Romana, 1997:50,51).

Por isso, é importante no planeamento desta atividade o conhecimento dos impactos do turismo, bem como das suas causas. Os impactos referidos são muitas vezes amplificados nos países em desenvolvimento, agravados pelas situações de extrema pobreza, nas quais a sobrevivência social e económica a curto prazo se sobrepõe à conservação do património natural e cultural e ao turismo nele baseado. Com efeito e tal como considera Fernandes (2014), nestes países é geralmente dada prioridade às necessidades básicas das populações em detrimento da conservação das atrações turísticas, o que gera grandes desafios para a possibilidade do desenvolvimento através do turismo, salientando que o turismo é intrinsecamente uma atividade portadora de riscos e de oportunidades.

Todavia, devido a essa mesma natureza de atividade económica integradora de múltiplos setores, alguns autores reconhecem que, de um modo geral, a atividade turística tem um efeito multiplicador considerável, com impactos positivos (ver tabela nº 22) noutros setores económicos (Barros, 2004; Cunha, 2006; Fernandes, 2014). A atividade turística é frequentemente encarada como um vetor de aumento da qualidade de vida das populações locais, pela via indireta da construção de infraestruturas, como é o caso de redes viárias ou elétricas.

No entanto, se por um lado o turismo é encarado como potenciador de benefícios em várias dimensões, por outro, nem sempre tem estado à altura das expectativas criadas, tal como reconhecem a WTO (2012) e Fernandes (2014), salientando que muitos dos impactos negativos referidos na bibliografia se associam frequentemente ao turismo massificado, agravando-se nos casos de grandes concentrações das atividades turísticas.

Tabela nº 22 - Possíveis impactos positivos do turismo nos países recetores

Área	Impactos
Económico	<ul style="list-style-type: none"> - Cria capacidade de gerar receitas que se refletem no PIB de um país, superando por vezes a entrada de divisas externas através da exportação tradicional; - Possibilita um aumento de receitas para o Estado, através de impostos; - Estimula outras atividades económicas, em particular de produtos de consumo imediato de outros setores que não poderiam ser exportados, promovendo uma diferenciação; - Permite a criação de empresas turísticas locais; - Favorece a criação de emprego, a reconversão dos postos de trabalho e a (re) qualificação profissional da mão-de-obra, independentemente do género, da idade e da origem étnica; - Melhora as infraestruturas locais (redes viárias, redes elétricas); - Poderá trazer benefícios indiretos a proprietários de terras.
Sociocultural	<ul style="list-style-type: none"> - Aumenta as oportunidades e desenvolve estruturas que melhoram a qualidade de vida das populações (instalações médicas, educacionais e outras); - Possibilita a utilização da população local como mão-de-obra direta ou indireta; - Contribui para o desenvolvimento das comunidades locais, gerando benefícios económicos a partir da prestação de serviços, da gastronomia, do alojamento, de guias turísticos ou da venda de artesanato; - Aumenta as ações e apoios direcionados para a preservação do património e da cultura tradicional; - Ajuda a identificar e a promover culturas diferentes e aumentar a consciência das tradições autóctones.
Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> - Valoriza os recursos naturais, podendo gerar receitas para a sua conservação; - Aumenta a consciência, tanto nos visitantes como nas populações locais, da necessidade de preservar a qualidade ambiental e seus valores sociais, culturais e económicos; - Aumenta as iniciativas para proteger os recursos naturais.

Fonte: Adaptado de Kadt (1991); WTO (2012); UNCTAD (2014) e Fernandes (2014).

Por isso, sublinham que as políticas públicas de turismo devem ponderar os potenciais impactos positivos e negativos, diretos ou indiretos, na delineação das suas estratégias. Entretanto os referidos autores reconhecem que, com a tomada de consciência dos impactos que o turismo pode causar, em particular os negativos, as políticas públicas de turismo têm vindo gradualmente a integrar o planeamento turístico como uma forma de intervir na redução destes impactos, promovendo o desenvolvimento sustentável a longo prazo. Entretanto, alguns autores reconhecem que embora o turismo possa trazer vários impactos negativos (ver a tabela nº 23), a maioria dos países em desenvolvimento não tem muitas alternativas ao turismo, enquanto estratégia de desenvolvimento (Romana, 1997; Costa (2014), Fernandes, 2014).

Tabela nº 23 – Possíveis impactos negativos do turismo nos países recetores

Área	Impactos
Económica	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento da dependência regional da atividade turística em detrimento de outras atividades; - Envio de muitas receitas geradas para fora da comunidade recetora; - Possibilidade de o turismo não atrair rapidamente visitantes suficientes de modo a gerar receitas necessárias às expectativas da comunidade, resultante da natureza competitiva do turismo ou da qualidade dos recursos disponíveis; - Agravamento de estratificação socioeconómica, devido à distribuição não equitativa dos lucros, em particular em populações dispersas no território; - A distribuição de benefícios económicos pode estar dependente de relações de poder local; - A vulnerabilidade associada à sazonalidade de alguns destinos; - Aumento dos preços e de importações para o consumo turístico; - Muitas vezes as empresas turísticas e os hotéis não recorrem a guias locais.
Sociocultural	<ul style="list-style-type: none"> - Perda de identidade através da descaracterização dos traços culturais das comunidades de acolhimento; - Mudança nas atividades tradicionais para se adequarem à produção para turistas; - Pressões para prover os locais com estruturas para turistas em detrimento das oportunidades para os residentes locais; - Crescimento da população, gerando problemas de superlotação; - Surgimento de fenómenos sociais de exclusão, prostituição, toxicodependências e criminalidade; - Criação de expectativas de enriquecimento rápido; - Dependência de um único setor, no que diz respeito ao emprego; - A sazonalidade poderá criar empregos temporários que podem vir a competir com outros, como os agrícolas, não gerando um saldo positivo para a comunidade; - Conflitos resultantes da distribuição desigual dos benefícios do turismo, em particular quando as disparidades são grandes, aumentando as desigualdades sociais; - Perda de controlo de exploração ou acesso aos recursos locais, como praias; - Mais contaminações em termos de saúde pública; - O desenvolvimento económico a partir do turismo pode não se traduzir diretamente numa participação da comunidade em ações de conservação e proteção.
Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento urbanístico não controlado e não planeado; - Aumento dos níveis de poluição e de pressão de utilização dos recursos naturais como a água ou recursos energéticos; - Perda de qualidade da água (e.g. detritos orgânicos, agentes patogénicos, turbidez); - Perda de biodiversidade (e.g. vegetação) e perturbações devido à observação da vida selvagem; - Formação de resíduos e impactos nos solos (compactação e erosão).

Fonte: Elaboração baseada em Fernandes (2014).

4.3 Turismo em STP

Alguns autores reconhecem que o turismo é a principal alavanca para o crescimento económico de STP, podendo-se destacar, de entre outros, Romana (1997), Brito (2004; 2010), Afonso (2010), Lima (2011), Soares (2014), Costa (2014), Fernandes (2014). De igual modo, em vários documentos divulgados pelas autoridades santomenses, é reconhecida a importância de que se reveste o turismo no desenvolvimento destas ilhas, salientando-se o PEDT (2001), PNUD (2001), ENRP (2002, 2012), ENPAB (2004), PDT (2008), PADS (2011), bem como os programas dos sucessivos governos do país.

O espírito pacífico e hospitaleiro das suas gentes, a beleza e exuberância da natureza (ainda num estado virgem), as praias bordadas por coqueiros e um mar azul de temperatura amena, a vegetação tropical, o clima, a comida à base de peixe, uma cultura original que é traduzida no folclore (música, danças típicas e teatro), os testemunhos da sua rica história considerados de grande valor patrimonial (roças, igrejas, museu e palácios coloniais), fazem deste arquipélago um destino original vocacionado para o turismo. No país sobressaem atributos ímpares, como as praias desertas, espécies de aves raras e endémicas e a arquitetura colonial das casas existentes nas roças, testemunhos físicos de um passado marcado pela história, que importa preservar (Afonso, 2010).

De facto e tal como consideram Brito (2010) e GOP (2017), o turismo tem sido entendido em STP, de forma consensual, como um setor prioritário para o desenvolvimento do país, tendo em conta as suas particularidades como um fator de promoção do crescimento económico; um meio que favorece a modernização das infraestruturas internas; um fator de ligação entre o país e o mundo, minimizando os constrangimentos impostos pelo isolamento, pela distância em relação aos principais centros internacionais e pela reduzida dimensão; um setor que requer o aumento e a diversificação dos conhecimentos, da qualificação da mão-de-obra, gerando a criação de novos postos de trabalho com aperfeiçoamento das práticas; quando planeado, um mecanismo de valorização das potencialidades naturais e culturais reduzindo os efeitos da degradação e da destruição decorrentes da exploração não controlada.

Importa realçar que é bastante recente o setor do turismo em STP, dado que apenas começou a ganhar importância a partir dos anos 80 do século passado, com o surgimento de algumas unidades hoteleiras como o antigo hotel *Marlin Beach* (atual *Omali Lodge*), *Club Santana* e *Residencial Avenida* (unidades privadas). Estas unidades surgem no âmbito da aposta do Estado no setor privado. Pode-se considerar que o setor do turismo tem grandes potencialidades no país, mas ainda se encontra em fase embrionária (Costa, 2014; Fernandes, 2014). Apesar do crescimento (lento), a oferta hoteleira ainda é muito escassa, sendo formada por um pequeno conjunto de unidades, ou seja, um total de doze (12) hotéis, que podem ser categorizadas como unidades de pequena dimensão, já que reúnem, em conjunto, um total de 412 quartos (cerca de 1040 camas) (Soares, 2014).

Este aspeto faz com que a oferta seja limitada e pouco diversificada. Importa ainda salientar que das doze unidades hoteleiras existentes, apenas uma (*Hotel Miramar*) é semiprivada, uma vez que, embora pertencente ao Estado, a sua gestão é feita por um privado (*Pestana São Tomé*). Este aspeto pode ser relevado em duas dimensões. Por um lado, pode ser visto como positivo, na medida em que demonstra um incremento da iniciativa privada e do investimento privado estrangeiro no país; pode, por outro, ser visto como negativo, já que o Estado pouco ou nada investe num setor potenciador do crescimento da economia (Soares, 2014).

Segundo este autor, entre as doze unidades existentes, seis (6) delas são consideradas como tendo qualidades superiores de interesse turístico. São elas: *Pestana São Tomé* (5*), *Hotel Miramar* (4*), *Omali Lodge* (4*), *Club Santana* (4*), *Pestana Equador Island Resort* (4*), *Ilhéu Bom Bom Island Resort* (4*). No geral, estas unidades reúnem condições para a prática de todo o tipo de turismo existente nas ilhas, com ênfase para o turismo de negócios e ecoturismo. Ainda no conjunto das seis unidades, importa destacar que três delas (*Pestana São Tomé*, *Miramar* e *Omali Lodge*) reúnem maior capacidade de alojamento. As três unidades juntas possuem cerca de 204 quartos e 408 camas. Ao nível de resorts, é relevante salientar as três unidades mais importantes: *Club Santana* e *Pestana Equador (Ilhéu das Rolas)*, na ilha de São Tomé, e *Bom Bom Island Resort*, na ilha do Príncipe. Os três resorts possuem 112 alojamentos e 224 camas (Soares, 2014; Fernandes, 2014).

Tabela nº24 - Unidades hoteleiras existentes em STP (2017)

Nº de Ordem	Nomes	Localização	Tipo de Unidade	Número de Quartos
1	Hotel Pestana	Cidade de São Tomé	5*	115
2	Hotel Miramar	Cidade de São Tomé	4*	59
3	Omali Lodge	Cidade de São Tomé	4*	30
4	Club Santana	Santana (Distrito de Cantagalo)	4*	31
5	Ilhéu das Rolas	Zona Sul (Distrito de Caué)	4*	56
6	Ilhéu Bom Bom	Príncipe (Distrito de Pagué)	4*	25
7	Hotel Praia	Cidade de São Tomé	4*	34
8	Hotel Bigodes	Cidade de São Tomé	3*	10
9	Hotel Agosto Neto	Cidade de São Tomé	3*	14
10	Residencial Avenida	Cidade de São Tomé	2*	18
11	Hotel Phenicia	Cidade de São Tomé	2*	14
12	S. João dos Angolares	Angolares (Distrito de Caué)	TR	6

Fonte: Elaboração própria baseada no Plano Diretor de Desenvolvimento do Turismo e nos dados da Direção do Turismo (TR – turismo rural).

Os dados acima discriminados demonstram que é na capital onde se encontra a maioria das unidades hoteleiras e, por conseguinte, onde se verifica uma maior ocupação, isso porque, a procura está mais ligada ao seguimento do turismo de negócio e à sazonalidade. O turismo de lazer é menos acentuado. Os hotéis na cidade acolhem sobretudo turistas que optam por programas de uma semana com estadias repartidas por Resorts e na cidade. Devido aos constrangimentos (limitadas infraestruturas e equipamentos turísticos) acima mencionados, as unidades hoteleiras enfrentam, ao longo dos anos, enormes desafios exógenos, sendo de destacar as taxas médias de ocupação anual que rondam os 30% (Brito, 2010). O desafio torna-se ainda maior quando os custos enfrentados pelas unidades hoteleiras as obrigam a estabelecer um preço elevado para a estadia nos quartos, ou seja, o preço médio de estadia num quarto ronda os 65€. Esta situação vai ao encontro da perspetiva do crescimento lento do turismo nas ilhas, estimada pela WTTC, que considerava que o crescimento do turismo em STP para o período de 2009-2014 não ultrapassaria os 5%. Para além deste aspeto verifica-se que o número de chegadas internacionais, apesar de crescente, ainda pode ser considerado como bastante reduzido (Brito, 2010; Lima, 2011; Fernandes, 2014).

- **Potencialidades turísticas em STP**

Estas ilhas, que alguns autores apelidam de ilhas virgens e paradisíacas, apresentam enormes potencialidades turísticas, que as diferenciam de outras ilhas tropicais que já se encontram sobreexploradas. Tal como acontece na maioria dos PEIVD, em STP o turismo é a principal componente de exportação de serviços (exportações com visitantes) sendo atualmente a sua contribuição como fonte de divisas é superior à das exportações de outros produtos, historicamente dominadas pelo cacau (PNUD, 2001; Fernandes, 2014).

A tabela nº 25 (abaixo indicada) resume a importância do turismo face aos indicadores económicos mais importantes, apresentando as perspetivas de evolução desses indicadores até 2023 e estabelecendo uma comparação com os valores quer para o continente africano, quer ao nível mundial. Os dados disponíveis demonstram que, em 2012, as receitas do turismo representaram cerca de 53,6% do total das exportações do país, valor esse que é superior à média da África e do mundo. Esses dados demonstram, de igual modo, que STP está muito dependente do turismo enquanto um dos principais contribuintes para o crescimento e desenvolvimento económico, particularmente no que se refere às exportações, quando comparadas com outras regiões (África – 7,7% e o Mundo- 5,4%). O turismo assume assim um papel preponderante nas pouquíssimas exportações do país, daí que o governo o tenha definido como uma área prioritária de investimento e desenvolvimento (Soares, 2014).

Por outro lado e tal como se pode constatar na tabela nº 25 abaixo discriminada, a contribuição total das viagens e do turismo para o PIB em 2012 (9,4%) foi maior que a sua contribuição direta (4,0%), o que significa que uma parte substancial, mais de metade, advém de impactos indiretos e induzidos. Apesar de se prever uma diminuição da contribuição percentual direta do turismo para o PIB no futuro (2,4% em 2023), há que ter em conta na análise deste indicador o potencial aumento exponencial da contribuição da exploração petrolífera no país, o que fará diminuir substancialmente o contributo relativo do turismo no PIB, ainda que, em termos de crescimento, o cenário seja bastante animador nos próximos anos (com taxa de crescimento média anual positiva estimada em 5,6% até 2023 (Fernandes, 2014)).

Tabela nº 25 - Indicadores de Turismo de STP

Indicador	Região	2012 (% total)	Crescimento 2013 (1)	2023 (% total)	Tema 2013-2023 (2)
PIB (direto) (representa o peso das atividades turísticas no PIB)	STP	4,0	1,3	2,4	5,6
	África	3,8	3,5	3,7	5,0
	Mundo	2,9	3,1	3,1	4,4
PIB (Total) (representa o peso da contribuição direta e indireta do turismo no PIB)	STP	9,4	2,2	5,7	5,4
	África	9,0	3,4	8,8	5,1
	Mundo	9,3	3,2	10,0	4,4
Emprego (direto)	STP	3,4	-0,1	2,4	-0,7
	África	3,0	2,2	3,0	2,3
	Mundo	3,4	1,2	3,7	2,0
Emprego (Total)	STP	8,4	0,0	5,6	-1,2
	África	7,1	2,2	7,0	2,4
	Mundo	8,7	1,7	9,9	2,4
Exportações com visitantes (correspondem aos gastos dos turistas internacionais no país de destino em viagens de negócios ou lazer, incluindo os gastos em transporte).	STP	53,6	0,2	8,0	3,2
	África	7,7	3,4	8,7	4,9
	Mundo	5,4	3,1	4,8	4,2
Gastos Domésticos (correspondem aos gastos efetuados pelos residentes num dado país).	STP	2,2	4,8	2,0	9,3
	África	3,6	3,7	3,6	5,1
	Mundo	4,2	3,2	4,7	4,6
Gastos em Lazer (corresponde aos gastos efetuados num país pelos residentes e visitantes internacionais no âmbito de viagens de lazer e negócios, respetivamente).	STP	2,6	1,6	1,4	4,8
	África	2,7	4,0	2,7	5,1
	Mundo	2,2	3,2	2,3	4,6
Gastos em viagem de negócios	STP	1,4	2,0	1,0	7,2
	África	1,0	2,3	1,0	4,7
	Mundo	0,7	3,1	0,7	4,1
Investimentos de capital	STP	5,7	6,6	4,1	2,8
	África	6,5	3,0	6,1	4,8
	Mundo	4,7	4,2	4,9	5,3

Fonte: Elaboração baseada em Fernandes (2014). (1) Crescimento 2013 real ajustado à inflação - (2) TCMA- Taxa de crescimento médio anual real no período 2013-2023, ajustado à inflação.

Em relação aos gastos, pode-se notar que, em 2012, as viagens de lazer em STP corresponderam a 53,6% dos gastos totais (WTTC, 2013), contrariamente aos gastos em viagens de negócios (1,4%), prevendo-se que os gastos com viagens de negócios aumentem com uma taxa média de crescimento anual de 7,2% até 2023, taxa bastante superior às taxas de crescimento previstas para a África e para o mundo para o mesmo período. Dadas as potencialidades do destino, esta organização considera que a contribuição do setor para a empregabilidade da população santomense é ainda reduzida (8,4% do emprego total em 2012 - cerca de 7000 empregos no setor turístico) (WTTC, 2013).

A WTO (2012) considera STP como um dos PEIVD com menos quartos disponíveis, ficando em antepenúltimo lugar no universo global dos PEIVD. Salaria ainda que a falta de capacidade de acolhimento é um desafio para os PEIVD que, tal como STP, procuram o aumento do setor do turismo nas suas economias. A taxa de ocupação destas unidades hoteleiras rondou os 40% a 50% em 2010, segundo dados da (DGTH) divulgados em 2011, através do relatório do plano de agenda sustentável da ilha do Príncipe (PADS). A maior parte destas unidades tem pouca visibilidade nas redes sociais e não tem contratos com operadores turísticos (PADS, 2011).

No que respeita às chegadas internacionais, os dados DGTH apontam para um aumento do seu número, tendo-se atingido, no período de 2002 a 2011, o máximo de chegadas internacionais com quase 16.000 chegadas. A procura de turismo em STP é essencialmente internacional, destacando-se como principais mercados emissores o português e o angolano. Segundo o PADS (2011), em 2010 o mercado português era responsável por 45% dos turistas no território. Seguiu-se o mercado emissor de Angola com 14%, sendo que nenhum dos restantes emissores excedia individualmente os 7%. Ainda segundo o PADS (2011), entre 2002 e 2011 Portugal aparece com a maior taxa de crescimento média anual, seguido de Angola. Brito (2004) relaciona a entrada destes turistas com as “ligações históricas estabelecidas durante o período colonial, nomeadamente promovido pelas migrações de mão-de-obra contratada, particularmente angolana e cabo-verdiana, que incentivaram as deslocações por motivações familiares”. Muitos destes visitantes devem ser portugueses e angolanos de origem santomense, que visitam a sua terra e familiares. Apesar da localização geográfica de STP, os mercados de proximidade (Camarões, Gabão e Nigéria),

maioritariamente relacionados com a vertente de turismo de negócios, têm vindo a diminuir o número de turistas em STP (Fernandes, 2014).

As atividades mais procuradas são passeios para o interior do país (ecoturismo ou turismo da natureza), caminhadas, pesca, praia e sol. As motivações associadas ao lazer representam cerca de 65% dos ingressos registados no país, enquanto as motivações associadas a negócios representam 24% das entradas, de acordo com os dados disponibilizados pelo PADS (2011). Importa realçar ainda cerca de 9% de entradas de santomenses residentes no estrangeiro, muitos deles em visita aos familiares (PADS, 2011). O período de maior procura é de julho a setembro, e fevereiro. O período de menor procura corresponde aos meses de maio, junho e novembro. Apesar disso, não é evidente uma sazonalidade muito definida, sendo STP um destino procurado ao longo do ano de modo mais ou menos indiferente. Isso pode dever-se em parte às características climáticas constantes (Soares, 2014).

Alguns autores, designadamente Romana (1997), Afonso (2010), Brito (2010), Lima (2011), Fernandes (2014) consideram que o setor do turismo em STP apresenta ainda diversos constrangimentos, tais como: a fraca promoção do país no mercado internacional; ausência de um quadro legal atrativo ao investimento e clarificador dos direitos de propriedade; custos elevados e limitações dos acessos (transportes aéreos); oferta hoteleira limitada e cara; precariedade do sistema de saúde; custo muito elevado dos serviços (alimentação, água, eletricidade e telecomunicações); fraco nível de infraestruturas turísticas e dispendiosidade dos serviços de apoio (aluguer de transportes, frete de barcos e centros de lazer); mau estado de conservação do património histórico-cultural do país e falta de saneamento do meio.

Existem ainda outros constrangimentos que bloqueiam o desenvolvimento do turismo neste arquipélago. Desde logo, a ligação aérea que ainda é limitada, embora tivesse conhecido alguma melhoria tendo passado de apenas dois voos semanais a partir da Europa para cinco voos semanais, sendo três pela TAP e dois pela *STP AIRWAYS*. De acordo com o relatório do BM (2013), uma das principais preocupações reside na falta de padrões internacionais na supervisão da segurança, o que exclui as companhias aéreas registadas em STP a partir do espaço aéreo da UE.

De salientar que a ligação aérea com Angola tem vindo a melhorar com cerca de quatro voos semanais e a ligação com o Gabão e a Guiné Equatorial é feita duas vezes por semana através da transportadora *CEIBA*. De igual modo, a ligação aérea com a Região Autónoma do Príncipe tem vindo a melhorar com seis voos semanais, embora tal frequência seja ainda insuficiente para atender às necessidades dos turistas. Por outro lado, são ainda insuficientes os serviços básicos de saúde e capacidades de evacuação de emergência. Os operadores de hospedagem referem, além disso, que os altos preços dos serviços públicos pressionam os custos de operação hoteleira e tornam em consequência menos competitivo o setor. De notar que não tem qualificação adequada grande parte da força de trabalho de STP que constitui o principal ponto de contacto com os turistas (BM, 2013).

Estes fatores serão os principais causadores da ainda baixa afluência de turistas, baixa taxa de ocupação dos estabelecimentos hoteleiros, ainda quase inviabilizante período de retorno do investimento e deficiente aproveitamento das potencialidades turísticas naturais. Para além desses fatores, STP são duas pequenas ilhas e naturalmente pouco conhecidas pelo mundo. Esta limitação, que tem sido mitigada por algumas ações avulsas da DGTH e outras entidades, como o programa televisivo “Na Roça com os Tachos”, de João Carlos Silva, necessita no entanto de medidas bem definidas, contando com o contributo de profissionais nesta matéria suscetíveis de garantir a correta divulgação das ilhas, de modo a atrair, numa primeira instância, turistas e investidores externos, tendo em conta que há vários PEIVD concorrentes, mormente Cabo Verde, Maurícias e Seichelles que oferecem iguais produtos, com maior competitividade (Fernandes, 2014). Saliente-se que para a CNN, STP foi considerado como um dos dez “destinos de sonho”, o local ideal para aperfeiçoar a arte da calma, o que tem contribuído para aumentar o número de turistas que nestes últimos anos tem visitado este país (Daio, 2016).

4.4 Políticas públicas para a promoção do setor turístico em STP

O turismo em STP começou a ganhar mais atenção nas políticas públicas a partir de 2001, com a elaboração do Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo (PEDT, 2001), que apresentou uma estratégia conjunta de orientação e planos de ação para o desenvolvimento do turismo no país. Este plano foi realizado com o apoio do PNUD, OMT e

com a colaboração do governo santomense através da DGTH. A partir desta altura, o turismo começou a ganhar notoriedade nas políticas públicas do país, como se pode constatar através de vários documentos elaborados para o efeito, nomeadamente a Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (ENRP); Estratégia Nacional e Plano de Ação da Biodiversidade (ENPAB); Plano Diretor de Turismo (PDT), de entre outros (Lima, 2011).

- **Plano Estratégico de Desenvolvimento de Turismo de STP (PEDT)**

O PEDT identificou quatro segmentos de mercado potencial no país, que implicariam alterações estratégicas nas práticas predominantes de turismo: Turismo Balnear, que sendo o segmento com maior procura, é também o que enfrenta maior concorrência, de entre outros, de destinos como Cabo Verde, ilhas Maurícias, Seychelles, dispondo de melhores praias e menos chuva; Turismo Desportivo, onde se destacam o mergulho e a pesca desportiva; Turismo de Aventura, orientado sobretudo para destinos longínquos e pouco explorados; Ecoturismo e Turismo de Natureza, através de atividades como a observação de espécies animais (tartarugas, pássaros, répteis, cetáceos) e flora endémica (PEDT, 2001).

Foram definidos como mercados prioritários os de proximidade africana (por razões profissionais, Gabão, Nigéria e Angola, e.g. empresas petrolíferas), e o mercado europeu (Portugal e França). Estes mercados foram mais tarde reconhecidos como prioritários ainda no PADS (2012b). Sugeria-se então a elaboração de um plano de ação para captação de potenciais investidores, melhoramento das infraestruturas e o aumento de parceria entre entidades públicas e privadas envolvidas no turismo, o que se está a concretizar atualmente com a parceria do governo Regional do Príncipe e os investidores do grupo HBD. Este plano identificava também as entidades responsáveis pela execução das ações, bem como as fontes de financiamento, no entanto, não explicitava modelos de avaliação e monitorização concretos (PEDT, 2001).

De notar que no PEDT (2001) o turismo já era considerado como setor prioritário dadas as suas potenciais vantagens económicas, sociais ou tecnológicas. Este plano estipulava objetivos específicos a atingir, apresentando como cenário de crescimento a chegada, em 2010, de 25 mil turistas. Na verdade, devido a vários fatores, o número de turistas pretendido

não foi alcançado, dos quais a tentativa de golpe de Estado de 2003 e à constante instabilidade governativa, que dificultaram a implementação do plano de ação, tendo sido registado nesse ano a entrada de apenas 7963 turistas, de acordo com os dados disponíveis na DGTH (2011). Tanto Brito (2004) como Fernandes (2014) fazem referências a atrasos na implementação do PEDT (2001), principalmente no que respeita à prossecução de medidas específicas, destacando alguns fatores que, dentre outros, contribuíram para este atraso, designadamente a instabilidade governativa, traduzida nas crises políticas cíclicas vividas no arquipélago, o reduzido financiamento, as dificuldades sentidas no relacionamento entre os representantes do Estado, os diferentes atores intervenientes e o conseqüente funcionamento.

Cerca de 15 anos após o lançamento do primeiro plano de desenvolvimento turístico para STP e passados aproximadamente 8 anos da elaboração do segundo, ainda se mantêm muitos dos problemas identificados havendo contudo no presente investimentos que podem contornar algumas das fraquezas e ameaças constantes desta análise, tal como reconhece Fernandes (2014). Para esta autora, se é verdade que existe uma apetência pelo território por parte de investidores estrangeiros, dificultam no entanto a concretização de eventuais projetos a necessidade de liderança, a baixa densidade de iniciativas privadas nacionais e o baixo nível de iniciativa e formação da população.

- **Estratégia nacional de redução da pobreza (ENRP)**

O turismo já era considerado nesta estratégia, elaborada em 2002 e atualizada em 2012, como um dos principais setores económicos do país e é reconhecido como “vital” – uma oportunidade, um dos motores do crescimento a médio prazo e estratégia para o alcance de um desenvolvimento gradual. É também reconhecida a necessidade de proteção do meio ambiente como elemento essencial à atividade turística, bem como a sua integração com outros setores. Entre os objetivos identificados nesta estratégia constavam o aumento, de maneira significativa (entre 5 a 7%), da contribuição do setor turístico para o PIB a partir de 2003, o desenvolvimento de empregos diretos no setor, a maximização dos seus efeitos de arrastamento, a valorização do património natural, arquitetónico e sociocultural, o desenvolvimento do ecoturismo e do turismo balnear e a garantia ao setor privado das condições necessárias ao seu envolvimento.

Esta estratégia estabelece objetivos para o turismo e ações prioritárias para cada objetivo, bem como o seu respetivo cronograma. Identifica as fontes de financiamento para as ações relacionadas com o turismo ou com setores relacionados, propondo a dotação no próprio OGE de fundos para as mesmas ações (ENRP, 2002; 2012).

- **Estratégia nacional e plano de ação da biodiversidade (ENPAB)**

A ameaça que pesa sobre as espécies endémicas, algumas das quais em risco de extinção, associada ao abate indiscriminado de árvores, com a consequente desflorestação, originando a perda de habitats das diferentes espécies com principal incidência sobre as aves; a caça descontrolada e irracional; o aumento da captura e comercialização ilegal das espécies de áreas de florestas primárias e zonas ecológicas, que poderiam ser aproveitadas para o desenvolvimento do turismo ecológico são fenómenos que atentam contra o ecossistema e que exigem das autoridades uma atenção especial, através da adoção de uma adequada política de prevenção e conservação da natureza. Por outro lado, como consequência da extração desenfreada de areia das praias, assiste-se a uma forte erosão do litoral e gradual degradação de algumas praias, urgindo que medidas adequadas sejam adotadas para lhe pôr cobro (GOP, 2003; 2016).

Na ENPAB, o turismo é de igual modo identificado como vetor estratégico do desenvolvimento. Elaborada em 2004, com o apoio financeiro do Fundo Mundial do Ambiente (GEF), esta estratégia propõe melhorar a conservação biológica nacional, a utilização sustentável dos recursos biológicos, assim como apoiar as recomendações da Convenção sobre a Diversidade Biológica (ENPAB, 2004).

- **Plano diretor de turismo (PDT)**

Elaborado em 2008, com a colaboração do governo espanhol através da Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID), com um horizonte temporal de 6 anos (2008-2014), este plano identificava o turismo como eixo potencial para o desenvolvimento do país, mas também reconhecia que o investimento noutros setores poderia potenciar o setor turístico. Nesse sentido, o PDT trouxe algumas novidades em termos de conteúdo, relativamente aos planos anteriores, salientando no seu ponto 7.1. a grande

transversalidade do turismo e a necessidade de uma planificação e gestão integral de todos os elementos com ele relacionados.

Entre estes elementos encontram-se o meio ambiente, as vias de comunicação e transportes, a água, a energia, a gestão de resíduos, a saúde ou a segurança, de modo a adaptar progressivamente as infraestruturas aos critérios de sustentabilidade. Este plano reconhece por isso mesmo a complexidade da planificação e desenvolvimento do turismo, propondo no seu ponto 1.3 a harmonização e coordenação de competências entre as diversas instituições, como o Parque Nacional e as seis Câmaras Distritais em São Tomé, bem como a participação e integração da sociedade civil (PDT, 2008).

4.5 Zonas francas como um dos vetores para a transformação de STP num Gateway Regional.

A criação de uma zona franca comercial e de um paraíso fiscal, vulgarmente designado pela expressão anglo-saxónica *offshore*, em termos financeiros, são instrumentos complementares que podem funcionar também como fator adicional de atração para o estabelecimento de sedes ou filiais de empresas internacionais e regionais que operam na região, com reflexos significativos também ao nível da indústria do turismo (Costa 2011:109).

Tendo em conta que nas entrevistas semiestruturadas várias entidades entrevistadas apontaram as zonas francas como um dos vetores estratégicos para a transformação do país num Gateway Regional, entendemos por bem dedicar um subcapítulo da nossa tese a esta temática, analisando o papel e o impacto que as zonas francas podem ter no processo de desenvolvimento, com especial destaque para o caso de STP. As zonas francas têm demonstrado ser un instrumento importante para a competitividade dos países, convertendo-se em canais para atrair investimentos, gerar emprego, incentivar a diversificação e criar cadeias de produção e de transferência de tecnologia (Alvarez & Lora, 2014).

De facto, atualmente as zonas francas são largamente reconhecidas como um dos instrumentos mais rápidos de promoção do crescimento económico e de transferência de tecnologia. Sobretudo nos países em vias de desenvolvimento, as zonas francas têm

demonstrado que são, efetivamente, um instrumento económico muito bem-sucedido na criação ou aumento do comércio externo e da exportação de mercadorias bem como no aumento do investimento direto estrangeiro na indústria de processamento e na prestação de serviços ao nível internacional (Pinto, 1987; Alvarez & Lora, 2014). Vários países, indo da China às ilhas Maurícias, têm utilizado zonas francas para transformar positivamente os respetivos ambientes domésticos de negócios, não obstante outras opiniões bastante divergentes sobre esta matéria (Aguiar e Costa Alegre, 1998; Herrera, 2016).

- **As atividades francas e *offshore***

Ao conceber as zonas francas industriais como alternativa ao desenvolvimento, a ONUDI veio acrescentar uma série de fatores que possibilitaram a implantação deste modelo em diversos lugares do mundo com o objetivo essencial de valorização do capital: diminuição dos custos de transporte das matérias-primas; redução dos custos de transporte dos produtos acabados; redução dos custos salariais; disponibilidade de uma abundante força de trabalho qualificada; diminuição dos custos do investimento inicial e, em consequência, do percentual de capital imobilizado, devido aos estímulos fiscais e materiais e aos serviços gerais e outras regulamentações de vantagens da zona (Nogueira & Neto, 2015). Deste modo, na perspetiva dos referidos autores, as zonas francas industriais surgiram como um modelo mundial de industrialização que, para tal, contou com o substancial apoio do Estado.

Os referidos autores recordam que a ONUDI recomendou aplicação de isenções totais de taxas e impostos por período determinado para máquinas e equipamentos, instalações e matérias-primas; isenção ou redução de impostos diretos e indiretos; concessão de créditos a curto, médio e longo prazos, com orientação para a criação de um órgão autónomo para cuidar da administração da zona franca, cujo objetivo seria de remover todo e qualquer obstáculo visando beneficiar as empresas instaladas na área. Recorde-se que uma zona franca é uma área geográfica específica que se destina à industrialização com fins de exportação e que apresenta vantagens fiscais para as empresas. Trata-se de um espaço do território de um Estado nacional onde a legislação aduaneira é aplicada de forma diferenciada ou simplesmente não é aplicada, pelo que as mercadorias de origem estrangeira podem entrar e permanecer ou então ser transformadas sem estar sujeitas ao regime tributário normal, cujo objetivo essencial é de estimular o comércio e acelerar o desenvolvimento industrial de uma

determinada região. O Brasil, Coreia do Sul, Chile, China, Emirados Árabes, Espanha, Portugal e França são alguns dos países que possuem uma zona franca (Aguiar & Costa Alegre, 1998; Pinto, 1987; Nogueira e Neto, 2015).

De acordo com Herrera (2016), uma zona franca é uma área delimitada onde entram mercadorias nacionais ou estrangeiras beneficiadas com incentivos fiscais e com tarifas alfandegárias reduzidas ou ausentes. Essas regiões ficam isoladas e geralmente são situadas num porto ou nos seus arredores. Segundo este autor, as zonas francas no mundo foram consideradas como mecanismos eficientes para promover as exportações de bens e serviços, gerar empregos, desenvolver tecnologia, criar empresas e, por conseguinte, garantir o progresso económico. De salientar que a criação de ambiente de negócios de nível mundial visa não só servir o mercado regional como também o internacional, graças à qualidade e ao baixo custo dos serviços de telecomunicações que estarão ao serviço das zonas francas (Aguiar & Costa Alegre, 1998; Herrera, 2016).

Para estes autores, existem vários tipos de zonas francas, de entre os quais importa salientar os seguintes:

1) Portos Francos – que são grandes áreas geográficas isentas de taxas e direitos alfandegários, podendo abarcar toda a superfície de um porto ou de uma cidade. Normalmente os portos francos oferecem os seguintes incentivos: total redução dos encargos aduaneiros e isenção de taxas de importação e exportação; livre convertibilidade e movimento de moedas estrangeiras; decisão dos pedidos de exploração de um negócio no prazo de 24 horas, sem discriminação entre firmas nacionais e estrangeiras; baixas taxas sobre os negócios; o fornecimento de utilidades e de locais para a instalação de negócios são feitos por privados. Estes autores recordam que na Ásia existem alguns portos francos de grande sucesso, podendo-se destacar os de Singapura e de Hong Kong, que se desenvolveram inicialmente a partir do armazenamento e transbordo de mercadorias. Constituem atualmente exemplos mais conhecidos de êxito total de liberalização económica, tendo alcançado um crescimento substancial em diversos setores, tais como: a montagem, a manufatura, os serviços financeiros e o turismo.

2) Zonas Económicas Especiais - abreviadamente ZEEs, constituem uma recente adaptação do conceito de zonas francas. Tal como nos casos dos portos francos, as ZEEs abrangem uma vasta área geográfica que se pode estender até centenas de quilómetros quadrados. Essas zonas criam normalmente um ambiente favorável ao desenvolvimento residencial e turístico, bem como comercial, industrial e a expansão do setor de serviços.

- **Zonas francas em STP**

Tal como anteriormente dissemos, STP encontra-se situado numa das regiões mais ricas da África. A economia desta região é dominada pela produção e exportação do petróleo, do gás e de outros minerais, bem como de produtos tropicais. Para além disso, os países vizinhos de STP contam-se entre os cinco maiores produtores mundiais de manganês, níquel, cobalto e zinco. De igual modo, são abundantemente produzidas e exportadas matérias-primas de origem tropical como o cacau, o café, o algodão, o óleo de palma, o sisal e o amendoim. Madeiras preciosas, avidamente procuradas nos mercados mundiais, existem em grandes quantidades no Congo Kinshassa, Congo Brazzaville, no Gabão e nos Camarões, que são países membros da CEEAC, onde STP está integrado. Algumas dessas matérias-primas são transformadas localmente, dando origem a uma indústria regional, em fase de crescimento e afirmação (Costa, 2011).

No entanto, só uma fração insignificante de todo este potencial económico regional está sendo atualmente explorado. Esta situação deve-se ao clima de instabilidade e insegurança política, social e militar que se vive na região, onde se multiplicam, entre outras, as insurreições populares, os golpes e contragolpes militares, as guerras de fronteiras e de conquista, os ataques terroristas. Deve-se também às adversas condições de vida, às altas taxas dos impostos, aos monopólios e carteis que proliferam; às barreiras burocráticas e ineficiências do sistema e, finalmente, à fragmentação das atividades de negócios, o que tem impedido a constituição de uma economia de escala (Aguiar, 2013).

Neste sentido, STP encontra-se estrategicamente bem posicionado para se transformar num Gateway Regional, prestando, através de zonas francas, serviços de elevada qualidade e eficiência a uma região em que se procura acelerar e aprofundar as trocas comerciais,

aumentar os investimentos, criar empregos, acelerar a transferência tecnológica e a formação de mão-de-obra (Aguiar, 2013). A implantação e desenvolvimento do regime franco e *offshore* nestas ilhas pode oferecer à comunidade de negócios os seguintes benefícios: construção e gestão de infraestruturas privadas eficientes; oportunidades multissetoriais de desenvolvimento de negócios; segurança de pessoas e bens; incentivos de classe mundial (abolição de impostos, de taxas aduaneiras e de controlo de câmbio, isenção de monopólios governamentais, flexibilização de regras de imigração, desenvolvimento num ambiente protegido e saudável, opções de alta qualidade quanto a zonas residenciais, recreação e aldeias turísticas) (Costa, 2011).

Segundo este autor, a criação de uma zona franca comercial e de um paraíso fiscal, (*offshore*), em termos financeiros, são instrumentos complementares que podem funcionar também como fator adicional de atração para o estabelecimento de sedes ou filiais de empresas internacionais e regionais que operam na região, com reflexos significativos também ao nível da indústria do turismo. A concretização destes objetivos constituirá um impulso significativo para que STP vença os chamados custos da insularidade, que têm estrangulado o desenvolvimento económico, assegurando os meios necessários para a diversificação do seu setor produtivo primário e secundário. Condição fundamental para atingir esse desiderato será a imagem que o país conseguir projetar no exterior e a capacidade de atrair os necessários investimentos (Costa, 2011).

Consciente das vantagens e desvantagens de STP enquanto possível local de acolhimento de atividades francas, as autoridades santomenses optaram, em 1998, por um conceito amplo de zonas francas, englobando uma grande variedade de atividades e setores de investimentos, de forma a explorar a atratividade do país para o *shipping*, a recreação e o turismo, a indústria ligeira, as finanças e as atividades de prestação de serviços internacionais. O projeto que se previa instalar na Baía das Agulhas na Região Autónoma do Príncipe, numa área com 50 km², não chegou a ser implementado (Aguiar & Costa Alegre, 1998).

Segundo Veiga (2011), para atrair investimentos estrangeiros e relançar a economia, desde 1989 que o Estado santomense começou a preparar a criação de zonas francas para estimular

o investimento privado. STP pretendia explorar ao máximo a sua posição estratégica na região do Golfo da Guiné, para se transformar num polo de prestação de serviços. Em 1995 foi criada a legislação para as zonas francas e no ano 2004, instituída a Autoridade das zonas francas. A verdade é que por incapacidade económica e financeira, o Estado santomense decidiu pela criação de zonas francas, atribuindo terras aos investidores interessados em instalar zonas de comércio livre no território nacional. A primeira concessão foi feita na ilha do Príncipe, numa extensão de 500 hectares, mais concretamente na Baía das Agulhas. Um grupo privado luso-espanhol designado por Geolog ficou com o espaço, onde deveriam ser investidos mais de 180 milhões de euros. O objetivo era o de criar estruturas de prestação de serviços, para alimentar as plataformas petrolíferas na zona de exploração conjunta STP-Nigéria. Previa-se a criação de uma zona franca que deveria contar com 4 hotéis, placas para aterragem de helicópteros e um cais para transbordo de produtos e serviços para as plataformas petrolíferas, com os hotéis visando albergar o pessoal que trabalhasse nas plataformas o que não foi infelizmente concretizado (Veiga, 2011).

Por outro lado, nos arredores do aeroporto Internacional de São Tomé, no ano 2006, o governo de então lançou a primeira pedra para a construção da zona franca de 20 hectares, que deveria alimentar o mercado da África Central. A empresa concessionária era a Sociedade de Desenvolvimento de São Tomé, dominada por investidores portugueses, que não conseguiram erguer um tijolo para construir a zona franca à volta do aeroporto internacional de São Tomé (Veiga, 2011). De acordo com este projeto, a zona franca do aeroporto internacional de STP, funcionaria como uma placa de prestação de serviços para a região do Golfo da Guiné. Por exemplo, as infraestruturas instaladas no espaço de 20 hectares ao redor do aeroporto poderiam receber kits semiacabados oriundos da Ásia, que seriam processados e embalados na zona franca, para depois serem exportados para o mercado da África Central. De acordo com o diretor executivo da autoridade das zonas francas, o processamento desses produtos em São Tomé garantiria à economia nacional um valor acrescentado na ordem de 35%, como ganho pela transformação em produtos de origem santomense e sua posterior reexportação para os mercados com os quais o país tem acordos comerciais, como é o caso da CEEAC (Prazeres, 2011). No entanto, o projeto acabou por não ser executado.

No quadro do projeto de modernização do aeroporto internacional em parceria com a Sonangol, havia a perspectiva de uma nova alternativa que também não avançou, pelo facto do Estado santomense ter lançado em 2008 o projeto de construção do porto em águas profundas na zona de Fernão Dias. As obras deveriam iniciar-se em 2010, mas acabaram por ficar adiadas *sine die* (Prazeres, 2011). Na euforia da construção do porto em águas profundas, surgiu mais uma iniciativa de criação de zonas francas, nos arredores de Fernão Dias, concedido desta vez a um grupo de empresários santomenses, para edificação de uma estrutura de apoio ao referido porto, local onde a Terminal Link já previa construir o mesmo. Pelo facto do projeto do porto de águas profundas não ter arrancado, o projeto de zonas francas também teve que ficar em *stand by* (Prazeres, 2011). Por tudo isso, a iniciativa de criação de zonas de comércio livre em STP não foi até então implementada. Projetos que, segundo as autoridades, poderiam produzir incalculáveis vantagens económicas e financeiras para o país. Previa-se com as 3 zonas francas criar centenas de postos de trabalho e um enorme crescimento da atividade económica, através da participação de empresas nacionais que prestariam serviços aos centros de comércio livre (Veiga, 2011).

Por outro lado, apesar de durante 10 anos as empresas não pagarem qualquer tipo de tributo, tanto na entrada quanto na saída de produtos, seja IRS ou IRC, o governo tem um processo contratual que lhe dá ganhos sobre os benefícios que a concessionária terá na zona franca. Por exemplo, com a concessão feita à Sonangol para criação de um bunker em Ponta Figo, o Estado iria buscar entre 3 a 5% dos dividendos sobre os rendimentos da operadora. Portanto, são ganhos diretos. Os ganhos indiretos são considerados por Prazeres (2011) como os mais importantes, mormente a redução do desemprego e os dividendos resultantes da prestação de serviços à zona franca por parte dos operadores comerciais nacionais.

O bunker petrolífero que a Sonangol prometeu construir na zona de Ponta Figo, para garantir o abastecimento em combustíveis, aos navios que circulam na zona do Golfo da Guiné, é outro projeto franco lançado em princípios do ano 2009 e que até então também não arrancou. A instabilidade político-governativa é apontada como uma das principais causas dessa situação. Tal como disse Veiga (2011), trata-se de mais uma história de um arquipélago cheio de potencial, mas que infelizmente não tem podido tirar o melhor proveito das suas potencialidades.

5. O mar como um dos vetores de transformação de STP num Gateway Regional

Na perspetiva de várias entidades entrevistadas, a estratégia de desenvolvimento sustentável assente no potencial de Gateway regional passa necessariamente pela valorização da economia do mar. Por isso o futuro de STP está ligado ao mar. As águas jurisdicionais santomenses possuem enorme potencialidade económica e importância estratégica, cabendo às autoridades do país a responsabilidade de zelar pela sua defesa e segurança (GOP, 2017).

Ao longo da história da humanidade, os mares e os oceanos sempre constituíram uma importante fonte de recursos e conseqüentemente de conflitos. São fundamentais para o desenvolvimento e para a segurança das sociedades, em especial para as comunidades ribeirinhas, que dependem, direta ou indiretamente, do mar como fator de identidade, subsistência e motivo de constantes disputas e de conflitos, quer seja na atividade económica diária de pesca de subsistência ou na indústria extrativa, quer ainda como vetor de comunicação e elemento gerador de recursos estratégicos. Mais recentemente, como fator geopolítico, o mar veio transmitir um novo relevo às problemáticas da maritimidade, conferindo uma crescente importância geoestratégica aos mares e oceanos, pois grande parte do comércio (cerca de 90%) e da economia mundial cruza estes espaços, tendo por esse motivo impacto na economia global e na segurança mundial (Bernardino, 2015).

Sendo STP um país insular com uma vastíssima zona económica exclusiva (160 mil km²), o país não pode permanecer alheio às questões do mar e tem de lançar as bases para tirar partido do potencial disponível ao nível do seu espaço marítimo. Neste sentido, as autoridades santomenses pretendem concentrar os seus esforços nos setores ligados à economia azul, mormente, as pescas, na qualidade de principal fornecedor de proteína animal às populações e setor de incalculável potencial de geração de emprego direto e indireto. No domínio da logística portuária e dos transportes marítimos, pretendem implementar ações com vista a melhorar a eficiência e a qualidade desses serviços. Contudo, de acordo com o governo santomense, a transição para a economia azul necessita, em primeiro lugar, da elaboração de uma estratégia nacional para a promoção do crescimento azul que deve criar bases coerentes e sustentáveis para a passagem à ação, num quadro político e técnico transparente orientado para o longo prazo e ancorado num diagnóstico multissetorial e participativo (GOP, 2017).

Capítulo 5 – A relevância da política fiscal na transformação de STP num Gateway Regional.

A concorrência fiscal internacional é um fenómeno que tem conhecido uma acelerada evolução nos anos mais recentes. Ela influencia o modelo de ação dos Estados e das administrações públicas contemporâneas (Catarino, 2007:3).

Neste capítulo, pretendemos analisar e caraterizar a relevância de uma adequada política fiscal que possa garantir a transformação de STP num Gateway Regional. Temas como competitividade, competências e vantagens competitivas encontram-se amplamente abordadas em diversas bibliografias, destacando-se, de entre outras, Catarino (2007) e Santos (2013). Este último considera que vivemos numa época de grandes mudanças nos contextos social, económico e político, aplicando novos conceitos tais como estratégia, competitividade, sistemas de informação e globalização, que exigem outros critérios de avaliação e implicam formas diferentes de encarar a vida e a sociedade.

Para Santos & Ferreira (2009), até à década de 90 do século XX, enquanto instrumento de política económica, os impostos destinavam-se tradicionalmente a financiar os gastos públicos e a promover, de forma eficiente, a equidade e a redistribuição do rendimento em prol de uma maior justiça social. Findo este período, a partir dos anos 90, a política fiscal assumiu uma posição de destaque enquanto instrumento de competitividade, como consequência de dois fenómenos que importa ressaltar: a) a concorrência entre países potenciada pela globalização e por uma crescente mobilidade de fatores produtivos, sobretudo o capital e o trabalho; b) a criação na Europa da zona Euro e o facto dos Estados membros não disporem de instrumentos que permitam ganhar competitividade, seja ela artificial ou temporária, no atinente às políticas monetárias e cambial.

Tal como reconhece Santos (2013), um dos fatores fundamentais para a melhoria da competitividade dum Estado é o sistema fiscal vigente nesse Estado, sendo que a concorrência internacional não se processa apenas no campo empresarial, ocorrendo também no âmbito dos próprios Estados. O mesmo considera que aspetos institucionais relativos a cada Estado nas áreas que se prendem com a celeridade do seu sistema judicial, a credibilidade dos meios legais de arbitragem, a tipologia das sociedades, a maior ou menor burocratização dos registos

e do notariado, a legislação laboral e o sistema fiscal vigente, são aspetos decisivos para a melhoria dessa competitividade. Como referem Santos & Ferreira (2009), num mundo de economias globalizadas, abertas, interdependentes, assume grande relevo o fenómeno da concorrência fiscal internacional, um fenómeno antigo, sendo no entanto relativamente recente o debate técnico, científico e político.

Na perspetiva de Catarino (2007), os sistemas fiscais carecem de ser globalmente repensados. Simplificação, moderação de taxas, sobretudo nos impostos sobre o rendimento das pessoas singulares, aprofundamento da justiça, a estabilidade normativa e a transparência de procedimentos, bem como a elevação dos padrões morais e sociais são aspetos da maior importância na caracterização dos Estados modernos e suas administrações. Ainda segundo este autor, as políticas fiscais, o direito tributário e as administrações públicas confrontam-se com novos problemas, tendo em conta que, de acordo com a perspetiva clássica, os três fatores nucleares da tributação, nomeadamente o território, a materialidade das operações e o controlo dos factos tributários são hoje questionados em diversos sentidos por aspetos como a desmaterialização, a desintermediação e a digitalização, já que subsiste uma patente crise do conceito clássico do território em que habitualmente repousou o direito dos tributos. Refere ainda o autor que a ação conjugada da digitalização, da realidade virtual e da globalização determinam a deslocalização do consumo e do rendimento, ressaltando que os sujeitos passivos podem imaterializar-se, desterritorializar-se com maior facilidade, fomentando novos problemas de tributação num mundo global.

5.1 A importância do fator tributário como instrumento da competitividade

Não basta tributar, é preciso fazê-lo bem. E fazer bem significa desenvolver a relação tributária de acordo com a lei em vigor e no respeito pelos princípios, procedimentos e prazos previstos nas normas que a regulem (Catarino, 2014:13).

Santos (2013) considera a competitividade nacional (regional) como a habilidade de um país (região) para produzir ou distribuir bens e serviços que, no mercado internacional, sejam preferidos aos bens e serviços produzidos noutros países (regiões). Para este autor, o país (região) competitivo é aquele que consegue utilizar eficientemente os recursos do país (região) e, através da especialização e participação no comércio internacional, proporcionar melhores padrões de vida. Ainda segundo este autor, a competitividade territorial é o

resultado cumulativo de uma série de fatores, tais como custos de produção (incluindo os custos de transporte), tipo e dimensão das empresas de base local, investigação e capacidade de inovação, especialização e orientação exportadora, redes de cooperação que se desenvolvem entre empresas e outros parceiros locais.

O *World Economic Forum* (WEF) de 2016 define a competitividade como:

the set of institutions policies and factors that determine the level of productivity of an economy, which in turn sets the level of prosperity that the country can achieve (WEF, 2016:4).

Na perspetiva de Santos (2013), a competitividade de uma região assenta em quatro pontos fundamentais: habilidade para vender/exportar; habilidade para atrair empresas; habilidade para ajustar e habilidade para ganhar. Nesta perspetiva, a habilidade para ganhar constitui o principal indicador de competitividade regional, sendo que, a região ganhadora é aquela que produz mais e gera um maior rendimento; a habilidade para ganhar é assim objetivada através do PIB regional *per capita*. Segundo este autor, este indicador depende do número e tipo de empresas (habilidade para atrair), da sua inserção no mercado (habilidade para vender) e da sua flexibilidade, ou seja, do modo como se adaptam às alterações do mercado e como aproveitam as novas oportunidades (habilidade para ajustar). Por outro lado, Santos (2013) sugere uma hierarquia para a competitividade regional que se baseia no seguinte:

1º- nos recursos que a região detém e nas suas estruturas industrial, tecnológica e institucional, daí resultando determinado volume de produção que ocupará uma certa quota de mercado;

2º - no nível político que define a política económica e os grandes objetivos macroeconómicos a serem alcançados, como por exemplo o crescimento económico e a taxa de desemprego, o que significa dizer que o desempenho das empresas e da região é influenciado pelo nível político;

3º - a região deve ser comparada com outras regiões e países ao nível das tendências da procura e da oferta agregadas.

De acordo com o referido autor, em função desta hierarquia, a região é competitiva se cumprir três requisitos: vender bens e serviços em quantidade suficiente; a remuneração dos fatores de produção corresponder ao esforço realizado ou for idêntica à de outras regiões com objetivos similares e os cidadãos se manifestarem satisfeitos com as suas condições de vida. Este autor incorpora ainda nesta lista a questão do conhecimento na sua visão de competitividade, evidenciando como fatores competitivos a criação de novo conhecimento via inovação, uma política de *benchmarking* face a conhecimentos criados noutras regiões e o potencial para explorar os novos conhecimentos.

São as empresas e não os países que competem no mercado internacional, podendo no entanto o sucesso das empresas pode ser explicado pelo ambiente económico, pelas instituições e pelas políticas governamentais, tendo em conta que a competitividade de uma nação ou região, se constrói sobre o sucesso que as empresas alcançam no mercado internacional (Catarino, 2014). Por isso, Santos (2013) considera que um mercado só constitui um mecanismo eficiente para afetação de recursos se nele prevalecer uma situação de concorrência perfeita. Para tal, têm de ser respeitadas várias condições, nomeadamente a existência de um número suficientemente elevado de compradores e de vendedores, cada um deles dotado de um conhecimento global de todas as alternativas que o mercado oferece e de uma completa mobilidade.

Na perspetiva deste autor, a análise deve incidir sobre indústrias específicas ou segmentos de indústria e não na economia como um todo, uma vez que é impensável que as empresas de todos os setores possuam vantagem competitiva. Para este autor, o principal indicador de competitividade é a produtividade, uma vez que a produtividade é, a longo prazo, o determinante principal, do padrão de vida de um país, pois é a causa fundamental do rendimento nacional *per capita*. Ainda para Santos (2013), esta análise é, em termos genéricos, também extensiva aos PEIVD ou regiões periféricas, pois segundo este autor, tratam-se de regiões com especificidades muito próprias e que limitam as fontes de competitividade, a começar pela reduzida dimensão do mercado, o que dificulta, em grande parte, a obtenção de economias de escala que permitiriam competir com base no custo. Acrescenta que nessas regiões, o mercado é de reduzida dimensão e muitas vezes fragmentado por diversas ilhas; os custos de transporte são elevados; há uma incapacidade de atingir economias de escala no mercado local, o que implica custos *per capita* mais elevados;

existem poucas ligações com a economia local, o que leva tendencialmente a que as empresas se concentrem apenas num produto ou serviço; há falta de recursos humanos qualificados, havendo uma tendência para as pessoas mais qualificadas se deslocarem para centros urbanos de maior dimensão; há uma falta de experiência nos negócios verificando-se, no caso dos que a possuem, a tendência de procurarem mercados onde seja possível obter maiores retornos.

Por isso, o autor considera que para essas regiões, é fundamental apostar seriamente nos recursos humanos e nas relações humanas como os factores mais essenciais à competitividade, salientando que nas regiões mais desenvolvidas, este parece ser um ponto assente na medida em que há disponibilidade deste tipo de ativos humanos no mercado de trabalho. Todavia, esta realidade nem sempre se verifica em regiões distantes e menos desenvolvidas. No entanto, na perspetiva deste autor, as limitações dos Estados insulares ou regiões periféricas podem também ser entendidas como uma oportunidade de conquistar outros mercados, com base em vantagens competitivas específicas locais, interpretando-se assim noutra perspetiva a ameaça a que normalmente se associam estas regiões.

Para Catarino (2014), a concorrência fiscal internacional resulta do facto de os Estados ao passarem a considerar nas suas decisões, a necessidade de adequar os impostos ao bem-estar social, ao investimento e ao progresso científico, visando atrair capitais para o seu território e evitando a todo o custo o processo de deslocalização, poderem afetar de forma clara e objetiva Estados terceiros. Para este autor é daqui que resulta a grande questão da tributação internacional, entre o tributar na origem ou tributar no destino, os bens ou serviços prestados, em articulação com o princípio da soberania territorial fiscal dos Estados, salientando que é assim que se fala da possibilidade da existência de uma concorrência fiscal prejudicial aos Estados, que tem sobretudo a sua maior expressão internacional na existência de zonas de exclusão fiscal, nalguns casos total, como são os designados "paraísos fiscais", cuja influência na atual economia global é de todos conhecida, pelos seus aspetos altamente lesivos para um desenvolvimento sustentável da economia mundial.

Contra alguns desses aspetos negativos estão tanto a Organização Mundial do Comércio (OMC), como os países designados por "mais ricos do mundo", que constituem o grupo dos

G12, até havendo já quem também se refira aos países do grupo do G20 como tendo procurado encontrar soluções para o problema, ainda que infelizmente sem sucesso visível (Santos & Ferreira, 2009). Porém, Catarino (2007) reconhece que a concorrência fiscal tem uma dupla face, pois por um lado, dentro de certos limites, pode ser e é benéfica, na medida em que estimula o crescimento económico, serve de fator de dinamização das economias e leva a uma certa medida de harmonização de facto dos sistemas fiscais. Mas pode também ter os seguintes efeitos perversos:

A concorrência aberta e desenfreada entre os sistemas fiscais tende a conduzir à erosão das bases fiscais dos Estados-membros, agravando os défices públicos e a maiores dificuldades na manutenção por parte das amplas políticas públicas, sobretudo sociais, indutores de fortes gastos públicos (Catarino, 2007:5).

É de recordar que a tributação direta é feita através do imposto de rendimento (IR) que, nalguns países, está dividido em imposto de rendimento das pessoas singulares (IRS) e impostos de rendimento das pessoas coletivas (IRC), cujas taxas variam em função das políticas adotadas em cada país. Analisando a tabela nº 26, relativa ao imposto de rendimento praticado nos PEIVD africanos, constata-se que as ilhas Maurícias e Seicheles são as que têm um imposto de rendimento mais baixo, situando-se na ordem dos 15 %, enquanto que Cabo Verde é o país que tem o IR mais elevado. STP situa-se na ordem dos 25%.

Tabela nº 26 - IR nos PEIVD (2015)

Nº de Ordem	PEIVD africanos	IR (2015)
1	Cabo Verde	35
2	Comores	30
3	Maurícias	15
4	STP	25
5	Seicheles	15

Fonte: Elaboração própria baseada em BAD, FMI & BM (2015).

Por outro lado, analisando o IR nos países membros da CEEAC constata-se que Angola é o país membro com a menor taxa, na ordem dos 17 % enquanto que o Chade é o país que apresenta uma taxa maior na ordem dos 60% (ver tabela nº 27). Alguns autores tais como

Nascimento (2012) e Santos (2013) alegam que, quanto maior for a taxa, maior será a possibilidade de fuga e de evasão fiscal.

Tabela nº 27 – IR nos países Membros da CEEAC (2015)

Nº de Ordem	Países Membros da CEEAC	IR (2015)
1	Angola	17
2	Burundi	35
3	Camarões	35
4	R. C. Africana	50
5	Chade	60
6	Congo Brazaville	30
7	Congo (RDC)	45
8	Guiné Equatorial	35
9	Gabão	35
10	Ruanda	30
11	STP	25

Fonte: Elaboração própria baseada em BAD, FMI & BM (2015).

Ao nível dos PALOP, Cabo Verde apresenta a maior taxa na ordem dos 35 %, seguido de Moçambique que se situa na ordem dos 32%, como se pode observar na tabela nº28.

Tabela nº 28 - IR nos PALOP (2015)

Nº de Ordem	PALOP	IR (2015) ⁶
1	Angola	17
2	Cabo Verde	35
3	Guiné Bissau	20
4	Moçambique	32
5	STP	25

Fonte: Elaboração própria baseada em BAD, FMI & BM (2015).

⁶ <http://www.economywatch.com/economic-statistic/economic->

5.2 Análise e caracterização do sistema fiscal santomense

Em STP, a crise do Estado teve basicamente a sua origem na esfera fiscal, o que levou inúmeras empresas estatais e instituições públicas a uma situação de ineficiência das suas estruturas e consequente falência, pois a impossibilidade do Estado em gerar recursos para novos investimentos e de assegurar a qualidade e o baixo custo dos serviços trouxe precariedade e estagnação. Estas empresas públicas tornaram-se numa enorme carga para a máquina administrativa e acarretaram a insatisfação da população, devido à falta de qualidade dos serviços públicos prestados. A partir disso, foram-se idealizando reformas ao aparelho do Estado, entendidas no sentido de “menos Estado e melhor Estado” o que garantiria a dinâmica do mercado e a qualidade de vida dos utentes dos serviços públicos (Nascimento, 2012).

Na perspetiva desta autora, a citada crise do Estado era vista e compreendida sob várias óticas:

1. Uma crise fiscal, onde o Estado cliente passa a ser devedor e perde continuamente seu crédito e a poupança pública, que se torna negativa; há consequentemente falta de dinheiro para investir em serviços. Saliente-se que, na segunda metade da década de 90, do século XX, o Estado santomense concedia isenções na ordem de 75% a muitas empresas, os projetos não pagavam contribuições fiscais, nem os profissionais liberais;
2. A falência do modelo intervencionista do Estado deixa de atender os interesses sociais, visto não ser o Estado o melhor gestor;
3. Ineficácia do sistema da administração do Estado. Este último ponto baseava-se no excessivo peso da burocracia, na criação de direções “fantasmas” e em muitos funcionários excedentários quase sem funções ou com funções de pouco conteúdo ou de conteúdos mal definidos.

Nascimento (2012) e Santos (2013) consideram que um bom sistema fiscal deve apresentar como requisitos fundamentais a equidade, a eficiência, a flexibilidade, a transparência, o baixo custo de funcionamento e eficácia financeira. O sistema fiscal deve ser justo, distribuindo a carga fiscal de uma forma equitativa entre os cidadãos. Deve igualmente ser eficiente e não provocar distorções, evitando alterar as escolhas dos agentes económicos.

Importa igualmente que o sistema fiscal seja simples. Para o contribuinte, é necessário haver simplicidade na forma de cumprimento das suas obrigações. A complexidade do sistema fiscal origina custos associados à manutenção e funcionamento a suportar, quer pelos contribuintes, quer pelo Estado. No entanto, em STP a fiscalização está mais inserida numa lógica de garantia de receitas do que de alargamento da base de tributação ou combate às atividades informais. Na prática, são objeto de fiscalização apenas as empresas que cumprem as suas obrigações fiscais e que realizam pagamentos elevados de impostos, pois a fiscalização não abrange o setor informal que está completamente desorganizado, não se sabendo onde começa, nem onde termina este setor. Esta abordagem agrava o sentimento de injustiça e de tratamento desigual entre os operadores do setor formal. Ela não estimula o civismo e o cumprimento das obrigações fiscais; em vez disso, ela incita determinados operadores a privilegiar as operações informais (Nascimento, 2012).

5.3 Reforma do sistema fiscal em STP

Durante cerca de 30 anos, os santomenses conviveram com o código de imposto sobre o salário, em que todos os trabalhadores independentemente das suas categorias profissionais, pagavam como imposto 13% do seu salário. O valor uniforme para todos era retido na fonte. Em 2006, o país deu início a implementação de um programa de reforma que teve como foco o reforço das capacidades dos recursos humanos e a institucionalização da lei do SAFE (Sistema da Administração Financeira do Estado). Atrasos na sua implementação e a aprovação de uma nova nomenclatura orçamental levaram ao desenvolvimento de uma solução informática transitória visando a criação de um processo de gestão financeira integrada (o sistema Safinho). Desde então, algumas melhorias foram alcançadas em cada uma das áreas das finanças públicas, as quais têm tido algum impacto na qualidade da gestão financeira, sem contudo se vislumbrar progressos significativos (FMI, 2011; AIP, 2014).

Em 2007 foi alterado o Código Geral Tributário aprovado pelo Decreto - Lei n.º 10/93 tendo sido introduzidos alguns reajustes, como seja o aumento, quase insignificante, das taxas de juros de mora. Foi de igual modo determinada por lei a incidência dos benefícios fiscais e a taxa de cada imposto, bem como as formas processuais de combater a ilegalidade dos atos

tributários. O imposto sobre a propriedade urbana (imposto de sisa) foi baseado numa taxa de 15% do valor declarado de todas as propriedades urbanas, ajustado de acordo com a idade da habitação e variável em função da localização do imóvel (Nascimento, 2012). Foi igualmente aprovado um novo Código de Investimentos, que cria três regimes de incentivos ao investimento, concedendo e atribuindo incentivos de natureza fiscal e financeira aos projetos em função do montante investido. De acordo com o novo código, o Estado garante aos investidores o direito à propriedade privada e o pagamento de uma compensação imediata, adequada e efetiva em caso de expropriação. O Estado concede também aos investidores estrangeiros outras garantias tais como: a) tratamento igual em todas as fases do processo de investimento, independentemente da nacionalidade do investidor. b) o direito de transferir o capital total do investidor e rendimentos resultantes, à exceção das reservas legais e estatutárias, bem como dos impostos devidos. c) o direito de enviar para o seu país os lucros da liquidação do seu investimento (AIP, 2014).

No programa sobre a reforma fiscal, também se debruçou sobre as dívidas fiscais. As autoridades ofereceram facilidades provisórias aos contribuintes “devedores”, a fim de lhes permitir regularizar, em prestações, a situação fiscal das suas dívidas e, nalguns casos, concedendo uma amnistia parcial de impostos em dívida, de juros ou de multas (Nascimento, 2012). O código de imposto sobre o rendimento do arquipélago foi aprovado pelas leis n.º 16/2008 e 17/2008 e alterado pelas leis 10/2009 e 16/2016 e visava o rendimento de pessoas singulares e coletivas, respetivamente o IRS e o IRC. O estudo que trata da aplicação desse código foi subdividido em duas partes, sendo a primeira sobre o IRS e a segunda sobre o IRC. Cada parte tem a sua especificidade própria, devido ao facto de a primeira caracterizar e interpretar o rendimento de uma pessoa individual, enquanto que a segunda se refere ao rendimento de uma entidade, uma organização ou uma empresa, bem como às heranças subjacentes (Nascimento, 2012).

Pode-se todavia observar, entre outros não citados aqui, um elemento de ligação entre os dois impostos que se refere aos rendimentos de atividades profissionais ou empresariais. Estas atividades podem num e noutro caso ser fiscalmente tributadas, mediante o regime simplificado de determinação do lucro tributável e o regime de escrituração simplificada, salvo algumas restrições aplicadas ao IRS. Note-se também que, na determinação da matéria

coletável, distinguem-se, quanto a IRC, dois grupos de tributação, os quais são distribuídos em função do caráter estável da atividade desenvolvida pelas entidades que a integram e de um montante limite do volume de negócio anual atingido, mas sobretudo da obrigatoriedade de ter ou não uma contabilidade organizada (Nascimento, 2012).

Importa recordar que o IRS, que remonta a 1993, através da lei n.º 9/93 estabelecia uma taxa única de imposto sobre os salários na ordem dos 13% para qualquer tipo de rendimento das pessoas singulares. Esta lei foi simplificada, através da nova lei n.º 16/2008 que a revogou, sob a forma de um imposto progressivo, de 0 a 25%, com dedução das despesas de saúde e educação e teve como objetivo essencial tributar, de uma forma geral e progressiva, os rendimentos obtidos pelas pessoas singulares residentes no território santomense, incluindo os obtidos no estrangeiro e por não-residentes que obtenham rendimentos sujeitos a tributação em STP. De igual modo, o IRC sofreu uma redução de 45% para 25% com o objetivo de impulsionar o desenvolvimento da atividade empresarial pois o anterior código obrigava as empresas ao pagamento de impostos sobre o rendimento na ordem de 45%. Com a sua redução para 25% as empresas terão maior disponibilidade financeira para aumentar o investimento, criando mais postos de emprego. De salientar que as declarações de rendimentos são feitas no final de cada ano (FMI, 2011; Nascimento, 2012; Doing Business, 2012).

Em 2009, foi também introduzida uma reforma tributária para simplificar e racionalizar o sistema, mas os seus primeiros efeitos apenas se começaram a sentir em 2010. Durante a última década, mais de metade das receitas públicas consistiu em impostos sobre as vendas – direitos aduaneiros e impostos indiretos. Mas a sua contribuição foi reduzida para metade em 2009, com a eliminação dos impostos sobre as exportações (Nascimento, 2012). A componente de impostos diretos também diminuiu, mas representa ainda um quarto das receitas públicas. Importa recordar que a administração fiscal e as alfândegas estão ambas sob a tutela do Ministério de Plano e das Finanças. A administração fiscal tem uma função consultiva em matéria de conceção da política fiscal. A reforma da administração fiscal foi incitada pelo FMI e financiada por Portugal e pelo Millennium Challenge Corporation (MCC). No entanto, os progressos têm sido lentos por falta de vontade política (Nascimento, 2012; AIP, 2014).

Ainda para Nascimento (2012), o ponto fraco do atual IRS decorre da forma como é interpretado o conceito da isenção no OGE onde indicia menos transparência o facto de ter o mesmo custo a concessão de um subsídio ou a subvenção direta. E isso porque, ao contrário do subsídio, que para se manter em vigor deve ser objeto de aprovação, expressa anualmente através de cada OGE, as isenções, por um efeito de ocultação financeira, tendem a perpetuar-se. Para esta autora, a abordagem desse conceito é uma forma de criticar a concessão indiscriminada de isenções fiscais, das quais resulta uma forte erosão da base tributária e uma sobrecarga para os contribuintes não isentos. Partiu-se de uma taxa proporcional para uma taxa progressiva. No entanto, a amplitude, ou seja, a diferença entre a menor e a maior taxa é de 25%, o que significa um agravamento de taxa para alguns contribuintes na ordem dos 12% (quase o dobro daquilo que pagava com a anterior).

Por outro lado, a autora considera que uma boa parte dos contribuintes (os que têm rendimento anual inferior a STD 11.700.000,00) viram as suas taxas reduzidas em 13 pontos percentuais, isto é, passando de 13% para 0%, o que na prática constitui despesa fiscal para o Estado. Assim sendo, segundo esta autora, o objetivo que norteou a reforma (alargamento da base tributária), parece não coincidir com o enunciado da lei, porque se verificou na prática uma diminuição da base tributária por exclusão da esfera de tributação de uma boa parte de contribuintes. Para uma melhor compreensão do aqui exposto, junta-se a tabela (nº29) das taxas do IRS por escalões.

Tabela nº 29 - Taxas de IRS por escalões em STP 1 EURO = 24.500,00 STD

Rendimentos coletáveis Anuais	Taxas	Parcela a abater
Até STD 11.700.000,00	0%	0%
De STD 11.700.000,00 até 50 000 000,00	10%	STD 1.170.000,00
De STD 50 000 001,00 até 100 000 000,00	13%	STD 2.670.000,00
De STD 100 000 001,00 até 150 000 000,00	15%	STD 4.670.000,00
De STD 150 000 001,00 até 240 000 000,00	20%	STD 12.170.000,00
Superior a STD 240 000 000,00	25%	STD 24.170.000.000,00

Fonte: Elaboração própria baseada nos dados da lei nº 16/2016 artigo nº 66.

Entretanto, a Direção dos Impostos, garante que, com a implementação do IRS, foi feita justiça fiscal, porque enquanto o imposto sobre o salário incidia indistintamente sobre 13% do salário que as pessoas auferiam, com a reforma procurou-se proporcionar uma maior justiça fiscal, sendo o imposto agora progressivo, porque os rendimentos englobados são tributáveis na base de escalões. Quer isto dizer que cada contribuinte paga o imposto em função da sua condição, quem ganha mais, irá pagar mais e quem ganha menos irá pagar menos (MPF, 2009)⁷.

A par desta medida, foi iniciada a informatização do sistema fiscal, que incluiu especialmente a criação de um cartão infalsificável para cada contribuinte. Este sistema permitiu melhorar a cobrança de impostos e alargar a base tributável, graças a um melhor funcionamento dos serviços, possibilitado pela simplificação do sistema existente, uma melhor identificação da população passível de imposto e uma gestão mais ativa das cobranças (Nascimento, 2012). Traduziu-se, ao mesmo tempo, numa redução da taxa aplicada às empresas de 45 para 32,5% dos lucros realizados (o imposto sobre o volume de negócios foi reduzido para 25%). No sistema atual, o imposto sobre o rendimento das empresas é inferior à contribuição das pessoas singulares, representando apenas 58% desta última. Tal vem confirmar a debilidade da base empresarial do país e reflete a predominância do emprego no setor público. Em matéria do pagamento de impostos, as pessoas singulares constituem a principal fonte, seguida pelas empresas que não operam no setor dos serviços e, em terceiro lugar, as que operam neste setor (AIP, 2014).

Apesar dos progressos registados, o sistema continua a ter muito peso para as empresas, exigindo muitas horas na elaboração das declarações e no preenchimento dos formulários. Conforme apontado pelo relatório Doing Business de (2012), as empresas consagram, em média, 424 horas por ano à execução das formalidades. Este dado não registou mudanças ao longo dos últimos cinco anos. Revela em parte a fraca capacidade das estruturas administrativas, deficientemente equipadas e com um número insuficiente de funcionários. A taxa de imposição em vigor não é considerada proibitiva pelos operadores, segundo AIP (2014), embora a sua estrutura continue a ser desvantajosa para o setor de transformação da

⁷ Nota explicativa da lei em referência

produção local, tendo em conta que o imposto pode atingir até 60% do valor do produto transformado.

A modernização da administração fiscal que está atualmente a ser levada a cabo, mormente com a criação de um cartão pessoal difícil de falsificar graças aos meios informáticos, deverá tornar o sistema tributário mais inteligível para os operadores económicos e contribuir para melhorar as condições de investimento. A introdução do imposto sobre o valor acrescentado é outro elemento previsto pelas reformas em curso que importa acelerar, dado que irá contribuir para garantir as receitas do Estado e aliviar as empresas.

O sistema de tributação aduaneira foi também simplificado, segundo Nascimento (2012) e AIP (2014), salientando que o código aduaneiro estabelece três categorias de produtos, cada uma sujeita a uma taxa única: os produtos básicos (5% do valor), os produtos de luxo (20%) e os outros produtos (essencialmente equipamentos 10%). Esta nova tabela inclui uma sobretaxa para alguns produtos específicos, como o álcool e os hidrocarbonetos. Deverá ainda ser atenuado e adaptado às exigências decorrentes das negociações em curso, tendo em vista a adesão do país à OMC. Contudo, os equipamentos são na prática tributados a uma taxa de 25% do seu valor (Nascimento, 2012); (AIP, 2014).

Tabela nº 30 - Quadro comparativo de IRC (2015)

	Angola	Cabo Verde	Gabão	Guiné Bissau	Moçambique	STP
IRC	35 a 20%	30 a 20%	35%	35%	32%	25%

Fonte: Elaboração própria baseada nos dados obtidos do OGE (2015); Nascimento (2012) e AIP (2013).

Através da tabela nº 30 constata-se que STP é o país que vem aplicando uma menor taxa de IRC, o que poderá constituir um dos importantes incentivos à promoção da competitividade fiscal entre os países mencionados na perspetiva de transformação do país num Gateway Regional.

Capítulo 6 – As infraestruturas como requisito básico e fator de transformação de STP num Gateway Regional.

Pretendemos analisar, neste capítulo, a relevância das infraestruturas como fator de competitividade e os seus efeitos sobre o desenvolvimento socioeconómico de STP.

Segundo Srinivasu *et al* (2013), a infraestrutura é o pré-requisito para o desenvolvimento de qualquer economia. Transporte, telecomunicações, energia, água, saúde, habitação, estabelecimentos de ensino tornaram-se parte integrante da existência humana. É difícil imaginar um mundo moderno sem essas instalações. Elas são vitais para a vida familiar, bem como para a atividade económica. As infraestruturas desempenham um papel crucial para a redução de desigualdades económicas, da pobreza e das privações num país. É uma pré-condição importante para um desenvolvimento económico e social sustentável.

Com esta breve introdução pretendemos realçar a relevância das infraestruturas para o desenvolvimento deste pequeno Estado ilha no Golfo da Guiné, bem como a necessidade de se aproveitar a posição geoestratégica de que o país é apanágio como condição para garantir a sua transformação num Gateway Regional.

6.1 As infraestruturas em África

Estando STP inserido na África subsaariana e tendo em conta a sua importância geoestratégica, nesta região entendemos que se torna necessário fazer uma abordagem, ainda que de forma sintética, sobre a problemática das infraestruturas em África e sobretudo nesta região do Golfo da Guiné. Para os países africanos, as infraestruturas, sejam elas públicas ou privadas, criadas através de financiamento por fundos próprios ou por doadores internacionais, são consideradas uma pré-condição para o crescimento e para o desenvolvimento. A sua existência, associada à sua manutenção e funcionamento de forma eficiente, são cruciais para o desenvolvimento dos países africanos (Trindade, 2006; BAD, 2016).

A África é um continente com considerável insuficiência no domínio das infraestruturas económicas e sociais e com um funcionamento muito deficiente. Ao longo dos últimos anos, a África tem beneficiado de fundos provenientes da APD, cuja concessão tem sido cada vez mais decrescente devido à crise económica e financeira que vem assolando grande parte dos países doadores. De acordo com o relatório do BAD (2016), a pouca atratividade do investimento externo e a fraca capacidade de geração de rendimentos, associado à tendência decrescente da APD, não têm permitido um maior empenhamento na criação e manutenção de infraestruturas, salientando que o investimento em infraestruturas não tem ultrapassado os 200/250 mil milhões de dólares, valor financiado apenas em 5-10% pela APD.

Segundo Suprani (2012), a escassez de infraestruturas físicas (estradas, portos e aeroportos) de alguma qualidade, a irregularidade da frequência de transportes entre os países africanos e entre estes e o mundo ocidental, o escasso acesso a infraestruturas de telecomunicações e à internet (apenas utilizada por 0.8% da população da África subsaariana em 2010), a pouca capacidade de produção e distribuição de energia, as dificuldades linguísticas ligadas à diversidade étnica e a inexistência de um sistema de ensino coordenado, coerente e consequente, são aspetos de carácter infraestrutural que vêm penalizando grande parte dos países da África subsaariana. Esta situação coloca-se com maior acuidade quando analisamos a situação dos PEIVD como é o caso de STP. Apesar da sua menor dispersão territorial (quando comparado, por exemplo com Cabo Verde), o que poderia ser facilitador dos transportes, as duas ilhas, estando geograficamente perto, estão funcionalmente distantes. A inexistência de ligações regulares, marítimas e aéreas e o facto da ilha do Príncipe ser uma Região Autónoma são fatores que não têm permitido a resolução do problema do seu isolamento, sendo também condicionadores do acesso aos serviços de saúde e educação (Cardoso, 2007; BAD, 2010).

De acordo com o relatório do BM (2011) sobre as infraestruturas em África, na maioria dos países africanos as infraestruturas públicas registam um atraso cada vez maior em relação às de outros países em desenvolvimento. Os setores das infraestruturas (energia, transportes, água, comunicação e tecnologia) carecem de investimento e têm uma pobre manutenção. Numa importante análise do referido relatório intitulado “*Africa’s Infrastructure: A Time for Transformation*”, concluiu-se que a África tem as infraestruturas mais fracas do mundo. As

redes de infraestruturas em África caracterizam-se pela falta de ligações a nível regional e por estagnados níveis de acesso aos agregados familiares. O estudo considera que o bom funcionamento das infraestruturas é essencial para o desempenho económico de África e que o melhoramento das ineficiências e a redução do desperdício poderiam resultar numa melhoria substancial nas vidas dos africanos.

Ainda de acordo com o referido relatório, em termos de infraestruturas, a energia elétrica é o maior desafio em África. A escassez crónica de energia afeta 30 países africanos. O total da capacidade instalada de produção de energia elétrica de 48 países africanos subsaarianos é de 68 gigawatts, não superior à de Espanha, e 25% desta capacidade não está disponível porque as centrais elétricas são antigas e têm uma insuficiente manutenção. Os mesmos estudos constataram que a produção de energia elétrica em África é cara segundo os padrões globais, salientando que a cooperação a nível regional pode reduzir significativamente os referidos custos (BM, 2011). O setor da água em África é minado pela grande variabilidade hidroclimática, armazenamento inadequado, aumento da procura e falta de cooperação transfronteiriça. Menos de 60% da população africana tem acesso a água potável. Com mais de 60 rios transfronteiriços no continente, constitui um enorme desafio desenvolver infraestruturas em grande escala para gerir o uso da água e evitar conflitos (Srivasu, 2013).

O setor dos transportes também se caracteriza por ser ineficiente e ineficaz. É fraca a articulação entre diferentes meios de transporte (aéreo, rodoviário e ferroviário). Portos com pouco equipamento, redes ferroviárias antigas e acessos inadequados às estradas durante todas as estações do ano, constituem problemas centrais do sistema de transportes em África. Apenas 40% dos africanos que vivem em zonas rurais residem a dois quilómetros ou menos de estradas circuláveis durante todas as estações, em comparação com cerca de 65% noutras regiões em desenvolvimento (BM, 2011). Melhorar a acessibilidade nas estradas das zonas rurais é vital para o aumento da produtividade agrícola em toda a África. A limitada cooperação no setor dos transportes rodoviários faz com que os preços dos fretes rodoviários se mantenham desnecessariamente altos, pois a burocracia existente nos corredores do comércio internacional mantém lento o movimento de transporte de mercadorias, aumenta os custos e reduz o comércio intrarregional (BM, 2011).

O estudo feito pelo BAD, OCDE & PNUD (2016) reconhece que houve um esforço considerável no investimento em infraestruturas e para o desenvolvimento de África ao longo dos últimos anos, com um forte aumento em projetos nacionais e domésticos e maior ênfase no desenvolvimento de infraestruturas regionais. No referido estudo estima-se que são necessários 93 mil milhões de dólares por ano, durante a próxima década, para fornecer a África as infraestruturas adequadas, orçando as despesas atuais em cerca de 45 mil milhões de dólares (maioritariamente para a mobilização doméstica de recursos em países africanos). Ainda de acordo com o referido estudo, do ponto de vista estratégico e político, uma das primeiras e mais importantes expressões destas novas prioridades foi a fundação, em 2001, da NEPAD (New Partnership for África Development). Esta organização identificou as infraestruturas como uma prioridade setorial fundamental e apelou ao aumento no investimento das novas infraestruturas, na manutenção e modernização das já existentes, ao estabelecimento de novos quadros regulamentares e à promoção de parcerias público-privadas.

Como consequência, seguiram-se várias iniciativas e planos pan-africanos, tal como o Plano de Ação a Curto Prazo da NEPAD. A nível mundial, os países doadores e parceiros no Sul também concordaram com vários passos visando impulsionar o desenvolvimento das infraestruturas. A conferência de Monterrey sobre o financiamento para o desenvolvimento, em 2002, concordou, entre outros aspetos, que o melhoramento das infraestruturas era essencial para o crescimento económico sustentável, diminuição da pobreza e criação de emprego (BAD, OCDE & PNUD, 2016). Em 2005, criado pelo BAD, foi estabelecido um consórcio de infraestruturas para África, com vista a facilitar a mobilização de investimentos em infraestruturas africanas. Os novos objetivos políticos e acordos tendentes a um maior investimento em infraestruturas conduziram também à adoção de algumas medidas. Os investimentos aumentaram significativamente em algumas áreas. O BAD, a Comissão Europeia e o BM – que juntos representam cerca de 70% de todo o financiamento de doadores externos para o setor das infraestruturas no continente – acordaram em melhorar a colaboração nas suas intervenções em vários setores de infraestruturas e dar prioridade ao apoio de projetos regionais e projetos “emblemáticos” da UA ou NEPAD (BAD, 2015).

No relatório do BAD (2015), é conferida uma grande atenção ao desenvolvimento das infraestruturas ao nível regional, como se pode ler no extrato retirado do mesmo:

La Banque intensifiera ses efforts visant à mieux intégrer l'Afrique afin de permettre aux PMA de jouir d'une croissance et d'un développement plus équitables. Conformément à sa politique et stratégie d'intégration régionale (2010-2023), la Banque appuiera le développement de l'infrastructure régionale et renforcera le développement commercial et industriel en stimulant les échanges et l'investissement intra-africain (BAD, 2015:5).

Ainda de acordo com o BAD (2015), durante os dois últimos anos o Banco financiou a construção de mais de 1933 km de estradas transfronteiriças e melhores infraestruturas fronteiriças, salientando que entre 2016 e 2018, o BAD continuará a investir simultaneamente nas infraestruturas nacionais e regionais que são essenciais para a integração do continente, destacando a sua intervenção nas infraestruturas imateriais. No referido relatório, o BAD informa que está sendo elaborado um mecanismo de financiamento para a construção de minibarragens nos países africanos, o que, nos próximos 10 anos, irá permitir a cerca de 700 milhões de africanos terem acesso a energia própria. Importa salientar que, na maioria dos países africanos, as infraestruturas de recolha e tratamento de dados estatísticos apresentam de igual modo um desenvolvimento incipiente. Apesar da criação, em 1993, da Afristat, com o objetivo de harmonizar os sistemas estatísticos dos países africanos, bem como o aconselhamento e apoio aos países membros, os sistemas estatísticos ainda carecem de eficácia (BAD, 2015).

6.2 Análise e caracterização do estado das infraestruturas em STP

A maioria das infraestruturas atualmente existentes em STP constitui herança da época colonial, estando estruturadas e dimensionadas para uma economia de monocultura e mono-exportação de cacau. O sistema roceiro de produção necessitou de mobilizar trabalhadores de outras regiões de África, tendo desenvolvido, por isso, infraestruturas importantes para a fixação desses trabalhadores: infraestruturas educacionais, de saúde, habitação, mas também de transporte e comunicação, dentro do perímetro geográfico de cada unidade produtiva e cuja

construção, gestão e funcionamento eram também da sua responsabilidade. Entretanto, a alteração política, como consequência da descolonização, a partir de 1975, a subsequente nacionalização das unidades produtivas agrícolas e, já na década de 1990, a sua privatização, desestruturaram o sistema roceiro e as infraestruturas nele integradas (Cardoso, 2005; 2007).

Importa salientar que mesmo na época colonial já era notória a insuficiência das infraestruturas em STP, situação essa ressaltada por Campos (1912) quando dizia o seguinte:

Gastou-se mais de 2.800 contos com as obras públicas de S. Thomé e Príncipe, e as ilhas estão pobríssimas de melhoramentos públicos: sem viação, sem saneamento urbano, sem portos apetrechados (Campos, 1912:3).

De acordo com a Estratégia Nacional de Redução da Pobreza II (ENRP II, 2012), o país carece de infraestruturas de transportes e comunicação modernas como portos, aeroportos, estradas, água e energia necessárias para desenvolver o setor privado e estimular o crescimento. As deficientes condições das infraestruturas do país, especialmente do porto e aeroporto, dificultam o comércio com o resto do mundo, dão origem a elevados custos de transporte e reduzem a rentabilidade do capital, prejudicando a competitividade, desencorajando o investimento interno e estrangeiro limitando assim o crescimento económico.

Na ENRP II (2012) a situação das infraestruturas do país, é caracterizada do seguinte modo:

Transporte rodoviário: o país beneficia de uma rede de estradas da ordem dos 1180 km, dos quais 250 asfaltados. Contudo, as infraestruturas rodoviárias sofrem de uma insuficiência crónica de manutenção. O estado das estradas, sobretudo as de terra batida, continua a ser um dos constrangimentos à competitividade económica e à qualidade de vida dos que habitam no meio rural (ENRP II, 2012);

Transporte marítimo: O país está dotado de quatro portos marítimos, três deles em S. Tomé e o quarto na cidade de Santo António, na ilha do Príncipe. O porto de Ana Chaves, em São Tomé, para além da baixa produtividade dos seus equipamentos, associado à sua

obsolescência, é muito pouco profundo, o que o torna inadequado para navios internacionais. Com estas restrições, a maioria dos serviços de frete vê-se obrigada a carregar e descarregar fora do porto, em barcaças que asseguram o transporte entre o navio ancorado e o porto (ENRP II, 2012). Esta situação força os navios a um longo tempo de espera (normalmente 5 a 8 dias) e aumenta o risco de danos nos contentores e extravios das cargas. Subsequentemente, os preços dos seguros são elevados e os custos de transporte tornam-se ainda mais elevados. O porto do Príncipe não possui condições para acomodar navios de calado superior a 1,7m (o que exclui a maioria dos navios) e está mal equipado. A situação atual do porto de Príncipe é incompatível com qualquer perspetiva de desenvolvimento na Região (ENRP II, 2012). O desenvolvimento dos transportes marítimos constitui uma prioridade dado que assegura 90% das trocas inter-ilhas e entre o arquipélago e o resto do mundo. A construção de um porto de águas profundas constitui uma oportunidade ímpar para transformar STP num centro de serviços para a região. Já foi elaborado o estudo de viabilidade técnico-económica para a construção do porto de águas profundas em Fernão Dias, orçado em 475,990 USD. Em julho de 2007, foi assinado um acordo com o terceiro maior operador de contentores (Terminal Link) para a construção do referido porto mas até ao momento as obras de implementação ainda não foram iniciadas (Aguiar, 2013);

Transporte aéreo: Este arquipélago dispõe de dois aeroportos, sendo um em São Tomé e outro na ilha do Príncipe. A gestão dos aeroportos é assegurada por uma empresa pública – a ENASA. O Aeroporto Internacional de São Tomé, embora tivesse conhecido recentemente alguma melhoria carece de reabilitação para responder às normas internacionais de segurança e qualidade, o que limita o número de voos internacionais e agrava ainda mais os custos de insularidade inerentes à distância e à descontinuidade do território (ENRP II, 2012; Aguilar, 2013);

Energia: A Empresa Nacional de Água e Energia (EMAE) dispõe duma rede de 27.000 clientes. Cerca de 90% da população têm acesso a 15 megawatts de eletricidade produzida. Durante o período 2003-2010, a energia recebeu em média apenas 3,8% do investimento total do programa de investimento público (PIP). Em termos de infraestrutura de energia, o país enfrenta enormes problemas, o que constitui um dos entraves ao desenvolvimento do setor

empresarial/privado. Muitos empresários são obrigados a recorrer a geradores elétricos, com os custos económicos que isto acarreta, fazendo aumentar assim o custo de investimento e de exploração (BAD, 2012; ENRP II, 2012). O setor de energia enfrenta dificuldades de várias ordens: produção muito aquém da real capacidade instalada, perdas frequentes na rede de distribuição, aproximadamente 40%, devido a obsolescência das redes, inexistência de capacidade de armazenagem, inexistência de grupos de emergência, limitada capacidade instalada, elevado custo de produção elétrica (condicionada pela elevada dependência da importação de combustível para a produção de eletricidade), caducidade de vida técnico-económica dos geradores (BAD, 2012; ENRP II, 2012);

Telecomunicações: as infraestruturas de telecomunicação são as que apresentam maior qualidade em STP, como consequência da parceria estabelecida com a Portugal Telecom e o BM (ENRP II, 2012). De facto, as ações estruturantes em curso no setor das tecnologias de informação e de comunicação (TIC) em STP, designadamente as relacionadas com a disponibilização de acesso à internet, através do cabo submarino em fibra ótica, certamente que deverão proporcionar a oferta generalizada de espaços e serviços *online* que irá incentivar a utilização generalizada de serviços baseados nas TIC. A disponibilidade de banda larga facilita o desenvolvimento de novos métodos de trabalho e o acesso das competências nacionais a mercados externos. O desenvolvimento da sociedade de informação e conhecimento passa pela disponibilização de serviços públicos de qualidade, transparentes e eficientes, suportados por soluções tecnológicas racionalizadas (Viegas, 2013).

A transformação de STP num Gateway Regional pressupõe a modernização das infraestruturas, de modo a permitir que o país possa estar à altura de enfrentar os grandes desafios que se colocam a um projeto desta envergadura (Gomes, 2013). Importa por isso recordar que alguns projetos que se enquadram nesta perspetiva, tais como o porto de águas profundas e o aeroporto internacional de São Tomé, já foram objeto de estudos de viabilidade, alguns dos quais financiados por empresas privadas, o que demonstra o interesse que têm suscitado. Na perspetiva de Aguiar (2013), o porto de águas profundas será, sem dúvidas o mais importante terminal de transbordo em toda a África Central e Ocidental. Como consequência, STP contará com serviços de transportes mais baratos do que a totalidade dos países da região, tirando partido das economias de escala resultantes do facto de ser servido

diretamente por navios de grande dimensão, passando a ser o centro de redistribuição entre os portos da região. Será finalmente possível transacionar-se entre os países da região, fazendo uso de serviços eficientes e regulares, atualmente inexistentes.

Considera este autor que a cadeia de transportes regionais com base em São Tomé facilitará o surgimento de toda uma fileira de serviços que só são normalmente possíveis quando suportados por uma eficiente logística de transportes. São referidas, entre outras, a título de exemplo, algumas atividades económicas como armazenamento, distribuição, linhas de transformação e de montagem. Para este autor:

São Tomé poderá jogar, para a região da África Ocidental e Central, salvaguardadas as diferenças, o papel que os portos de Roterdão, Singapura, Hong Kong, Dubai, Bahamas desempenham para as suas respetivas regiões, isto é, o de importantes hubs e centros de prestação de serviços (Aguiar, 2013: 68).

Tal como o projeto do porto de águas profundas, o projeto de modernização e expansão do aeroporto internacional de São Tomé, na sua perspetiva de hub regional, também já foi alvo de estudos por parte de entidades privadas e o estado santomense. Segundo Aguiar (2013) ficou demonstrado pelos estudos levados a cabo, que existe um mercado importante para uma infraestrutura aeroportuária concebida e operada como hub aéreo na região. Foram identificados dois segmentos nesse mercado, o de hub para a indústria petrolífera e o de hub dos tráfegos internacionais, entre a Ásia e a América Latina. Ainda segundo este autor, pretende-se com este projeto servir este segmento do mercado, criando condições para que São Tomé se transforme no hub da indústria petrolífera da região, atendendo que o país tem uma localização estratégica que facilitará a sua transformação no hub da região, em detrimento do uso de Londres, Paris, Zurique, como locais de conexão de voos atualmente utilizados pelos trabalhadores da indústria petrolífera regional.

Capítulo 7 - De uma estratégia de desenvolvimento sustentável para STP assente no seu potencial de Gateway Regional

Não se apresenta possível definir a posição estratégica de um país no mundo sem, previamente se procurar saber qual a política de internacionalização da economia nacional que se pretende prosseguir, qual o modelo de desenvolvimento que se pretende pôr em prática, quais as políticas de alianças, quais os blocos alternativos de integração económica, enfim, qual o tipo de política de cooperação a implementar (Sousa, 2009: 25).

Iniciamos este capítulo recordando Silva (1998) quando na altura já dizia que STP vivia momentos difíceis da sua história recente como nação independente. De facto, o caminho percorrido nos últimos 41 anos deixou marcas profundas de disputas pessoais e partidárias difíceis de superar, criou “curvas” de desconfiança em relação à classe política difíceis de descrever; defraudou completamente aqueles que acreditavam num poder local capaz de propiciar um desenvolvimento harmonioso, particularmente das comunidades rurais; dividiu, excluiu e desenraizou uma parte significativa dos santomenses. E o Estado, que se pretendia menor mas melhor, perdeu autoridade, descaracterizou-se e há mesmo quem diga que praticamente não existe (Silva, 1998). Segundo este autor, centenas de estudos foram encomendados a peritos estrangeiros e nacionais, realizaram-se seminários sobre inúmeros assuntos e enquanto os discursos de circunstância continuam em bom ritmo e os dirigentes multiplicam as suas viagens ao estrangeiro em busca de apoios, o país não reage e as populações já não acreditam nos seus dirigentes. Por isso, o autor tece as seguintes considerações sobre o que elege ser o grande problema que se coloca a STP:

(...) os próprios santomenses deixaram de sonhar com a sua terra, deixaram de a amar, perderam criatividade e imaginação, deixaram de criar utopias. E para “utopiar” é preciso partir de uma base importante: as raízes. Não há desenvolvimento que não esteja baseado nas tradições, que não radique na memória e no orgulho que as pessoas têm nas suas raízes. Uma das coisas mais importantes para qualquer processo de desenvolvimento reside no facto de as pessoas terem orgulho daquilo que são, daquilo que podem ser e do que já foram (Silva, 1998:64).

É nesta perspetiva que devemos olhar para o futuro de STP. Este autor aconselha os santomenses a fazerem “todos” uma longa viagem de (re) descoberta das suas raízes, do seu património natural, histórico e cultural, dos seus heróis e poetas, dos homens e mulheres de boa vontade que ainda amam estas ilhas, sublinhando que seja uma viagem sem ódios nem

vinganças, numa perspetiva imaginativa e criativa, para melhor poderem conciliar a tradição com a modernidade, tocando para o efeito os portos dos países e povos que contribuíram para a emergência deste arquipélago como povo e como nação, revisitando a matriz africana e europeia que estão na base da formação histórica e cultural de STP de modo a trocarem experiências e saberes. Não há dúvidas de que o maior desafio de todos os tempos que é colocado aos santomenses, tal como reconhecem vários autores incluindo cidadãos anónimos, é o de definitiva e decididamente acreditarem em si próprios e tomarem consciência de que eles constituem o maior constrangimento e simultaneamente a chave para o desenvolvimento do país que se pretende (re) construir. Tal como dissemos anteriormente, desde a independência que as autoridades nacionais vêm experimentando vários modelos de desenvolvimento, que no entanto não surtiram o efeito esperado. Por isso pretendemos, neste capítulo, apontar algumas pistas que poderão contribuir para a definição de uma estratégia de desenvolvimento sustentável assente no seu potencial de Gateway Regional.

7.1 STP como uma Região Gateway: um consenso nacional?

Uma estratégia de desenvolvimento sustentável assente em vetores estratégicos para garantir a transformação de STP num Gateway Regional, iniciando deste modo um novo ciclo económico para o país, é o que maior consenso vem colhendo no contexto atual, tal como ficou evidenciado nos documentos oficiais das autoridades santomenses e nas entrevistas semiestruturadas, que a seguir vamos descrever. Importa sublinhar que, tal como dissemos no capítulo relativo à metodologia deste estudo, optámos por considerar STP como um estudo de caso, atendendo que a nossa abordagem incide sobre a necessidade de compreender as particularidades e especificidades deste arquipélago. Com efeito e como refere Yin (1994), este tipo de estratégia de investigação é frequentemente usado em pesquisas sobre Política, Administração Pública, pesquisa sobre Planeamento Regional, bem como estudos de planos, dissertações e teses na área das Ciências Sociais.

Sobre este assunto, Yin (1994) disse o seguinte:

a necessidade distintiva para estudos de caso surge do desejo de compreender fenómenos sociais complexos. Em resumo, o estudo de caso permite que uma investigação retenha as características holísticas e significativas de eventos da vida real (Yin, 1994: 3).

Para Yin (2001), o estudo de caso é uma possibilidade de aprofundamento e compreensão do objeto de estudo, caracterizando-se como estudo intensivo de uma situação ou contexto específico. Para este autor, o estudo de caso é útil quando se quer investigar acontecimentos contemporâneos em que não se pode controlar comportamentos considerados relevantes.

7.1.1 Fundamentação e descrição das entrevistas semiestruturadas

Na perspetiva de obtenção de respostas ao nosso objeto de estudo e, tal como dissemos na abordagem sobre a metodologia deste trabalho, tendo em conta a natureza das informações a recolher, optámos pela utilização da técnica de entrevistas semiestruturadas, como meio privilegiado de recolha de dados, com recurso a um guião de entrevistas previamente elaborado (com perguntas padronizadas num questionário) segundo Savoie-Zajc (2003), que dizia o seguinte:

Esta técnica consiste numa interação verbal animada de forma flexível pelo investigador em que este se deixará guiar pelo fluxo da entrevista, com o objetivo de abordar, de um modo que se assemelha a uma conversa, os termos gerais sobre os quais deseja ouvir o entrevistado, permitindo assim extrair uma compreensão rica do fenómeno em estudo (Savoie-Zajc, 2003:282).

De igual modo, Hanson *et al* (2005) ressaltam a importância desta técnica dizendo o seguinte:

A utilização desta técnica (informação com base no trabalho de campo), juntamente com o quantitativo, permite testar os modelos teóricos e, se for o caso, confrontá-los com base no feedback dos entrevistados, de acordo com o contexto local (Hanson, *et al*, 2005:224, 225).

De acordo com Fernandes (2014), esta abordagem metodológica permite recolher um conjunto de dados que revelam algumas das preocupações, opiniões e aspirações dos autores, que não são expressas geralmente nos documentos escritos. Segundo aquela autora, à subjetividade inerente à técnica da entrevista, acresce a subjetividade da nossa interpretação e análise. Reconhece ainda assim aquela autora que a realização de entrevistas semiestruturadas é uma metodologia adequada ao gerar contributos para a reflexão e análise dos objetos em estudo, pois tal como também reconhece Savoie-Zajc (2003):

As entrevistas semidirigidas permitem “tornar explícito o universo do outro [...], o que o outro pensa e que não pode ser observado” É também indicada para compreender o “mundo do outro [...], permitindo compreender os comportamentos complexos” do indivíduo ou dos grupos (Savoie-Zajc, 2003: 284, 285).

Ainda segundo Savoie-Zajc (2003),

O entrevistador pode adaptar as questões ao seu interlocutor e à situação, permitindo um acesso à experiência dos indivíduos, [...] os dados produzidos são ricos em detalhes, [e] o sentido da entrevista é mais negociado entre os respondentes enquanto o investigador tenta compreender bem a perspectiva do outro graças à relação interpessoal estabelecida (Savoie-Zajc, 2003: 297).

Daí que Fernandes (2014) considere que esta técnica permite obter mais informações do que quando se recorre a questionários por via telefónica ou correio eletrónico, técnicas pouco adequadas à realidade de STP, contrariamente ao questionário, que padroniza as respostas e neutraliza a relação de pesquisa e os ruídos da comunicação entre indivíduos. Beaud e Weber (2014) consideram que:

uma entrevista aprofundada (gravada) de um entrevistado que fala bastante permite-nos avanços e descobertas que não são comparáveis a uma entrevista (não gravada), uma vez que cada entrevista aprofundada é uma relação pessoal em que cada um se empenha diferentemente da distribuição do questionário (Beaud e Weber, 2014:120).

Por estas razões, Beaud e Weber (2014) salientam que, para além de tudo isto, as entrevistas permitem recolher dados a partir das questões formuladas, mas também do contexto e da situação, constituindo assim uma das melhores técnicas. Alguns autores consideram que as maiores limitações desta metodologia são os custos, o tempo e a eventual interferência do entrevistador ou a credibilidade das informações, pois, segundo os mesmos o respondente pode ser movido pelo desejo de prestar um serviço ou de ser bem visto pelo investigador (Savoie-Zajc, 2003; Beaud e Weber, 2014). Com o fito de aferir a sustentabilidade tanto da questão de partida quanto dos objetivos gerais e específicos definidos nesta tese elaborou-se um guião de entrevistas semiestruturadas (ver anexo I) que serviu de base para colocar as questões acerca das quais se pretendia obter informações, mas permitindo que o entrevistado pudesse, de forma mais ou menos livre, expressar os seus pontos de vista sobre os assuntos nele refletidos, pois tal como dizia Hanson, *et al* (2005):

“... as entrevistas semidirigidas podem ser usadas para corroborar ou refutar os argumentos obtidos na revisão bibliográfica” (Hanson, *et al*, 2005:225).

Por isso as perguntas contempladas no guião assentam na nossa questão de partida (saber de que potencialidades dispõe STP para garantir a sua transformação num Gateway Regional visando o seu desenvolvimento sustentável), com os objetivos gerais e específicos definidos para o efeito. Para satisfazer tal desiderato, as perguntas foram agrupadas em dois grupos, a saber: no 1º grupo, relativo à situação do país, foram colocadas no essencial as questões que se prendem com as potencialidades que o país oferece; o papel que poderão jogar os major players extrarregionais, regionais e transregionais no processo de transformação de STP num Gateway Regional; o nível de consenso nesse processo dos órgãos de soberania e a visão das elites políticas, económicas e empresariais; as vantagens e desvantagens internas em relação aos países vizinhos, os aspetos positivos no contexto externo que poderão oferecer vantagens competitivas, bem como os aspetos negativos a esse nível que poderão comprometer as vantagens competitivas do país. No 2º grupo, relativo à situação das infraestruturas, foram colocadas questões que se prendem sobretudo com a situação das infraestruturas, dos transportes aéreos e marítimos, dos investimentos considerados prioritários e as possíveis fontes de financiamento, tendo em conta que a transformação do país num Gateway Regional implica a necessidade de um grande investimento em infraestruturas de carácter estruturante.

Relativamente ao número de entrevistas, seguiu-se a sugestão de Beaud e Weber (2014), que consideram que as entrevistas aprofundadas não visam produzir dados quantificados e, portanto, não precisam de ser numerosas. Nesta ordem de ideias e sendo este estudo maioritariamente qualitativo, entrevistou-se um número limitado de pessoas (onze), pelo que tal como consideram Ruquoy (1997) e Beaud e Weber (2014), não se coloca a questão da representatividade, no sentido estatístico do termo,. Sobre este assunto Ruquoy (1997) afirma o seguinte:

O critério que determina o valor da amostra passa a ser a sua adequação aos objetivos da investigação, tomando como princípio a diversificação das pessoas interrogadas e garantindo que nenhuma situação importante foi esquecida (Ruquoy,1997: 103).

Na base deste critério foram selecionadas algumas entidades que, no nosso entender, são suscetíveis de abarcar todas as situações importantes do nosso objeto de estudo. A tabela nº31

abaixo indicada, ilustra as entidades por nós selecionadas, bem como as funções desempenhadas.

Tabela nº 31 – Entrevistas semiestruturadas - entidades selecionadas

Nº de Ordem	Nome	Instituição	Função	Data da Entrevista
1-	Rafael Branco	Governo e Partido Político	Ex-primeiro ministro; Ex ministro do Coordenação Económica; Ex. ministro dos Negócios Estrangeiros; Ex ministro das Infraestruturas Recursos Naturais e Ambiente; Ex-presidente do Partido MLSTP	15/01/2015
2-	Septim Martin	BAD	Representante do BAD para Angola e STP	29/01/2015
3-	Agapito Mendes Dias	Banco Mundial	Administrador Executivo; Ex ministro das Finanças de STP	13/03/2015
4-	Ângela Viegas	Governo	Ex-ministra das Finanças e ex-administradora do pelouro de políticas económicas do Banco Central	18/03/2015
5-	Carlos Quaresma	Governo	Ex-ministro das Finanças e ex-Governador do Banco Central	23/03/2015
6-	José Salema	PNUD	Representante Residente	25/03/2015 1º contacto
7-	António Aguiar	Sociedade Civil	Empresário; Consultor do projeto sobre o porto de águas profundas;	06/04/2015
8-	Delfim Neves	Sociedade Civil	Empresário	12/04/2015 1º encontro
9-	João Cristóvão	BISTP	Presidente do Conselho de Administração	18/04/2015 1º encontro
10-	Wilson Bragança	Governo	Diretor do Planeamento do Ministério da Economia	13/05/2015
11-	Jaime Duarte	Consultor	Consultor Internacional	20/05/2015

Fonte: Elaboração própria.

O trabalho de campo foi realizado entre os meses de janeiro e julho de 2015 e consistiu, numa primeira fase, na realização de contactos exploratórios que permitiram, num contexto político e administrativo em permanente mudança, identificar melhor as fontes de informação e facilitar a interação com os diferentes atores. Neste sentido, foram encetadas, consoante o contexto, diligências e realizados contactos prévios tanto pela via de correio eletrónico, como através de telefone e pessoalmente, explicitando os objetivos da pesquisa, de modo a garantir-

se a sua realização. Procurou-se igualmente obter uma representação significativa do setor público, através dos representantes institucionais das áreas em estudo, do setor privado e de alguns parceiros de desenvolvimento, tal como nos sugerem (Ruquoy,1997; Beaud e Weber, 2014). Um vez identificados e selecionados os entrevistados, iniciou-se a realização das entrevistas. Contudo, devido à prolongada ausência de alguns no país, não se conseguiu entrevistar todos os atores contactados.

Relativamente às entrevistas semiestruturadas e visando ir ao encontro da disponibilidade dos entrevistados, os contactos realizados assumiram diversificados contextos, que foram desde o local de trabalho dos próprios, até aos locais mais informais. As entrevistas concedidas tiveram, em média, entre uma hora e uma hora e meia de duração. Todas as pessoas contactadas permitiram a gravação da entrevista, o que facilitou o registo das informações. Não obstante a aceitação da gravação pelos entrevistados, a entrevistadora (autora) tomou também notas, tal como recomenda (Ruquoy,1997). Neste sentido, e após o término de cada entrevista, foi anotado todo o teor da mesma, bem como a sua síntese. Durante as entrevistas procurou-se adequar as questões previstas no guião aos diversos interlocutores, de forma a torná-las mais explícitas e compreensíveis. Procurou-se ainda manter uma neutralidade relativamente aos pontos de vista manifestados pelos entrevistados, de modo a minimizar a nossa própria influência, tal como sugerem (Ruquoy,1997; Beaud e Weber, 2014). Ao longo das entrevistas, foi mantido um caderno de campo onde se foram registando todas as informações, bem como os contactos efetuados aos diferentes factos que as antecederam (Beaud e Weber, 2014).

Dada a complexidade dos assuntos abordados pelo estudo, partiu-se do princípio de que as informações recolhidas através das entrevistas poderiam apresentar algum potencial no sentido da compreensão dos fenómenos em jogo. Foram posteriormente selecionadas as informações que nos pareceram efetivamente relevantes, restringindo assim a nossa análise aos assuntos considerados pertinentes, referidos de modo transversal pelos atores, ou que se relacionavam com as fontes documentais consultadas. Ato contínuo, procedeu-se à análise qualitativa das entrevistas realizadas. Procurou-se, assim, compreender e articular os pontos de vista e papéis destes “agentes da mudança” – atores com papéis relevantes no âmbito da análise das potencialidades do país. Importa desde logo sublinhar que foram a análise, a

interpretação e a síntese das informações recolhidas nestas entrevistas (cuja síntese apresentamos na tabela nº 32, abaixo indicada), bem como os documentos consultados, que serviram de base para a elaboração da nossa tese.

Tabela nº 32 – Síntese das entrevistas semiestruturadas

STP COMO GATEWAY REGIONAL (Estratégia para um desenvolvimento sustentável)	
Guião de entrevista semiestruturada e síntese das respostas obtidas	
Situação do país	
Perguntas	Síntese das respostas
1. Na sua opinião que potencialidades oferece STP passíveis de garantir a sua transformação num Gateway Regional?	<ul style="list-style-type: none"> - Localização geográfica ao largo da costa ocidental africana, com uma posição geoestratégica e geoeconómica bastante privilegiada na zona de petróleo do Golfo da Guiné; população pacífica, tranquilidade, clima favorável e um sistema multipartidário dinâmico; - potencialidades para prestação de serviços com possibilidade de criação de destinos atrativos, muito qualificados e exclusivos e para a construção de hotéis integrados na paisagem com condições para a prática de ecoturismo e aventura, tendo em conta a abundância de recursos patrimoniais naturais e culturais e o parque nacional obô; - potencialidade para o desenvolvimento de atividades ligadas à economia do mar, exploração petrolífera e serviços associados dispendo de solo fértil para o fomento de agricultura (cacau, flores, frutos e legumes) agropecuária e agro-indústria para exportação;
2. Do seu ponto de vista, como caracteriza a concorrência e a reação dos major players regionais (Angola e a Nigéria)?	<ul style="list-style-type: none"> - Estratégia para a segurança marítima da sub-região; controlo do mar; controlo de pirataria e defesa dos interesses da sub-região; - apoio na construção do porto em águas profundas e do aeroporto internacional para a prestação de serviços de qualidade;
3. Que papel poderão jogar os major players extrarregionais, nomeadamente a China e os Estados Unidos da América, no processo de transformação de STP num Gateway Regional?	<ul style="list-style-type: none"> - No caso dos EUA poderá haver interesse em manter uma relação privilegiada com STP por razões geoestratégicas e de controlo (petróleo, comércio marítimo, presença na região). Já tem instalada em São Tomé a Voz de América, de que o país deveria tirar maior proveito; - para a China, a sua penetração em África faz crescer os interesses que tem sobre STP devido a sua posição geoestratégica no Golfo da Guiné. Sua intenção de construir um porto de águas profundas em São Tomé;
4. Existirá algum nível de consenso dos órgãos de soberania santomense bem como a visão das elites políticas, económicas e empresariais na transformação do país num Gateway Regional?	<ul style="list-style-type: none"> - Há consensos refletidos em vários documentos produzidos pelas autoridades nacionais e nos programas dos sucessivos governos; - no passado ficou provado que há uma vontade comum em torno das aspirações, cenários e projetos claros da sociedade;
5. O que deve ser feito para garantir a inserção geoeconómica de STP na região do Golfo da Guiné?	<ul style="list-style-type: none"> - A inserção atual é quase inexistente, pelo menos a nível das relações comerciais que existem mas com países longínquos. Deve estar integrado na CEEAC e melhorar os seus indicadores macroeconómicos para ser competitivo. Construir o porto de águas profundas e o aeroporto internacional para prestação de serviços de qualidade; - deve definir uma política de integração e harmonizar os seus indicadores macroeconómicos; o país precisa encontrar uma âncora para o seu desenvolvimento. Já está ancorado no domínio monetário e deve também ter uma ancoragem no domínio judicial; - deve ser mais proativo e definir uma política de integração que facilite a competitividade; deve ser eficiente em termos de prestação de serviços e ser

	<p>competitivo;</p> <ul style="list-style-type: none"> - deve criar condições infraestruturais para ser uma porta de entrada para a sub-região, para América e para Europa; - ao nível político, deverá começar por haver uma clarificação quanto à posição de STP relativamente às organizações regionais (CEMAC, CEEAC, CPLP) o que nem sempre é muito claro.
6. O que deve ser feito para garantir o melhor aproveitamento da posição geoestratégica de STP para se transformar o país num Gateway Regional?	<ul style="list-style-type: none"> - Um melhor conhecimento do país no exterior e a afirmação da sua soberania num espaço tão vasto como é a sua zona marítima. Por exemplo, é incompreensível que não haja um plano diretor da pesca e se mantenha um embargo da UE aos produtos da pesca por falta de estruturas e organização; - um melhor entendimento entre os santomenses para que haja consensos em termos dos grandes desafios do país;
7. Do seu ponto de vista que vantagens internas apresenta STP em relação aos países vizinhos da sub-região do Golfo da Guiné, passíveis de serem aproveitadas para transformar o país num Gateway Regional?	<ul style="list-style-type: none"> - A localização geográfica e posição geoestratégica no Golfo da Guiné; potencialidades para prestação de serviços; ausência de clivagens étnicas, religiosas ou linguísticas; - estabilidade política; paz e segurança; proximidade; - insularidade e vasto domínio marítimo são duas vantagens importantes.
8. Que desvantagens internas apresenta o país em relação aos países vizinhos da sub-região do Golfo da Guiné que possa impedir a sua transformação num Gateway Regional?	<ul style="list-style-type: none"> - Pequena dimensão e alguma instabilidade ou descontinuidade nas políticas públicas; - vulnerabilidade em relação ao exterior; pobreza e desigualdades sociais; reduzida mobilidade social; baixo nível educacional e cultural; baixo nível científico e tecnológico; fraca capacidade institucional; - custo da insularidade; ausência de infraestruturas adequadas, instabilidade governativa, elevados custos de energia; dependência das importações para a segurança alimentar; fraca qualidade de recursos humanos, carecendo de investimento na especialização dos quadros.
9. Que aspetos positivos do contexto externo em que se envolve o país podem constituir potencialidades para conceder vantagem competitiva ao país?	<ul style="list-style-type: none"> - Tendência de crescimento do turismo mundial e ausência de conflitos fronteiriços, étnicos, linguísticos ou religiosos, ao contrário do que se passa no contexto externo envolvente; - existência de um grande e rico mercado internacional e regional; existência de milionários e de uma crescente classe média na sub-região e no mundo; - a presença dos EUA e da China Popular pode constituir uma grande oportunidade para a construção do porto de águas profundas. Angola e Nigéria constituem das maiores potências ao nível do continente pelo que STP deve optar por uma estratégia visando aproveitar esses dois vizinhos e amigos; - interesse demonstrado por uma grande autoridade marítima de referência mundial;
10. Que aspetos negativos do contexto externo em que se envolve o país poderão comprometer as vantagens competitivas que ele possui?	<ul style="list-style-type: none"> - Pirataria marítima; instabilidade na região, tráfico de drogas e de armas; - investimentos não planificados; surgimento na região de outros projetos de igual envergadura; - terrorismo; redução geral de viagens de longo curso pelo arrefecimento económico nos principais mercados emissores; altos preços do combustível e preocupações ambientalistas; - maior capacidade financeira (sobretudo dos países petrolíferos) e existência de partes insulares semelhantes (caso da Guiné Equatorial);
Situação das infraestruturas	
11. Qual é a situação das Infraestruturas em STP?	<ul style="list-style-type: none"> - Infraestruturas inexistentes; ausência de portos de águas profundas; custo elevado de energia, de comunicações e de vias rodoviárias; em geral as infraestruturas estão em péssimas condições, com exclusão das telecomunicações. Em termos de ligações rodoviárias interiores, o país regrediu, sobretudo nas zonas onde prevaleciam as roças.
12. Como avalia para o país as políticas no domínio das Infraestruturas de	<ul style="list-style-type: none"> - Infraestruturas inexistentes ou ineficazes, sobretudo sem continuidade. Na grande parte dos casos por falta de meios e de consensos, noutros por má

carácter estruturante?	gestão.
13. Qual o seu ponto de vista sobre os investimentos nesse setor? Na sua perspetiva, quais são as prioridades para o setor das Infraestruturas?	<ul style="list-style-type: none"> - Têm sido fracas e ineficientes (ex. rodovias, energia); - prioridades: infraestruturas estruturantes (porto de águas profundas e aeroporto internacional de qualidade) transportes, energia, saúde e educação; - um aeroporto internacional pode contribuir para a transformação do país numa plataforma de prestação de serviços entre as ilhas e os países envolventes e uma porta de entrada e saída para América. STP pode pois fazer a ponte entre a África, a América do Sul e a Europa; - deve-se melhorar as redes de comunicação, sendo o projeto de fibra ótica um importante instrumento de natureza estruturante no capítulo das infraestruturas do país, dada a extrema importância de que nele a comunicação se reveste. Deve-se, de igual modo, melhorar a rede viária; - não se faz integração na ausência das necessárias infraestruturas. O tema é pertinente, daí que constitua o desafio do estudo demonstrar que STP pode ser um Gateway Regional. A própria posição do país face à sub-região transmite a imagem de que a está contemplando, o que justifica ser um ponto de encontro e de confluência com a mesma.
14. Como avalia as políticas para os transportes aéreos e marítimos?	- As melhorias nos transportes têm sido quase todas impostas por autoridades externas (ex. segurança no aeroporto de São Tomé) ou financiadas por estrangeiros (caso do Príncipe). Sobre os transportes marítimos é de todo sintomático o caso do porto de águas profundas e um verdadeiro desastre a ligação São Tomé - Príncipe;
15. Como avalia os investimentos feitos nesses setores?	- Poucos ou nulos. As finanças públicas são um dossier complicado e dificilmente sustentável. O dinheiro não é tudo mas sem ele não há investimentos;
16. Quais são os principais desafios para os setores de transportes aéreos?	- Investimentos corretos e garantia de financiamento. Uma questão importante é também a oportunidade, ou seja, saber aproveitar as oportunidades. Ora, em STP é muito demorado o processo de decisão política e daí perder-se, em muitos casos, a oportunidade. É um problema comum a pequenas sociedades, onde os interesses coletivos e individuais facilmente se misturam e confundem;
17. Quais as perspetivas e os projetos em carteira para o setor dos transportes?	- Construção de um porto de águas profundas e de um aeroporto de perfil internacional;
18. Que critérios devem ser utilizados na definição das prioridades para o setor?	<ul style="list-style-type: none"> - Uma boa análise da viabilidade dos projetos (o que nem sempre é feito, neste e noutros setores) e capacidade de negociação com os financiadores; - para a inserção geoeconómica do país na sub-região deve ser analisado o problema da moeda e das alfândegas. Deve proceder-se a uma aturada reflexão sobre o que fazer para que o país se integre, de facto, na sub-região. O Gateway é introduzido numa cadeia global e por isso deve ser eficiente em termos de prestação de serviços; - os investimentos não têm sido estruturantes e articulados de forma a atingir objetivos específicos de crescimento e desenvolvimento nacional. Muitos estudos foram feitos e fundamentaram boas políticas, mas a sua implementação não teve, em muitos casos, lugar ou foi inadequada;
19. O que deve ser feito neste setor para facilitar a transformação de STP num Gateway Regional?	- A produção e distribuição de energia são hoje (e vão ser ainda mais no futuro) uma questão prioritária;
20. É possível mobilizar financiamento externo para garantir a implementação de projetos desta envergadura?	- Existem instituições disponíveis para financiar esse género de projeto ao nível do BM, mormente a SFI que pode ser uma das possíveis fontes. Há outras fontes tais como o Fundo do Japão que também pode conceder apoios financeiros, tendo em conta que uma boa parte deste apoio é concedido em termos de donativos ou créditos concessionais.

Fonte: Elaboração própria.

De acordo com os resultados obtidos nas entrevistas (tabela nº 32) ficou patente que STP no seu percurso existencial, já conheceu vários ciclos económicos assentes nos mais variados modelos ou na combinação destes, sem no entanto terem produzido os efeitos desejados ou permitido ao país tornar-se cada vez mais competitivo e inovador face ao exterior e proporcionar aos cidadãos uma real melhoria das suas condições de vida. Pelo facto de os mesmos se terem baseado essencialmente na monocultura de produtos dominantes da época, casos da cana-de-açúcar, do café e do cacau, revelaram-se limitados e pouco sustentáveis para alavancar o desenvolvimento do país.

O atual ciclo de cacau em que se assenta a economia santomense, na perspetiva dos entrevistados, já deu, de alguns anos a esta parte, sinais muito claros do seu real esgotamento e evidente limitação, sendo hoje, tal como as estruturas do país, tanto produtivas quanto administrativas, incapaz de dar um contributo decisivo no moldar da vida económica e no financiamento das suas principais prioridades inscritas no orçamento do Estado, que por sinal sempre necessitou, após a ascensão do país à independência nacional, de mais de 90% de recursos externos para o financiar. Esta sintomatologia por demais evidente exige um virar de página no contexto atual, uma mudança de paradigma assente na adoção de um novo ciclo económico, que potencie, de facto, o real crescimento e desenvolvimento do país com base nas potencialidades de que este dispõe, as quais foram reconhecidas, por todos os entrevistados, destacando-se a localização geográfica do país no Golfo da Guiné e a necessidade do seu melhor aproveitamento para o transformar num Gateway Regional, projeto que reputam como consensual ao nível nacional.

Os entrevistados sublinharam, de igual modo, outras potencialidades no domínio da prestação de serviços destacando setores tais como o turismo, o mar e as zonas francas, pouco explorados até então, e que são, na sua perspetiva, essenciais para a transformação do país numa plataforma de prestação de serviços e, conseqüentemente, num Gateway Regional. Todos reconhecem as debilidades do país salientando a necessidade dum forte investimento em infraestruturas de carácter estruturante, como é o caso do porto de águas profundas, do aeroporto internacional, da energia, dos transportes aéreos e marítimos, das redes viárias, bem como uma forte aposta no investimento do capital humano.

Cabe salientar que os entrevistados consideram que a modernização das infraestruturas constitui um grande desafio para a consolidação dessa estratégia, tendo manifestado alguma preocupação em relação à construção de um porto de águas profundas, que consideram ser o elemento chave dessa estratégia. Um dos entrevistados considera que para a construção dum porto de águas profundas em São Tomé, deve-se primeiramente analisar as vantagens competitivas com os países da sub-região, tendo em conta que a Guiné Equatorial e os Camarões já iniciaram a construção de uma infraestrutura idêntica. No entanto outros entrevistados defendem que STP continua a ter vantagens competitivas, já que, na sua opinião, o porto a ser construído em São Tomé será um porto natural (porque a ser construído em águas profundas do país) e os respetivos custos de manutenção baixos e sem necessidade de dragagem, enquanto que os portos da Guiné Equatorial e dos Camarões terão que ser regularmente dragados, acarretando esse processo elevados custos.

Tal como foi reconhecido por todos os entrevistados e por vários autores, de entre outros Gomes (1986), Romana (1997), Branco (1998), Cardoso (2007), Sousa (2009), Costa (2011), ENRP (2002; 2012), Género (2012), Aguiar (2013), Gomes (2013), Santo (2013), CDG (2014), Fernandes (2014) e GOP (2017), STP dispõe no atual contexto de um recurso de valor incalculável, derivado de uma combinação bastante positiva de fatores que se prendem com a sua localização geoestratégica no Golfo da Guiné, a menos de 2 horas de voo em relação a quase todos os países da chamada cintura do petróleo, que vai da Nigéria a Angola, com um mercado composto por mais de 388 milhões de consumidores e com um PIB anual que ronda os 765 mil milhões de dólares, tal como já referimos.

No entanto, e tal como salienta Aguiar (2013), essa região é caracterizada como um local de conflitos latentes (pirataria, criminalidade crescente das sociedades, violência organizada e proliferação de conflitos armados) associados a um ambiente político e socioeconómico muito pouco atrativo para os investimentos estrangeiros. Findo os conflitos leste/oeste, as estratégias geopolíticas, são essencialmente determinadas, por interesses económicos, pelo que esta região do Golfo da Guiné assume na atualidade particular importância. Dadas as suas especificidades, ao se intervir nessa área numa perspetiva de economias de escala, de tempo e qualidade de serviços, torna-se necessário dispor de uma base que possa servir de um

Gateway Regional em termos de apoio logístico, financeiro, de serviços e de lazer podendo STP ser chamado a jogar esse papel.

Com efeito, devido à sua pequena dimensão, ao carácter globalmente homogéneo das suas populações, a uma tradição pacífica e acolhedora das suas gentes e a um relativo clima de estabilidade, STP é considerado como local propício para se transformar num Gateway Regional e demonstrar que tem potencialidades no contexto regional em que está inserido, para a alavancagem de uma economia gradualmente de serviços visando contribuir para relançar o seu crescimento económico e promover o desenvolvimento sustentável. Segundo os entrevistados e os documentos consultados, o país depara-se com imensas dificuldades de criação de emprego, défice estrutural da balança de pagamentos, infraestruturas degradadas ou inexistentes, uma falta de atenção das autoridades em relação ao património cultural e histórico, ausências de programas de valorização e conservação do património natural, bem como um exíguo mercado interno.

Por essa razão, consideram os mesmos que se deve aproveitar as potencialidades que estas ilhas oferecem para transformá-las numa plataforma de prestação de serviços, criando assim as condições para a sua transformação num Gateway Regional assente no aproveitamento das grandes e importantes potencialidades de que dispõe o país, a saber: a sua posição geoestratégica no Golfo da Guiné e a sua vocação para a prestação de serviços (o turismo, o mar e as zonas francas). Para o efeito, os entrevistados defendem como pressupostos fundamentais um regime político democrático assente num sistema político multipartidário dinâmico, (onde a alternância do poder, ao ser uma realidade, aparece como elemento facilitador deste processo), associado a uma adequada política fiscal capaz de garantir a competitividade externa do país e um forte investimento em infraestruturas de carácter estruturante, capazes de garantir a promoção de um novo ciclo económico baseado na produção de bens e serviços para a sub-região e o mundo.

Segundo os entrevistados, devem ser os seguintes os programas e projetos fundamentais para a concretização deste grande desafio: a) construção de um porto de águas profundas; b) construção de aeroportos internacionais adequados ao contexto; c) uma “nova” agricultura, baseada na promoção da segurança alimentar e na transformação dos produtos locais; d) um turismo de média, alta gama; e) telecomunicações (melhor aproveitamento do cabo submarino

de fibra ótica instalado recentemente no país, explorando o *call center* e outros serviços afins); f) criação de zonas francas e atividades francas; g) instalação de serviços financeiros e outros (serviços médicos, educação e formação profissional, de entre outros); h) estradas e saneamento; i) energia (energias renováveis); j) transportes marítimos e aéreos, adequados; l) exploração do petróleo (devidamente equacionado e com uma adequada gestão).

Ainda de acordo com os entrevistados, são as seguintes as condições essenciais para a materialização deste grande desafio: i) manutenção do clima de paz e estabilidade social e institucional; ii) largos consensos em redor de questões essenciais de desenvolvimento; iii) criação de um favorável ambiente de negócios; iv) uma justiça eficiente e credível, se possível com uma ancoragem; v) uma administração pública moderna e eficaz; vi) um controle eficaz do paludismo; vii) uma política fiscal adequada, capaz de garantir a competitividade externa do país; viii) um forte investimento na formação e capacitação dos recursos humanos e nas tecnologias de informação e comunicação; ix) um forte investimento nas infraestruturas de base; x) eliminação da pobreza absoluta, bem como das desigualdades sociais extremas.

Na perspetiva dos entrevistados, o país deve transformar-se numa plataforma segura e credível de prestação de uma vasta e diversificada gama de serviços e atividades, a baixos preços e com elevada eficiência. Deste modo, espera-se que as sinergias entre as várias atividades a serem desenvolvidas, associadas à procura externa, contribuam para melhorar a viabilidade do projeto. Por isso, o país deve apostar, tal como recorda Aguiar (2013), em projetos que possam ter um impacto económico, social e ambiental bastante forte. Para o efeito, é de refletir na criação das principais atividades das zonas económicas especiais, designadamente: a) comércio de mercadorias e serviços, baseado na eficiência e em preços competitivos; b) serviços de diversão e recreação, compreendendo hotéis, casinos e clubes de campo; c) abastecimento, manutenção e reparação de barcos e aviões; ancoragem segura e docas secas; d) serviços financeiros e bancários *offshores*; e) serviços de saúde, educação e formação; f) serviços de telecomunicações modernas bem como de rádio e televisão comerciais; g) produção agrícola destinada à segurança alimentar; h) serviços profissionais, tais como, assessoria jurídica e processamento de informações; i) desenvolvimento de infraestruturas sociais.

A atração de investimentos privados estrangeiros, conjugados com o esforço no sentido do ajustamento macroeconómico e a implementação de políticas coerentes de desenvolvimento, poderão permitir ao país, num período de curto e médio prazos, iniciar um processo sustentável de desenvolvimento nacional (Sousa, 2013). No entanto, Aguiar (2013) considera que, nas condições atuais, não é tarefa fácil a atração de investimento direto estrangeiro para STP. Para este autor, o país precisa de elaborar e adotar um documento de visão para 20-30 anos, em que fique claro como se pretende posicionar na região; sejam inscritos os principais projetos que irão materializar essa visão; seja apresentada uma abordagem holística do desenvolvimento futuro e suas etapas. Fará então todo o sentido para um eventual investidor considerar um investimento no setor da energia porque os consumidores não serão apenas os cerca de 200 mil habitantes que o país atualmente possui.

De igual modo, um porto de vocação regional, com consumos superiores à totalidade do consumo doméstico de todos os habitantes, um aeroporto hub regional, entre outros projetos, são necessários para a concretização desta visão. Equacionar a instalação de unidades hoteleiras, de centros de saúde ou de ensino, de vocação regional, adquirirá então coerência perante o conhecimento do plano para desenvolver um aeroporto hub regional e uma companhia que ligue as cidades da região (Aguiar, 2013).

- **Nível de consenso dos órgãos de soberania santomense em relação à transformação do país num Gateway Regional**

Nos programas dos sucessivos governos de STP é reconhecido que o país tem uma posição geoestratégica relevante no Golfo da Guiné, tornando-se necessário potenciá-la para transformar este arquipélago numa plataforma de prestação de serviços, ou seja, num Gateway Regional. De igual modo, em várias reflexões e ensaios produzidos no país é destacada a relevância da posição geoestratégica deste país e a necessidade do seu melhor aproveitamento. A tabela nº 33, abaixo discriminada, espelha o nível de consensos gerados à volta desta temática.

Tabela nº 33 - Nível de consenso dos órgãos de soberania santomense

Presidente da República Dr. Manuel Pinto da Costa	No seu livro “Terra Firme” e nos seus discursos fala da necessidade de se aproveitar a posição geoestratégica do país no Golfo da Guiné para transformar este arquipélago numa plataforma de prestação de serviços.
Programa do VIII governo constitucional liderado pela economista Maria das Neves (2002-2004).	Dedica uma especial atenção à necessidade do aproveitamento da posição geoestratégica e geoeconómica do país no Golfo da Guiné para transformá-lo numa plataforma de prestação de serviços. Aborda para o efeito a necessidade de promover infraestruturas de carácter estruturante, nomeadamente a construção de um porto de águas profundas e de um aeroporto internacional como condição para a viabilização deste desiderato.
Programa do IX governo constitucional liderado pelo senhor Damião Vaz de Almeida (2004-2005).	Aborda a necessidade da construção de um porto de águas profundas para transformar STP numa plataforma de prestação de serviços, aproveitando para o efeito a sua posição geoestratégica no Golfo da Guiné.
Programa do X governo constitucional liderado pela economista Maria do Carmo Silveira (2005-2006).	Refere-se à necessidade do aproveitamento da posição geoestratégica do país no Golfo da Guiné para transformá-lo numa plataforma de prestação de serviços, investindo para o efeito em projetos infraestruturantes.
Programa do XI governo constitucional liderado pelo Engº Tomé Vera Cruz (2006- 2008).	Ressalta a necessidade de construção de um porto de águas profundas para transformar STP numa plataforma de prestação de serviços, aproveitando para o efeito a sua posição geoestratégica no Golfo da Guiné.
Programa do XIII governo constitucional liderado pelo Dr. Rafael Branco (2008-2010).	Versa sobre os Novos Horizontes para STP e o aproveitamento da sua posição geoestratégica no Golfo da Guiné para transformar o país numa plataforma de prestação de serviços à sub-região.
Programa do XIV governo constitucional liderado pelo economista Patrice Trovoada (2010-2012).	Refere-se à necessidade da construção de um porto de águas profundas para transformar STP numa plataforma de prestação de serviços, aproveitando para o efeito a sua posição geoestratégica no Golfo da Guiné.
Programa do XV governo constitucional liderado pelo jurista Gabriel Costa (2012-2014).	Há um capítulo sobre um novo futuro que versa sobre o aproveitamento da posição geoestratégica de STP no Golfo da Guiné para transformar o país numa plataforma de prestação de serviços, construindo para o efeito, um porto de águas profundas e um aeroporto internacional.
Programa do XVI governo constitucional liderado pelo economista Patrice Trovoava (2014-2018).	Versa sobre a agenda de transformação de STP, através do aproveitamento da sua posição geoestratégica no Golfo da Guiné para transformar o país numa plataforma de prestação de serviços à sub-região.
Parlamento santomense (debate e aprovação dos programas dos sucessivos governos constitucionais, nomeadamente, VIII, IX, X, XI, XIII, XIV, XV e XVI)	Quer o poder, quer a oposição têm aprovado, consensualmente, os programas dos governos constitucionais que abordam questões que se prendem com o aproveitamento da posição geoestratégica de STP no Golfo da Guiné para transformar o país numa plataforma de prestação de serviços.

Fonte: Elaboração própria com base em documentos oficiais.

7.1.2 Análise SWOT das entrevistas semiestruturadas

Para Neto (2011) a análise SWOT é uma ferramenta geralmente aplicada no planeamento estratégico para promover uma análise do ambiente interno e externo tomando como base os pontos fortes, os pontos fracos, as oportunidades e as ameaças que afetam um país, uma organização ou um produto. Na perspetiva do referido autor, os pontos fortes constituem todas as características positivas de destaque num país ou numa organização e que favorecem o cumprimento do seu propósito. Os pontos fracos podem ser definidos como as características negativas num país ou numa organização que podem prejudicar estes no cumprimento do seu propósito. Ainda para estes autores, as oportunidades consistem em todos os fatores externos previsíveis para o futuro que, a ocorrerem, afetarão positivamente as atividades de um país ou de uma organização. Por seu lado, as ameaças têm a ver com fatores externos previsíveis para o futuro que, a acontecerem, afetarão o país ou a organização de forma negativa. A tabela nº 34 sintetiza o modelo de uma matriz SWOT.

Tabela nº 34- Síntese do modelo SWOT

Pontos Internos	S	Strengths	Vantagens internas do País em relação aos países vizinhos da sub-região do Golfo da Guiné.
		Forças	
	W	Weaknesses	Desvantagens internas do país em relação aos Países vizinhos da sub-região do Golfo da Guiné.
		Fraquezas	
Pontos Externos	O	Opportunities	Aspectos positivos do contexto externo que envolve o país e com potencial para oferecer-lhe vantagem competitiva.
		Oportunidades	
	T	Threats	Aspectos negativos do contexto externo que envolve o país com potencial para comprometer a vantagem competitiva que ele possui.
		Ameaças	

Fonte : Elaboração própria baseada em Neto (2011).

Atualmente são vários os fatores que fazem com que se tenha tornado imprescindível proceder-se a uma reflexão estratégica relativamente ao desenvolvimento dum país ou de qualquer negócio. O clima de desaceleração económica, o aumento da exigência dos cidadãos e dos clientes e a sua pouca fidelização, são alguns desses fatores. É assim essencial dar muita atenção à análise do país ou do setor, no seu meio envolvente (Neto, 2011).

Nesta ordem de ideias, para a melhor compreensão do nosso objeto de estudo, optamos por construir uma matriz SWOT que corresponda à identificação e à interpretação de forma integrada dos principais aspetos que se prendem com o desenvolvimento de STP, caracterizando a sua atual posição estratégica, tanto a nível organizacional quanto ao do ambiente externo. Ou seja, tendo como base os resultados das entrevistas semiestruturadas realizadas para o efeito, o modelo de estrutura abaixo apresentado e o objetivo geral definido, aludir à forma como o país se relaciona com o seu meio envolvente, visando estudar e avaliar as potencialidades que oferece para garantir a sua transformação num Gateway Regional.

Figura nº 16 - Modelo de Matriz SWOT



Fonte: Arruda Consult (2014).

Neste sentido e com base em Neto (2011) foram utilizados os seguintes passos:

- a) Formulação de uma lista de dirigentes, gestores e pessoas-chave do país e desenvolvimento de entrevistas individuais – procedeu-se à análise da opinião destas entidades, com o fito de inventariar as questões mais relevantes alusivas às potencialidades que o país oferece para se transformar num Gateway Regional . Estas entrevistas permitiram proceder a um levantamento de todas as informações junto das entidades selecionadas. Nessa fase, os itens foram avaliados sob o ponto de vista dos pontos fortes e pontos fracos, bem como das oportunidades e das ameaças. Esse procedimento facilitou a posterior classificação das respostas;
- b) Organização das informações – a ideia central desta organização assentou na própria estrutura SWOT, através da elaboração de uma matriz (apresentada na tabela nº35). Após a avaliação dos entrevistados, foram colocadas em pauta as situações mais relevantes do país, tendo sido considerado como força o que no contexto atual foi

rotulado de positivo e como fraqueza o que foi estimado como negativo. Foi, por seu lado, considerado como oportunidades tudo quanto se identificou como bom no ambiente externo, em termos de perspectivas futuras, e classificado como ameaças o que foi identificado como mau nessa mesma perspectiva.

Na ótica dos entrevistados foram ressaltados os seguintes aspetos, no âmbito da análise SWOT:

- **Análise do ambiente interno**

De acordo com a tabela nº35, o país apresenta algumas forças que devem ser aproveitadas em prol da sua transformação num Gateway Regional. Importa entretanto referir a presença de inúmeras fraquezas que se não forem devidamente estancadas, poderão comprometer a concretização deste grande desafio, tendo em conta o fator concorrência. De entre os pontos fortes e os pontos fracos destacam-se as seguintes:

- **Localização geográfica** – a importância da localização geográfica de STP, na parte central do continente africano, no Golfo da Guiné, o que confere ao país uma posição geoestratégica bastante privilegiada. Por outro lado, de acordo com os entrevistados, o país sofre com a insularidade por insuficiência de redes de transporte aéreo e marítimo constituindo deste modo uma das suas fraquezas;

- **Vocação e potencial turístico** – o clima de paz reinante, associado à ausência de clivagens étnicas, religiosas ou linguísticas, fazem de STP um dos países mais tranquilos do mundo. O país goza de um clima agradável, proporcionando aos seus visitantes o sempre desejado bem-estar. Tem uma grande riqueza patrimonial natural e paisagística protegida de elevado valor, com grande diversidade de flora e fauna e espécies endémicas. Tem condições climáticas favoráveis e solos tanto aráveis quanto férteis para a prática de agricultura. Tem potencialidades para a prestação de serviços, com possibilidades de criação de destinos atrativos, muito qualificados e exclusivos. Regista-se entretanto, como uma das suas fraquezas, um insuficiente desenvolvimento turístico, traduzido por carência de legislação, escassa oferta de especializados produtos de lazer e inexistência de um sistema de informação estatística fiável;

- **Recursos Humanos** – O país tem uma grande escassez de recursos humanos qualificados, o que condiciona a sua fraca capacidade institucional;

- **Ambiente Político** – segundo os entrevistados, uma das piores enfermidades que afeta o país prende-se com a instabilidade político-governativa. A sua principal consequência é a estagnação de todo e qualquer processo de desenvolvimento. O país dispõe no entanto de um sistema multipartidário dinâmico e de paz social, com ausência de clivagens étnicas, religiosas ou linguísticas;

- **Infraestruturas** – são insuficientes e débeis (estradas, portos, aeroportos, energia elétrica, água e telecomunicações). A rede viária, as infraestruturas aeroportuárias e portuárias encontram-se em mau estado, contribuindo para uma má imagem do país. Por outro lado existem investidores externos disponíveis para apostarem na construção de infraestruturas de carácter estruturante, nomeadamente o porto de águas profundas e aeroporto internacional.

- **Análise do ambiente externo**

A tabela nº 35 apresenta igualmente as oportunidades para o desenvolvimento do país, bem como as principais ameaças que exigem sobretudo das autoridades santomenses, uma reação muito séria tendo em vista a concretização deste desiderato. De entre as oportunidades e as ameaças destacam-se as seguintes:

- **Turismo** - a existência de condições naturais ímpares, segundo os entrevistados, pode tornar o país numa excelente referência, tendo em conta a tendência de crescimento do turismo ao nível mundial e o aumento da procura turística nos países emergentes. No entanto, preocupações relativas ao aumento da pressão sobre os ecossistemas constituem ameaças que podem comprometer este processo;

Ambiente político – a ausência de verdadeiros incentivos no âmbito das políticas adotadas pelos sucessivos governos tem posto em risco o investimento estrangeiro e provocado a perda de competitividade do país. Por isso, o surgimento de outros projetos da mesma envergadura na região, a pirataria marítima, bem como o terrorismo podem constituir ameaças capazes de comprometer a concretização deste grande desafio;

De acordo com Jadoon (2016), a análise SWOT é uma ferramenta importante para efeitos de formulação de estratégia, salientando que sobre esta base podem ser desenvolvidos quatro tipos de estratégias com a ajuda da ferramenta de correspondência de Ameaças-Oportunidades-Fraquezas-Forças. Segundo esta instituição, com base nesta análise, é possível desenvolver estratégias bem sucedidas, mediante uma profunda avaliação dos seus concorrentes, cujos resultados podem ser sintetizados da seguinte forma:

1. Estratégias SO (Forças-Oportunidades);
2. Estratégias WO (Fraquezas-Oportunidades);
3. Estratégias ST (Forças-Ameaças);
4. Estratégias WT (Fraquezas-Ameaças).

Partindo desta base, tratámos de conjugar, de forma integrada, os elementos do ambiente interno com os do ambiente externo. Procedemos, de igual modo, ao cruzamento das forças e as fraquezas existentes no país com as oportunidades e as ameaças provenientes do ambiente externo, tal como sugerem Arruda (2014) e Jadoon (2016). Para o efeito, tratámos de analisar o seguinte: como aproveitar as forças para maximizar as oportunidades; como minimizar as fraquezas usando as oportunidades; como aproveitar as forças para minimizar as ameaças; como minimizar as fraquezas para evitar as ameaças. Nesta perspetiva e baseados na sugestão de Jadoon (2016), percorremos as seguintes etapas:

1. Ranking das Forças (pontos fortes internos) (tabela nº35);
2. Ranking das fraquezas (pontos fracos internos) (tabela nº 35);
3. Ranking das oportunidades externas (tabela nº35);
4. Ranking das ameaças externas (tabelanº35);
5. Combinação das forças internas com as oportunidades externas & especificação dos resultados na célula de estratégias SO (tabelas nºs 36 e 37);
6. Combinação das fraquezas internas com as oportunidades externas & especificação dos resultados na célula de estratégias WO (tabelas nºs 36 e 37);
7. Combinação das forças internas com as ameaças externas & especificação dos resultados na célula de estratégias ST (tabelas nºs 36 e 37);
8. Combinação das fraquezas internas com as ameaças externas & especificação dos resultados na célula de estratégias WT (tabelas nºs 36 e 37).

As tabelas nº 35, 36 e 37 sintetizam as etapas percorridas.

Tabela nº 35- Matriz SWOT

Pontos Internos		Pontos Externos	
<p>Forças</p> <p>Vantagens internas de STP em relação aos países vizinhos da sub-região do Golfo da Guiné</p>	<p>Localização geográfica ao largo da costa ocidental africana, com uma posição geoestratégica bastante privilegiada na zona de petróleo do Golfo da Guiné;</p> <p>Sistema multipartidário dinâmico, estabilidade política e paz com ausência de clivagens étnicas, religiosas ou linguísticas;</p> <p>Potencialidades para prestação de serviços com possibilidade de criação de destinos atrativos, muito qualificados e exclusivos e para a construção de hotéis integrados na paisagem com condições para a prática de ecoturismo e aventura.</p> <p>Potencialidade para o desenvolvimento de atividades ligadas à economia do mar, exploração petrolífera e serviços associados e para o fomento de agricultura (cacau, flores, frutos e legumes) agropecuária e agro-indústria para exportação;</p>	<p>Oportunidades</p> <p>Aspetos positivos do contexto externo que envolve o país e com potencial para oferecer-lhe vantagem competitiva</p>	<p>Tendência de crescimento do turismo cultural e de natureza no mundo;</p> <p>Busca permanente de novos destinos pelo turismo mundial;</p> <p>Aumento da procura turística nos países emergentes próximos;</p> <p>Disponibilidade de grandes investidores externos para apostarem na construção do porto de águas profundas e do aeroporto internacional.</p>
<p>Fraquezas</p> <p>Desvantagens internas do país em relação aos países vizinhos da sub-região do Golfo da Guiné</p>	<p>Custos de insularidade (acessos de transporte limitados); deseconomia de escala;</p> <p>Infraestruturas insuficientes e débeis (estradas, portos, aeroportos, energia elétrica, telecomunicações), com escassez das ligações aéreas e marítimas;</p> <p>Dependência das importações para a segurança alimentar, com um setor privado embrionário;</p> <p>Fraca capacidade institucional; planeamento estratégico insuficiente com escassez de recursos humanos qualificados;</p> <p>Insuficiente desenvolvimento turístico com carência de legislação e escassa oferta de produtos de lazer especializados e inexistência de um sistema de informação estatística fiável.</p>	<p>Ameaças</p> <p>Aspetos negativos do contexto externo que envolve o país com potencial para comprometer a vantagem competitiva que ele possui</p>	<p>Pirataria marítima, terrorismo;</p> <p>Surgimento de outros projetos de mesma envergadura na região;</p> <p>Riscos de corrupção e outras consequências prejudiciais decorrentes de um eventual afluxo de receitas de petróleo;</p> <p>Chegada de investimentos não planificados em turismo;</p> <p>Aumento da pressão sobre os ecossistemas;</p> <p>Redução geral de viagens de longo curso pelo arrefecimento económico nos principais mercados emissores, altos preços de combustível e preocupações ambientalistas;</p>

Fonte: Elaboração própria baseada nas entrevistas semiestruturadas.

Tabela nº36- Modelo de análise SWOT

	Célula	Oportunidades (O) (ambiente externo positivo)	Célula	Ameaças (T) (ambiente externo negativo)
Forças (S) (ambiente interno positivo)	Força/ Oportunidade (SO)	Como aproveitar as forças para maximizar as oportunidades	Força/ Ameaça (ST)	Como aproveitar as forças para minimizar as ameaças
Fraquezas (W) (ambiente interno negativo)	Fraqueza/ Oportunidade (WO)	Como minimizar as fraquezas usando as oportunidades	Fraqueza/ Ameaça (WT)	Como minimizar as fraquezas para evitar as ameaças

Fonte: Elaboração própria baseada em Arruda Consult (2014).

Com base nas estratégias definidas na tabela nº 36 elaborou-se a matriz constante na tabela nº 37 aproveitando as forças para maximizar as oportunidades e minimizar as ameaças e, de igual modo, minimizando as fraquezas para aproveitar as oportunidades e evitar as ameaças.

Tabela nº 37- Análise SWOT baseada nas entrevistas semiestruturadas

	Oportunidades (ambiente externo positivo)	Ameaças (ambiente externo negativo)
Forças (S) (ambiente interno positivo)	<ul style="list-style-type: none"> - aproveitar as potencialidades que tem o país para prestação de serviços, com possibilidades de criação de destinos atrativos e a construção de hotéis integrados na paisagem com condições para a prática do ecoturismo, para maximizar a tendência do crescimento do turismo cultural e de natureza no mundo e o aumento da procura turística nos países emergentes; - utilizar a posição geoestratégica de STP, associada à estabilidade política e à paz reinante no país para potenciar grandes investimentos no domínio das infraestruturas visando a transformação do país num Gateway Regional 	<ul style="list-style-type: none"> - aproveitar as potencialidades para o desenvolvimento de atividades ligadas à economia do mar, exploração petrolífera e serviços associados para minimizar as ameaças decorrentes da pirataria marítima e do terrorismo. - utilizar o sistema multipartidário dinâmico que tem o país associado a ausência de clivagens étnicas, religiosas ou linguísticas para exercer uma forte concorrência ao surgimento de outros projetos de mesma envergadura na região.
Fraquezas (ambiente interno negativo)	<ul style="list-style-type: none"> - desenvolver a insuficiente e pouco diversificada oferta de produtos turísticos especializados, no contexto da procura de novos destinos pelo turismo mundial. - basear nas insuficientes e débeis infraestruturas existente no país para aproveitar as possibilidades de grandes investimentos externos no domínio das infraestruturas, minimizando as deseconomias de escala visando a transformação do país num Gateway Regional. 	<ul style="list-style-type: none"> - reforçar a capacidade institucional, investindo na especialização dos recursos humanos para evitar riscos de corrupção e outras consequências prejudiciais decorrentes de um eventual afluxo de receitas de petróleo; - produzir leis que visam o aproveitamento das belezas naturais do país para o desenvolvimento do ecoturismo evitando o aumento da pressão sobre os ecossistemas.

Fonte: Elaboração própria baseada em Arruda Consult (2014).

7.2 Para uma opção estratégica de desenvolvimento sustentável assente no potencial de Gateway Regional

Uma opção estratégica para um desenvolvimento sustentável baseada nos fatores de otimização é o que apresentamos de forma resumida na figura nº 17, de acordo com as conclusões chegadas nesta investigação.

Figura Nº17 - STP como um Gateway Regional – fatores de otimização



Fonte: Elaboração própria

De tudo quanto foi anteriormente dito, apresentamos aqui algumas linhas de força para uma opção estratégica de desenvolvimento sustentável assente no potencial de Gateway Regional, com base no nível de consensos gerados, quer no âmbito dos documentos oficiais das autoridades nacionais, quer no das entrevistas semiestruturadas e dos pontos de vista de vários autores já mencionados neste trabalho, com especial destaque para Gomes (1986) e Romana (1997). É curioso verificar que, após vários anos, o incumprimento das ideias defendidas por esses autores não significou que tivessem perdido oportunidade e atualidade. E porque consideramos que as linhas mestras definidas pelos mesmos são convergentes com as ideias defendidas pelas autoridades nacionais e pelos entrevistados, indo ao encontro do nosso ponto de vista (continuando, por conseguinte, a ser pertinentes e oportunas no contexto atual do país), optámos por trazer à colação os três grandes desafios que, na opinião destes autores, e

das entidades entrevistadas, se colocam a STP, para poder vencer o subdesenvolvimento, bem como as perspetivas que se colocam ao país:

- a) O país tem de reduzir a dependência externa no plano alimentar, o que significa a implementação de um esforço de mudança de mentalidade de muitos dos seus cidadãos, complementada pela criação de uma verdadeira imagem de dignificação do trabalho da terra. A adequada diversificação das suas culturas agrícolas, a melhoria qualitativa e quantitativa das suas produções tradicionais, a exploração racional da sua ZEE no que concerne aos seus recursos piscícolas e o aumento do efetivo pecuário constituem as linhas de força deste processo produtivo;
- b) O país tem de vencer a barreira do seu isolamento geográfico. Trata-se de uma condição “*sine qua non*”, sem a qual todo o processo de desenvolvimento de STP ficará seriamente comprometido, senão mesmo inviabilizado. Sem a existência de ligações funcionais – via aérea e marítima – com o exterior será problemático e até duvidoso que novos projetos de investimento particularmente vocacionados para a exploração e para a captação de divisas possam vir a ser implementados. A potencialização de algumas das suas infraestruturas (ex. aeroporto e porto) exige, numa primeira fase, um empenhamento político e diplomático junto dos principais países amigos, muito especialmente em relação a Portugal e Angola. Uma otimização do tráfego aéreo com a Europa e com os países vizinhos, nomeadamente Angola, repercutir-se-á nos diferentes circuitos produtivos, induzindo-lhes um crescimento autossustentado. Neste contexto a construção de um porto de águas profundas constitui um imperativo para o crescimento económico destas ilhas;
- c) O país tem de visualizar a implantação, a curto e médio prazos, de um conjunto de atividades de tipo terciário (turismo, zonas francas, o mar e demais serviços), como forma de absorver os excedentes de mão-de-obra técnica e culturalmente qualificada, e de alterar, “*latu sensu*”, a estrutura da sua balança de pagamentos e comercial. Para o efeito, STP terá de adequar o seu “*new look*” de Gateway Regional (país aberto), onde a cooperação internacional, bilateral ou multilateral, constitua o denominador comum duma ação política global concertada;

Sistematizados os dois patamares do processo evolutivo do ressurgimento e da regeneração da economia santomense – reduzir a dependência externa no plano alimentar e quebrar o isolamento geográfico, – estarão criados os pressupostos e condições julgados indispensáveis para a satisfação duma opção estratégica desenvolvimentista – STP: um Gateway Regional e conseqüentemente, um país aberto. Os parâmetros enformadores dessa opção estratégica enquadram-se nos seguintes pontos: a) o seu posicionamento geopolítico, geoestratégico e geoeconómico no Golfo da Guiné; b) a sua proximidade em relação aos países africanos dotados de maiores rendimentos “*per capita*” (Nigéria, Camarões, Gabão, Congo Brazzaville, Congo Kinshasa, Angola e Guiné Equatorial); c) a sua situação geográfica na periferia das mais importantes rotas marítimas que asseguram a ligação entre o continente africano, o Médio Oriente e os continentes europeu e norte-americano (ex: rota do Cabo); d) a ausência de conflitos e tensões em relação aos países vizinhos; e) a afabilidade e o caráter hospitaleiro das suas gentes.

Com base nestes pressupostos, parece evidente a viabilização de STP como país vocacionado para prestação de serviços, e conseqüentemente um Gateway Regional podendo, nesta visão global, o seu espaço territorial vir a desempenhar um papel prevalecente como plataforma propiciadora de contactos internacionais e regionais e de trocas comerciais. STP, como um Gateway Regional, poderá assim constituir um ponto de encontro de povos, de culturas e de interesses económicos e políticos, em suma, um centro de convergência internacional. A implementação dessa ideia-força, segundo os autores e os entrevistados, implica naturalmente a criação de um verdadeiro setor terciário assente num conjunto de medidas de caráter político-diplomático e institucional, das quais se destacam:

- a) A divulgação desta filosofia programática, através duma ação diplomática acertada junto da comunidade internacional, mormente em relação aos países vizinhos e demais organizações supranacionais como a UE, a UA, a CEEAC e a CPLP, procurando a adequada sensibilização para esta nova imagem;
- b) A promoção do consenso ao nível nacional (órgãos de soberania, partidos políticos e sociedade civil organizada);
- c) A existência de infraestruturas funcionais (unidades hoteleiras, telecomunicações e ligações eficazes com o exterior, energia adequada, porto de águas profundas e

aerportos adequados) tendentes à captação de novos instrumentos e de fluxos turísticos e à realização de reuniões de carácter internacional;

- d) A criação de legislação adequada e flexível, designadamente na área fiscal, que estimule a competitividade externa, a instalação de bancos *off shore*, companhias de seguro, organismos internacionais, promotores turísticos e transitários.

Defendem os autores, bem como os entrevistados – e subscrevemos na íntegra – que, nesta perspetiva, o país deve privilegiar, como linhas mestras dessa opção estratégica, o desenvolvimento integrado de algumas políticas setoriais, para potencializar e pôr em prática um setor terciário consubstanciado num conjunto de objetivos programáticos que deverão incidir, *grosso modo*, sobre as seguintes áreas de intervenção:

- a) **O turismo concebido numa perspetiva de qualidade e a divulgação internacional de STP como destino turístico** – Importa recordar que tal como defendem os autores e os entrevistados, a oferta turística do país alimenta-se do seu tropicalismo. A localização geográfica, a autenticidade das belezas naturais, a vegetação luxuriante, as praias de águas cristalinas, a diversidade climática, em suma, o seu enquadramento paisagístico, aliado ao espírito acolhedor e ao trato amável do santomense viabilizam e concorrem para estimular o fluxo regular de visitantes estrangeiros, possuidores de elevados rendimentos;
- b) **A criação de um porto de águas profundas (*transshipment*) para rentabilizar a sua localização geográfica no Golfo da Guiné** – O potencial económico dos países vizinhos e a crescente problemática do tráfego marítimo, com os seus congestionamentos portuários, parecem justificar e encorajar esse projeto. A intercomunicabilidade das economias regionais ficaria de certo modo salvaguardada. Avultados investimentos seriam assim canalizados para STP, não só em termos de infraestruturas, como também no que concerne às múltiplas atividades na área dos serviços subjacentes a um porto “*transshipment*”. Ao mesmo tempo a exportação das produções agrícolas tradicionais seria fortemente estimulada pela superação de um dos principais estrangulamentos. Os próprios produtos perecíveis (ex. frutas tropicais e peixe) teriam o seu escoamento assegurado;
- c) **A institucionalização de São Tomé como praça financeira internacional** – A instalação de bancos “*offshore*”, de companhias de seguros e de operadores turísticos

atrairia ao país os capitais, os projetos e os investimentos de que o continente africano carece para incrementar o seu processo produtivo e vencer o seu próprio subdesenvolvimento. Dentro dessa perspetiva estariam igualmente criadas as condições para transformar STP num centro de comércio internacional e entreposto transnacional. Importa sublinhar que na costa atlântica da África Central e Equatorial não existe qualquer cidade ou porto com essas características e vocação;

- d) **STP como centro de educação e formação profissional com incidência regional** – O nível educacional santomense, associado à existência de um número significativo de quadros e técnicos numa situação de subaproveitamento, poderia recomendar ao país a assunção desse papel no âmbito da formação profissional e do ensino, através de uma política de especialização dos quadros existentes para o cumprimento deste desiderato. Também nessa área o continente africano, e sobretudo a sub-região da África subsaariana, é particularmente dependente da cooperação internacional;
- e) **STP como sede de organizações regionais africanas e/ou internacionais** – Os vetores anteriormente inventariados, a sua credibilidade internacional alicerçada numa política de não alinhamento conscientemente assumida, parecem estimular o desenvolvimento dum ação promocional e diplomática que conduza à adoção deste país como sede ou centro de trabalho de organismos regionais africanos e até internacionais. Congressos, conferências, seminários e a consequente fixação de funcionários internacionais contribuiriam de forma relevante para o desenvolvimento sociocultural de STP.

Síntese

Nesta Parte III procedeu-se à análise da região do Golfo da Guiné, onde se pôde constatar que essa região passou a assumir uma acrescida relevância geopolítica, geoestratégica e geoeconómica e a concentrar parte dos espaços tendentes a garantir mais segurança na área, especialmente a segurança marítima, pois tal como reconhecem Almeida & Bernardino (2013), nas águas territoriais e no mar internacional residem enormes reservas estratégicas de petróleo e de gás natural, fundamentais para o futuro de muitas das nações que se preocupam com a segurança marítima na região e consequentemente com a salvaguarda dos seus interesses económicos e na proteção das suas linhas de abastecimento para o futuro.

Abordaram-se igualmente questões que se prendem com a integração regional e a influência dos major players, tanto regionais, como extrarregionais e transregionais no processo de desenvolvimento de STP, tendo-se constatado que a inserção do país nesta região do Golfo da Guiné lhe confere uma acrescida e privilegiada vantagem do ponto de vista geopolítico, geoestratégico e geoeconómico, o que contribui sobremaneira para facilitar a sua transformação num Gateway Regional. O setor de prestação de serviço, com especial destaque para o turismo, as zonas francas e a economia do mar, pode ser transformado em motor de crescimento económico e promotor do desenvolvimento sustentável em STP. Tal como tem acontecido no contexto internacional, no continente africano e, em particular, em STP, o turismo vem adquirindo cada vez mais importância, disputando um lugar cimeiro, a par dos demais setores da economia, sendo um setor promissor para o desenvolvimento económico e humano destas pequenas ilhas. Ficou patente que a constante instabilidade político-governativa tem também contribuído para bloquear o processo de desenvolvimento de STP com custos consideráveis para o país tendo em conta a fragilidade da sua base económica. Por isso, a transformação de STP num Gateway Regional implica a necessidade de se gerar grandes consensos em torno deste grande desafio.

A ausência de um plano global de desenvolvimento com objetivos bem definidos constitui um fator que contribuiu para a ineficácia dos investimentos realizados em STP. A escassez de investimentos efetivamente realizados em setores infraestruturais como a energia, a água, os transportes (portos e aeroportos) e na qualificação de recursos humanos constitui um constrangimento de monta que vem bloqueando o desenvolvimento do país. Nessa perspetiva, a transformação de STP num Gateway Regional coloca o país perante grandes desafios permitindo assim ao mesmo iniciar um novo ciclo económico baseado numa estratégia virada para o desenvolvimento sustentável. Essa estratégia basear-se-ia no aproveitamento das potencialidades extremamente importantes de que dispõe o país, a saber: a sua posição geoestratégica e geoeconómica no Golfo da Guiné; a sua vocação para prestação de serviços, (o turismo, o mar e as zonas francas), tendo como pressupostos fundamentais um regime político democrático assente num dinâmico sistema político multipartidário, elemento facilitador deste processo, associados a uma adequada política fiscal capaz de garantir a competitividade externa do país, e uma aposta forte de investimento nas infraestruturas de carácter estruturante, capazes de garantir o cumprimento deste desiderato.

CONCLUSÕES

Definimos como objeto de estudo da nossa dissertação "São Tomé e Príncipe como um Gateway Regional (Estratégia para um Desenvolvimento Sustentável)". Propusemos como questão de partida: "Que potencialidades oferece este país capazes de garantir a sua transformação num Gateway Regional visando o seu desenvolvimento sustentável?" Para o efeito, definimos como objetivo geral, estudar e avaliar as potencialidades que oferece este país para garantir a sua transformação num Gateway Regional, visando o seu desenvolvimento sustentável tendo para isso definido nove objetivos específicos, tal como constam na parte metodológica desta tese. Formulámos, como pressupostos de trabalho, que as potencialidades que STP oferece podem contribuir para a sua transformação num Gateway Regional, o que permitirá ao país iniciar um novo ciclo económico baseado essencialmente na prestação de serviços.

Seguindo a metodologia de estudo de caso, procurámos compreender e demonstrar (com base na análise dos documentos consultados, incluindo os documentos oficiais das autoridades santomenses, as entrevistas semiestruturadas realizadas para o efeito, a análise SWOT, bem como a observação participante) que o país possui, de facto, grandes potencialidades, tais como: a sua localização geográfica ao largo da costa ocidental africana; a sua posição geoestratégica e geoeconómica na zona de petróleo do Golfo da Guiné; estabilidade política e paz; potencialidades para prestação de serviços; potencialidades internas para o desenvolvimento de atividades ligadas à economia do mar; ausência de clivagens étnicas, religiosas ou linguísticas, dando assim resposta à nossa pergunta de partida.

Constatámos que se estas potencialidades forem bem exploradas poderão contribuir para garantir o desenvolvimento sustentável deste país. Elegemos para tal a prestação de serviços de logística de transportes aéreos e marítimos, serviços de turismo, zonas francas e outros, tendo como pressupostos fundamentais um regime político democrático baseado num dinâmico sistema político multipartidário, elemento facilitador deste processo, associados a uma adequada política fiscal capaz de garantir a competitividade externa do país, bem como um forte investimento nas infraestruturas, no contexto da imprescindibilidade dos investimentos como fator de otimização.

Após uma aturada análise e baseados nos objetivos previamente definidos, concluímos o seguinte:

1. Que no contexto da literatura sobre o desenvolvimento, existe uma extensa e diversificada bibliografia sobre as teorias de desenvolvimento socioeconómico, mas é ainda pouco diversificada a sua abordagem em relação aos pequenos estados insulares (objetivo específico 1);
2. Que embora alguns autores considerem a pequenez como uma desvantagem, pelo facto dos pequenos estados insulares não poderem beneficiar de economia de escala, – outros autores consideram a pequenez como um ativo que pode ajudar os Estados insulares a responderem, de forma rápida e mais facilmente, aos ajustes exigidos por uma economia internacional em mutação. Segundo Schumacher (1973), ser grande não é necessariamente ser bom ou melhor “Small is beautiful” (objetivo específico 1);
3. Que a economia de São Tomé e Príncipe conheceu momentos de apogeu no período colonial, chegando o país a ser o maior produtor mundial de cana-de-açúcar e cacau. Essa posição registou um grande declínio após a independência, motivado por fatores tanto de natureza endógena como exógena, fatores que constituem os grandes constrangimentos que têm dificultado o avanço do país;
4. Que São Tomé e Príncipe se depara com grandes deformações estruturais, algumas de pendor crónico e com pontos de estrangulamento delas decorrentes, nomeadamente a persistência dum setor produtivo decadente, instituições económicas, políticas e sociais muito frágeis, fraca qualificação dos recursos humanos, forte dependência do exterior e com um alto nível de endividamento externo;
5. Que os fatores geopolítico, geoestratégico e geoeconómico acabam por dotar o país de um conjunto de vantagens competitivas, atendendo à sua localização geográfica no Golfo da Guiné (objetivo específico 2);

6. Que os major players extra regionais, como os EUA e a China, os major players regionais como Angola e Nigéria e os transregionais como a CPLP, têm jogado um papel importante no desenvolvimento de STP e podem jogar um papel ainda mais preponderante na transformação deste país num Gateway Regional (objetivo específico 3);
7. Que os Gateways podem desempenhar um papel importante na ligação entre diferentes partes do mundo, facilitando o intercâmbio de pessoas, ideias e bens, podendo dar um contributo valioso e inovador ao desenvolvimento socioeconómico de STP, tendo em conta a relevância da posição geoestratégica e geoeconómica do país no Golfo da Guiné (objetivo específico 4);
8. Que uma estratégia de desenvolvimento sustentável, assente em vetores estratégicos destinados a garantir a transformação de STP num Gateway Regional, iniciando deste modo um novo ciclo económico para o país, é o que maior consenso vem colhendo no contexto, com destaque para a visão das elites políticas e dos órgãos de soberania (objetivo específico 5);
9. Que STP tem potencialidades para se transformar num Gateway Regional assente na otimização de fatores tais como: a posição geoestratégica e geoeconómica do país; o regime político democrático; a vocação para prestação de serviços de logística de transportes aéreos e marítimos, serviços de zonas francas, turismo e economia do mar, tendo como base de sustentação um forte investimento nas infraestruturas e adoção de uma adequada política fiscal capaz de garantir a competitividade externa do país (objetivo específico 6 e 7);
10. Que a transformação de STP num Gateway Regional representa o reconhecimento e a devolução da sua vocação natural, já que este país desempenhou no passado estas funções quando, no século XVIII, foi utilizado como rota de tráfico de escravos e de circulação de mercadorias entre estas ilhas, a costa africana e o Brasil;

11. Que através da análise SWOT foram identificadas as forças, as fraquezas, as oportunidades e as ameaças, visando garantir a implementação de uma estratégia de desenvolvimento sustentável assente na transformação do país num Gateway Regional;
12. Que, na base dos resultados obtidos, foram propostas pistas visando a elaboração de uma estratégia de desenvolvimento para o país, assente no seu potencial de Gateway Regional (objetivo específico 8);
13. Que existem instituições disponíveis para financiar projetos desta envergadura ao nível do BM, mormente a SFI que pode ser uma das possíveis fontes. Há outras fontes, tais como o fundo do Japão, que podem igualmente conceder apoios financeiros, tendo em conta que uma boa parte deste apoio é concedido em termos de donativos ou créditos concessionais.
14. Não tendo sido nossa pretensão esgotar um tema tão complexo, foi proposto como recomendação o aprofundamento de pesquisas sobre esta matéria, pelo que se reservou algumas sugestões e pistas para trabalhos futuros.

Em jeito de síntese, concluímos que STP tem potencialidades para se transformar num Gateway Regional, com vista a contribuir para inverter a difícil situação económica que o país vem atravessando. Para o efeito, foram apontadas como solução alternativa pistas, vias e mecanismos que poderão ajudar a dotar o país de uma eficaz visão de desenvolvimento, com base nos fatores de otimização anteriormente apresentados.

- **Contribuição para a investigação nesta área de conhecimento**

Através deste estudo acreditamos que poderemos ter dado a nossa modesta contribuição para;

- a) demonstrar a importância de uma abordagem interdisciplinar no estudo de desenvolvimento socioeconómico ;
- b) demonstrar a funcionalidade científica de um quadro teórico-conceitual e empírico que maximize as componentes geopolítica, geoestratégica e geoeconómica na elaboração de um modelo de desenvolvimento socioeconómico;
- c) evidenciar a importância científica da operacionalização do conceito de Gateway para os PEIVD, considerando a inexistência de estudos devidamente sistematizados e aprofundados sobre esta matéria.

- **Limites da Investigação**

Nesta investigação fomos confrontados com algumas limitações, próprias de um trabalho desta natureza, que se prendem com a complexidade do tema. De facto, para além das obras publicadas por Cohen, não conseguimos descortinar qualquer outra bibliografia que abordasse com profundidade a temática sobre os Gateways o que tornou bastante difícil compilar dados e informações sobre os mesmos tendo-nos impossibilitado a confrontação com outros estudos comparáveis ligados aos pequenos Estados insulares. Esta situação levou-nos a investigar outros conceitos de idêntica natureza, como é o caso das plataformas logísticas.

As informações ou os dados disponíveis, nomeadamente estatísticos e estudos, sobre as Regiões Gateways e o turismo em STP, para além de escassos são pouco fiáveis. Houve alguns constrangimentos no processo de recolha de dados, sobretudo os relativos à economia de STP, com particular realce sobre a situação real do turismo santomense, devido à pouca disponibilidade dos mesmos no país.

Ainda assim, ao longo de toda a pesquisa, houve uma permanente preocupação em adaptar as estratégias metodológicas, adequando-as aos contextos e circunstâncias, de forma a não comprometer o nosso trabalho. Apesar destas e de outras dificuldades encontradas durante a investigação, esperamos ter proporcionado uma reflexão sobre os temas abordados, fornecendo elementos que possam ajudar a enriquecer a estratégia de desenvolvimento sustentável para estas ilhas, acreditando que poderemos ter dado, deste modo, o nosso modesto contributo para a investigação nesta área de conhecimento, deixando o caminho aberto para que outros investigadores possam dar continuidade a esta investigação.

- **Pistas para trabalhos futuros**

Como é óbvio, não foi nem podia constituir nossa pretensão esgotar um tema tão complexo como este. Por isso recomendamos o aprofundamento de pesquisas sobre esta matéria e, como sugestão para trabalhos futuros, deixamos aqui algumas pistas:

1. Compreender o impacto do estudo de STP como um Gateway Regional na estrutura política e socioeconómica do país;
2. Percecionar o impacto, no arco de inserção regional de STP, da possível dinâmica gerada pela condição deste país como um Gateway;
3. Situar STP como um Gateway Regional no quadro de uma estratégia de valorização do mar

Por último sugere-se aos órgãos públicos e privados a criação de um banco de dados ou um observatório para o segmento do turismo e da prestação de serviços em STP, de modo a proporcionar às futuras pesquisas dados mais consistentes e eficazes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, SILVA, & CUGNASCA, C. (4 de Novembro de 2013). *Proposta de um Modelo Conceitual para a Plataforma Logística e Multimodal de Goiás*. Obtido em 8 de Outubro de 2016, de [researchgate.net: https://www.researchgate.net/publication/262636728_PROPOSTA_DE_UM_MODELO_CONCEITUAL_PARA_A_PLATAFORMA_LOGISTICA_MULTIMODAL_DE_GOIAS](https://www.researchgate.net/publication/262636728_PROPOSTA_DE_UM_MODELO_CONCEITUAL_PARA_A_PLATAFORMA_LOGISTICA_MULTIMODAL_DE_GOIAS)

AFONSO, d. G. (2010). *Turismo em São Tomé e Príncipe realidade ou utopia? - ReCiL*. Lisboa: Universidade Lusófona.

AGUIAR, A. (2013). *São Tomé e Príncipe: O Terceiro Ciclo Económico in Olhares Cruzados sobre a Economia de São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Edições Colibri.

AGUIAR, A., & COSTA ALEGRE, F. (1998). *Estudo sobre os setores de crescimento exógenos*. São Tomé: PNUD.

AIM, U. A. (2012). *2050 Africa 'S Integrated Maritime Strategy (2050 AIM Strategy)*. Obtido em 19 de Setembro de 2016, de [cggrps.org: http://cggrps.org/wp-content/uploads/2050-AIM-Strategy_EN.pdf](http://cggrps.org/wp-content/uploads/2050-AIM-Strategy_EN.pdf)

AIP. (2014). *São Tomé e Príncipe Integração Regional na CEEAC e Relacionamento com os Países da CPLP*. Lisboa: AIP.

ALMEIDA, C. M. (1965). *O presente e o futuro da agricultura de São Tomé e Príncipe: Persistir ou desistir, eis a questão*. Lisboa: ISCSP.

ALMEIDA, E., & BERNARDINO, L. (Janeiro de 2013). *A Comissão do Golfo da Guiné e a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul. Organizações interzonais para a persecução da segurança marítima na Bacia Meridional Atlântica*. Obtido em 18 de Março de 2016, de [revistamilitar.pt : http://www.revistamilitar.pt/artigo.php?art_id=797](http://www.revistamilitar.pt/artigo.php?art_id=797)

ALMEIDA, N. e. (2008). *São Tomé e Príncipe, Ponto de Partida*. Lisboa: Chaves Ferreira Publicações S:A:.

ALMEIDA, P. V. (2012). *Do Poder do Pequeno Estado*. Lisboa: ISCSP, Universidade Técnica de Lisboa.

ALVAREZ, E. P., & LORA, E. J. (2014). *Zonas Francas e sus Benefícios Económicos e Sociais - Free Zones and its Economic and Social Benefitis*. Obtido em 22 de Março de 2016, de [andi.com.co: http://www.andi.com.co/czf/Documents/Documentos%20de%20Interes/2/Estudio%20Impacto%20economico%20y%20social%20zonas%20francas%20UNITADEO.pdf](http://www.andi.com.co/czf/Documents/Documentos%20de%20Interes/2/Estudio%20Impacto%20economico%20y%20social%20zonas%20francas%20UNITADEO.pdf)

AMARO, R. R. (2003). *"Desenvolvimento - Um Conceito Ultrapassado ou em Renovação? Da teoria à Prática e da Prática à Teoria"*, in *Cadernos de Estudos Africanos, nº4*. Lisboa: CEA/ISCTE.

- AMORIM & Baltazar. (2016). *Línguas e Culturas da Expressão Portuguesa in CPLP a Afirmação Global das Culturas de Expressão Portuguesa*, pág 205-218. Lisboa: ISCSP.
- ANSTP. (2003). *Constituição da República Democrática de São Tomé e Príncipe*. São Tomé: ANSTP.
- ANSTP. (2004). *Programa do IX Governo Constitucional*. São Tomé: ANSTP.
- ANSTP. (2002). *Programa do VIII Governo Constitucional*. São Tomé: ANSTP.
- ANSTP. (2005). *Programa do X Governo Constitucional*. São Tomé: ANSTP.
- ANSTP. (2006). *Programa do XI Governo Constitucional*. São Tomé: ANSTP.
- ANSTP. (2008). *Programa do XIII Governo Constitucional*. São Tomé: ANSTP.
- ANSTP. (2010). *Programa do XIV Governo Constitucional*. São Tomé: ANSTP.
- ANSTP. (2012). *Programa do XV Governo Constitucional*. São Tomé: ANSTP.
- ANSTP. (2014). *Programa do XVI Governo Constitucional*. São Tomé: ANSTP.
- ARRUDA, C. (19 de Outubro de 2014). *Análise do SWOT*. Obtido em 18 de Fevereiro de 2017, de [arrudaconsult.com.br](http://www.arrudaconsult.com.br): <http://www.arrudaconsult.com.br/2014/10/matriz-do-swt>
- BAD. (2016). *Document des Programmes de Travail et Budgets 2017-2019*. Abidjan: BAD.
- BAD. (2012). *Ambiente do Investimento Privado em São Tomé e Príncipe*. Tunes: BAD.
- BAD. (2010). *Estudos sobre a Insularidade e Custos da Insularidade em São Tomé e Príncipe*. Lisboa: BAD.
- BAD. (2015). *Orçamento de 2016*. Abidjan: BAD.
- BAD, FMI, & BM. (Outubro de 2015). *World Economic Outlook Database*. Obtido em 7 de Setembro de 2016, de [afdb.org](https://www.afdb.org): https://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Publications/AEO_2016_Report_Full_English.pdf
- BAD, OECD, & PNUD. (31 de Agosto de 2016). *Perspetivas Económicas em África 2016. Cidades Sustentáveis e Transformação Estrutural*. Obtido em 20 de Novembro de 2016, de [keepeek.com](http://www.keepeek.com): <http://www.keepeek.com/Digital-Asset-Management/oecd/development/perspetivas-economicas-em-africa-2016-versao-condensada>
- BALÃO, S. M. (2011). *A Matriz do Poder*. Portugal: ISCSP.
- BARATA, Ó. S. (2003). *Demografia e Sistema Internacional*. Lisboa: ISCSP.
- BARATA, Ó., & Piepoli, S. (2001). *Populações, Ambiente e Desenvolvimento em África*. Lisboa: ISCSP.

BARBOSA, J. G. (2001). *Políticas Públicas e Estratégias para São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, ISEG.

BARROS, J. d. (2004). *A Projecção do Quotidiano no Turismo e no Lazer*. Lisboa: ISCSP.

BARROS, J. (2010). *Um Estudo de Avaliação das Políticas Públicas de Transporte Rodoviário de Passageiros e o seu Impacto na Promoção do Desenvolvimento Sócioeconómico - O Caso de Nampula*. Lisboa: ISCSP.

BARROS, M. A. (2013). *O Golfo da Guiné e a segurança Energética Global: Oportunidades e Desafios Subjacentes À Região*. Cabinda: Instituto Superior Politécnico de Lusíada.

BARROSO, L. F. (Setembro de 2010). *Evolução da CPLP na Segurança e Desenvolvimento do Continente, Relevância do Instrumento Militar e o Papel de Portugal*. Obtido em 24 de Setembro de 2016, de revistamilitar.pt: <https://www.revistamilitar.pt/artigo/592>

BEAUD, S., & Weber, F. (Maio de 2014). *Guia para a Pesquisa de Campo: produzir e analisar dados etnográficos*. Obtido em 12 de Janeiro de 2015, de csociais.files.wordpress.com : <https://csociais.files.wordpress.com/.../beaud-stc3a9phane-e-weber->

BENEDICT, B. (1967). *Problems of Small Territories*. Obtido em 13 de Junho de 2016, de amazon.com: <https://www.amazon.com/Problems-Small-Territories>

BERNARDINO, L. M. (21 de Outubro de 2015). *A Estratégia Marítima Integrada de África, 2050 - Uma Nova Dimensão para Segurança Marítima*. Obtido em 19 de Setembro de 2016, de linkedin.com : www.linkedin.com/pulse/estrategia-maritima

BESSA, A. M. (1993). *Quem Governa? Uma Análise Histórico-Política do tema da Elite*. Lisboa: ISCSP.

BM. (01 de Setembro de 2011). *Africa's Infrastructure : A Time for Transformation*. Obtido em 22 de Setembro de 2014, de openknowledge.worldbank.org : <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/2692>

BM. (14 de Dezembro de 2016). *Data | The World Bank*. Obtido em 18 de Janeiro de 2017, de data.worldbank.org : <http://data.worldbank.org/>

BM. (2016). *RELATÓRIO MUNDIAL DE 2016 – Relatório Mundial de 2016 – Dividendos Digitais:Um Indicativo para a Experiência Brasileira*. Obtido em 20 de Dezembro de 2016, de eloconsultoria.com : www.eloconsultoria.com/blog/relatorio-mundial-de-2016-dividendos...

BM. (21 de Abril de 2016). *São Tomé e Príncipe: aspectos gerais*. Obtido em 1 de Dezembro de 2016, de worldbank.org: www.worldbank.org/pt/country/saotome/overview

BM. (3 de Outubro de 2013). *Tourism in África: Harnessing Tourism for Growth and Improved Livelihoods*. Obtido em 22 de Setembro de 2016 , de openknowledge.worldbank.org: <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/16053>

- BM, B. M. (2007). *Relatório Anual*. Washington: Banco Mundial.
- BM, B. M. (2013). *Relatório Anual*. Washington: Banco Mundial.
- BRANCO, J. R. (1998). *Os Caminhos da Democracia*. São Tomé: Francisco Mas, Lda.
- BRATTON, M., & VAN DE WALLE, N. (1997). *Democratic Experiments in Africa: Regime Transitions in Comparative Perspective*. Obtido em 30 de Junho de 2014, de books.google.pt : https://books.google.pt/books?id=h-2nF6ls7B0C&printsec=frontcover&hl=fr&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false
- BRAUTIGAN, D., & WOOLCOCK, M. (2001). *Small States in a Global Economy. The Role of Institutions in Managing Vulnerability and Opportunity in Small Developing Countries*. Obtido em 15 de Fevereiro de 2015, de econstor.eu: <https://www.econstor.eu/bitstream/10419/52812/1/333440137.pdf>
- BRIGGS, S. (1997). *Marketing para o Turismo no Século XXI*. Cetop.
- BRITO, B. (2010). *Áreas protegidas em África, Janus- anuário de relações exteriores*. Obtido em 23 de Março de 2016, de: [janusonline.pt http://www.janusonline.pt/arquivo/popups2010/2010_3_5_7.pdf](http://www.janusonline.pt/arquivo/popups2010/2010_3_5_7.pdf)
- BRITO, B. (2004). *Turismo ecológico: uma via para o desenvolvimento sustentável em São Tomé e Príncipe, Tese de doutoramento*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.
- BRITO, J. A. (18 de Agosto de 2015). *Social Cohesion and Economic Growth: Small States vs Large States*. Obtido em 25 de Agosto de 2016, de mpra.ub: https://mpra.ub.uni-muenchen.de/66118/1/MPRA_paper_66118.pdf
- BRITO, J. F. (2015). *Determinantes do Crescimento Económico: Uma Aplicação a Países Pequenos, com Especial Referência para Cabo Verde*. Obtido em 20 de Setembro de 2016, de [portaldoconhecimento.gov.cv](http://www.portaldoconhecimento.gov.cv): http://www.portaldoconhecimento.gov.cv/bitstream/10961/4763/1/Tese_Jo%C3%A3o%20Ant%C3%B3nio%20Furtado%20Brito.pdf
- BUSINESS, D. (20 de Outubro de 2012). *Doing Business 2012 - Doing Business in a More Transparent World*. Obtido em 29 de Janeiro de 2017, de [doingbusiness.org http://www.doingbusiness.org/~media/WBG/DoingBusiness/Documents/Annual-Reports/English/DB12-FullReport.pdf](http://www.doingbusiness.org/~media/WBG/DoingBusiness/Documents/Annual-Reports/English/DB12-FullReport.pdf)
- CAMPOS, I. (1912). *Obras Públicas de S. Thomé*. Lisboa. Livraria Fenin
- CANASTRA, F., HAANSTRA, F., & VILANCULOS, M. (Maio de 2014). *Manual de Investigação Científica da Universidade Católica de Moçambique*. Obtido em 18 de Novembro de 2016, de reid.ucm.ac.mz: http://reid.ucm.ac.mz/manual/Manual-de-Investigacao-da-UCM_Janeiro-de-2015.pdf

- CARDONA, M. J. (2010). *A Educação Pré- Escolar na República Democrática de São Tomé e Príncipe, Diagnóstico e Sugestões para o seu Desenvolvimento*. São Tomé: UNICEF.
- CARDOSO, M. (2007). *Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe, Educação e Infra-estruturas como factores de Desenvolvimento*. Lisboa: Edições Afrontamento.
- CARDOSO, M. M. (2005). *Importância da criação de infra-estruturas e da Formação de Recursos Humanos no Desenvolvimento: Os casos de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe*. Lisboa: ISCTE.
- CARVALHO, J. M. (2013). *Relatório Nacional sobre a Preparação da 3ª Conferencia Internacional sobre os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento*. Praia: PNUD.
- CATARINO, J. M. (2007). *A Concorrência Fiscal Inter-Regiões no Quadro Europeu: A Dialética entre a Regionalização e o Tribute, in Revista Ciência e Técnica Fiscal*. Lisboa: ISCSP.
- CATARINO, J. M. (2007). *Competitividade Fiscal em Economia Aberta*. Lisboa: ISCSP.
- CATARINO, J. M. (2007). *Globalização e Competitividade Fiscal Internacional, Limites e Proposições*. Lisboa: ISCSP.
- CATARINO, J. R., & GUIMARÃES, V. B. (2014). *Lições de Fiscalidade, Vol.I - Principios Gerais e Fiscalidade Interna*. Lisboa: Edições Almedina, S.A.
- CE, C. E. (28 de Setembro de 2003). *ACORDO de COTONOU : INOVACOES E DESAFIOS*. Obtido em 4 de Dezembro de 2016, de library.fes.de : http://library.fes.de/pdf-files/bueros/angola/hosting/upd09_03calzuola.pdf
- CHAMBERS, R. (2005). *Ideas for Development*. Obtido em 15 de Janeiro de 2015, de books.google.nl : <https://books.google.nl/books?id=C7QBSiRH3KYC>
- CLARKE, D. (2010). *África: crude continent - the struggle for Africa's oil prize*. London: Profile Books Ltd.
- COHEN, S. B. (1963). *Geography and Politics in a Divided World*. Obtido em 18 de Novembro de 2015, de yiihk.us: <http://yiihk.us/download/geography-and-politics-in-a-world-divided.pdf>
- COHEN, S. B. (2003). *Geopolitics of the World System*. Obtido em 11 de Outubro de 2016, de books.google.pt : <https://books.google.pt/books?isbn=0847699072>
- COHEN, S. B. (2009). *Geopolitics: The Geography of International Relations*. Obtido em 11 de Outubro de 2016, de books.google.pt: <http://books.google.pt/books?isbn=074255676x>
- COSTA, C. e. (2014). *Turismo nos países Lusófonos: Conhecimentos, Estratégia e Territórios*. Lisboa: Escolar Editora.

- COSTA, C. G. (2009). *A União Europeia como actor Global. Dimensões Económicas e Normativas da Política Externa Europeia*. Lisboa: ISCSP.
- COSTA, C. G. (2010). *Princípios de Economia*. Lisboa: ISCSP.
- COSTA, C. G. (2011). *Princípios de Economia*. Lisboa: ISCSP.
- COSTA, C. G. (2010). *Temas de Relações Económicas Internacionais*. Lisboa: ISCSP.
- COSTA, M. P. (2011). *Terra Firme*. Lisboa: Edições Afrontamento.
- CPADR, G. d. (1999). *Carta de Política Agrícola e de Desenvolvimento Rural*. São Tomé: São Tomé e Príncipe.
- CPE, G. d. (2012). *Carta Política Educativa (CPE) de São Tomé e Príncipe, Visão 2022*. São Tomé: Governo de STP.
- CRUZ, M. A. (1995). *O Multipartidarismo em África, o Exemplo Senegalês*. Lisboa: ISCSP.
- CRUZ, M. A. (2001). *Os Programas de Ajustamento Estrutural- Um obstáculo ao desenvolvimento? in Populações, Ambiente e Desenvolvimento em África*. Lisboa: ISCSP.
- CUNHA, L. (2006). *Economia Política do Turismo*. Lisboa: Editorial Verbo.
- DAIO, O. (2016). *Para a Destruição Criativa de São Tomé e Príncipe - Perspetivas para uma Política de Inovação no âmbito do desenvolvimento de STP num horizonte 2013*. Lisboa: Edições Colibri.
- DE KADT, E. (1991). *Turismo: Pasaporte al Desarrollo? Perspectivas sobre los efectos sociales y culturales del turismo en los países en vías de desarrollo*. Obtido em 21 de Março de 2016, de books.google.pt <https://books.google.pt/books?isbn=8477311072>
- DEBALI, J. C. (2009). *Desenvolvimento Sustentável: Evolução e Indicadores de Sustentabilidade*. Obtido em 12 de Fevereiro de 2016, de tcc.bu.ufsc.br: <http://tcc.bu.ufsc.br/Economia291562>
- DESHAIES, B. (1997). *Metodologia da Investigação em Ciências Humanas*. Lisboa: Instituto Piaget.
- DINIS, F. (2010). *Crescimento e Desenvolvimento Económico, Modelos e Agentes do Processo*. Lisboa: Edições Sílabo LDP.
- DOSMAN, E. (2006). *Raúl Prebisch: el poder, los principios y la ética del desarrollo*. Obtido em 28 de Março de 2015, de books.google.pt: <https://books.google.pt/books?isbn=9507382437>
- EASTERLY, W., & KRAAY, A. (Dezembro de 1999). *Small States, Small Problems? Income, Growth and Volatility in Small States*. Obtido em 18 de Março de 2016, de williamesterly.files.wordpress.com :

https://williameasterly.files.wordpress.com/2010/08/25_easterly_kraay_smallstatesmallproblems_prp.pdf

ENPAB. (2004). *Estratégia Nacional e Plano de Ação para a Biodiversidade*. São Tomé: Ministério dos Recursos Naturais e Meio Ambiente.

ENRP. (2002). *Estratégia Nacional de Redução da Pobreza*. São Tomé: Ministério do Plano e Finanças.

EPT, G. d. (2006). *Educação Para Todos - EPT - Plano Nacional de Acção 2002-2015*. São Tomé: Governo de STP.

EPT, G. d. (2014). *Educação Para Todos- EPT- Relatório de Avaliação Nacional 200-2015*. São Tomé: Governo de STP.

ERNPII. (2012). *Estratégia Nacional de Redução da Pobreza*. São Tomé: Ministério do Plano e Desenvolvimento.

ESCOLA+. (2013). *Educação para Todos*. São Tomé: Escola+.

ESCORREGA, L. F. (2010). *Estratégia Americana para África: a importância do Golfo da Guiné*. Obtido em 15 de Outubro de 2015, de academia.edu: www.academia.edu/.../Estratégia_Americana_para_África_a_importância_do_Golfo

FERNANDES, O. (2014). *Políticas Públicas e Projetos no Setor do Turismo: O Caso dos Investimentos na Ilha do Príncipe*. Évora: Universidade de Évora.

FERRÃO, J. M. (2008). *O Cacau em São Tomé e Príncipe in Ponto de Partida*. Lisboa: Chaves Ferreira Publicações S.A.

FERREIRA, N. (2010). *A Estratégia do Grupo de Banco Africano de Desenvolvimento para São Tomé e Príncipe*. São Tomé: BAD.

FMI. (1997). *Aide Memoire da Missão do FMI/BM*. São Tomé: Governo de São Tomé e Príncipe.

FMI. (1998). *Ajuda Memória do Fundo Monetário Internacional (FMI)*. São Tomé: Ministério dos Assuntos Económicos e Financeiros.

FMI. (2012). *Relatório da missão do FMI a São Tomé e Príncipe*. São Tomé: Ministério do Plano e Finanças.

FMI. (2011). *Relatório da Missão Técnica ao Abrigo da Consulta do Artigo IV*. São Tomé: Governo de São Tomé e Príncipe.

GAMA, F. S., & SANOUSSI, I. (2016). *São Tomé e Príncipe 2016*. Obtido em 24 de Novembro de 2016, de africaneconomicoutlook.org: www.africaneconomicoutlook.org/sites/default/files/2016.../Sao_Tome_PT_2016.pdf

GAMA, J. N. (Dezembro de 2011). *Plataformas Logísticas*. Obtido em 1 de Outubro de 2016, de worldbank.org . https://www.worldbank.org/.../Plataforma_logistica.pdf?...Platafor

GARCIA, S. e. (2011). *Revisão da Literatura, in Manual de Metodologia*. Lisboa: ISCSP.

GELCER, D. M. (12 de Setembro de 2013). *Teoria Furtadiana de Desenvolvimento Económico e Ordem Constitucional Brasileira*. Obtido em 25 de Outubro de 2016, de teses.usp.br : www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2133/tde-27082013-135141

GÉNERO, E. (2012). *Análise da Estratégia de Desenvolvimento da União Africana: Uma abordagem Geo-Social Aplicada a São Tomé e Príncipe*. Lisboa: ISCSP.

GIROUX, J. (Julho de 2008). *Africa's Growing Strategic Relevance*. Obtido em 25 de Janeiro de 2014, de files.ethz.ch : https://www.files.ethz.ch/isn/.../css_analysen_nr38-0708_E.pdf

GOMES, A. S. (2011). *Cabo Verde e a Segunda Guerra Mundial, A Importancia Geoestratégica do Arquipélago na Política Externa Portuguesa*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa - FCSH.

GOMES, J. (2013). *Ideias/Contribuição para a Viabilização Económica das ilhas in " Olhares Cruzados sobre a Economia de STP*. Lisboa: Edições Colibri.

GOMES, J. T. (1986). *São Tomé e Príncipe: Um país aberto. Uma Opção Estratégica para o seu Desenvolvimento*. Lisboa: África Hoje.

GONÇALVES, A. (2001). *A saúde nos países em desenvolvimento in Populações, Ambiente e desenvolvimento em África*. Lisboa: ISCSP.

GONÇALVES, A. (2004). *Métodos e Técnicas de Investigação Social* . Obtido em 18 de Fevereiro de 2015, de tendimag.files.wordpress.com: <https://tendimag.files.wordpress.com/.../mc3a9todos-e-tc3a9cnicas>

GONÇALVES, P. S. (Junho de 2014). *Logísticas e Operações*. Obtido em 1 de Outubro de 2016, de professorgoncalves.blogspot.com: <http://professorgoncalves.blogspot.com>

GOP, G. d. (2016). *Grandes Opções de Plano (GOP)*. São Tomé: Governo de São Tomé e Príncipe.

GOP, G. d. (2003). *Grandes Opções do Plano (GOP)*. SãoTomé: Governo de STP.

GOP, G. d. (2012). *Grandes Opções do Plano (GOP)*. São Tomé: Governo de São Tomé e Príncipe.

GOP, G. d. (2015). *Grandes Opções do Plano (GOP)*. São Tomé: Governo de São Tomé e Príncipe.

GOP, G. d. (2017). *Grandes Opções do Plano (GOP)*. São Tomé: Governo de São Tomé e Príncipe.

GRAÇA, R. (16 de Maio de 2013). *São Tomé e Príncipe e Nigéria juntos no combate à pirataria*. Obtido em 12 de Dezembro de 2015, de dw.com: <http://www.dw.com/pt-002/s%C3%A3o-tom%C3%A9-pr%C3%ADncipe-e-nig%C3%A9ria-juntos-no-combate-%C3%A0-pirataria/a-16819661>

HANSON, W., & CRESWELL, J. e. (2005). *Methods Research Designs in Counseling Psychology*. Obtido em 15 de Outubro de 2015, de books.google.pt: <https://books.google.pt/books?isbn=1305465016>

HERATH, D. (19 de Setembro de 2015). *The Discourse of Development: Has it Reached Maturity?* Obtido em 20 de Fevereiro de 2016, de academia.edu: http://www.academia.edu/3754157/The_Discourse_of_Development_has_it_reached_maturity

HERRERA, J. (5 de Fevereiro de 2016). *Importancia económica de las zonas francas*. Obtido em 2016 de Dezembro de 2016, de observatorio.desarrolloeconomico.gov.co: <http://observatorio.desarrolloeconomico.gov.co/base/descargas/public/Notaeditorialno153ZonasFrancasenBogota.pdf>

HOSSEINI, H. (Fevereiro de 2003). *Why development is more complex than growth: clarifying some confusions*. Obtido em 15 de Fevereiro de 2016, de researchgate.net: www.researchgate.net/publication/24089294_why

HUNTINGTON, S. (1994). *A terceira onda : a democratização no final do século XX* . Obtido em 26 de Maio de 2014, de alpha.sib.uc.pt: <https://alpha.sib.uc.pt/?.../terceira-onda-democratizacao-no-final-do>

INE, I. N. (2016). *Produto Interno Bruto (PIB)*. São Tomé: INE.

INE, I. N. (2016). *Recenseamento 2012 Resultados Gerais sobre Localidades*. São Tomé: INE.

JADOON, Z. (24 de Abril de 2016). *TOWS Matriz Strategies*. Obtido em 10 de Março de 2017, de businessstudynotes.com : <http://www.businessstudynotes.com/marketing/marketing-management/tows-matrix-strategies/>

JUNIOR, S. D. (14 de Janeiro de 2011). *O Consenso de Washington*. Obtido em 25 de Janeiro de 2016, de operamundi.uol.com.br: http://operamundi.uol.com.br/conteudo/opiniao/esp_1350/o+consenso+de+washington+.shtm

KARL, M. (11 de Setembro de 1867). *1867: Publicado "O Capital", de Karl Marx* . Obtido em 11 de Setembro de 2014, de dw.com: www.dw.com/pt-br/1867-publicado...capital...karl-marx/

KRUGMAN, P. e. (2011). *Introdução à Economia*. Brasil: ED Campus.

- LANDIM, E. (2014). *Turismo Rural como factor de Desenvolvimento para São Tomé: Proposta das Actividades Turísticas para a Roça de Monte Café e suas Dependências*. Mindelo: Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais (ISCEE).
- LARA, A. d. (2005). *A Política Colonial em África nos Séculos XX e XXI: Pesadas Heranças e Saídas Possíveis*, in *África, Género, Educação e Poder*. Lisboa: ISCSP.
- LARA, A. d. (2013). *Ciência Política. Estudo da Ordem e da Subversão*. Lisboa: ISCSP.
- LARA, A. d. (2000). *Colonização Moderna e Descolonização (Sumário para o Estudo da sua História)*. Lisboa: ISCSP.
- LEAL, A. (2003). *Indicadores e Elementos do Sistema Educativo para a Utilização do Modelo DEMPROJ, São Tomé e Príncipe*. São Tomé: Ministério da Educação, Cultura, Juventude e Desporto.
- LEANDRO, F., & ALMEIDA, C. (1 de Janeiro de 2017). *Assuntos Estratégicos de Segurança e Defesa*. Obtido em 25 de Fevereiro de 2017, de [revistamilitar.pt](https://www.revistamilitar.pt/): <https://www.revistamilitar.pt/>
- LIMA, M. (2011). *O Sector Privado em São Tomé e Príncipe: A Qualificação da Mão-de-obra e as Condições de Trabalho no Sector do Turismo*. Lisboa: ISCSP.
- LINS, H. N. (2011). *Geoeconomia e Geopolítica dos Recursos Energéticos no Capitalismo Contemporâneo: O Petróleo no Vertice das Tensões Internacionais na Primeira Década do Século XXI*. Obtido em 4 de Agosto de 2014, de [proceedings.scielo.br](http://www.proceedings.scielo.br/): <http://www.proceedings.scielo.br/pdf/enabri/n3v2/a28.pdf>
- LOPES, C. (1 de Outubro de 2011). *Crescimento económico e desigualdade: As novidades pós-Consenso de Washington*. Obtido em 30 de Novembro de 2016, de rccs.revues.org (Revista Crítica de Ciências Sociais) [Online], 94 : <http://rccs.revues.org/1475>
- MACHADO, W. (9 de Fevereiro de 2011). *Halford Mackinder e a Geografia do Heartland*. Obtido em 6 de Dezembro de 2016, de [scribd.com](https://www.scribd.com) :<https://www.scribd.com/.../Halford-Mackinder-e-a-Geografia-Do-H...>
- MADEIRA, J. P. (8 de Dezembro de 2015). *Cape Verde: Geopolitics and Projection of a Small Island State in West Africa*. Obtido em 25 de Setembro de 2016, de portaldoconhecimento.gov.cv: <http://www.portaldoconhecimento.gov.cv/bitstream/10961/4828/1/Madeira%2c%20J.%20P.%20%282015%29.%20Cape%20Verde.%20Geopolitics%20and%20Projection%20of%20a%20Small%20Island%20State%20in%20West%20Africa.pdf>
- MAHAN, A. T. (Dezembro de 1890). *The Influence of Sea Power*. Obtido em 27 de Outubro de 2016, de archive.org : <https://archive.org/stream/seanpowerinf00maha#page/40/mode/2up>

MAIA, M. d. (10 de Agosto de 2011). *Algumas reflexões sobre o papel do Estado* -. Obtido em 4 de Dezembro de 2016, de docplayer.com.br : <http://docplayer.com.br/210031-Algumas-reflexoes-sobre-o-papel-do-estado.html>

MANTER, Francisco (1954): *A Mão-de-Obra em S. Tomé e Príncipe, Volume I*. Lisboa: Anuário Comercial de Portugal

MARTINS, D. (2013). *São Tomé e Príncipe Ajuda Pública ao Desenvolvimento, Abordagem Regional*. Lisboa: Centro de Estudos Internacionais do Instituto Universitário de Lisboa.

MARX, K. (1867 reeditado em 1983). *El Capital*. Havana: Editorial de Ciencias Sociales, Instituto Cubano de Livro.

MATA, I. (1998). *Diálogo com as Ilhas: sobre Cultura e Literatura de São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Edições Colibri.

MATSURA, K. (2005 reeditado em 2010). *Discurso proferido na sessão plenária da reunião internacional das Maurícias em 13 de Janeiro de 2005, in Estudo sobre a insularidade e custos da insularidade em STP*. BAD.

MEDEIROS, E. D. (2008). *Evolução e Tendências da Integração Económica Regional*. Livraria Petrony.

MEDEIROS, E. R. (1998). *Blocos Regionais de Integração Económica no Mundo*. Lisboa: ISCSP.

MEIRINHO, M. M. (2004). *Participação Política e Democracia - O Caso Português (1976-2000)*. Lisboa: ISCSP.

MENDES, N. C. (2001). *Comércio Internacional e África: Exclusão ou Cooperação? in População, Ambiente e Desenvolvimento em África*. Lisboa: ISCSP.

MENEZES, A. B. (2003). *Implicações Sócio-Económicas da Exploração de Petróleo em São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa.

MINGERS, J. (3 de Setembro de 2001). *Combining IS Research Methods: Towards a Pluralist Methodology in Information Systems Research*. Obtido em 15 de Novembro de 2014, de gkmc.utah.edu: <http://gkmc.utah.edu/7910F/papers/ISR%20combining%20IS%20research%20methods.pdf>

MOITA, L. (2007). *Prefácio in: Cabo Verde e São Tomé e Príncipe: Educação e Infraestruturas como factores de Desenvolvimento*. Lisboa: Edições Afrontamentos.

MONTEIRO, R. L. (2001). *A África na Política de Cooperação Europeia 2ª Edição Atualizada. O Novo Acordo de Parceria Assinado em Cotonu, Benim*. Lisboa: ISCSP.

- MORAIS, S. S. (2011). *Implantação da Plataforma Logística Multimodal*. Obtido em 1 de Outubro de 2016, de alfa.br: www.alfa.br/.../download.php?...plataforma-logistica...conceituais
- MOREIRA, A. (1999). *Teoria das Relações Internacionais 3ª Edição*. Coimbra: Almedina.
- MOREIRA, C. d. (2007). *Teorias e Práticas de Investigação*. Lisboa: ISCSP.
- MUNRO, i., MINGERS, J., & TANNÚS, M. (9 de Novembro de 2012). *A Prática do Uso de Multimetodologia*. Obtido em 18 de Novembro de 2016, de slideplayer.com.br: <http://slideplayer.com.br/slide/3042088>
- MURTEIRA, M. (1990). *Lições de Economia Política do Desenvolvimento*. Lisboa: Editorial Presença.
- NAIM, M. (26 de Outubro de 1999). *Washington Consensus or Washington Confusion?* Obtido em 25 de Janeiro de 2016, de [imf.org](http://www.imf.org): www.imf.org/external/pubs/ft/seminar/1999/reforms/naim.htm
- NASCIMENTO, B. K. (2012). *Finanças Públicas em São Tomé e Príncipe, Perspectiva Histórica e Analítica*. Porto: Universidade Portucalense Infante D. Henrique.
- NEGRÃO, J. J. (1998). *Para conhecer o Neoliberalismo*. Obtido em 25 de Janeiro de 2016, de books.google.pt: <https://books.google.pt/books?isbn=8585938145>
- NETO, E. R. (2011). *Análise Swot- Planejamento Estratégico para Análise de Implantação e Formação de Equipe de Manutenção em Empresa de Segmento Industrial*. Obtido em 8 de Outubro de 2014, de icap.com.br: icap.com.br/biblioteca/172349010212_formatada.pdf
- NEVES, C. A. (1989). *S. Tomé e Príncipe na Segunda Metade do Séc.XVIII*. Região Autónoma da Madeira: Centro de Estudos de História do Atlântico.
- NOGUEIRA, R., & NETO, T. O. (2015). *Zona Franca de Manaus - entre a geopolítica e a geoeconomia*. Obtido em 16 de Outubro de 2016, de enanpege.ggf.br: enanpege.ggf.br/2015/anais/arquivos/25/691.pdf
- OGE, G. d. (2003). *Orçamento Geral do Estado (OGE)*. São Tomé: Governo de STP.
- OGE, G. d. (2014). *Orçamento Geral do Estado (OGE)*. São Tomé: Governo de STP.
- OGE, G. d. (2015). *Orçamento Geral do Estado*. São Tomé: Assembleia Nacional de STP.
- Oliva, V., & Taques, F. (14 de Agosto de 2015). *Plataforma Logística Multimodal: Um Estudo para o caso do Estado de Goiás*. Obtido em 1 de Outubro de 2016, de inovarse.org: www.inovarse.org/sites/default/files/T_15_033.pdf
- OLIVEIRA, J. (1993). *A economia de S. Tomé e Príncipe*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical.

OLIVEIRA, R. (2010). *Impacto da China no Continente Africano, iniciativa, "China no Mundo em desenvolvimento"*. Lisboa: ISCSP e Instituto de Oriente.

OMS (2013). *Plano Nacional de Desenvolvimento Sanitário*. São Tomé: Governo de STP.

OMT. (Maio de 2015). *Panorama OMT del turismo internacional, Edición 2015*. Obtido em 28 de Janeiro de 2017, de e-unwto.org : www.e-unwto.org/doi/pdf/10.18111/9789284416875

PADS, D. (2011). *Plano Agenda de Desenvolvimento Sustentável da Ilha do Príncipe, Relatório 1 - Essentia- Desenvolvimento de Projetos da Região Autónoma do Príncipe*. São Tomé: Direção Geral de Hotelaria e Turismo.

PAPE, D. e. (2013). *As Roças de São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Tinta -da- China Lda.

PATRIOTA, A. d. (15 de Janeiro de 2013). *Discurso proferido na VIIª Reunião Ministerial da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul*. Obtido em 25 de Outubro de 2015, de itamaraty.gov.br : www.itamaraty.gov.br/.../discursos...discursos/4547-vii-reuniao-mi

PDT, G. d. (2008). *Plano Diretor do Turismo para STP*. Espanha: Ministerio de Asuntos Exteriores y de Cooperación y AECID.

PEDT, G. d. (2001). *Plan Strategique pour le Developpment du Tourisme de STP, Volume I*. Madrid: OMT e PNUD.

PERROUX, F. (1981). *Ensaio sobre a Filosofia do Novo Desenvolvimento. Tradução de Malheiros, LM Macaísta*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian.

PHILLIPS, M. E. (29 de Abril de 2014). *Small, So Simple? Complexity in Small Island Developing States*. Obtido em 25 de Setembro de 2016, de undp.org: www.undp.org/...development/.../GPCSE_Complexity%20in%20Small%20Island.pdf

PIC, G. d. (Julho de 2016). *Programa Indicativo de Cooperação (PIC) Portugal- São Tomé e Príncipe*. Obtido em 26 de Novembro de 2016, instituto-camoes.pt: www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao/sumexec_stp1215.pdf

PINA, A. S. (2010). *A Natureza efectiva da Integração de Cabo Verde na Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO)*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa - ISEG.

PIRES, S. d. (Outubro de 2014). *A Nigéria no Shatterbelt da África Subsariana: uma análise geopolítica e geoestratégica*. Obtido em 25 de Janeiro de 2016, de revistamilitar.pt: <https://www.revistamilitar.pt/artigo/962>

PNUD. (2001). *Etude de factibilité du developpment du tourisme, Conclusions et recommandations du projet: Sao Tomé et Principe: DP/UN/STP/ 75 -2001*. São Tomé: PNUD.

PNUD. (10 de Janeiro de 2016). *IDH - Índice de Desenvolvimento Humano por país - 2016 - Actualitix*. Obtido em 30 de Novembro de 2016, de pt.actualitix.com: <https://www.pt.actualitix.com/pais/wld/indice-de-desenvolvimento-humano-por>

- PNUD. (2015). *Objetivos do Desenvolvimento Sustentável*. Nova York: PNUD.
- PNUD. (1990). *Relatório do Desenvolvimento Humano*. PNUD.
- PNUD. (2015). *Relatório do Desenvolvimento Humano 2015 - Human Development*. Obtido em 30 de Novembro de 2016, de hdr.undp.org: https://www.hdr.undp.org/sites/default/files/hdr15_overview_pt.pdf
- PNUD. (1998). *Relatório do Desenvolvimento Humano São Tomé e Príncipe*. PNUD.
- PNUD. (2013). *Relatório Nacional sobre a Preparação da 3ª Conferencia Internacional sobre os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento*. São Tomé: PNUD.
- PNUD. (2013). *São Tomé e Príncipe, Visão 2030*. São Tomé: PNUD.
- PNUD, S. G. (15 de Outubro de 2015). *Agenda de Transformação no horizonte - 2030*. Obtido em 6 de Dezembro de 2016, de st.undp.org: www.st.undp.org/content/dam/sao_tome_and_principe/.../undp_st_GLAgenda_Pt.pdf
- PONTES, B. M. (4 de Abril de 2016). *O Estado africano: Da dominação colonial à "Liberdade política" sob domínio económico*. Obtido em 18 de Janeiro de 2017, de cenegri.org.br: www.cenegri.org.br/intellector/ojs-2.4.3/index.php/.../36/13
- PONTES, M. (2016). *Contexto Económico da CPLP in CPLP a Afirmação Global das Culturas de Expressão Portuguesa*, pág 87-98. Lisboa: ISCSP.
- PRAZERES, A. (29 de Setembro de 2011). *Projeto de Criação de Zonas Francas está moribundo*. Obtido em 15 de Setembro de 2016, de telanon.info: <http://www.telanon.info/economia/2011/09/29/8605/projecto-de-criacao-de-zonas-francas-esta-moribundo/>
- PREBISCH, R. (1961). *El Falso Dilema entre Desarrollo Económico y Estabilidad Monetária*, In: GURRIERI, Adolfo. *La Obra de Prebisch en la Cepal*. Obtido em 22 de Fevereiro de 2016, de prebisch.cepal.org : <https://www.prebisch.cepal.org/.../el-falso-dilema-entre-desarrollo-economico-e>
- QUIVY, R. e. (1992). *Manual de Investigação em Ciências Sociais, 1ª Edição*. Lisboa: Gradiva.
- RIBEIRO. (2016). *Os Mercados da CPLP, Caracterização e Perspetiva in CPLP a Afirmação Global das Culturas de Expressão Portuguesa*, 101-129. Lisboa: ISCSP.
- RIBEIRO, A. M. (Maio de 2010). *Mahan e as Marinhas como Instrumento Político*. Obtido em 27 de Outubro de 2016, de revistamilitar.pt: <https://www.revistamilitar.pt/artigo/569>
- RIBEIRO, J. M. (2012). *Os Estados Unidos da América, A Globalização e o "Mundo do Pacífico" 1979-2009*. Lisboa: Universidade de Lisboa, FCSH.

Ricardo, D. (1817). *On The Principles of Political Economy and Taxation*. Obtido em 21 de Fevereiro de 2016, de [socserv.mcmaster.ca: https://www.socserv.mcmaster.ca/econ/ugcm/3ll3/ricardo/Principles.pdf](http://www.socserv.mcmaster.ca/econ/ugcm/3ll3/ricardo/Principles.pdf)

ROCHA, M. J. (2013). *As Transformações Económicas Estruturais Na África Subsariana 2000-2010*. Luanda: Mayamba Editora.

RODRIGUES, A. R. (7 de Novembro de 2014). *A segurança no Golfo da Guiné*. Obtido em 25 de Março de 2016, de [idi.mne.pt: https://idi.mne.pt/images/docs/conferencias/guine/011_01.pdf](https://idi.mne.pt/images/docs/conferencias/guine/011_01.pdf)

RODRIGUES, F. d. (1971). *São Tomé e Príncipe sob ponto de vista Agrícola. Relatórios apresentados ao Conselho de Cadastro*. Arquivo Histórico de São Tomé e Príncipe.

ROMANA, H. A. (1997). *São Tomé e Príncipe, Elementos para uma Análise Antropológica das suas Vulnerabilidades e Potencialidades*. Lisboa: ISCSP.

ROMANA, H. B. (2016). *Multilateralismo, Geopolítica da Cooperação e Comunidades Epistémicas: Reflexões Teóricas sobre a CPLP in CPLP a Afirmação Global das Culturas de Expressão Portuguesa, pág 43-54*, Lisboa: ISCSP.

ROSINHA, M. R. (2009). *A China em África: parceria igual ou desigual (os casos de Angola e Moçambique), tese de mestrado*. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

RUQUOY, D. (1997). *Situação de Entrevista e Estratégia do Entrevistador*, in ALBARELO, L., DIGNEFFE, F., HIERNAUX, J. MAROY, C., RUQUOY, D. e SAINT-GEORGES, P., *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais, 1ª Edição*. Lisboa: Gradiva.

SANCHES, E. R. (2010). *Partidos e Democracia: Cabo Verde e São Tomé e Príncipe em Perspetiva Comparada*. Obtido em 25 de Junho de 2014, de [academia.edu: www.academia.edu/.../Partidos_e_Democracia_Cabo_Verde_e_São](http://www.academia.edu/.../Partidos_e_Democracia_Cabo_Verde_e_São)

SANTO, A. E. (2013). *Cabo Verde e São Tomé e Príncipe - Empresariado como fator de Desenvolvimento e Transformação Social. Outros Olhares sobre a Economia*. Lisboa: Gradiva.

SANTO, A. E. (1992). *Economia de Cacau em S. Tomé e Príncipe: Crise e Alternativas*. Lisboa: ISEG/UTL.

SANTO, A. E. (2008). *Economia de S. Tomé e Príncipe entre o Partido Único e o Multipartidarismo*. Lisboa: Edições Colibri.

SANTOS, C., & FERREIRA. (3 de Outubro de 2009). *Relatório do Grupo para o estudo de Política Fiscal*. Obtido em 25 de Setembro de 2015, de [ideff.pt: www.ideff.pt/xms/files/GPFRelatorioGlobal_VFinal.pdf](http://www.ideff.pt/xms/files/GPFRelatorioGlobal_VFinal.pdf)

SANTOS, J. A. (2012). *Economia Pública*. Lisboa: ISCSP.

SANTOS, J. A. (2013). *Teoria Fiscal*. Lisboa: ISCSP.

SANTOS, M. M. (5 de Outubro de 2014). *Os acordos de cooperação económica entre a União Europeia e os países ACP*. Obtido em 4 de Dezembro de 2016, de repositorio.ipea.gov.br:

https://www.repositorio.ipea.gov.br/bitstream/.../1/RTM_v1_n1_Acordos.pdf

SANTOS, V. M., & FERREIRA, M. J. (2012). *Teorias das Relações Internacionais*. Lisboa: ISCSP.

SARAIVA, J. F. (Março de 2015). *A África no Século XXI: Um Ensaio Académico*. Obtido em 27 de Novembro de 2016, de funag.gov.br: https://www.funag.gov.br/loja/.../1121_a_africa_no_seculo_xxi_um_ensaio_academico.pdf

SAVOIE-ZAJC, L. (2003). *A entrevista semidirigida, in GAUTHIER, B., Investigação Social: da problemática à colheita de dados, 3ª Edição*. Loures: Lusociência.

SCHMITTER, P. (1997). *Intermediaries in the Consolidation of Neo- Democracies: The Role of Parties, Associations and movements*. Obtido em 12 de Outubro de 2014, de researchgate.net:

https://www.researchgate.net/.../36729684_Intermediaries_in_the_consolidation_of_neo.

SCHUMACHER, E. (1973). *Small Is Beautiful*. Obtido em 16 de Março de 2017, ditext.com de : www.ditext.com/schumacher/small/small.html

SCHUMPETER, J. (1911, 1997). *Teoria do Desenvolvimento Económico, traduzido por Maria Silvia Possas*. Obtido em 21 de Fevereiro de 2016, de www.ufjf.br/.../s_Schumpeter_-_Teoria_do_Developolvimento_Economico

SEBASTIÃO, S. P. (2016). *A Origem, a Matriz e a História in CPLP a Afirmação Global das Culturas de Expressão Portugues, pág 25-40*. Lisboa: ISCSP.

SEERS, D. (Setembro de 1969). *The Meaning of Development*. Obtido em 20 de Fevereiro de 2016, de ids.ac.uk: <https://www.ids.ac.uk/files/dmfile/themeaningofdevelopment.pdf>

SEIBERT, Gerhard (2005). *O semi-presidencialismo e o controlo da constitucionalidade em São Tomé e Príncipe*. Obtido em 25 de Fevereiro de 2014, de africanos.eu: www.africanos.eu/ceaup/uploads/AS08_137.pdf

SEIBERT, Gerhard (2001). *Camaradas, Clientes e Compadres – Colonialismo, Socialismo e Democratização em São Tomé e Príncipe*. Vega.

SEN, A. (1999). *Development as Freedom*. Obtido em 20 de Fevereiro de 2016, de books.google.com:

https://books.google.com/books/about/Development_as_Freedom.html?id...

SEQUEIRA, J. M. (Abril de 2014). *AS TEORIAS GEOPOLÍTICAS E PORTUGAL*. Obtido em 20 de Setembro de 2016, de [revistamilitar.pt](http://www.revistamilitar.pt): http://www.revistamilitar.pt/artigo.php?art_id=914

SILVA, D. (16 de Dezembro de 2005). *A Construção do Objeto Teórico das Teorias de Desenvolvimento Económico*. Obtido em 19 de Fevereiro de 2016, de [teses.usp.br: www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12140/tde-13022006-161222/pt-br.php](http://teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12140/tde-13022006-161222/pt-br.php)

SILVA, D. (9 de Maio de 2015). *Consenso de Washington - Objetivos, regras e o Brasil - Estudo Prático*. Obtido em 15 de Março de 2016, de [estudopratico.com.br: http://www.estudopratico.com.br/consenso-de-washington-objetivos-regras-e-o-brasil/](http://www.estudopratico.com.br/consenso-de-washington-objetivos-regras-e-o-brasil/)

SILVA, F. A. (2013). *Turismo na Natureza como base do Desenvolvimento Turístico Responsável nos Açores*. Obtido em 12 de Fevereiro de 2016, de [hdl.handle.net: http://hdl.handle.net/10451/8742](http://hdl.handle.net/10451/8742)

SILVA, H. L. (1958). *São Tomé e Príncipe e a Cultura do Café. Das memórias da Junta de Investigação do Ultramar*. São Tomé: Arquivo Histórico de STP.

SILVA, J. C. (1998). "À descoberta de Nós" in *Relatório do Desenvolvimento Humano São Tomé e Príncipe*. São Tomé: PNUD.

SMITH, A. (1996). *A Riqueza das Nações, com a apresentação de FRITSCH, Winston e tradução de BARAÚNA, Luíz*. Obtido em 18 de Fevereiro de 2016, de [direitasja.files.wordpress.com: https://direitasja.files.wordpress.com/.../adam-smith-a-riqueza-das-nac3a7c3b5es-vol-i](https://direitasja.files.wordpress.com/.../adam-smith-a-riqueza-das-nac3a7c3b5es-vol-i)

SOARES, A. (6 de Junho de 2014). *Timor-Leste e São Tomé e Príncipe Oportunidades e Potencial de Desenvolvimento*. Obtido em 14 de Maio de 2015, de [portugalglobal.pt: http://www.portugalglobal.pt/PT/geral/Documents/DOCs2014/InternacionalizacaEconomiasApresentacaoEstudoTimorLeste_SaoTomePrincipeElaboradoCGD.pdf](http://www.portugalglobal.pt/PT/geral/Documents/DOCs2014/InternacionalizacaEconomiasApresentacaoEstudoTimorLeste_SaoTomePrincipeElaboradoCGD.pdf)

SOUSA, A. P. (8 de Junho de 2016). *Armazenagem, plataformas e parques de logística: uma tipologia ...* Obtido em 25 de Janeiro de 2017, de [repositorio.ulusiada.pt: https://www.repositorio.ulusiada.pt/bitstream/.../mia_antonio_sousa_dissertacao](https://www.repositorio.ulusiada.pt/bitstream/.../mia_antonio_sousa_dissertacao)

SOUSA, A. R. (1980). *Da Teoria Económica à Teoria do Desenvolvimento*. Lisboa: Clássica Editora.

SOUSA, A. R. (2008). *De um Novo conceito de Desenvolvimento no quadro da Economia Internacional*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, ISCSP.

SOUSA, A. R. (2009). *Manual de Economia do Desenvolvimento, Apontamentos*. Lisboa: ISCSP.

SOUSA, M. d. (2013). *Prefácio in "Olhares Cruzados sobre a Economia de STP*. Lisboa: Edições Colibri.

SRIRIVASU, B. e. (Janeiro de 2013). *Infrastructure development and Economic growth: Propects and Perspective*. Obtido em 20 de Março de 2016, de [pdfs.semanticscholar.org: https://pdfs.semanticscholar.org/8fcd/6cb961185007b6f929473a716fe588c0ff86.pdf](https://pdfs.semanticscholar.org/8fcd/6cb961185007b6f929473a716fe588c0ff86.pdf)

STP, G. (2015). *Mesa Redonda com os Parceiros de Desenvolvimento de São Tomé e Príncipe*. Londres: Ministério do Plano e Finanças.

SUPRANI, R. (www.ie.ufrj.br/.../PEPI_DISSERTAO_RODRIGO_FARIA_SUPR... de Setembro de 2012). *O investimento em infraestrutura - Desenvolvimento, Comércio Exterior e o Caso Brasileiro*. Obtido em 22 de Setembro de 2014, de ie.ufrj.br: http://www.ie.ufrj.br/images/pos-graduacao/pepi/dissertacoes/PEPI_DISSERTAO_RODRIGO_FARIA_SUPRANI.pdf

TENREIRO, F. (1961). *A Ilha de S. Tomé - Memórias da Junta de Investigações Ultramar n.º 24*. Lisboa: Arquivo Histórico de STP.

THORHALLSSON, B. (18 de Outubro de 2006 reeditado em 2014). *The Size of States in the European Union: Theoretical and Conceptual Perspectives*, pdf. Obtido em 15 de Março de 2016, de [researchgate.net](https://www.researchgate.net): https://www.researchgate.net/publication/238315184_The_Size_of_States_in_the_European_Union_Theoretical_and_Conceptual_Perspectives

TRINDADE, A. (2006). *Desenvolvimento Económico Integração Regionale Ajuda Externa em África*. Lisboa: ISCSP.

TRIVIÑOS, A. N. (1987). *Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais*. Obtido em 6 de Outubro de 2014, de books.google.com.br: https://books.google.com.br/books/about/Introdu%C3%A7%C3%A3o_%C3%A0_pesquisa_e_m_ci%C3%A2ncias_so.html?hl=pt-BR&id=MvETAAAACAAJ

TURRONI, J. e. (2012). *Metodologia de Pesquisa em engenharia de Produção*. Obtido em 10 de Outubro de 2014, de [docplayer.com.br](https://www.docplayer.com.br): <https://www.docplayer.com.br/1584116-Metodologia-de-pesquisa-em-engenhar>

UE, C. (17 de Março de 2014). *EU Strategy on the Gulf of Guinea*. Obtido em 16 de Outubro de 2016, de eeas.europa.eu: https://eeas.europa.eu/sites/eeas/files/eu_strategy_on_the_gulf_of_guinea_7.pdf

UNCTAD. (2014). *The Oceans Economy - Opportunities and Challenges for Small Island Developing States*. Obtido em 26 de Setembro de 2016, de [unctad.org](https://www.unctad.org): https://www.unctad.org/en/PublicationsLibrary/ditcted2014d5_en.pdf

UNESCO. (21 de Agosto de 2014). *Islands of the Future - building resilience in a changing world*. Obtido em 18 de Fevereiro de 2016, de [unesdoc.unesco.org](https://www.unesdoc.unesco.org): <https://www.unesdoc.unesco.org/images/0022/002245/224512e.pdf>

UNWTO. (Julho de 2016). *UNWTO Tourism Highlights, 2016 Edition*. Obtido em 15 de Dezembro de 2016, de [e-unwto.org](http://www.e-unwto.org): www.e-unwto.org/doi/book/10.18111/9789284418145

VEIGA, A. (21 de Dezembro de 2016). *Governo Corta Relações Diplomáticas com Taiwan*. Obtido em 23 de Dezembro de 2016, de telanon.info:

<http://www.telanon.info/politica/2016/12/20/23494/governo-corta-relacoes-diplomaticas-com-taiwan/>

VEIGA, A. (29 de Setembro de 2011). *Projeto de Criação de Zonas Francas*. Obtido em 15 de Setembro de 2016, de [telanon.info: http://www.telanon.info/economia/2011/09/29/8605/projecto-de-criacao-de-zonas-francas-esta-moribundo/](http://www.telanon.info/economia/2011/09/29/8605/projecto-de-criacao-de-zonas-francas-esta-moribundo/)

VERÍSSIMO, G. d. (2013). *Elementos de Geopolítica e Geoestratégia*. Lisboa: Ler Devagar.

VIEGAS, J. (2013). *As Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e o Desenvolvimento de STP in "Olhares Cruzados sobre a Economia de STP*. Lisboa: Edições Colibri.

WALDMAN, M. (2013). *Blocos Regionais Africanos: Compilação Estatística Essencial Ano-Base 2010*. Obtido em 12 de Dezembro de 2016, de [mw.pro.br: http://www.mw.pro.br/mw/RI_RECscompilation2013.pdf](http://www.mw.pro.br/mw/RI_RECscompilation2013.pdf)

WEF, W. E. (28 de Setembro de 2016). *The Global Competitiveness Report 2016–2017 | World Economic Forum*. Obtido em 9 de Janeiro de 2017, de [weforum.org: https://www.weforum.org/reports/the-global-competitiveness-report-2016-2017-1](https://www.weforum.org/reports/the-global-competitiveness-report-2016-2017-1)

WOGLO, V. (23 de Julho de 2014). *Democratização da África*. Obtido em 13 de Fevereiro de 2017, de [webartigos.com: www.webartigos.com/artigos/democratizacao-da-africa.../123752/](http://www.webartigos.com/artigos/democratizacao-da-africa.../123752/)

WTO. (2012). *Challenges and Opportunities for Tourism Development in Small Island Developing States*. Madrid: World Tourism Organization (WTO).

World Population Prospects (2015). Revision. www.un.org/development/desa/world

WTTC. (2015). *Travel and Tourism Economic Impact 2015- São Tome and Principe*. Obtido em 21 de Outubro de 2016, de [wttc.org: https://www.wttc.org/-/media/files/reports/economic%20impact%20research/countries%202015/saotomeandprincipe2015.pdf](https://www.wttc.org/-/media/files/reports/economic%20impact%20research/countries%202015/saotomeandprincipe2015.pdf)

YIN, R. (2005). Estudo de Caso: *Planejamento e Métodos*. Obtido em 6 de Outubro de 2014, de [academia.edu: www.academia.edu/6937026/estudo de caso](http://www.academia.edu/6937026/estudo_de_caso)

YIN, R. K. (18 de Março de 2014). *Case study research: design and methods, 5ª Edição*. Obtido em 18 de Maio de 2014, de [amazon.com: https://www.amazon.com/Case-Study-Research-Methods-Applied/dp/1452242569](https://www.amazon.com/Case-Study-Research-Methods-Applied/dp/1452242569)

ZAHREDDINE, D. (5 de Abril de 2012). *HALFORD MACKINDER*. Obtido em 6 de Dezembro de 2016, de [pt.scribd.com: https://pt.scribd.com/.../Principais-Ideias-de-Mackinder-Autor-Dan](https://pt.scribd.com/.../Principais-Ideias-de-Mackinder-Autor-Dan).

ZAKARIA, F. (2004). *O Futuro da Liberdade*. Obtido em 26 de Maio de 2014, de [gradiva.pt: www.gradiva.pt/?q=C/BOOKSSHOW/933](http://www.gradiva.pt/?q=C/BOOKSSHOW/933)

ANEXOS

Anexo I - Guião de entrevista semiestruturada

OBJETO DE ESTUDO	SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE COMO UM GATEWAY REGIONAL (ESTRATÉGIA PARA UM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL)
	ENTIDADES A SEREM ENTREVISTADAS
1	Diretor dos Estudos e Planeamento do Ministério da Economia
2	Ex Primeiro-ministro e Chefe do Governo
3	Ex- ministro das Obras Públicas, Recursos Naturais e de Infraestruturas
4	Ex ministra das Finanças
5	Consultor do Projeto para a construção dum Porto em Águas profundas e do Aeroporto Internacional em STP
6	Consultor Internacional (Dr. Jaime Duarte)
7	Representante do BAD (Dr. Septin Martin)
8	Banco Mundial (Dr. Agapito Mendes Dias)
9	PNUD
	INFORMAÇÕES A RECOLHER
	<p>Recolha de informações relativas às Políticas Públicas no domínio dos Projetos prioritários para STP, incluindo necessidades de Infraestruturas e transportes marítimos e aéreos (Objetivos: Recolha de legislação, dados estatísticos, estudos e análises sobre a situação das Infraestruturas em STP, assim como outros documentos tendo em vista à caracterização das políticas públicas das Infraestruturas de carácter estruturantes em São Tomé e Príncipe)</p> <p>Técnicas qualitativas: entrevistas semiestruturadas a entrevistados qualificados e com experiência na matéria em apreço.</p>
	DOCUMENTAÇÕES NECESSÁRIAS
	<p>1. Projetos de Investimentos Públicos para STP</p> <p>a) Políticas para o sector de investimentos públicos</p> <p>b) Prioridades e nível de investimento</p> <p>c) Principais fontes de financiamento (Interno e externo)</p> <p>2. Situação das Infraestruturas em STP</p> <p>d) Políticas para o sector das Infraestruturas</p> <p>e) Prioridades e nível de investimento</p>

	<p>f) Principais fontes de financiamento (Interno e externo)</p> <p>g) Perspetivas e projetos estruturantes em carteira para o sector das Infraestruturas.</p> <p>3. Situação dos transportes marítimos e aéreos em STP</p> <p>a) Políticas para o sector dos transportes marítimos e aéreos</p> <p>h) Prioridades e nível de investimento</p> <p>i) Principais fontes de financiamento (Interno e externo)</p> <p>j) Perspetivas e projetos estruturantes em carteira para o setor dos transportes marítimos e aéreos.</p>
	<p>SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE COMO UM GATEWAY REGIONAL (ESTRATÉGIA PARA UM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL)</p>
	<p>Dados para a construção da matriz SWOT de STP como um GATEWAY REGIONAL</p>
Forças	Vantagens internas de São Tomé e Príncipe em relação aos Países Vizinhos da Sub-região do Golfo da Guiné.
Fraquezas	Desvantagens internas do País em relação aos Países vizinhos da Sub-região do Golfo da Guiné.
Oportunidades	Aspetos positivos do contexto externo que envolve o País e com potencial para lhe oferecer vantagem competitiva.
Ameaças	Aspetos negativos do contexto externo que envolve o País com potencial para comprometer a vantagem competitiva que ele possui.
	<p>GUIÃO DE ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS</p>
	<p>Nome:</p> <p>Função que Desempenha</p> <p>Área de formação</p> <p>Outras Funções desempenhadas</p>
	<p>Situação do País</p>
	<p>13. Na sua opinião, que potencialidades oferece São Tomé e Príncipe passíveis de garantir a sua afirmação como um Gateway Regional?</p> <p>14. Do seu ponto de vista, como caracterizar as concorrências e a reação dos Major Players Regionais, nomeadamente Angola e a Nigéria?</p> <p>15. Que papel poderão jogar os Major Players Extra-Regionais, nomeadamente a China e os Estados Unidos da América, no processo de transformação de São Tomé e Príncipe num Gateway Regional?</p> <p>16. Que papel poderão jogar os Major Players Transregionais, nomeadamente a CPLP?</p> <p>17. Existirá algum nível de consenso dos órgãos de soberania são-tomense, bem como a</p>

	<p>visão das elites políticas, económicas e empresariais na promoção do país como um Gateway Regional e no papel dos mesmos para uma estratégia de desenvolvimento sustentável?</p> <p>18. O que deve ser feito para garantir a inserção geoeconómica de São Tomé e Príncipe na Região do Golfo da Guiné?</p> <p>19. O que deve ser feito para garantir o melhor aproveitamento da posição geoestratégica de STP para se transformar o país num Gateway Regional?</p> <p>20. Do seu ponto de vista, que vantagens internas apresenta São Tomé e Príncipe em relação aos Países Vizinhos da Sub-região do Golfo da Guiné, passíveis de serem aproveitadas para transformar o País num Gateway Regional?</p> <p>21. Que desvantagens internas apresenta o país em relação aos países vizinhos da sub-região do Golfo da Guiné que possa impedir a sua transformação num Gateway Regional?</p> <p>22. Que aspetos positivos do contexto externo que envolve o país podem constituir potencialidades para lhe oferecer vantagem competitiva?</p> <p>23. Que aspetos negativos do contexto externo que envolve o país poderão comprometer a vantagem competitiva de que dispõe?</p> <p>24. Considera que há consensos para que São Tomé e Príncipe possa ser transformado num Gateway Regional?</p>
	<p>Situação das Infraestruturas</p>
	<p>25. Qual é a situação das infraestruturas em São Tomé e Príncipe?</p> <p>26. Como avalia as políticas no domínio das Infraestruturas de carácter estruturante para o país?</p> <p>27. Qual o seu ponto de vista sobre os investimentos nesse setor? Na sua perspetiva quais são as prioridades para este setor?</p> <p>28. Como avalia as políticas para os transportes aéreos? E os transportes marítimos?</p> <p>29. Que leitura faz sobre a evolução dos transportes marítimos e aéreos em STP?</p> <p>30. Como avalia os investimentos feitos nesses setores?</p> <p>31. Quais são os principais estrangulamentos dos setores de transportes aéreos e marítimos?</p> <p>32. Quais são os principais desafios para estes setores?</p> <p>33. Quais as perspetivas e os projetos em carteira para esses setores?</p> <p>34. Que critérios devem ser utilizados na definição das prioridades para o setor? O que deve ser feito no setor das infraestruturas para facilitar a transformação de STP como um Gateway Regional?</p>

Fonte: Elaboração própria

Anexo II – Transcrição das entrevistas semiestruturadas

15 /01/2015 – Rafael Branco – Ex- Primeiro-ministro; ex- ministro de coordenação económica; ex-ministro das infraestruturas, recursos naturais e meio ambiente; ex- ministro da educação, juventude e desporto; ex- ministro dos Negócios estrangeiros; ex- presidente do MLSTP

Defende um novo ciclo económico para STP. Caracteriza os ciclos anteriores como sendo ciclos económicos baseados em monoculturas: Cana-de-açúcar/Cacau/Café. O ciclo do cacau esgotou-se e temos de olhar em frente e buscar alternativas. É preciso olhar para o contexto geoestratégico do país e definir uma nova visão estratégica para o desenvolvimento que passa pela transformação de STP numa plataforma de prestação de serviços. STP tem uma posição geográfica privilegiada e estratégica por estar localizado no centro do Golfo da Guiné, a menos de 2 horas de voo das principais cidades da África Central e menos de 48 horas de viagem por mar dos principais portos da região: Acra, Lomé, Cotonou, Porto Novo, Lagos, Port Harcourt, Abuja, Malabo, Bata, Douala, Yaoundé, Libreville, Port Gentil, Pointe Noire, Cabinda e Luanda. Outro fator relevante considerado refere-se às rotas marítimas ao longo da costa africana, onde o fluxo de navios nos sentidos norte e sul é expressivo e constante.

O novo ciclo económico deve basear-se na produção de bens e serviços para a sub-região e o mundo (turismo, lazer, comércio, serviços de saúde, educação e comércio) com as seguintes características: produção de bens e serviços de alto valor acrescentado; atividade turística de média e alta gama; processos de produção baseados no conhecimento e na tecnologia; grande necessidade de mão-de-obra qualificada; mais oportunidades de mobilidade social; um novo ordenamento do território ajustado às necessidades da nova economia; grande diversificação da economia; redução das desigualdades sociais; crescimento de uma classe média; afirmação de um empresariado nacional; sistema de ensino e formação profissional moderno; novos modelos de gestão do desenvolvimento (modernos); maior capacidade de adaptação às mudanças no contexto externo; parcerias público-privadas e maior capacidade de regulação.

Defende um Planeamento estratégico com etapas, *timing*, incrementalismo e com os seguintes programas e projetos fundamentais: Porto de águas profundas; aeroportos internacionais; uma

“nova” agricultura; turismo; telecomunicações; zonas francas, serviços financeiros e outros (serviços médicos; escolas); estradas e saneamento; energia; transportes marítimos. São condições essenciais para a sua implementação: manutenção do clima de paz e estabilidade social e institucional; ambiente de negócios favorável; eliminação da pobreza absoluta bem como as desigualdades sociais extremas; largos consensos em redor de questões essenciais de desenvolvimento; uma Justiça credível; uma administração pública moderna e eficaz e o controle eficaz do paludismo.

29/01/2015 – Dr. Septim Martin – Representante do BAD para Angola e STP. Ex assessor de vários ministros do Plano e Finanças em STP.

STP já experimentou vários modelos de desenvolvimento mas que até então não surtiram o efeito esperado. O país é altamente dependente da ajuda externa para o seu desenvolvimento e não há dúvidas de que num contexto de crises essas ajudas também vêm diminuindo. A transformação de STP num Gateway Regional é uma estratégia importante devido à própria posição geográfica que o país ocupa no Golfo da Guiné. Já há muito tempo que se ouve falar da necessidade de transformação deste país numa plataforma de prestação de serviços, necessitando para o efeito de um porto de águas profundas. Quando se falava sobre a construção deste porto, STP era o único com esta intenção e na altura o país apresentava vantagens competitivas e comparativas em relação aos países da sub-região. Mas o facto de ter levado muito tempo sem avançar fez com que já existam várias iniciativas deste género na sub-região como é o caso da Guiné Equatorial e dos Camarões. Embora se reconheça que o país guarda ainda vantagens competitivas, é necessário saber se ainda prevalecem as vantagens comparativas.

A construção de um porto de águas profundas e um aeroporto internacional pode trazer uma grande viragem à economia de STP, mas é necessário remover os obstáculos que ainda impedem o avanço desta iniciativa. É necessário desde logo capacitar os recursos humanos, melhorar as infraestruturas de comunicação, energia, água e redes viárias e particularmente justificar a viabilidade desses investimentos e para que mercado. Portanto, é necessário encontrar investidores disponíveis a apostar na construção do porto em águas profundas com financiamento privado ou parceria público privada (PPP), sem que isso acarrete mais dívidas para o país. O turismo, a agricultura e as zonas francas devem fazer parte deste grande

desafio, já que o país tem condições para se transformar numa plataforma de prestação de serviços na sub-região em que está inserido.

STP precisa de trabalhar para conceber uma estratégia própria de desenvolvimento que seja realista, não dependendo de financiamento estrangeiro irrealista e que tome em consideração as oportunidades regionais (o grande mercado da Nigéria) e as especificidades de nichos de produção que são únicos nas ilhas. Ao longo dessas linhas, é possível perspetivar o desenvolvimento baseado sobre dois pilares: (i) o desenvolvimento do agro turismo; (ii) a promoção da agricultura de transformação de pequenas escalas com a promoção de pequenas e médias empresas exportadoras para a região e novos mercados. Para tal será imprescindível criar as infraestruturas necessárias tais como um aeroporto moderno, o acesso à energia estável e limpa e a promoção dum sistema financeiro e de pagamento moderno. A formação dos quadros necessários para os setores do turismo e da agricultura deverá constituir a prioridade do país.

13/03/2015 – Entrevista feita ao Dr. Agapito Mendes Dias – Santomense, Diretor Executivo do Banco Mundial e ex- ministro das Finanças de STP

A reduzida dimensão geográfica de STP estabelece limites à produção de cacau assim como a de qualquer tipo de produção agrícola. Não se pode pensar na sustentabilidade económica e financeira do país, sem considerar a vertente de prestação de serviços. O desenvolvimento de Singapura baseou-se no *know-how* e nos avanços da tecnologia. O principal ativo que STP tem, além da população, é a sua localização geográfica, estando situada a menos de 2 horas das principais capitais e cidades do Golfo da Guiné. Seicheles com 80 mil habitantes acolhe anualmente 250 mil turistas. Porque é que STP não pode acolher este número de turistas, tendo o dobro de superfície e o dobro de população que Seychelles e distando 6 horas de voo da Europa quando Seychelles está a doze?

Um elemento particular e chave a considerar na exploração da nossa posição geográfica é um porto em águas profundas para facilitar e desenvolver o comércio entre o mundo e os países da região do Golfo. Um tal porto em STP seria um porto com potencialidade de ser bastante competitivo com os da sub-região por ser natural e não haver necessidade de dragagem tão periódicas e custosas como os outros portos da região. Outros fatores que poderiam facilitar

esse projeto são: b) estabilidade política nacional c) possibilidade de o país poder obter um grande apoio da comunidade internacional muito interessada no controlo da pirataria marítima, da droga e do tráfico de armas e seres humanos, d) um investimento estratégico e de grande envergadura já realizado foi a instalação de um Cabo Submarino; d) existência de um consenso generalizado das lideranças políticas e da sociedade civil sobre a realização de um tal projeto integrador; e) ambiente sub-regional favorável e facilitado com a integração de STP na CEEAC.

Vantagens para STP como um Gateway Regional: localização geográfica; estabilidade política; nível de alfabetização da população superior aos da sub-região; insularidade que facilita o isolamento dos conflitos regionais; Desvantagens transitórias mais profundas: infraestruturas inexistentes: ausência de portos em águas profundas; infraestrutura aeroportuária deficiente e pouco funcional; elevado custo de eletricidade e comunicações; deficiente manutenção de estradas e abastecimento de água potável ao nível nacional; Aspectos positivos no contexto externo: existência de um mercado regional grande e rico; existência de milionários e de uma classe média crescente na sub-região; Aspectos negativos externos: instabilidade na região; pirataria; tráfico de drogas, de armas e de seres humanos;

Conclusão: Os investimentos não têm sido estruturantes e articulados de forma a atingir objetivos específicos de crescimento e desenvolvimento nacional. Muitos estudos foram feitos e fundamentaram boas políticas. A implementação das mesmas é que em muitos casos não teve lugar e noutros foi inadequada.

18/03/2015 - Entrevista feita à Dra. Ângela Viegas – Ex-ministra das Finanças e ex-Administradora do pelouro de políticas Económicas do Banco Central

STP tem potencialidades para se transformar num Gateway Regional, embora seja difícil conseguir o entendimento entre os santomenses para darmos os passos necessários para o efeito. As outras ilhas como nós, como é o caso das Caraíbas, conseguiram algum desenvolvimento em termos de rendimento *per capita* e estão muito mais avançadas do que STP, embora tenham outras vantagens porque estão mais perto do continente e das suas metrópoles, tal é o caso da proximidade com os EUA.

STP precisa de encontrar uma âncora para o seu desenvolvimento o que não significa tornar-se uma colónia. Já temos uma ancoragem no domínio monetário e necessitamos também de uma ancoragem no domínio judicial. STP tem potencialidades no domínio de: prestação de serviços, turismo e outros; serviços de saúde e educação. No passado (período pós-independência), o país não conseguiu tirar proveito da sua posição geoestratégica e, atualmente, não vem tirando qualquer proveito da presença em São Tomé dos EUA, através da “Voz de América”, que está operando sem grandes benefícios para o país.

Em termos de infraestruturas, deve-se investir mais no aeroporto e nas vias rodoviárias, bem como na saúde e educação, revestindo-se estes dois últimos de extrema importância para o país. É preciso investir na especialização de quadros santomenses. O país já teve um grande défice de quadros após a sua independência, mas dispõe atualmente de muitos quadros faltando apenas investir na sua especialização. A maior força que tem o país é a sua paz, para além da sua localização geográfica e o seu clima. A fraqueza do país reside na sua instabilidade político-governativa e na deficiência do seu sector judicial, ou seja, o país necessita de investir no reforço da sua capacidade institucional. Como oportunidade, não há na nossa sub-região nenhum país com esse objetivo, podendo STP ser o primeiro. Ponderou-se muito na construção de porto em águas profundas e hoje essa estrutura já existe em vários países da sub-região. A maior ameaça para o país são as suas fraquezas.

Em termos de financiamento, existem instituições que financiam esse género de projeto ao nível do Banco Mundial, mormente a SFI, que pode ser uma das possíveis fontes. Há outras fontes tais como o Fundo do Japão, que pode também apoiar tendo em conta que uma boa parte deste apoio é concedido em termos de donativos e de créditos concessionais.

23/03/2015 - Entrevista feita ao Dr. Carlos Quaresma Batista de Sousa – Santomense, Consultor Privado, Ex-Ministro do Plano e Finanças, Governador do BCSTP, Assessor do Presidente da República para Área Económica e Cooperação, Diretor do Programa, Administração Finanças e Recursos Humanos da CEEAC, Assessor e Diretor de Gabinete do Presidente da Assembleia Nacional

No seu percurso existencial, STP já conheceu vários ciclos económicos assentes nos mais variados modelos ou na combinação destes, sem no entanto terem produzido os efeitos desejados ou permitido ao país tornar-se cada vez mais competitivo e inovador face ao exterior e proporcionar aos cidadãos uma real melhoria das suas condições de vida. Pelo facto de os mesmos se terem baseado essencialmente na monocultura de produtos dominantes da época, como são a cana-de-açúcar, o café e o cacau, revelaram-se limitados e pouco sustentáveis para alavancar o desenvolvimento do país.

O atual ciclo do cacau em que assenta a economia santomense, já deu de alguns anos a esta parte, sinais muito claros do seu real esgotamento e consequente evidente limitação, sendo hoje, tal como se apresentam as nossas estruturas tanto produtivas, como da administração, incapaz de dar um contributo decisivo no moldar da vida económica e no financiamento das suas principais prioridades inscritas no Orçamento do Estado, instrumento que sempre necessitou, desde a ascensão do país à independência nacional, de mais de 90% de recursos externos para o financiar. Esta sintomatologia por demais evidente exige, no contexto atual, um virar de página, uma mudança de paradigma assente na adoção de um novo ciclo económico, que potencie, de facto, o real crescimento e desenvolvimento do país.

Este novo ciclo passa pela necessidade de aproveitar um dos maiores ativos de que dispõe o país que é a sua localização geográfica, para se posicionar geopolítica, geoeconómica e geoestratégicamente enquanto solução alternativa à economia nacional, como um Gateway Regional, nas suas mais variadas dimensões, quer do ponto de vista de infraestruturas de serviços, quer de stocagem de mercadorias, transformando o país numa verdadeira plataforma de serviços em relação aos outros países da sub-região, dinamizando de forma privilegiada e aumentando consequentemente a frequência do tráfico regional na sub-região. Importa sublinhar que o sucesso da implementação deste novo paradigma fica igualmente condicionado à inserção e valorização estratégica de um outro ativo de importância capital para o país que é o homem santomense, que deverá inserir-se no epicentro do sistema e da sua macro visão, munindo-se do necessário conhecimento técnico especializado (aposta no *know how* e na tecnologia) e do espírito inovador, para potenciar de forma sustentada o desenvolvimento e a consolidação de uma tal estratégia.

Vários são ainda fatores outros a ter-se em consideração numa estratégia alternativa desta natureza como são a construção em condições naturais de um porto em águas profundas, competitivo pelo seu baixo custo de manutenção e sem necessidade de sofrer dragagens periódicas; a ampliação, numa primeira fase, do atual aeroporto internacional e, na nossa perspectiva, posterior construção de um novo aeroporto internacional, de preferência na parte sul da ilha de São Tomé (nas imediações do local onde estava localizado o primeiro aeroporto no período colonial), não apenas numa perspectiva de desconcentração e descentralização de infraestruturas estruturantes de pendor estratégico, como também na de uma aposta séria no desenvolvimento do turismo, atraindo turistas das mais variadas origens ou procedências. Recorde-se que a localização geográfica do país confere-lhe o privilégio de distar, por via aérea, um máximo de duas à três horas dos demais países do Golfo da Guiné, e cerca de dois dias para atracar, por via marítima, nos principais portos da região, o que constitui de *per si* vantagens a serem devidamente exploradas.

Vantagens para STP como um Gateway Regional: localização geográfica; estabilidade política; alfabetização; proximidade; Insularidade (vantagem pela estabilidade); Desvantagens: Desvantagens transitórias mais profundas: ausência de infraestruturas estruturantes, como são o porto de águas profundas; um aeroporto de maior porte internacional; os elevados custos com energia e comunicações em geral e ausência de tecnologia de ponta facilitadora da inovação e do conhecimento; necessidade de maior especialização dos recursos humanos nas mais variadas áreas tecnológicas. Outras desvantagens: existência de infraestruturas deficientes; insuficiente investimento, derivado do fraco financiamento dos parceiros e da ausência de uma clara definição de prioridades, à luz de uma macro visão estratégica com metas e objetivos claros; - deficientes infraestruturas básicas (Energia, estrada e água); - inexistência de portos e aeroportos adequados como infraestruturas de apoio ao desenvolvimento; - As políticas não são de todo criticáveis, mas é deficiente a sua implementação; Aspectos positivos no contexto externo: tamanho do mercado internacional; existência de homens de negócios com capital disponível e uma classe média crescente; Aspectos negativos externos - instabilidade na região; pirataria; tráfico de drogas, de armas e de seres humanos; Os investimentos carecem de maior estruturação à luz do rumo, visão estratégica, metas e objetivos fixados num horizonte temporal preciso. Por isso tem havido investimentos, mas não com os resultados esperados.

06/04/2015 – Eng.º António Aguiar – Empresário; assessor de vários ministros das Infraestruturas; consultor de estudos sobre a construção de um porto em águas profundas e um aeroporto internacional em STP.

STP tem um potencial elevado para se posicionar como um Gateway Regional, quer do ponto de vista de infraestruturas de serviços, quer da stocagem de mercadorias para que as pessoas as possam comprar. O país pode-se transformar numa plataforma de prestação de serviços relativamente aos demais países da sub-região, dada a ausência ali de tráfico privilegiado regional. Por isso, o país que consiga erigir um porto de transbordo terá uma vantagem comparativa se o porto não estiver estruturado para ser gerido e utilizado por uma companhia marítima. O porto de transbordo para ser competitivo deve ter condições de operações em termos financeiros e técnicos. O porto geraria necessidade de transportes aéreos. Pouca gente acredita que STP possa vir a ter um Hub de transportes aéreos. Para tal, necessita-se de porto, zonas francas e turismo. Agregando a vertente de zonas francas daria possibilidade de se desenvolver outras atividades, tais como seguros, agenciamento marítimo e outras.

Forças existentes: consenso político (há consenso político sobre este assunto); existência de um local favorável para a construção do porto em águas profundas que é a zona de Fernão Dias, na região norte de São Tomé; homogeneidade étnica e ausência de conflitos; posição geoestratégica do país; Fraquezas: dimensão do país; instabilidade política; ausência de infraestruturas; dimensão e qualidade dos recursos humanos; Oportunidades: interesse demonstrado por uma grande autoridade marítima de referência mundial; Ameaças: surgimento de outros projetos de mesma envergadura na região; pirataria marítima;

A maior dificuldade será de transformar os consensos em projetos. Para a inserção geoeconómica do país na sub-região, deve ser analisado o problema da moeda e das alfândegas. Deve haver uma reflexão sobre o que deve ser feito para que o país se integre, de facto, na sub-região. O Gateway é introduzido numa cadeia global e por isso deve ser eficiente em termos de prestação de serviços. Infraestruturas necessárias: porto em águas profundas; aeroporto internacional moderno; telecomunicações eficientes; energia e água; reforma profunda no quadro legislativo; flexibilidade no quadro laboral; recursos humanos capacitados; Deve-se refletir sobre a formação de recursos humanos e consequentemente da formação em línguas. O país tem que ser aberto e deve dar oportunidades aos investidores para agirem e fazerem uso da mão-de-obra que entenderem;

Um Gateway Regional é uma das melhores saídas para STP, mas há ainda um longo caminho a ser percorrido, pois é necessário vontade política e estabilidade política para a sua implementação. Nas condições atuais não é tarefa fácil a atração de investimento direto estrangeiro para STP, O País precisa de elaborar e adotar um documento de visão para vinte a trinta anos, em que fique claro como se pretende posicionar na região, onde sejam inscritos os principais projetos que materializarão essa visão e apresentada uma abordagem holística do desenvolvimento futuro e suas etapas. Fará então todo o sentido para um investidor considerar um investimento no setor da energia, porque os consumidores não serão apenas os 200 mil habitantes que o país atualmente possui. De igual modo, um porto de vocação regional com consumos superiores à totalidade do consumo doméstico de todos os habitantes, um aeroporto hub regional, entre outros projetos, são necessários para a concretização desta visão. Equacionar a instalação de unidades hoteleiras, de centros de saúde ou de ensino, de vocação regional, adquirirá então coerência perante o conhecimento do plano para desenvolver um aeroporto hub regional e uma companhia que liga as cidades da região.

13/05/2015 – Entrevista com Dr. Wilson Bragança – Diretor Geral do Planeamento do Ministério da Economia e Cooperação Internacional.

É preciso ver STP no contexto da sub-região onde está inserido. STP está de caras voltadas para o Golfo da Guiné e conjunto de países neste Golfo. Devem-se criar infraestruturas que nos permitam servir, fornecer um conjunto de serviços de integração com a sub-região. Neste contexto, um porto acostável que possa servir de porta de entrada e saída de mercadorias e também de transbordo para a sub-região – o Porto de águas profundas. Tendo em conta a nossa localização geográfica, poderíamos constituir uma saída para os países encravados na nossa sub-região. Um aeroporto internacional pode contribuir para a transformação do país numa plataforma de prestação de serviços entre as ilhas e os países envolventes e ser uma porta de entrada e saída para a América. STP pode fazer esta ponte entre África, América do Sul e Europa. Devem-se melhorar as redes de comunicação e o projeto de fibra ótica é um projeto estruturante no capítulo das infraestruturas do país, tendo em conta que a comunicação se reveste de extrema importância. Deve-se, de igual modo, melhorar a nossa rede viária.

Vale a pena a construção de um porto em águas profundas em STP, tendo em conta que o projeto do vizinho Gabão, neste domínio, não avançou. Temos vantagens em relação aos

países da sub-região. A segurança, a tranquilidade e o ambiente que o país oferece constitui um ponto forte. O país nunca teve guerra e a segurança e a paz constituem seu ponto forte. A beleza natural do país, as pessoas, a diferença com o continente, do ponto de vista cultural, mais ligados como estamos à cultura europeia. Um porto em águas profundas oferece vantagens competitivas, pelo que é ainda pertinente a sua construção no país, embora se saiba que a Guiné Equatorial tenciona igualmente construir o seu porto com a diferença de que um porto na Guiné Equatorial serve apenas aquele país, enquanto que o de STP, dada a sua localização a menos de duas horas dos países da sub-região, estará em condições de servir vários países inseridos nesta.

Pontos fracos: debilidade das instituições do Estado; falta de entendimento político que tem gerado alguma instabilidade; escassez de recursos humanos qualificados, tanto no setor público, como no privado. Existe, a propósito, um conjunto de serviços que o porto pode proporcionar em todos os domínios, desde a educação até a agricultura, que necessitam de competências em termos de recursos humanos; Oportunidades: a presença dos EUA e da China Popular pode constituir uma grande oportunidade para a construção do porto em águas profundas. Angola e Nigéria constituem duas das maiores potências ao nível do continente e STP deve possuir a sua própria estratégia visando aproveitar esses dois vizinhos e amigos.

STP tem vocação natural para se transformar num Gateway Regional. O aspeto geográfico atribui ao país as condições naturais para este grande desafio. O país pode-se converter num grande centro de negócios. Do ponto de vista da conceção, há consensos sobre esta matéria, mas divergem os interesses pessoais. Nos documentos produzidos em diferentes ocasiões, nomeadamente nos programas dos sucessivos governos, não há divergência neste âmbito. Não se faz integração sem as necessárias infraestruturas. O tema é pertinente. O desafio do estudo é o de demonstrar que STP pode ser um Gateway Regional. A própria posição geográfica do arquipélago transmite a imagem de um país contemplando a sub-região, o que justifica ser um seu ponto de encontro e de confluência.

20/05/2015 – Entrevista com Dr. Jaime Tavares Duarte – Economista (desenvolvimento regional, agricultura e pescas, planeamento). Consultor; Diretor dos serviços de planeamento do Ministério da Agricultura, assessor principal do INA (Instituto Nacional de Administração, Ministério das Finanças de Portugal), consultor de várias organizações internacionais (FAO,

BM, BAD, EU) e múltiplos gabinetes (Partex, CESO, Megapesca, SEDES, IBF, Ogimatech, Ambio e COBA).

Um pouco à margem da entrevista propriamente dita eu gostaria de chamar a atenção para a conveniência do estudo (ou tese de doutoramento) começar por definir muito bem o que se entende por “Gateway regional” que é um conceito fulcral e que surge desde logo no título: “STP como um Gateway regional”.

As potencialidades que oferece STP passíveis de garantir a sua afirmação como um Gateway Regional são essencialmente a sua situação geoestratégica, a insularidade e independência política e a abertura ao investimento estrangeiro. Relativamente à concorrência dos majors players regionais, trata-se de países não comparáveis com STP (em dimensão e em perfil económico) e para quem este último nunca será um verdadeiro “concorrente”. Com Angola ainda poderá, sem dúvida, haver alguma complementaridade e interesses comuns. Mas qualquer notoriedade de STP (seja em que plano for) não provocará certamente nenhuma reação da parte deles. No concernente ao papel que poderão jogar os majors players extrarregionais, no caso dos EUA poderá haver interesse em manter uma relação privilegiada com STP por razões geoestratégicas e de controlo (petróleo, comércio marítimo, presença na região). Para a China, a economia de STP é absolutamente insignificante a não ser se o caso com Taiwan se alterar.

Se o significado de Gateway for bem explicado e motivador nada impede que haja algum consenso. No passado ficou provado que há uma vontade comum em torno de aspirações, cenários e projetos claros da sociedade (cf. LTPS). Atualmente parece haver um divórcio entre a população e os governantes, o que dificulta os consensos alargados. Então, das duas, uma: ou há um projeto verdadeiramente mobilizador e endógeno ou então uma intervenção pacífica externa (conduzida por um organismo internacional? Por países próximos e amigos? Por investidores com dimensão?)

A atual inserção, a inserção geoeconómica de STP na Região do Golfo da Guiné é quase inexistente, pelo menos a nível das relações comerciais que existem mas com países longínquos. A nível político deverá começar por haver uma clarificação quanto à posição de

STP relativamente às organizações regionais (CEMAC, CEEAC, CPLP) o que nem sempre é muito claro. Para garantir o melhor aproveitamento da posição geoestratégica de STP para se transformar o país num Gateway Regional é necessário um melhor conhecimento do país no exterior e a sua afirmação de soberania num espaço tão vasto como é a sua zona marítima. Por exemplo, é incompreensível que não haja um plano diretor da pesca e se mantenha um embargo da EU aos produtos da pesca por falta de estruturas e organização.

Vantagens: Insularidade (ausência de vizinhos) e vasto domínio marítimo são duas vantagens importantes. Outras vantagens podem perder-se se não houver cuidado (ausência de conflitos sociais, coesão popular, segurança);

Desvantagens: Pequena dimensão e alguma instabilidade ou descontinuidade nas políticas públicas. É pena, mas neste domínio a comparação com Cabo Verde é desfavorável a STP;

Aspetos positivos do contexto externo: ausência de conflitos fronteiriços, étnicos, linguísticos ou religiosos, ao contrário do que se passa no contexto externo envolvente;

Aspetos negativos do contexto externo: maior capacidade financeira (sobretudo nos países petrolíferos) e existência de partes insulares semelhantes (caso da Guiné Equatorial).

Em STP os consensos não são fáceis, a não ser quando há um acontecimento grave ou se aguarda a intervenção externa (o que vem de fora é que é bom...). Por vezes há mesmo a sensação que STP é governado de fora para dentro: as transformações e grandes investimentos têm origem no exterior. Até a corrupção. Em geral as infraestruturas são de muito má qualidade, com exclusão das telecomunicações. Em termos de qualidade de ligações rodoviárias interiores, o país regrediu, sobretudo onde havia roças. E as políticas são inexistentes ou ineficazes, sobretudo sem continuidade. Em muitos casos, por falta de meios e de consensos, noutros por má gestão. Os investimentos neste setor têm sido fracos e ineficientes (ex: rodovias, energia). As melhorias nos transportes têm sido quase todas impostas por autoridades externas (ex: segurança no aeroporto de São Tomé) ou financiadas por estrangeiros (caso do Príncipe). Sobre os transportes marítimos, o caso do porto de águas profundas é sintomático e a ligação São Tomé – Príncipe um verdadeiro desastre.

Desafios: investimentos corretos e garantia de financiamento. Uma questão importante é também a oportunidade, ou seja, saber aproveitar as oportunidades. Ora em STP o processo de decisão política é muito demorado e a oportunidade perde-se rapidamente, em muitos

casos. É um problema comum a pequenas sociedades onde os interesses coletivos e individuais se misturam facilmente. No domínio marítimo o porto de águas profundas constitui um dos grandes desafios. Uma boa análise da viabilidade dos projetos (o que nem sempre é feito, neste e noutros setores) e capacidade de negociação com os financiadores. A produção e distribuição de energia são hoje (e vão ser ainda mais no futuro) uma questão prioritária.

STP precisa de trabalhar para conceber uma estratégia própria de desenvolvimento que seja realista, não dependendo de financiamento estrangeiro irrealista e que tome em consideração as oportunidades regionais (o grande mercado da Nigéria) e as especificidades de nichos de produção que são únicas nas ilhas. Ao longo dessas linhas, é possível perspetivar o desenvolvimento baseado sobre dois pilares (i) o desenvolvimento do agro turismo; (ii) a promoção da agricultura de transformação de pequenas escalas, com a promoção de pequenas e médias empresas exportadoras para a região e novos mercados. Para este fim, será imprescindível criar as infraestruturas necessárias, tais como um aeroporto moderno, o acesso a energia estável e limpa e à promoção dum sistema financeiro e de pagamento moderno. A formação dos quadros necessários para o setor do turismo, tal como na agricultura, deverá constituir a prioridade do país.